

ASSÍRIO

NOTA EDITORIAL

TEXTOS de JMP

ENTREVISTAS

PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS

CARTAS ABERTAS

VIDA MUNDIAL

GAZETA DA SEMANA

GAZETA DO MÊS

PUBLICAÇÕES NACIONAIS DIVERSAS

TEXTOS “INÉDITOS”

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE POR TÍTULOS

ÍNDICE POR DATAS

ÍNDICE POR TÍTULOS DE JORNAIS, REVISTAS E OBRAS COLECTIVAS

ÍNDICE POR PESSOAS CITADAS

NOTA EDITORIAL

Entre os papéis de João Martins Pereira, que fazem parte do espólio doado ao Centro de Documentação 25 de Abril, encontram-se alguns documentos referentes ao projecto de edição de uma colectânea de artigos que não chegou a ser publicada.

Trata-se de um conjunto de fotocópias de textos dactilografados e impressos, envolvidos em capa de papel quadriculado, tendo no canto superior direito “ASSÍRIO”, manuscrito a vermelho.

No interior, uma 1ª folha de papel liso (Doc. A1, em anexo), encabeçada pela palavra “ASSÍRIO”, manuscrita a preto, seguida de um sumário. É um documento não datado, mas, com base nos artigos aí incluídos, é possível atribuir-lhe a data de 1980.

Transcrição do Doc. A1:

- Entrevistas
 - Vida Mundial
 - Diário de Notícias
 - Voz do Povo
- Textos “estrangeiros”
 - ~~Cuadernos p/ Dialogo~~
 - Esprit
 - Litoral
 - Oblique (?)
 - Libération 25 Abril 77 e 79
 - Livro Kolm - Abril
- Cartas abertas
 - Melo Antunes
 - Otelo
- Textos inéditos
 - Popular “cortado” (Avestruzes)
 - Revista S. Matos
- Vida Mundial
- Gazeta
- Expresso
 - Pós 25 Abril
 - ~~B. Mundial~~
 - Sartre
- Intervenção – sobre “animação cultural”

Numa coluna à direita, encontramos o número de páginas para cada secção, estando previsto um “novo texto” de 20 páginas a ser elaborado para a dita colectânea:

Entrevistas	15
Textos “estrangeiros”	32

Cartas abertas	20
Textos “inéditos”	10
V. Mundial	20
Gazeta	40
Expresso	5
Intervenção	2
Total	145 pp. (só?)
	150
Novo texto	170
+30 “Gazeta do Mês”	200 pp.

Há emendas e acrescentos a vermelho (textos eliminados e outros sinalizados com uma cruz).

Um outro documento (Doc. A2, em anexo), é constituído por uma folha escrita no retro e no verso, utilizando na primeira metade da página o mesmo instrumento de escrita que o Doc. A1, uma caneta de tinta preta, sendo o texto restante escrito a tinta azul. Trata-se da lista dos artigos da *Gazeta da Semana* a serem incluídos na colectânea, seguidos do nº de páginas que ocupam na publicação.

Tal como no Doc. A1, há sinalizações a vermelho em cada item, e no final uma sequência de números, também a vermelho, que constitui a lista definitiva dos números da *Gazeta* a incluir.

Um outro documento (Doc. A3, em anexo), manuscrito a vermelho, posterior aos anteriores, retoma parte do sumário do Doc. A1, incluindo mais artigos de outras publicações.

Transcrição do Doc. A3:

Artigo pré-25 Abril
Entrevistas (3)
Cartas Abertas (2)
Artigos VIDA MUNDIAL (Out. 74-Mar.75)
GAZETA S. (Abr. 76-Jan.77)
publicações estrangeiras (Esprit, Litoral, Libé, Kolm)
publicações nacionais diversas (Expresso 2, Intervenção, Extra, República 2)
GAZETA DO MÊS
INÉDITOS (Libé, Avestruzes, o povo é sereno, planos de uma noite de verão)

Falta

Entrevista

D. Notícias

Voz do Povo

Artigos G. do Mês
AD e nós
Resistir ou re-existir
Etc.

O que a análise dos documentos parece sugerir é que no final da elaboração do Doc. A3, o autor utilizou a mesma caneta vermelha para anotar e corrigir os documentos anteriores.

Resta-nos ainda analisar o conjunto das fotocópias dos artigos incluídos no documento. A selecção dos textos não segue nenhum dos sumários, uns pertencem ao Doc. A1, outros ao Doc. A3. Trata-se provavelmente de uma selecção provisória e incompleta a apresentar à editora. Pela data dos textos incluídos, este projecto estaria terminado em 1980 (data dos artigos da *Gazeta do Mês*). É de admitir que a edição tenha sido proposta nessa altura à editora Assírio e recusada. Apenas dois dos artigos aqui incluídos, “No reino dos falsos avestruzes” e “A AD e nós”, viriam a ser publicados em 1983 na obra com o título do 1º texto, *No reino dos falsos avestruzes*.

Os textos incluídos são os seguintes, assim ordenados:

Um ano de revolução. *Litoral*, nº 53-58 (1975-1976)
Política cultural. *Intervenção: acção cultural e ideológica*, nº 9 (Nov. 1978)
54 dias depois: “acertar o passo”? *Expresso*, 20 Jul. 1974
L’expérience portugaise au bord d’un tournant décisif. Enviado ao *Libération*, em 26 Fev. 1975, não publicado.
Il y a enfin quelque chose de nouveau. Enviado ao *Nouvel Observateur* em 20 Mar. 1974, não publicado.
Portugal: transição para quê? O preço do futuro. *Extra*, 30 Mar. 1978
Les mythologies portugaises. *Libération*, 25 avril 1979
João Martins Pereira escreve a Otelo. *O Jornal*, 30 Dez. 1975
As lágrimas que nos prometem. *República*, 30 Set. 1975
Portugal: le 25 avril 3 ans après. *Libération*, 25 avril 1977
Para onde vai o capitalismo português? *Vida Mundial*, nº 1831 (17 Out. 1974)
Reflexões sobre o antimonopolismo. *Vida Mundial*, nº 1833 (31 Out. 1974)
A nova corrida ao ouro: o dinheiro dos emigrantes. *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974)
Enquanto se aguarda o plano siderúrgico nacional... *Vida Mundial*, nº 1838 (5 Dez. 1974)
Intervenção do estado no sector privado. *Vida Mundial*, nº 1839 (12 Dez. 1974), p. 41
Carta aberta a Melo Antunes. *Vida Mundial*, nº 1851 (6 Mar. 1975)
No reino dos falsos avestruzes. Enviado ao *Diário Popular* em 19 Jul. 1977, recusado.

O que acima foi dito leva-nos a concluir que se trata de um projecto inacabado. Na ausência de uma selecção definitiva dos textos a incluir e de uma estrutura definitiva para a colectânea, optámos por adoptar a estrutura do Doc. A1 (a mais elaborada), acrescentando alguns elementos e correcções incluídos na estrutura do Doc. A3, elaborado posteriormente.

Quanto aos artigos, foram incluídos na colectânea todos os textos constantes do Doc. A1, do Doc. A2 e do Doc. A3, com duas excepções, uma dizendo respeito aos artigos da *Vida Mundial*, e outra à dificuldade de localização de três dos textos referidos nos documentos.

Dado que não aparece em nenhum dos documentos uma selecção dos artigos da *Vida Mundial*, como acontece com a *Gazeta da Semana* (Doc. A2), optámos por incluir no corpo do texto apenas os quatro artigos que figuram na amostra apresentada ao editor. Não estão aqui incluídos a “Carta aberta a Melo Antunes” e a “Entrevista a Adelino Cardoso”, contabilizados sob outros itens. Pela análise do Doc. A1 ficamos a saber que havia mais textos previstos, dado que o nº de páginas que a *Vida Mundial* deve ocupar na colectânea é superior ao nº de páginas dos quatro artigos. Na impossibilidade de sabermos qual seria a vontade do autor, optámos por estabelecer uma ligação para a totalidade dos artigos de fundo publicados na *Vida Mundial*.

A outra excepção diz respeito a três artigos que não conseguimos localizar: um que é referido como “Revista S[algado] Matos” no Doc. A1, e dois que são referidos como: “o povo é sereno” e “planos de uma noite de verão” no Doc. A3.

Centro de Documentação 25 de Abril

JOÃO MARTINS PEREIRA

textos 1974-1980

Swi

Texter

Cacla, Abe

Texta "ine'dita

D. Mundial

Gazeta

Expresso -

Interveus -

⊗

I

⊗

⊗

⊗

⊗

⊗

⊗

⊗

⊗

⊗

⊗

⊗

ASSIRIA

Revistas

- ⊗ V. Mundial
- ⊗ D. Noticias
- ⊗ V. Povo (?)

"Campanhas"

) 15

- Ceadernos p/ Dialogo
- ⊗ Espirit
- ⊗ Litoral
- ⊗ Obliqua (?)
- ⊗ Libération 25 Abril 22 29 29 29
- ⊗ Livro Kalm - Abril

) 20

Artigos

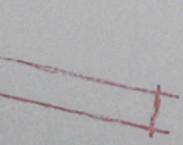
- ⊗ Melo Antunes
- ⊗ Otelo

12

7"

- ⊗ Popular "revista" (Apostrofes)
- ⊗ revista S. Mateus

) 20



) 10

25 Abril

Mundial

re

15 20

30 40

animacao cultural"

) 5

2

145 ~~125~~ pp. (46?)

150

170

uma taxa

≈ 200 pp.

30 "Revista de Pais"

**vida
mundial**

N. 1831 17/10/74

**PARA ONDE VAI
O
CAPITALISMO
PORTUGUÊS
?**

CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 — FRANÇA 4 fr. — CANADÁ 85 cts.
POR AVIAO: ANGOLA 17\$50 — MOÇAMBIQUE 20\$00

ENTREVISTA COM ALTAMIRANO

ENTREVISTAS

DINAMIZAR O SECTOR INDUSTRIAL E CONTROLAR A PRODUÇÃO E O MERCADO

Entrevista de Mário Rosendo

[*Diário de Notícias*, 17 Jun. 1975]¹

Falando sobre as linhas de actuação do seu Ministério, o eng^o. Martins Pereira, secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, refere-se, nesta sua entrevista ao *Diário de Notícias*, ao papel fundamental da participação dos trabalhadores no controle da produção.

A propósito, este membro do governo aponta formas desse controle, já em experiência em alguns sectores, diferentes das nacionalizações. Formas essas que o eng^o. Martins Pereira considera neste momento sinais progressistas e mais avançadas do que as próprias nacionalizações, porque mais propícias à participação das massas trabalhadoras.

Entrevistado no seu gabinete, instalado no antigo Palácio de Condeixa, na Rua da Horta Seca, o eng^o. Martins Pereira – autor de dois ensaios sobre a realidade portuguesa, *Pensar Portugal Hoje* e *Indústria, Ideologia e Quotidiano* – afirmaria ainda que a actuação do seu Ministério compreende medidas a adoptar a curto prazo. No entanto, como sublinhou, e no âmbito dessa actuação, a sua preocupação fundamental é a dinamização do sector industrial, tendo em consideração duas grandes linhas de acção: a dinamização pelo controle da produção e a dinamização pelo mercado.

O secretário de Estado da Indústria e Tecnologia falar-nos-ia ainda do acordo de cooperação industrial com a Polónia no sector naval, recentemente anunciado, e da batalha da produção, a qual o eng^o. Martins Pereira considera que não deve reduzir-se a um mero slogan publicitário.

A ACTUAÇÃO DO GOVERNO NO SECTOR INDUSTRIAL

DN – *Quais as linhas gerais e fundamentais da actuação do governo, mais especificamente do Ministério da Indústria, em relação ao sector industrial?*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA (SEI) – Após a tomada de posse e entrada em funções da respectiva equipa, a preocupação do Ministério da Indústria foi elaborar um programa interno compreendendo um conjunto de medidas a adoptar a curto prazo,

¹ *Diário de Notícias*, 17 Jun. 1975, p. 1-2.

programa que, posteriormente, foi discutido e aprovado em Conselho de Ministros Económico.

Na verdade, a maior parte dos problemas com que se debate a indústria exige acções a curto prazo. Não são, contrariamente ao que gostaríamos de dizer, problemas de investimento e de longo prazo. Estes são problemas de fundo, pois determinam o futuro: temos de simultaneamente pensar neles, mas sem esquecer que o destino do processo revolucionário português se decidirá, em grande parte, nas decisões que forem tomadas (não só no campo industrial) a relativamente curto prazo.

Há uma série de sectores efectivamente em crise por diversas razões. Uma delas é, sem dúvida, a desagregação do sistema económico, os mecanismos de decisão e toda uma viragem política apontando para uma nova racionalidade de produção, para novas relações sociais, o que, como é natural, causou uma série de traumatismos. Outra, os problemas resultantes de ligações muito íntimas com o mercado internacional, em situação de crise, como se sabe, e, por outro lado, as dificuldades que nos foram (e têm sido) provocadas interna e externamente, independentemente da crise capitalista que continua a arrastar-se.

Portanto, a nossa preocupação incide sobre dois aspectos muito concretos, sendo um o controle dos serviços básicos da indústria, que tomou e tem estado a tomar formas diversas; outro, aquilo a que chamamos o programa de apoio à produção nacional. Este último tem como objectivo dinamizar aqueles sectores que, não sendo básicos, são, no entanto, extremamente importantes na Economia Nacional e que são constituídos por numerosas pequenas e médias empresas, que se encontram desarticuladas, com problemas de ocupação da capacidade produtiva, de liquidez, etc., criando situações de tensão de emprego e de rigidez da malha económica.

Numa palavra, podemos assim dizer que a nossa preocupação fundamental é a dinamização. Para isso vemos duas linhas, a que chamaríamos a *dinamização pelo controle* e a *dinamização pelo mercado*. A primeira é aquela que, por via de nacionalizações ou segundo outros esquemas, permite o controle efectivo de determinadas empresas e sectores.

Acentuo, que para além da nacionalização, há outras formas de controle. Em determinados sectores, de que é exemplo a metalomecânica, é intenção criar mecanismos e órgãos que tenham como objectivo o controle dessas actividades, segundo um esquema que até pode vir a ser, na minha opinião, politicamente mais progressista do que a própria nacionalização (na fase em que actualmente nos

encontramos). Na verdade, se não for tirado um partido político muito rápido das próprias nacionalizações, dentro das novas estruturas que delas resultem, estas podem em certa medida ser bloqueadoras da dinamização dos próprios trabalhadores e da sua intervenção no processo revolucionário. E julgo ser indiscutível que, sem intervenções dos trabalhadores, se corre o risco de uma simples estatização.

A outra linha das nossas preocupações é, como dissemos, a dinamização pelo mercado, que se dirigirá aos sectores cujos problemas fundamentais são precisamente os do mercado. Aqui, a intervenção não pode ser só do Ministério da Indústria. O caso mais típico é o das indústrias de materiais de construção.

Tem que haver, assim, a nível global do governo ou de outros ministérios, uma acção comum com o objectivo de intervir e dinamizar outros sectores de actividade, que não dependem do Ministério da Indústria mas que têm um efeito de arrastamento absolutamente decisivo. No entanto, isso não quer dizer que, mesmo da parte do Ministério da Indústria, não tenham sido iniciadas determinadas acções no campo da dinamização pelo mercado.

FORMAS DE CONTROLE MAIS PROGRESSISTAS DO QUE AS PRÓPRIAS NACIONALIZAÇÕES

DN – *O sr. secretário de Estado, ao referir-se ao controle da produção, falou de outras formas e sistemas que, no seu entender, são mais progressistas do que as próprias nacionalizações. Poderá especificar essas formas?*

SEI – O que digo é que há formas de controle com potencialidades para poderem vir a revelar-se mais progressistas, mais avançadas na fase actual, do que as próprias nacionalizações.

Na base de uma nacionalização, temos o Estado a tomar directamente o lugar do empresário, o que pode conduzir a uma mera substituição de administradores, se não houver dentro dos sectores nacionalizados, e rapidamente, uma dinâmica muito grande por parte dos trabalhadores no sentido de uma participação activa no próprio processo de reestruturação desses sectores e dessas empresas.

Portanto, com as nacionalizações há um risco: o de se dar uma simples substituição de administrações. E esse risco depende da própria dinâmica dos trabalhadores. Eles terão uma palavra decisiva, mas a nacionalização, como tratamento de choque, pode, só por si, dar uma tranquilidade excessiva às próprias massas trabalhadoras com o argumento: “Agora isto é nosso, pois o Estado tomou conta...”

Ora as formas de controle que não implicam imediatamente a nacionalização podem ser exercidas, por exemplo, por órgãos do Estado e, conjuntamente, por órgãos representativos dos trabalhadores, que se aplicam a fazer o chamado controle de produção a nível sectorial.

Há portanto um conjunto de empresas, há comissões de trabalhadores ou de controle da produção. O Estado, por sua vez, em ligação com essas comissões, vai, de certa maneira, reorganizar o sector, impor determinadas normas, intervir na repartição dos investimentos e, inclusivamente, das próprias encomendas.

E quando digo que este esquema é progressista é nesse sentido. Um esquema destes apela de facto para uma vigilância permanente das próprias comissões de trabalhadores, através da sua participação no órgão estatal e da sua acção a nível das empresas, o que, repito, pode ser potencialmente mais progressista do que, em certos casos, uma nacionalização imediata.

Isto, no entanto, não significa que não haja sectores em que só é concebível, como aliás já aconteceu, a nacionalização imediata, até porque eram os centros de acumulação monopolista. Essas nacionalizações teriam, pois, que ser feitas e ainda, provavelmente, haverá outras.

Há, porém, outros sectores em que a experiência do outro tipo me parece mais aconselhável.

EXPERIÊNCIAS NOS SECTORES DA METALOMECÂNICA E DA INDÚSTRIA NAVAL

DN – *Esses sectores coincidirão com aqueles em que predominam as pequenas e médias empresas, ou haverá outros, como, por exemplo, o da metalomecânica?*

SEI – A metalomecânica pesada é, precisamente, um caso em que tem havido todo um trabalho de preparação de um esquema desse tipo. E parece-me ser, de facto, um sector adequado para uma experiência deste tipo, além de que tem um poder de arrastamento muito grande. Além disso, o Estado domina já, inclusivamente, algumas empresas do sector.

Mas um outro caso, e este de pequenas e médias empresas, é o dos pequenos e médios estaleiros navais. Neste momento, está mesmo a criar-se uma comissão instaladora de um órgão de controle desse tipo neste sector, cuja estrutura é muito heterogénea.

Na verdade, para além de três grandes estaleiros – Lisnave, Setenave e Viana do Castelo – , que têm problemas muito específicos, há, neste sector, um conjunto de algumas dezenas de estaleiros, alguns dos quais muito pequenos e que até estão, neste momento, em regime de cooperativa de produção. Outros há de média envergadura, e outros até já

com uma razoável dimensão e capacidade – São Jacinto, Mondego, etc. Tudo isto tem, pois, que ser articulado, pois há um equipamento produtivo importante, mas que está completamente desajustado e com problemas de ocupação.

E é nesse sentido que se está a lançar a experiência, estando já os trabalhadores a participar activamente na elaboração desse esquema.

Um outro caso, que posso citar, é o de um conjunto de quatro empresas metalomecânicas médias que estão, por vias diversas, sob controle do Estado. Estas empresas apresentam complementaridades tais, que nos levou a pensar que seria viável a elaboração de projectos comuns, tirando partido dos equipamentos das instalações e das capacidades técnicas. Os trabalhadores já criaram, inclusivamente, um secretariado comum a essas empresas e nós, Ministério da Indústria, vamos criar um grupo de trabalho para coordenar os vários projectos comuns.

Mas, o importante é que isto está a ser feito com a participação directa das comissões de trabalhadores das várias empresas. É, também aqui, um esquema um pouco diferente das outras experiências, pois, caso a caso, as situações são diferentes, exigindo soluções diferentes.

A DINAMIZAÇÃO PELO MERCADO

DN – Para além destes problemas específicos do controle da produção, há ainda os relacionados com a dinamização do mercado. Não estará, porém, esta questão também ligada ao comércio externo?

SEI – Está ligado e não só. Quase que diria que, resumindo muito, há, entre os sectores em crise, dois bastante importantes: o têxtil e o dos materiais de construção.

No caso do sector têxtil, que estava virado para o mercado externo, é todo um programa de promoção no exterior que se tem que incrementar, o que, aliás, já tem vindo a ser feito, através do Fundo de Fomento de Exportação e de vários organismos de prospecção.

Mas, de qualquer modo, no âmbito do Ministério da Indústria, estamos a pensar, em conjunto com o Ministério do Comércio Externo, em lançar um esquema que terá como objectivo, de facto, dinamizar essa promoção externa, além de lançar as bases de uma reestruturação do sector.

Este sistema poderá, inclusivamente, ser feito através de algumas empresas importantes que, por via da nacionalização da Banca, passaram a ser controladas pelo Estado.

ACORDO COM A POLÓNIA: UM EXEMPLO DE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

DN – *Ainda em relação ao mercado foi recentemente negociado um acordo com a Polónia respeitante à indústria naval. Qual o significado para o sector deste acordo?*

SEI – Este acordo é original e serve de exemplo para outros do mesmo tipo. Neste acordo com a Polónia, que designamos de cooperação industrial, põem-se em comum meios de produção, com o objectivo de completar as capacidades existentes entre os dois países. Para os nossos estaleiros, o acordo tem um interesse muito grande, pois pode assegurar-lhes uma ocupação bastante considerável, nos próximos anos, mas dentro de uma cooperação técnica com a Polónia que, para nós, tem um interesse complementar, na medida em que poderemos adquirir, através dessa cooperação, conhecimentos tecnológicos e de projecto de que não dispomos.

O acordo com a Polónia pode, assim, ter um efeito de dinamização pelo mercado, embora, na realidade, o sentido do acordo não seja criar mercados para os nossos estaleiros.

É, de facto, um acordo de cooperação industrial em que os meios técnicos, existentes nos dois países, são postos em comum para a produção que interessa aos dois países.

Para nós, seria extremamente interessante que acordos deste tipo pudessem vir a ser assinados noutros domínios e com outros países. Inclusivamente, não é de excluir que, mesmo com a Polónia, venha a haver novos acordos deste tipo, mas noutros domínios, como no sector da metalomecânica. Por parte do governo polaco nota-se, é justo sublinhar, uma abertura e compreensão muito grandes à situação portuguesa.

A RECONVERSÃO DA INDÚSTRIA AUTOMÓVEL

DN – *Um dos pontos que ultimamente tem estado em foco, é o caso das linhas de montagem automóvel. Fala-se na necessidade de reconversão dessa indústria, na diminuição de modelos automóveis montados em Portugal. Qual a política a seguir pelo Ministério da Indústria?*

SEI – O caso da indústria automóvel é uma das heranças mais dramáticas, do ponto de vista industrial, do anterior regime, na medida em que se promoveu a instalação de duas dezenas de linhas de montagem em que o valor acrescentado nacional é muito reduzido, e se multiplicou o número de marcas e modelos. É um exemplo de sector que nasceu completamente distorcido e virado para um tipo de civilização em que Portugal nem sequer estava (nem está) inserido. E esperamos que não venha a estar.

Este caso traz-nos também uma experiência curiosa e bastante positiva de participação dos trabalhadores na resolução dos seus próprios problemas.

Há muito que se sabe que havia crise no sector, mas foi necessário a publicação das restrições de crédito para aquisição de automóveis para que isso servisse de “balde de água fria” e pusesse toda a gente ligada ao sector consciente da necessidade de fazer qualquer coisa.

E foram os trabalhadores que criaram rapidamente uma comissão para estudar o problema da reconversão. E foram eles próprios que, em certo momento, descobriram que era necessário definir o papel do automóvel no país futuro.

O Ministério da Indústria, em reunião com delegados dessa comissão, decidiu, depois, promover a criação de um grupo de estudo sobre a política automóvel. Este grupo, que ficará ligado ao Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, irá tratar dos problemas que se deparam ao sector no seu conjunto, englobando assim os sectores industrial e comercial (este último, aliás, com o maior número de trabalhadores), mas numa óptica de futuro.

Vai assim tentar definir-se, e por isso mesmo participa no grupo o Ministério dos Transportes, qual deverá vir a ser o papel do automóvel daqui a “x” anos, em conjugação com os transportes colectivos, assim como o número de modelos a construir, e como chegar a isso a partir do que existe.

Tudo isto tem que ser definido num prazo de cinco meses. E é uma tarefa eminentemente política, porque se trata de um sector que, só por si, é símbolo de um determinado tipo de civilização.

CONTROLE DA PRODUÇÃO PELOS TRABALHADORES: ACÇÃO EMINENTEMENTE POLÍTICA E REVOLUCIONÁRIA

DN – É, pois, nesta óptica de dinamização sectorial que o Ministério da Indústria vê o essencial do problema do controle da produção?

SEI – O controle de produção pelos trabalhadores é uma questão que tem sido pouco debatida e não me é possível agora desenvolver o tema. Quero apenas acentuar que o que temos estado a ver constitui o contributo do Ministério da Indústria para que tal controle tenha uma área de aplicação mais vasta que a da empresa isolada, e para que, portanto, os trabalhadores comecem a intervir na própria “gestão social”. Mas o essencial do problema não reside nisto: reside na consciência dos trabalhadores de que o controle da produção é uma acção eminentemente política e revolucionária, e nas formas justas que saibam encontrar, caso a caso, para exercer essa acção que, como é evidente, ultrapassa largamente o campo estritamente sindical. E não me venham acenar com o espectro da autogestão e dos seus riscos num contexto capitalista. Quer se goste quer

não, há hoje em Portugal numerosas experiências muito positivas de autogestão, não só no sector industrial, que compete precisamente aos órgãos de controle sectorial sustentar e apoiar – em conjunto com outras formas de controle da produção a nível empresarial – cujos riscos poderão ser minimizados se se encontrarem formas de “contabilidade social” de transição que gradualmente subtraíam o sistema económico à lógica do lucro privado. Tudo isto está por discutir, mas é de vital importância política.

NÃO SE PODE RESUMIR A BATALHA DA PRODUÇÃO A UM SLOGAN PUBLICITÁRIO

DN – Parece-nos que todo este esquema acima traçado sobre a dinamização do controle da produção se insere também na batalha da produção.

Não será?

SEI – Repare que, sem o explicitar, ainda não falamos até aqui de outra crise que não fosse a da batalha da produção. Eu penso que não se pode resumir a batalha da produção a um slogan publicitário. Seria extremamente grave que as pessoas fossem arrastadas por uma via desse tipo; para produzir sem saber o quê, como, para quê, para quem...

Em muitas empresas, admito que os trabalhadores tenham empenho em produzir, em tirar dos equipamentos e das suas capacidades o maior rendimento. Mas, como vimos, há problemas de mercado, de financiamento, e tantos outros e penso que, de certa maneira, pode ser frustrante em certos casos o lançar uma batalha da produção de uma forma relativamente discriminatória.

Quando digo discriminatória é no sentido de apontar exemplos de trabalhadores – por quem, aliás, penso que deve haver toda a admiração – que estão em situação favorável em relação a outros que só não produzem porque não têm condições para o fazer. E são essas condições que o Ministério da Indústria, conjuntamente com outros ministérios e comissões de trabalhadores, está a tentar criar.

A imagem do trabalhador exemplar pode revelar-se um pouco contraproducente e, mais do que isso, certas afirmações que têm sido feitas recentemente, e por pessoas de responsabilidade – e que não posso de maneira nenhuma subscrever –, aconselhando e fomentando a denúncia de trabalhadores por outros trabalhadores. Considero que é, de facto, algo que nada tem a ver com qualquer espécie de socialismo que se queira implantar em Portugal.

Se os trabalhadores não forem capazes de encontrar as formas de se organizarem e controlarem a produção e de participarem a fundo na dinamização do seu próprio sector, não julgo que se possa falar de uma batalha da produção verdadeiramente revolucionária. Pois batalhas da produção já as houve antes em muitos países – estou a

lembrar-me dos países capitalistas depois da guerra – e apenas acabaram por conduzir a um reforço do próprio sistema capitalista, por se ter decidido meter entre parêntesis o projecto revolucionário.

PARA ONDE VAI O CAPITALISMO PORTUGUÊS?

Entrevista de Adelino Cardoso

[*Vida Mundial*, 17 Out. 1974]²

Que tipo de capitalismo existe em Portugal? Como se comportou nos últimos anos e como atravessou a crise colonial? Como se vai adaptar à perda das colónias como terreno de exploração? Qual será a sua estratégia na actual fase do processo político português: de que modo irá jogar nele? Como vai orientar o Estado democrático a sua intervenção política no processo de desenvolvimento capitalista? E qual irá ser o papel da classe trabalhadora nesse processo?

Para estas e outras perguntas procurámos uma resposta juntamente com João Martins Pereira, por ser um dos homens que melhor tem reflectido em Portugal sobre a relação do político com o económico, não só em trabalhos dispersos, como em dois ensaios *Pensar Portugal Hoje*, editado em 1971, e *Indústria, Ideologia e Quotidiano (Ensaio sobre o Capitalismo em Portugal)*, acabado de sair do prelo.

VM – *A primeira questão que lhe queria pôr era relativa à estrutura da concentração capitalista portuguesa. É vulgar dizer-se que Portugal pertence a meia dúzia de famílias, mas nem sempre há uma ideia muito clara acerca do grau dessa concentração. Você no seu livro chegou à conclusão que há três grupos (CUF, Sacor e Champalimaud) que detêm 40% do capital das 186 empresas industriais que analisou e se situam entre as maiores empresas do país, e que mais três outros grupos (o dos bancos Borges, Português do Atlântico e Espírito Santo) integram outra parte importante das restantes 186 empresas; e ainda que parte importante das empresas não integradas em nenhum deles estão dependentes, quer por via comercial quer por via financeira. De tudo isto se parece concluir que efectivamente estes grupos têm um papel dominante e controlam praticamente toda a indústria portuguesa. Quer isto dizer que existe, de facto, um grande capitalismo português?*

JMP – A isso eu posso responder que, assim como é frequente ouvir dizer que o capitalismo português é dominado por meia dúzia de famílias, também é frequente ouvir dizer que a indústria portuguesa é altamente pulverizada. Parece haver uma certa contradição no meio disto tudo. Isto deriva de dois critérios de apreciação. Apreciação em termos dimensionais, pelo que se verifica que há muito poucas grandes empresas, parece-me um critério errado para avaliar a concentração do capital, porque numa

² *Vida Mundial*, nº 1831 (17 Out. 1974), p. 25-35.

economia em que é absolutamente dominante o modo de produção capitalista, numa economia completamente monetarizada, o que dá uma noção do grau de concentração não pode deixar de ser a concentração do capital financeiro. É através do sistema financeiro que se materializa a acumulação, que se faz todo o controle e toda a circulação do capital-dinheiro. Se utilizarmos este segundo critério de apreciação não pode haver dúvidas de que Portugal é, certamente, um dos países onde o capital se encontra mais concentrado. E isto até por uma razão, a de o sistema bancário ser dominado por seis grandes bancos comerciais que têm na mão praticamente o crédito em Portugal e que estão ligados a grandes grupos industriais ou têm eles próprios fortes interesses industriais. Através deste sistema, um pequeno número de grupos financeiros e industriais, quer de base bancária, quer de base industrial, controlam, de facto, não direi a totalidade mas uma muito larga parcela das actividades económicas em Portugal. E tanto assim é que, desde o 25 de Abril, sempre que se fala de caos económico vai-se sempre parar ao problema do crédito. A banca é acusada de estar a fazer sabotagem económica: as pequenas empresas, a construção civil, todos se queixam de falta de crédito. E não deixa de ser curioso que, cinco meses depois do 25 de Abril, não tenham sido tomadas quaisquer medidas radicais de controle e orientação desse crédito, pois dá ideia de que seria uma actuação de necessidade imediata. A banca continua a funcionar em roda livre. Ora é aí que reside o nó da concentração capitalista em Portugal.

CAPITALISMO TRADICIONAL E TECNOCRÁTICO

VM – *No seu livro faz também uma análise ideológica do capitalismo português, em que distingue grosso modo dois tipos de ideologia no capitalismo português: uma a que chama tradicional e outra capitalista tecnocrática. Por ideologia capitalista tradicional entende a relativa a sectores da burguesia que mais beneficiaram da exploração colonial, que acumularam capital à custa da exploração do trabalho do negro, ou os constituídos por proprietários latifundiários e por uma pequena burguesia comercial e industrial. Digamos que este grupo ideológico, sobretudo no que diz respeito aos grandes proprietários da terra, foi o sustentáculo político do primeiro período do fascismo chamado Estado Novo. Quanto à ideologia capitalista tecnocrática, V. considera que ela foi veiculada por um grupo de políticos tecnocratas, que surge mais ou menos com a subida de Marcelo Caetano ao poder e que corresponde aos interesses de uma grande burguesia industrial e financeira, embora esta não reconhecesse ainda essa ideologia como sua. Aliás V. afirma no seu livro, a páginas tantas, que “foi preciso o tratamento de choque do 25 de Abril para conduzir estes tecnocratas ao primeiro plano da intervenção política.”*

JMP – Esse tipo a que chamo capitalista tradicional resulta do modo como se desenvolveu e expandiu o sistema capitalista em Portugal durante o Estado Novo. Trata-se de um capitalismo que nunca conheceu aquilo que, à primeira vista, é característico de todas as fases de industrialização, isto é, um regime de livre concorrência, em que tivesse de defrontar diariamente os problemas que lhe são levantados, dentro da própria burguesia, pela competição que constitui parte essencial da sua dinâmica interna. Por outro lado, nunca se viu confrontado directamente com um problema de luta de classes que obrigasse uma classe capitalista a assumir-se como tal face a outra classe. Na fase de industrialização que se seguiu à segunda guerra mundial e posteriormente se intensificou, o único problema que se levantava era, sempre que havia uma greve ou um conflito mais agudo, pura e simplesmente chamar a polícia (que, entretanto, convinha ir mantendo informada...). A luta de classes era desenvolvida para as instâncias políticas, por sua vez muito ligadas aos sectores dominantes (inicialmente muito ligados à terra e, numa segunda fase, mais directamente industriais e financeiros). Isto levou a que os empresários mantivessem uma ideologia ainda inspirada no ruralismo, agravada ainda por interesses coloniais, que não eram evidentemente de natureza a inspirar empresários “modernos e dinâmicos”. A exploração colonial foi feita por um país financeiramente pouco poderoso e incidiu muito na exploração agrícola, tendo os investimentos mais importantes sido feitos normalmente por interesses estrangeiros, nomeadamente nos transportes e nas minas.

VM – Nesta fase em que dominava o slogan “Portugal é um país essencialmente agrícola”, quase não se pode falar da existência de um capitalismo em Portugal, ou o que existia era muito incipiente.

JMP – Havia já estruturas capitalistas. Mas tudo isso tinha ainda muito de rural. Um país nessa altura muito isolado politicamente, um nacionalismo muito exacerbado, um virar para as colónias, para a “grandeza” em termos de império colonial, tudo isto suportou a criação de um sector industrial muito protegido, o lançamento de empresários industriais e bancários – núcleos do futuro capitalismo mais desenvolvido dos anos 50 e 60 – completamente virados para o passado, para os valores da terra e das colónias, de modo nenhum integrados naquele grande movimento de reconstrução capitalista da Europa do pós-guerra. Isso dá a esses empresários a ideia de que dominam o processo histórico e é isso que faz com que nos anos 60 eles sofram um choque enorme, ao descobrir que há determinados factores que lhes escapam completamente e que põem em causa este

modo de vida relativamente contemplativo em que só tinham privilégios a gozar e que os vai obrigar a tomar uma certa consciência de que o capitalismo não era exactamente aquilo. Os factores que vieram pôr em causa esta calma em que vivia o capitalismo português foram a guerra colonial que surgiu, quase diríamos, de surpresa, a emigração e um princípio de integração na economia europeia que, na realidade, foi imposta ao capitalismo português.

Passaram anos em que, praticamente, nada mais se fez do que assistir à partida maciça dos trabalhadores portugueses, à resposta aos problemas coloniais com uma guerra de extermínio. Foi preciso a morte de Salazar para o capitalismo tentar encontrar uma resposta. No seio dos próprios grupos capitalistas começou a surgir, embora não ao nível dos detentores do capital, um conjunto de economistas e engenheiros, homens que se começaram a aperceber de que o capitalismo *não era aquilo* e que a única salvação para a economia portuguesa integrada num sistema capitalista moderno, eram o desenvolvimento, a racionalidade, a organização, a produtividade, a própria confrontação com sindicatos com quem se pudesse falar e negociar abertamente. Estes homens apostaram no marcelismo e jogaram a sua carta política, admitindo a possibilidade de que fosse possível, digamos, uma “transição pacífica” para um sistema capitalista moderno. São eles porta-vozes dessa ideologia tecnocrática. Ao nível dos detentores do capital dos grandes grupos monopolistas julgo que bem poucos se terão apercebido dessa evolução necessária, embora no que respeita às suas ligações coloniais seja evidente, nos últimos anos do fascismo em Portugal, uma grande desvinculação ou retracção (ou, dentro de outra estratégia, um reforço da articulação com os centros imperialistas), com excepção daqueles cuja base de acumulação se centrava na exploração de produtos coloniais, evoluindo no sentido de estarem preparados, pelo menos para uma autonomia gradual que, a certa altura, Marcelo começou a “esboçar”. Penso que, mesmo sem os capitalistas se reconhecerem nessa ideologia tecnocrática inteiramente, de facto estavam a reunir-se as condições para haver uma certa convergência ideológica, isto é, para que os detentores do capital pudessem finalmente assumir a sua condição de capitalistas modernos.

VM – Há apesar de tudo algumas contradições nas suas teses. Como é que os grandes capitalistas não apoiaram politicamente esses porta-vozes de uma ideologia que defendia os seus interesses mais imediatos e se identificaram muitas vezes com o grupo da ideologia tradicional. Aliás V., no seu primeiro livro, Pensar Portugal Hoje afirma que a passagem do

Estado Novo para o Estado Social seria uma adaptação das estruturas políticas à passagem do domínio do sector agrário-comercial para o sector financeiro-industrial. As coisas não são portanto tão lineares como V. apresenta. Houve efectivamente uma fase bastante confusa na intervenção deste grupo tecnocrata e na evolução do regime Marcelo Caetano e no próprio comportamento dos principais grupos capitalistas. É certo que a gente sabe que a evolução do regime Marcelo Caetano é fundamentalmente travada pela guerra colonial.

JMP – Pois eu julgo mesmo que não há explicações lineares: não as há, com certeza, para explicar o essencial do que se passou. De facto, houve aquilo a que eu chamo um “bloqueio ideológico” total, que o regime fascista se impôs no plano da guerra colonial, é certo, e que paralisou totalmente qualquer possibilidade de transição pacífica. No meu primeiro livro, publicado quando se estava na “fase tecnocrática”, dou a entender que o sistema capitalista exigirá uma “liberalização” política. Mantenho aquilo que disse, simplesmente, nesta altura podia pensar-se, e os tecnocratas pensavam, que fosse possível fazer essa transição sem haver um corte total, que fosse possível politicamente fazer uma “liberalização” gradual conducente a um capitalismo dinâmico, fatalmente necessário porque o capitalismo é efectivamente um modo de produção que está condenado a não parar. Na realidade, este bloqueio ideológico total, suportado por forças ainda ligadas à terra, que mantiveram até ao fim, já não uma preponderância económica, mas ideológica extremamente forte, e pelos capitalistas mais ligados aos interesses coloniais e que eram completamente incapazes sequer de pensar em termos neocoloniais, condenou irremediavelmente o fascismo (a quem as lutas dos movimentos de libertação davam por fim o golpe de misericórdia). Provavelmente não havia outra saída senão a ruptura que, em termos de projecto capitalista, é naturalmente muito mais traumatizante. Eu acredito que os mesmos tecnocratas que apostaram no marcelismo, e muitos dos quais voltaram ao de cima da política e da economia com o 25 de Abril, apostam agora abertamente numa democracia de tipo ocidental que – esperam eles – lhes traga as respostas que esse marcelismo se revelou incapaz de lhes dar.

O CAPITALISMO PORTUGUÊS FACE À DESCOLONIZAÇÃO

VM – *Vamos tentar aprofundar um pouco mais a questão colonial. Ainda agora falámos de guerra colonial como factor decisivo na evolução recente do problema político português. Mas como estamos a falar preponderantemente do que é e do que vai ser o capitalismo português, vejamos relativamente a África o que foi e o que irá ser o comportamento desse capitalismo. Dá-me ideia que, de África, o capitalismo português aproveitou apenas, como V. aliás já referiu, resultados de uma super-exploração da mão-de-obra africana,*

fundamentalmente no sector agrário e no aproveitamento de certas matérias-primas, e estas muito rudimentares relativamente a um grande desenvolvimento industrial. Estamos na situação de sermos o único país colonialista cujo povo não prosperou com a exploração colonial. Apesar de termos tido um império colonial tão vasto, continuamos a ser um país subdesenvolvido. De qualquer modo, as colónias já lá vão ou estão a ir. Como irá passar o capitalismo português sem as colónias? Vai ficar abalado? Vai adaptar-se a formas neocolonialistas? No seu primeiro livro V. já afirmava que o capitalismo se encontrava em fase de integração no espaço capitalista mundial. No segundo livro chega a adiantar a hipótese de alguns grupos capitalistas o terem começado a fazer muito mais rapidamente para se libertarem precisamente da dependência de África, prevendo já o resultado de uma descolonização e de uma independência, preparando as suas bases noutro terreno. Como é que o capitalismo português se vai adaptar à nova situação de deixar de dispor de um terreno de tão fácil exploração como as colónias?

JMP – Se voltarmos ao primeiro tema da nossa conversa e nos recordarmos que o capitalismo português é fortemente concentrado e há um certo número de grupos que, por uma ou outra via, mais directa ou indirectamente controlam a economia portuguesa, parece-me que convém examinar um pouco o tipo de ligações que esses grupos tinham com as colónias e o comportamento que parece terem adoptado nos últimos anos do fascismo, para ter uma ideia do impacte que a descolonização lhes causará. Não considerando agora toda aquela fase do princípio do século em que as colónias portuguesas praticamente foram pasto do capital inglês, o capitalismo português aproveitou-se das colónias para a exploração de algumas matérias-primas agrárias que, ou eram fonte de divisas, como o café ou o sisal, ou constituíam matérias-primas a preços muito baratos para uma incipiente indústria nacional, caso dos algodões, oleaginosas, açúcar. Além disso, as colónias constituíam mercados, não muito vastos mas importantes, para alguns produtos primários da economia portuguesa (os vinhos, os têxteis) e permitiram manter proveitosos interesses no domínio dos transportes marítimos (e, posteriormente, aéreos), monopólio de transportes que foi bastante rendoso. Mas, na realidade, os grupos que, a certa altura, emergiram como dominantes na economia portuguesa mantiveram o núcleo fundamental dos seus interesses económicos aqui na Europa. Um grupo CUF teve sempre relativamente poucos investimentos fixos nas colónias, apenas algumas pequenas fábricas. Tinha na Guiné a sua coutada do amendoim, de que se viu livre quando o PAIGC começou a tomar conta do território, e não teve dificuldades em reconverter as suas fontes de matérias-primas.

Hoje, não creio que seja minimamente afectado pela independência daquela colónia. No que respeita a Moçambique os seus interesses eram relativamente reduzidos.

VM – *O caso do grupo Champalimaud já é diferente... em Moçambique tem interesses industriais bastante fortes.*

JMP – Em Moçambique e também em Angola. O grupo Champalimaud é de facto – eu diria contrariamente ao que por aí é afirmado – o único grupo capitalista de tipo internacional que existe em Portugal. É frequente ouvir-se dizer que o único grupo económico português digno desse nome (dentro dos conceitos internacionais) é o grupo CUF, mas eu penso que não. O grupo Champalimaud tem-se revelado muitíssimo mais dinâmico, com mais abertura para as ligações internacionais.

VM – *Quererá V. dizer que as ligações internacionais do grupo Champalimaud defendem mais a posição dos seus interesses nas colónias?*

JMP – Não, o que eu quero dizer com isto é que o grupo Champalimaud é aquele que tem maior flexibilidade para se adaptar. Eu posso explicitar: os grandes grupos internacionais que têm interesses em variadíssimos países estão constantemente submetidos a riscos políticos. É um dado da sua estratégia. Em certos casos, quando os seus interesses são fortemente afectados fazem intervir os meios políticos ou têm uma maleabilidade muito grande para jogar em vários tabuleiros. São muito mais flexíveis em termos ideológicos que os representantes daquele capitalismo tradicional em Portugal.

VM – *Aliás não está provado que o grupo Champalimaud tenha perdido já no tabuleiro das colónias...*

JMP – ... Pois, não está. E se perder alguma coisa faz parte do jogo. Se puder manter ali interesses e possivelmente reforçá-los com ligações internacionais, fazendo intervir capitais por outras vias, por exemplo, via Brasil, isso será a concretização da perspectiva neocolonialista.

Por outro lado, é preciso não esquecer que a colónia em que todos os grupos têm interesses mais fortes é aquela em que os dados não estão completamente lançados. É de esperar que esses grupos não fiquem alheios à evolução do problema angolano e procurem integrar-se numa forma qualquer de neocolonialismo que, já no caso de Moçambique, será provavelmente muito mais difícil.

VM – *Portanto, também não será de estranhar que seja relativamente ao caso de Angola que vai haver mais resistência à descolonização, até porque são aí muito fortes os interesses capitalistas internacionais.*

JMP – Angola é, de facto, um problema muito mais complexo e julgo que, quer o capitalismo português, quer o capitalismo internacional, e ambos em ligação, estão atentos.

VM – *Você entende, portanto, que a perda das colónias não vai abalar muito o sistema capitalista português.*

JMP – Eu julgo que não. Os resultados mais palpáveis vão ser o aumento de preço de algumas matérias-primas, que acabarão, em última análise, por ser pagas pelo consumidor/trabalhador. De qualquer modo, o preço do algodão já tinha sido liberalizado no regime anterior, o do açúcar estava para ser liberalizado em 30 de Abril. No fundo, tudo vai na integração do capitalismo português no capitalismo internacional.

VM – *Mas parece que a sua fraca integração no sistema capitalista internacional não lhe deixa grande margem para se defender das perdas que vai sofrer nas colónias, porque, apesar de tudo, alguma coisa vai perder.*

JMP – Após o 25 de Abril, há uma outra facilidade de estabelecimento de relações. Fala-se muito nos mercados de Leste, fala-se muito nos mercados africanos de países com quem não tínhamos relações. Há todo um campo possível onde o capitalismo português pode jogar. Aliás, já várias declarações foram feitas nesse sentido. Ainda recentemente o secretário de Estado da Indústria chamou a atenção para esses aspectos. Há agora toda uma abertura em relação a Portugal que pode vir a compensar quaisquer prejuízos. Isto, claro, do ponto de vista do capitalismo, do ponto de vista da classe dominante. Porque há toda uma outra série de condicionalismos de luta política interna que podem contrariar todas estas estratégias. Mas, no quadro de uma estratégia global do capitalismo, penso que as condições abertas pelo 25 de Abril são mais favoráveis do que as do regime anterior. Resta que, subjectivamente, os detentores do capital sejam capazes de assumir essas condições objectivas. Ora, estando nós numa fase em que é bem claro o primado da instância política, trata-se de saber como actuarão politicamente...

ESTABELECEMOS A “GESTÃO DA LUTA DE CLASSES”

VM – *Você acaba de bater num ponto que entronca numa questão que eu lhe queria pôr e que é, digamos, a da inserção da estratégia do capitalismo português na actual fase do*

processo político. Como é que ele vai adaptar-se e como é que ele vai jogar? É corrente a tese, e já falámos disso no decorrer desta entrevista, de que o regime fascista já não servia os interesses do capitalismo nacional e do seu desenvolvimento e de que o golpe do 25 de Abril lhe era necessário. Mas neste momento ainda não é muito clara a estratégia dos grupos capitalistas perante a nova situação política. Estou-me a lembrar daquele anúncio do MDE/S (Movimento Dinamizador da Empresa/Sociedade) que apareceu publicamente, assim como a grande resposta dos grandes grupos capitalistas nacionais à nova situação política. Mas aquilo tinha um aspecto um bocado caricato; não se tratava de um projecto válido de desenvolvimento capitalista. Os grandes empresários vinham declarar-se dispostos a fazer investimentos, alguns dos quais já estavam mais que programados desde o regime fascista e muitos outros nem sequer apontavam para sectores dinâmicos de desenvolvimento industrial. Não se percebeu se aquilo era uma manobra de diversão ou o resultado de uma incapacidade de resposta à nova situação política. Ora V. no seu livro até afirma que estavam criadas as condições económicas para se chegar a uma solução política como a do 25 de Abril.

JMP – Eu pego exactamente nessa ideia. Creio que, com poucas excepções, o 25 de Abril terá sido bem recebido (ou, pelo menos, com “benévola” expectativa) pelos interesses capitalistas mais importantes. No dia 26 de Abril os grandes empresários não estariam propriamente em pânico. Mas nas semanas que se seguiram, no mês de Maio, a explosão popular, as lutas que se desencadearam imediatamente, o aparecimento de forças políticas até aí clandestinas que as pessoas não estavam habituadas a olhar cara a cara, tudo isso fez de Maio um mês psicologicamente difícil para os detentores do capital, que se terão imaginado nas vésperas de uma revolução social que iria francamente mais longe do que eles desejavam. A esse clima do mês de Maio só faltou aquilo que parecia ser o seu corolário indispensável, isto é, a decisão por parte do poder político de tomar um certo número de medidas “fortes” nos campos económico e social. Isto não é de maneira nenhuma dizer que estavam reunidas em Portugal as condições para essa revolução social. De qualquer modo, uma coisa é certa: o próprio grande capital terá esperado que, nos dois primeiros meses após o 25 de Abril, fossem tomadas medidas de ataque bastante directo ao seu poder económico: nacionalizações, controle de crédito; noutro campo, medidas anunciadoras de uma reforma agrária. Nada disto surgiu.

VM – *Nem sequer chegaram a surgir as medidas antimonopolistas previstas no programa do Movimento das Forças Armadas.*

JMP – Nada disso aconteceu. Chegou a esboçar-se uma lei que daria ao Estado uma maioria de capital em certo número de sectores da economia portuguesa. Eu julgo, e penso que tenho elementos seguros para o dizer, que até para isso os detentores do capital estavam preparados, isto é, encontravam-se francamente na defensiva. Aí creio que jogaram muito na propaganda do caos económico, no que de resto foram apoiados pelos próprios partidos da coligação, pelo governo, e julgo que terão deliberadamente exagerado a imagem do seu próprio pânico. Conseguiram assustar o governo ao ponto de paralisar qualquer acção projectada naquele campo.

Passados cinco meses continua a não ter sido sequer definida uma simples política industrial, de investimentos públicos, de controle de crédito. Pelo contrário, já foram publicadas uma lei de greve, uma lei de reunião e de associação. Há toda uma preocupação mais no campo da institucionalização de uma nova legalidade...

VM – ... *Que tende a reprimir a iniciativa das classes trabalhadoras.*

JMP – Tendencialmente é isso que se tem visto. Ora, voltando à sua pergunta, parece-me difícil, neste momento, falar de uma estratégia global, uma estratégia consciente do capital como classe. Neste momento e mesmo tendo em conta que o 28 de Setembro a terá voltado a colocar na defensiva, se se pudesse falar de uma estratégia da grande burguesia portuguesa, ela resumir-se-ia nos seguintes pontos: por um lado estabelecer a institucionalização de um sindicalismo razoável, com quem se possa dialogar, com quem se possa discutir... Um sindicalismo que possa ele próprio evitar lutas de fábrica desordenadas. O capital precisa de ordem e presente (independentemente de “aventuras” cujo triunfo não deixaria de aproveitar...) que, nas condições actuais, já não pode ser a ordem fascista. É uma ordem que ponha, frente a uma Confederação da Indústria, um sindicalismo organizado, ele mesmo também defensor de um progresso na ordem. A lei da greve já foi publicada, agora anuncia-se a lei sindical, está em vias de criar-se esse quadro institucional...

VM – *De estabelecer as regras do jogo...*

JMP – ... Aquilo que eu chamaria a “gestão da luta de classes”. Um segundo ponto dessa estratégia da burguesia que se poderia delinear consiste em tirar partido, em várias linhas possíveis, simultaneamente das dificuldades das pequenas empresas, do desemprego e da inflação. Ora, tirar partido como? Por um lado, é uma forma de reforçar a concentração do capital. As falências, o desaparecimento de pequenas empresas com

produtividade baixa e tecnologia atrasada só levam a reforçar uma estrutura capitalista moderna, reconvertendo alguns sectores. No que respeita ao desemprego, em qualquer sistema capitalista a funcionar normalmente, o aumento do desemprego tende a baixar a combatividade das classes trabalhadoras.

VM – *E a baixar os níveis dos salários no mercado de trabalho.*

JMP – Exactamente. Depois aqui há vários mecanismos. Aposta-se em que, numa fase de desemprego, aqueles que conservam um emprego pensam duas vezes antes de fazer greve. Julgo que o capitalismo está a jogar no amortecimento das lutas dos trabalhadores através do espectro do desemprego, cálculo que, aliás, lhe pode sair errado. O mecanismo da inflação, pelo seu lado, vai fazer recuperar uma parte dos aumentos de salários concedidos e, em muitos casos, anulá-los e fazer manter uma certa taxa de lucro das empresas. O mecanismo inflacionista é, em princípio, sempre favorável ao capital e prejudicial para os trabalhadores. Mas também aqui, seria necessário controlar minimamente o processo. Resta saber se será possível...

VM – *Isso acaba de verificar-se. As classes trabalhadoras e a sensibilidade popular aperceberam-se que depois dos aumentos dos salários se verificou uma escalada de preços que já “comeu” aqueles aumentos. Embora se tenha anunciado subidas de preços só de alguns produtos, estes são do tipo dos que se repercutem imediatamente em cadeia. É o caso dos adubos, combustíveis, etc. Aliás, o primeiro-ministro afirmou há dias que a inflação não iria ser travada, relacionando a necessidade de inflação com o combate ao desemprego.*

JMP – Para absorver o desemprego há que fazer investimentos e o investimento é, em si, um acto inflacionista (e mais ainda se for aplicado em obras públicas), na medida em que cria rendimentos muito antes de que a produção resultante venha aumentar a oferta.

Mas vejamos o caso do MDE/S. Dentro desta estratégia capitalista, e não tomando o governo medidas destinadas a reactivar a economia, a contrariar esse famoso caos económico de que tanto se fala, julgo que o programa do MDE/S vem fundamentalmente preencher uma função de propaganda, de forma a tentar convencer os mais timoratos que só quem pode salvar este país são os capitalistas, porque são eles quem dispõe dos meios financeiros. Esta jogada representou de certo modo a passagem da defensiva, em que toda essa gente se encontrou depois do pânico dos primeiros tempos, a um primeiro passo da ofensiva, ofensiva essa a prosseguir em termos políticos, no sentido de conduzir a uma democracia com um governo de direita. Na perspectiva do jogo eleitoral, o grande

capital financiará determinado partido (ou partidos), e defenderá um governo democrático mais ou menos autoritário, se possível mais que menos. Mas, perguntar-se-á: como se insere nisto a escalada que conduziu ao 28 de Setembro? Parece evidente, até pelo simples exame do nome dos principais detidos, que os sectores activistas eram precisamente aqueles que liguei, no meu livro, às ideologias “passadistas” e ao “capitalismo tradicional”: sectores do capital aristocrático latifundiário e de base colonial, gente cujos ancestrais privilégios os impedem por completo de ultrapassar o tal “bloqueio ideológico” que levou o “fascismo” ao impasse. Não creio que o sector do grande capital mais “avançado” se tenha *directamente* comprometido, se bem que, até pela densa malha de relações familiares, possa ter prestado discreto apoio financeiro a uma aventura que sabia perigosa e cujos frutos, a prazo, se afiguravam duvidosos. As imediatas declarações da Confederação da Indústria de apoio à ordem democrática e ao governo fazem-me crer (sobretudo pelo seu conteúdo ideológico claramente “tecnocrático”) nesta interpretação.

O que não significa que não seja indispensável uma rigorosa vigilância, até pelos conhecidos apoios externos com que, para tais actos desesperados, os meios mais reaccionários sempre poderão contar, e que estão longe de ser para desprezar. De passagem, penso ser um grave erro político a identificação sistemática da “direita” com “fascismo”. Há forças sociais que é necessário combater politicamente, mas que não é possível apagar com uma borracha...

OS TRABALHADORES E A DINÂMICA CAPITALISTA

VM – *Já aflorámos a questão do novo Estado Democrático vir a desempenhar um papel de árbitro ou regulador da luta de classes. Por outro lado, no seu livro V. adianta a hipótese (e eu digo hipótese porque isso foi escrito nos dias seguintes ao 25 de Abril) de no novo sistema político “se reforçar a interpenetração de interesses entre os grupos monopolistas e o Estado”, no sentido de uma racionalização do sistema capitalista. Pode desenvolver esta ideia?*

JMP – No fundo, trata-se de admitir que o capitalismo português virá a tentar o modelo que já tem vindo a desenvolver-se nos países mais avançados. Um aumento da intervenção do Estado na economia pode ser considerado uma estratégia antimonopolista ou outra coisa qualquer. Ora convém não esquecer que se há lei fundamental do sistema capitalista é aquela que impõe uma concentração de capital cada vez maior. Portanto, a existência de um sector de Estado importante que, aparentemente pode aparecer como um ataque ao poder do capital privado, normalmente tem até um

efeito propulsor. No caso português, em que é conhecido o escasso dinamismo dos detentores do capital, a criação de um sector de Estado forte, se, por um lado, pode ser apresentado politicamente como um ataque ao poder monopolista, na realidade, a médio ou a longo prazo, poderá constituir um factor de dinamização e racionalização da economia capitalista. De qualquer modo, julgo que *de um ponto de vista político*, independentemente de ser apresentada como uma estratégia antimonopolista ou de se pensar que é ou que não é, teria sido importante que o Governo tivesse tomado um certo número de medidas bastante fortes no sentido de atingir certas bases da acumulação/concentração capitalista. De um ponto de vista da luta política em Portugal considero importante que isso tivesse sido feito muito rapidamente. É possível que as novas condições criadas pelo 28 de Setembro voltem a permitir uma intervenção deste tipo, que parecia cada vez mais impensável, à medida que o tempo corria...

VM – *Em que sectores pensa que o Estado poderia ter intervindo?*

JMP – Na altura em que esses propósitos intervencionistas apareceram, ainda durante o primeiro Governo Provisório, eram, segundo creio, as minas, a siderurgia, os petróleos, a petroquímica, a distribuição de energia. De qualquer modo, ficava de fora o campo do crédito, questão que já referi. Não há dúvida que se controla muito melhor o capitalismo neste país nacionalizando seis grandes bancos do que nacionalizando seis grandes unidades industriais.

VM – *Nacionalizar os bancos emissores que já eram praticamente do Estado não adianta praticamente nada.*

JMP – Pois não. O motor do crédito neste país, de todo o sistema financeiro, são os grandes bancos comerciais.

VM – *Resta-me uma última questão, acerca do papel da classe trabalhadora no processo de evolução política, do próprio processo de evolução do capitalismo português.*

JMP – Já vimos que o projecto capitalista (ou será só o dos seus ideólogos tecnocratas?) em Portugal será o de adquirir uma certa estabilização dentro de uma democracia de tipo mais ou menos ocidental e adquirir aquilo a que poderemos chamar uma “velocidade de cruzeiro”, mais ou menos veloz conforme as circunstâncias internas e externas. Mas é claro que tal “projecto” pressupõe que a classe dominante se continua a assumir como “motor” da História e que assimila demasiado sumariamente as condições (económicas e

políticas) em Portugal às que se verificam nas “democracias ocidentais”. Neste aspecto parece-me que o papel da classe trabalhadora deveria ser o de evitar que se atingisse esse regime de velocidade de cruzeiro em que, ao fim e ao cabo, a luta de classes se traduz por um certo jogo de *gentlemen*, que resolvem os seus conflitos a uma mesa de negociações e em que é o sistema capitalista que encontra aí a sua própria dinâmica. Por exemplo, relativamente à questão do desemprego: o capital aposta, como já vimos, em que a própria existência de um certo nível de desemprego fará baixar a combatividade dos trabalhadores.

VM – Mas, apesar de tudo, o desemprego está a ser um dos factores fundamentais do desenvolvimento da luta dos trabalhadores...

JMP – Pois justamente, aí temos um terreno de luta privilegiado: partir de uma situação de desemprego crescente para incentivar a luta dos trabalhadores contra despedimentos, exigindo o direito ao trabalho. Não quero de modo nenhum aventurar-me a prever, neste momento, o que irão ser as lutas dos trabalhadores e qual será o nível de consciência política das lutas que poderão vir a desenvolver. De qualquer modo, uma coisa é certa: se os trabalhadores deixarem que o capitalismo atinja essa fase de “prosperidade na evolução”, uma certa dinâmica estável, terão perdido uma parte do que “capitalizaram” em Maio de 74, e que, politicamente, terão “readquirido” com o 28 de Setembro.

VM – Neste capítulo há quem defenda a tese de que falta à classe trabalhadora um partido que a leve a recusar ou a não aceitar pacificamente as regras que o capitalismo lhe quer impor.

JMP – Desde Maio, multiplicaram-se em Portugal as lutas dos trabalhadores de uma forma espontânea, desordenada, em torno das mais variadas reivindicações, desde as mais “elementares” (subsistência imediata, aumentos salariais) às mais “avançadas” (condições de trabalho, contestação de hierarquias, saneamento político, autogestão, etc.). As organizações sindicais e as organizações políticas com mais forte implantação nas massas trabalhadoras têm tido por preocupação essencial enquadrar e pôr ordem nessas lutas, têm actuado sempre no sentido de as disciplinar “por cima”. Isto é, têm adoptado perante os trabalhadores a atitude paternalista, para não dizer autoritária, de lhes *transmitir* uma determinada linha política. E esta traduz-se muito simplesmente na adesão acrítica a tudo o que fizer o governo provisório, a tudo o que fizer o MFA. Ora, se

é certo que, pelo facto de em alguns sectores ou empresas os trabalhadores terem conduzido lutas exemplares de conteúdo político objectivo, não se deve daí concluir por um elevado grau de consciência política generalizado a todos os trabalhadores, não é menos certo que o aprofundamento dessa consciência, a capacidade de tradução política das lutas, têm de passar pelo desenvolvimento de um trabalho crítico e de uma articulação cada vez maior, tarefas que parece difícil virem a ser assumidas por aquelas organizações. É, assim, inevitável que, a mais ou menos longo prazo, serão os próprios trabalhadores a dar-se conta disso, e que o partido de vanguarda que unificará essas lutas terá de partir ou inserir-se na “prática” que nelas se exerce. Isto é, será nessas lutas que se forjarão os líderes políticos, e não inversamente...

VM – Mas isso só será possível se essas lutas assumirem formas avançadas e se não se acantonarem na simples luta sindical de negociação do contrato de trabalho.

JMP – A luta de classes é uma contraposição constante de uma legitimidade a uma legalidade. O problema do saneamento nas empresas privadas, por exemplo, em termos de legalidade não tem grande margem para discussão: o Estado não pode intervir nem exigir a substituição de um administrador de uma empresa privada. No entanto, os trabalhadores exigem-no e ninguém tem dúvidas de que é legítimo. É nestes momentos que se defrontam duas posições realmente antagónicas, que se confrontam: uma legitimidade e uma legalidade. É na medida em que situações destas se multipliquem e encontrem a sua expressão política, que eu penso se pode considerar que está a haver um avanço real na luta de classes.

VM – Mas quando eu lhe pus a questão também era noutro sentido, que era de considerar a possibilidade da luta de classes, feita no interior do sistema capitalista com regras bem definidas pela classe dominante, poder constituir ela própria um factor de dinamização do sistema.

JMP – Um dos mais fortes aguilhões para o aumento da produtividade é a pressão constante no sentido de aumento de salários...

VM – Eu chamo a atenção para esta questão porque me parece que se os trabalhadores não têm consciência de que a sua luta se circunscreve a determinados limites estão a fazer o jogo da consolidação do sistema capitalista.

JMP – O fundamental é ter sempre em vista a ultrapassagem dessas situações ou desses limites. Uma luta salarial efectivamente é indispensável, é correcta, é inelutável, mas é uma luta que, nas tais condições de “velocidade de cruzeiro”, é geralmente recuperável. Nas condições que se verificaram aqui em Maio já não é tão facilmente recuperável, é imediatamente (mesmo que “inconscientemente”) política e causa um choque num sistema que não está globalmente preparado para tal situação. A partir do momento em que se atinja uma certa estabilização, uma luta estritamente salarial é sempre recuperável pelos próprios mecanismos do sistema.

VM – *Digamos que, em Maio, não só o sistema capitalista não estava preparado para absorver o choque das lutas populares que se desenvolveram, como as próprias classes trabalhadoras não estavam preparadas para as fazer avançar até ao limite da ruptura.*

JMP – Não tenho ilusões de que se esteja a viver uma situação pré-revolucionária. Estamos numa fase em que se fizeram efectivamente avanços fundamentais e conquistas que creio em grande medida irreversíveis (sob reserva do que disse atrás). A sua consolidação passa simultaneamente por uma audácia política do poder, que até agora lhe tem faltado, mas que julgo estar de novo na ordem do dia, e pela capacidade que vierem a demonstrar os sectores mais avançados do proletariado de, a partir das várias lutas pontuais, formular os elementos de uma estratégia política que igualmente lhes tem faltado. Estes dois aspectos, que de nenhum modo são independentes, bem como certos factores de ordem externa (que não se podem excluir, dada a inserção de Portugal num determinado “bloco” económico e político), determinarão em boa parte a evolução política a curto prazo, curto prazo esse obviamente decisivo pois nele se inclui a data-charneira de Março de 1975. Da conjugação dialéctica de todos estes elementos resultará a resposta à questão crucial: que tipo de democracia é (ou não é) possível em Portugal?

PORTUGAL – UMA ECONOMIA EM PONTO DE VIRAGEM

“A estrutura das forças produtivas mantém-se praticamente idêntica”

Entrevista de Nuno Crato

[*Voz do Povo*, 31 Ago. 1979]³

João Martins Pereira, engenheiro, ex-assistente do actual Instituto Superior de Economia, secretário de Estado da Indústria e Tecnologia no IV Governo Provisório, é um estudioso dos problemas económicos portugueses com diversa obra publicada.

Na entrevista que hoje transcrevemos aborda diversos temas candentes, desde a análise das transformações reais provocadas na economia portuguesa no período pós-25 de Abril e suas implicações no Portugal de hoje, até aos confrontos entre os diversos projectos económicos e a integração europeia.

Portugal, uma economia em ponto de viragem – é o tema geral deste depoimento com que se prossegue a série de grandes entrevistas.

VP – *Antes de entrarmos propriamente no objecto desta entrevista (que se centra sobretudo nos problemas actuais da economia portuguesa), seria talvez útil traçar uma panorâmica das principais diferenças entre a situação económica antes e depois do 25 de Abril.*

JMP – Se compararmos a economia portuguesa *hoje* com o que era no período que precedeu o 25 de Abril podemos dizer, *primeiro*, que a estrutura das forças produtivas se mantém praticamente idêntica, o que não é de surpreender, pois as alterações de estrutura só são detectáveis a médio/longo prazo; é contudo importante salientar que nunca houve desde o 25 de Abril uma *intenção* clara, assente num projecto global consistente, no sentido de alterar essa estrutura e que, a continuar idêntica tendência, será o processo de integração europeia a determinar tal alteração – e essa será provavelmente profunda e comandada exclusivamente do exterior pelos mecanismos do mercado internacional, logo, da divisão internacional do trabalho. *Segundo*, importa notar que houve importantes alterações nos domínios das relações jurídicas (ou aparentes) de produção, já que a propriedade dos meios de produção fundamentais (a terra alentejana, grandes empresas de sectores básicos) foi subtraída aos seus anteriores proprietários privados e está hoje directamente nas mãos do Estado ou de colectivos de produção.

³ *Voz do Povo*, 31 Ago. 1979, p. 13.

Terceiro, no campo das reais relações de produção, económicas e sociais, há que distinguir: no domínio das relações *sociais* de produção, houve indiscutíveis modificações, quer devido às novas formas de propriedade e exploração da terra por colectivos de trabalhadores, quer em termos de relação de poder nas empresas (aliás muito variáveis segundo a sua dimensão, natureza e localização), quer, sobretudo, no campo da liberdade de acção sindical e da legislação laboral. Enfim, no domínio das relações económicas de produção, pode dizer-se que não houve alterações *essenciais*: é o mercado, nacional ou internacional, ou o Estado, por meio de uma política de preços sem consistência e não sujeita a qualquer tipo de planificação (pelo contrário, sujeita a regras impostas pelo FMI, e portanto inspiradas na mais rígida ortodoxia teórica, visando uma cada vez maior liberalização dos mecanismos do mercado), que determina a formação ou não formação de excedentes nos vários sectores, e que dessa forma anárquica “orientam” a produção, a acumulação e a repartição.

Resta acrescentar que, no domínio da distribuição dos rendimentos *ainda se verifica* hoje, relativamente a antes do 25 de Abril, uma estrutura mais favorável às categorias de mais baixos rendimentos e mais desfavorável às de mais altos rendimentos, mas a evolução previsível não é particularmente animadora. Finalmente no domínio da dependência externa, pode afirmar-se sem discussão que ela é hoje substancialmente *mais* constrangedora (por ter uma importante componente financeira, traduzida por uma elevadíssima dívida externa) do que antes do 25 de Abril.

VP – *Apesar do retrocesso hoje verificado foram em 1975 tomadas medidas de certa importância. Poder-se-á, contudo, falar em medidas de carácter socialista?*

JMP – Foram tomadas medidas, ou desencadeadas acções, que são *condição* de um avanço no sentido socialista – mas como este se não fez, e ele é sobretudo do domínio do *político*, elas vieram a perder esse carácter, digamos, *subjacente*. Elas foram, ainda assim, vastas e contundentes (e basta pensar na terra e na banca), pelo que a burguesia portuguesa, que ainda não conseguiu “reencontrar-se”, até agora apenas foi capaz de agir por omissão ou obstrução. Serviu-se do poder político para não planificar, fazendo perder o sentido primário de uma apropriação de meios de produção visando uma transição para o socialismo, para criar dificuldades aos sectores nacionalizados ou geridos colectivamente (nomeadamente na zona da Reforma Agrária) e, sobretudo para desprestigiar, com óbvios efeitos políticos, o sector público e criar dele uma imagem de desperdício e desgoverno de que, é claro, é ela própria a responsável. Mas o verdadeiro

ataque ao sector público ainda está para vir. Convém, aliás, sublinhar, que a burguesia portuguesa, habituada aos antigos protecționismos e reservas de actividade, nem sequer se tem mostrado capaz de, tal como em outros países, pôr o sector público decididamente ao serviço da acumulação privada.

VP – *Mas, em definitivo, quem detinha o poder económico antes do 25 de Novembro e quem o detém hoje? Em função disso, justifica-se, por exemplo, pedir sacrifícios aos trabalhadores no período da “batalha da produção”?*

JMP – Dado que depois do 11 de Março, o poder económico se encontra essencialmente nas mãos do Estado ou sob seu controlo, a resposta à sua pergunta não é mais do que uma tentativa para identificar a natureza de classe do poder político desde então. Ora nem sempre é fácil caracterizar a natureza de classe dos poderes provisórios em fases pré-revolucionárias como a que precedeu o 25 de Novembro. Mas, se atendermos não só à composição partidária dos governos provisórios, mesmo depois do 11 de Março, ao seu comportamento político sempre buscando compromissos impossíveis, e, enfim, à forte componente militar do regime da altura em que pontificavam jovens oficiais de extracção pequeno-burguesa, generosos mas inexperientes, poderemos admitir tratar-se de um poder político assente numa pequena burguesia cuja fracção radicalizada imaginou por um tempo poder liderar as lutas populares e a conquista do poder pelos trabalhadores. O próprio comportamento do PCP não pode ser excluído desta mesma perspectiva: ora moderando e refreando os movimentos reivindicativos, sobretudo no campo industrial, ora radicalizando certas acções, como sucedeu a partir de certa altura no domínio das ocupações de terras, sem ter em conta as relações de força reais e as alianças indispensáveis (nomeadamente com os pequenos camponeses). Daí que a acção do PCP tenha vindo finalmente a poder ser interpretada como uma simples estratégia de conquista de posições nos aparelhos de poder que, por não ter sido levada a termo, acabou por ser pouco duradoura e politicamente contraproducente. Isto, se excluirmos a hipótese, que julgo absurda, de que a sua estratégia tenha visado *exclusivamente* assegurar uma descolonização (em particular em Angola) favorável a interesses que lhe são internacionalmente afins.

Resta acrescentar que, nestas condições, se tornaria impossível, como foi, uma mobilização maciça dos trabalhadores para a aceitação de sacrifícios ou para uma batalha de produção, cujas contrapartidas eram duvidosas, estando no poder quem estava.

Depois do 25 de Novembro, é ainda a pequena burguesia, liberta da sua fracção “radical”, que se instala no poder pela mão do PS. A sua prática política torna-o evidente, sem ser necessário explicá-la em pormenor. Os governos subsequentes, os chamados de iniciativa presidencial, já se encontram mais próximos dos interesses de uma grande burguesia que, no entanto, não detém, *de facto*, o poder económico. Mas essa grande burguesia “fantasma”, ideologicamente pujante, se não mesmo dominante, ainda se vê obrigada, no plano político, a uma acção desconexa e pouco segura, muito apoiada na “classe política” pequeno-burguesa, justamente porque não detém, ela própria, o poder económico: escapam-lhe as fontes fundamentais de acumulação e o poder financeiro.

O actual governo é, nesta perspectiva, claramente de *transição*: na sua composição é predominantemente tecnocrata – e já recentemente demonstrei as afinidades entre o projecto político-económico de um Sousa Franco e o do efémero governo Nobre da Costa –, enquanto na sua linguagem, sobretudo a da primeira-ministra, é a de um idealismo missionário, de raiz católico-progressista, muito virado para as questões sociais. Julgo que nenhuma das coisas constitui, na actual situação portuguesa, um projecto sólido, isto é, representativo dos interesses de uma base social suficientemente ampla. Mas podem, um ou outro, ou ambos, ser embriões de projectos ainda por definir.

VP – *Poder-se-á, apesar disso, falar hoje na existência de um sector “não capitalista”?*

JMP – Não penso que se possa dizê-lo. Todos os sectores estão submetidos à lógica do sistema capitalista. O que existem é sectores, ou unidades produtivas, em que os trabalhadores aceitam voluntariamente, para manter o seu controle sobre elas e para ter o sentimento de que não têm patrão, fazer os sacrifícios que, de outro modo, lhes seriam impostos por um patrão. É de algum modo, em escala certamente maior, o mesmo que sucede com as cooperativas que existem em qualquer país capitalista. Tais sectores ou unidades produtivas estão obrigados a submeter-se às regras do jogo capitalista, pela via do sistema de preços e sob pressão dos detentores do crédito (o Estado), sob pena de estrangulamento ou falência. Isto faz com que, ainda que *dentro* de uma dada unidade produtiva possam existir relações de trabalho mais motivadoras e de solidariedade colectiva, a *lógica* a que a produção está submetida não é de nenhum modo a de um objectivo planificado e colectivamente assumido, em sintonia com todos os outros trabalhadores, mas a de uma sobrevivência ameaçada por um poder político que, em lugar de apoiar a sua acção (técnica, financeira e politicamente) e procurar generalizá-la

dentro de um quadro de planificação, tenta obstruí-la e dispõe de meios poderosos para o fazer: os preços, o crédito, a não-assistência técnica e a GNR.

Quanto ao sector público propriamente dito, não creio que alguém julgue possível designá-lo como “não-capitalista”: simplesmente a sua propriedade não está em mãos privadas. Isto pode ser politicamente importante, mas não é suficiente para lhe dar esse carácter, como já referi acima.

VP – Voltando ao problema dos detentores do poder económico: qual o papel das multinacionais na economia portuguesa?

JMP – Nunca existiu em Portugal um poder económico *concentrado* por parte de nenhuma multinacional. Neste aspecto, por exemplo, o caso português é substancialmente distinto do caso chileno, ou de outros países em que o peso de uma só ou poucas multinacionais é esmagador na sua economia (ex. Firestone na Libéria, United Fruit em várias repúblicas centro-americanas, etc.). Em Portugal isso nunca sucedeu: sem abundantes matérias-primas de valor estratégico, Portugal nunca interessou os grandes potentados mineiros ou os gigantes do petróleo; com um mercado de pequena dimensão, também não atraiu as multinacionais do automóvel ou dos electrodomésticos, que preferiam ter aqui os seus agentes comerciais (as pequenas linhas de montagem de automóveis, impostas por uma legislação aberrante, nunca representaram interesses importantes e apenas serviram para ir mantendo uma posição comercial no mercado português). O único recurso nacional que poderia interessar as multinacionais – a mão-de-obra barata – foi utilizado também em unidades de pequena dimensão e com um capital mínimo, sobretudo nos sectores da electrónica, das confecções, dos instrumentos de precisão, etc. De qualquer modo, os interesses em Portugal de cada multinacional individualmente eram bastante reduzidos e com pouco peso na economia nacional. Como excepções apenas se pode apontar os interesses estrangeiros numa LISNAVE, no sector da celulose, no do material eléctrico pesado, e pouco mais. Mas aí, se excluirmos o caso da SIEMENS, não se tratava de multinacionais.

Aliás, basta ver como actuaram as multinacionais depois do 25 de Abril para compreender o que acabamos de dizer. De facto, nenhuma multinacional, por si só, dispunha em Portugal de poder suficiente para se lançar em operações como as da ITT ou das empresas do cobre no Chile, nem, de resto, os seus interesses aqui o justificariam. Mas tão-pouco lhes interessava facilitar a vida a governos que lhes não davam a garantia de poder prosseguir as suas actividades como até então. Sendo assim, restava-lhes fazer o

que fizeram: quer acções conjuntas, quer a criação de sucessivos problemas, que obrigassem os governos a ter permanentemente de “acorrer a fogos”, que lhes não desse tempo para definir e aplicar políticas globais. Apenas alguns exemplos: pouco depois do 25 de Abril todas as multinacionais do sector da electrónica ameaçaram cessar a sua actividade em Portugal, o que representaria mais de 20 000 trabalhadores no desemprego. Quanto à ITT, sabe-se os problemas que criou através da Standard Eléctrica, mas nem todos conhecerão que, já depois do 11 de Março, “descobriu” uma enorme crise na construção civil na Alemanha, pelo que a sua subsidiária naquele país que assegurava a compra das torneiras produzidas na Oliva, deixou de poder adquirir essa produção. É essa mesma ITT que, já depois do 25 de Novembro, faz ao governo tais reivindicações de compensações pelos prejuízos sofridos (!) que o secretário de Estado da Indústria do I Governo Constitucional, Trigo de Moraes, se vê obrigado a pôr fora do seu gabinete o enviado da ITT a Portugal – do que resultou... a saída do governo do eng. Trigo de Moraes. Outro caso pouco conhecido é, na mesma linha, o anúncio pela General Motors, em Junho de 75, da decisão tomada pelo seu Conselho de Administração de cessar a sua actividade de montagem em Portugal: a mesma GM que, posteriormente, expandiu essa actividade e se vangloria hoje de estar a exportar novos fabricos realizados em Portugal! E por aí adiante: foram numerosos os casos de multinacionais que se propunham vender as suas unidades ou participações ao Estado Português, o que obrigava, de cada vez, a ter de estudar o assunto, consultar o Ministério das Finanças, etc., etc.

Em resumo, foi uma autêntica estratégia de desgaste, única possível nas condições de “pulverização” dos interesses das multinacionais, mas que teve obviamente a sua eficácia.

Resta acrescentar que podemos estar a assistir a uma viragem neste campo: o projecto Renault é verdadeiramente o primeiro projecto importante de uma multinacional em Portugal. E o da Ford, cuja situação neste momento não é clara, sê-lo-ia igualmente. Estes investimentos são de natureza a inserir-se harmoniosamente no “projecto tecnocrático” de que já falei, mas para o qual ainda não se vê claramente quais os interesses nacionais que o suportarão.

VP – Estando os problemas económicos na base, afinal, das contradições políticas, como se devem interpretar os diferentes projectos económicos? Ou seja, é possível identificar os principais partidos políticos com modelos económicos bem definidos e, a ser assim, qual a viabilidade de tais modelos?

JMP – Não é fácil responder de forma sucinta a essa pergunta. Mas, se começarmos pelo PS, até ver, o maior dos partidos hoje existentes, não custará constatar que não tem qualquer modelo económico bem definido: teve perto de dois anos para aplicar as suas ideias nesse domínio e foi o que se viu. Não esboçou qualquer tentativa nem sequer para planificar o sector público produtivo, e era o menos que se podia exigir a um partido que se diz socialista. Pelo contrário, pareceu muito mais interessado em deixar jogar livremente as forças do mercado, mas sem que se visse em quem pretendia apoiar-se: dado o número de trabalhadores que constitui a sua base *eleitoral*, era-lhe difícil apoiar-se claramente nos sectores patronais... Ficou-se, então, na total ambiguidade: fez aprovar leis do agrado patronal, mas depois protelou a sua regulamentação e aplicação. As actuais preocupações eleitorais obrigam-no a manter a mesma ambiguidade e indefinição. Daí que não possa evitar a imagem de partido de “clientelas”, a quem sobretudo interessa ter lugares para distribuir pelos seus fiéis, muito mais do que fazer propostas concretas e críveis no domínio económico ou noutra qualquer.

Por isso quando se fala em modelos económicos em confronto, ou mesmo em “modelos de sociedade”, o que se põe geralmente é um modelo assente no mercado, ou mais intervencionista (social-democrata) ou mais liberal – que, no caso português, tenderiam a ser representados respectivamente pelo PSD e pelo CDS –, e um modelo de planificação central ou “colectivista”, que em Portugal seria representado pelos partidos que se reclamam do marxismo-leninismo, como o PCP e a UDP.

Ora tudo isto é demasiado sumário e, sobretudo, é indispensável ter presente que não existe sistema económico desligado do sistema político e das relações de forças sociais. Sucede que o contexto português é, como já disse, muito peculiar: os mecanismos económicos são de natureza capitalista (é o mercado que comanda a produção), enquanto que as fontes principais de acumulação não são privadas mas estatais ou “colectivas”. Um sistema de mercado livre exigiria que estas últimas fossem, pelo menos em boa parte, privadas, o que é politicamente inviável dentro dos quadros democráticos; um sistema de planificação central exigiria uma relação de forças a nível político que não se afigura provável de atingir a curto prazo. Destas “impossibilidades” resulta que as propostas dos partidos são, de facto, inconsistentes e oferecem pouca credibilidade. Tem-se especulado muito sobre o descrédito em que tem vindo a cair o sistema partidário: talvez isso tenha que ver com a imagem que dão de serem simples máquinas de chegar ao poder, mostrando-se incapazes de propor soluções articuladas e compreensíveis para problemas enunciados com clareza e sem demagogia.

REVISÃO CONSTITUCIONAL: EM CAUSA A RECOMPOSIÇÃO DE MONOPÓLIOS

A formulação das aspirações de classe da burguesia não se traduz ainda em nenhum projecto global

Conclusão da entrevista de Nuno Crato

[*Voz do Povo*, 7 Set. 1979]⁴

Prosseguindo a série GRANDES ENTREVISTAS concluímos neste número o depoimento de João Martins Pereira sobre os problemas económicos com que actualmente se debate a sociedade portuguesa. Na primeira parte publicada no número anterior da *Voz do Povo*, o nosso entrevistado passou em revista as alterações na economia portuguesa provocadas pelo 25 de Abril, analisando as medidas dos governos provisórios e dos governos posteriores ao 25 de Novembro. Nesta segunda parte abordam-se sobretudo as consequências da política do FMI e da integração europeia.

VP – Verifica-se pois que existe um emaranhado de contradições que dificulta a identificação precisa de cada partido com determinado projecto económico bem demarcado. No entanto, a cada projecto político-económico correspondem certos interesses e determinações internacionais. Sendo a contradição entre os grandes partidos bastante visível e relativamente aguda não é possível identificar melhor os interesses de classe ou de fracções de classe, e as nuances entre os correspondentes projectos económicos que lhe estão na base?

JMP – A resposta a essa pergunta ultrapassa largamente o âmbito e a extensão desta entrevista e, nas condições presentes, não poderia deixar de situar-se ao nível das meras hipóteses. Na realidade, como já acentuei, a classe normalmente dominante num sistema capitalista estável é uma grande burguesia tendencialmente monopolista que arrasta ideologicamente classes e fracções de classe que, estando-lhe “sujeitas”, beneficiam dos compromissos políticos e económicos que aquela lhes assegura e patrocina. Ora, em Portugal, deixou de existir uma “grande burguesia monopolista”: a luta política tem-se aliás ultimamente desenrolado em torno da questão crucial que é a da existência ou não de condições para que ela se reconstitua, entre os que pretendem criá-las e os que se lhe opõem. O debate sobre a revisão constitucional é isso no essencial, e por isso as posições se vão radicalizando à medida que ela se avizinha. Ora sucede que, por um lado, os que se

⁴ *Voz do Povo*, 7 Set. 1979, p. 9.

opõem a essa reconstituição não se apresentam como “classe dominante alternativa”, o que implicaria um projecto alternativo suficientemente mobilizador. Por outro lado, as classes e fracções de classe que logicamente seriam favoráveis a tal processo não se identificam com qualquer projecto ou com qualquer partido e, dada a confusão geral que envolve a colocação das questões (com uma forte componente eleitoral), nem sequer se mostram capacitadas da necessidade de “compromissos”. Um caso evidente é o da CAP, que continua a oscilar entre o Presidente da República, o PSD, o CDS e sabe-se lá quem mais. A formulação das aspirações de classe está ainda numa fase primária, de tipo reivindicativo, incapaz de se traduzir num projecto global, ou de aderir a um que lhe seja proposto. É mesmo este, conjugado com a ausência de alternativa, um dos grandes perigos da situação portuguesa. Não o conseguindo as forças políticas existentes, corre-se o risco de ver aparecer um qualquer “grande unificador” dos vários interesses dispersos da burguesia, em nome de coisas tão simples como a lei e a ordem.

VP - Como se encaixa nesse quadro a intervenção do FMI e, a mais longo prazo, a política de integração na CEE?

JMP – Tudo isso tem obviamente que ver com essa mesma indefinição e é um corolário imediato dela. Foi o facto de o PS enquanto governo (VI Provisório, I Constitucional) não ter tido qualquer “projecto”, ter deixado a economia “entregue a si própria”, não ter utilizado o “poder económico” de que o Estado dispõe, e se ter preocupado muito mais com eleições do que com *soluções*, que tornou inevitável o recurso humilhante ao FMI e a hipoteca de Portugal, *por gerações*, aos credores externos.

Para o Fundo, o problema português é o de um corredor descontrolado, a todo o momento em risco de cair, e a quem o treinador diz: “O melhor é parar e depois recomeçar”. Dados os desequilíbrios vários na economia, trata-se de a fazer “estagnar”, e a partir daí o mercado livre, quanto mais livre melhor, se encarregará de manter os equilíbrios indispensáveis e de dar à economia a mais adequada configuração dentro do mercado mundial. É aqui que a lógica do Fundo é, finalmente, muito coincidente com a lógica da integração europeia: esta só será possível se a economia portuguesa tiver previamente sido “saneada” por um FMI, e ela própria (integração), ao inserir Portugal num mercado livre europeu, promoverá a “reestruturação” de uma economia mais compatível com os seus recursos.

A prosseguir a mesma incapacidade de utilizar o poder económico público para definir e aplicar um projecto económico autónomo, a continuar a “vontade de dependência” que

chega a assumir os mais caricatos traços de autoflagelação, o melhor que poderá suceder a Portugal é tornar-se numa segunda Irlanda, parente pobre dos Nove, que é hoje o pasto privilegiado de tudo quanto é “multinacional” neste mundo, que está a pagar por uma razoável “prosperidade económica” o preço de uma total entrega ao “capital sem pátria”, de uma dependência que bem poderá vir a desembocar a prazo numa aniquilação cultural.

VP – *Mas é concebível, afinal, num país como o nosso, uma política económica de independência e desenvolvimento?*

JMP – Devo desde logo dizer que, no estado em que os governos PS e seguintes colocaram a economia portuguesa, em particular no domínio do endividamento externo sem contrapartida no investimento produtivo, cada dia que passa se torna mais restrito o espaço de manobra de um governo que viesse a preocupar-se com o problema da independência. E também convém explicitar de imediato, para que não haja equívocos, que não existe independência absoluta, que não se trata (nem creio que alguém já o tenha proposto) de uma política de isolamento ou de economia totalmente fechada.

Mas o que há, indiscutivelmente, é *graus* de dependência e, sobretudo, há – ou não – critérios de decisão fundados na maior ou menor dependência dela decorrente. Ora é um facto que o grau de dependência português tem assustadoramente aumentado, por um lado, e por outro que nas decisões tomadas não intervém qualquer critério tendente a privilegiar as que impliquem “menor dependência”. Pelo contrário, não só os senhores do FMI mas também os do Banco Mundial, vêm aqui *dar ordens* (e não estou a exagerar: conheço o espírito de beata submissão com que as autoridades e gestores públicos acolhem estes senhores, que chegam a trazer “Planos” para substituir os inexistentes planos portugueses!). As próprias empresas estrangeiras que aqui vêm concorrer a trabalhos e projectos trazem hoje uma “arrogância” que só é explicável pelo facto de conhecerem até que ponto as suas concorrentes nacionais não recebem qualquer apoio, mesmo quando pertencem ao sector público! Noutra plano, a ânsia de investimentos estrangeiros aparece de tal forma desmedida, que é fácil aos candidatos negociarem em posição de força, e instalarem-se com mais reduzida participação nacional.

Enfim, o menos que se pode dizer é que a *inversão* desta “vontade de dependência” é algo que nos seria perfeitamente acessível, e que isso seria, de qualquer modo, o ponto de partida indispensável para formular uma política de desenvolvimento centrado sobre os nossos próprios interesses. Tal política teria de assentar sobre o *máximo*

aproveitamento dos recursos naturais, uma *rigorosa* planificação do sector público produtivo e das formas de controlo sobre o conjunto da economia, uma diversificação das relações externas (e as ex-colónias portuguesas são “*parceiros*” naturais que tudo se tem feito por afastar – e não é por acaso) e sobretudo numa *motivação colectiva* só possível se as grandes massas se reconhecerem e participarem na definição dos objectivos da comunidade, isto é, se estiverem convictas de que os sacrifícios necessários serão feitos em defesa das gerações futuras e não – como até agora – dos bolsos dos “novos ricos da democracia”. É bem claro que *nenhuma* das forças políticas hoje candidatas ao poder tem nada que ver com tal projecto. Ele só pode ser o de uma “nova esquerda” que infelizmente se não vislumbra. Mas as suas propostas estariam tão próximas daquilo em que *cada um* dos portugueses desejaria *acreditar*, daquilo por que cada um estaria disposto a *bater-se* que não devemos excluir a hipótese de que ela surja e ganhe uma dinâmica que hoje nos parece improvável.

n° 721

n° 3876

ESPRIT

Changer la culture
et la politique

Prague parmi nous
Le nouveau libre-échange
L'affaire Darquier

le Portugal
aspects d'une
démocratisation

Eugénio de Andrade, Nuno Bragança,
João Fatela, Eduardo Lourenço,
Artur Castro Neves, Alfredo Margarido,
João Martins Pereira, António Morão,
Diogo Pires Aurélio



1 Janvier 1979
France 25 F Étranger 26 F



PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS

LE MILITANTISME ET LES MOUVEMENTS COLLECTIFS

[*Esprit*, janvier 1979]⁵

Un tel sujet occupe une place de choix parmi les nombreux thèmes de réflexion agités par ceux qui cherchent aujourd'hui à comprendre pourquoi ils ont été si peu capables au moment même où les événements se déroulaient, de saisir ce qui se passait vraiment. Intellectuels, ils n'ont pas d'illusions, ils savent bien que, même si leurs instruments d'analyse avaient été plus adéquats à la situation vécue, cela n'aurait rien changé. Ils pensent pourtant que c'est leur rôle, le seul qui se justifie pour des intellectuels sans-parti, de contribuer à ce que d'autres, ici ou ailleurs, ne tombent pas dans les mêmes erreurs, ils pensent également qu'il leur revient de poser une pierre de plus dans l'édifice théorique des révolutions à venir. On a en effet le sentiment d'être encore en pleine phase d' "accumulation primitive culturelle" en ce qui concerne l'analyse des processus révolutionnaires dans des pays ayant atteint un certain degré d'industrialisation. Cela veut dire qu'il reste toujours à forger une "pensée" enracinée dans des expériences significatives, et capable de se constituer en "contreculture" permettant d'envisager autrement la transformation de ces formations sociales.

QUEL(S) POUVOIR(S)

S'il peut sembler évident que beaucoup des éléments qui composent cette "contreculture" sont déjà à l'oeuvre dans les sociétés industrielles depuis quelques années, on peut aussi s'interroger, ne serait-ce que parce que ces éléments sont en quelque sorte la répétition moderne de ceux qui, au long des siècles, ont constitué toutes les "utopies"; et il n'y a pas de raison que les conditions actuelles permettent aux "marginaux" (culturels) d'aujourd'hui d'être plus efficaces (socialement) au sein des sociétés modernes que leurs ancêtres dans les leurs. Dans une perspective historique, on peut constater la persistance de toute une famille de pensée "libertaire", selon les phases plus ou moins proches de l'action concrète, qui peut prendre des formes apparemment aussi distinctes que la formation d'un phalanstère ou une manifestation anti-nucléaire. Cela a mobilisé (et mobilise toujours) beaucoup de gens, cela a même fait

⁵ *Esprit*, n° 1 (janvier 1979), p. 44-48. Uma versão deste texto foi publicada pelo autor na *Gazeta do Mês*, n° 1 (Maio 1980), p. 14-15, e republicada em Mozzicafreddo, Juan (ed. lit.). *Os caminhos da liberdade: da idade da razão à idade da revolta*. Lisboa: Espaço Tempo, p. 65-69.

de nombreux martyres. Seulement, dans les situations révolutionnaires, cette “pensée” ou cette “attitude socio-culturelle” n’a jamais réussi qu’à être utilisée dans la phase destructrice et finalement écrasée ou apprivoisée au moment du triomphe du “nouvel ordre”.

La question reste donc entière à nos yeux de savoir comment “rendre dynamique la pensée de la révolte”. Puisque c’est de cela qu’il s’agit. Comment rapporter la sociologie marxiste à l’observation d’une révolte interclassiste, dans un contexte social que la technologie a rendu d’une extrême complexité? A la proposition pouvoir = propriété, jadis assez facile à saisir, schématique mais mobilisatrice, est venue se greffer (sans s’y substituer) une nouvelle proposition pouvoir = savoir, beaucoup plus schématique encore, mais surtout porteuse de confusion et d’espoir, démobilisatrice d’autant plus qu’elle contient une certaine vérité. Porteuse de confusion dans la mesure où il est très difficile d’apercevoir l’articulation entre les trois éléments (pouvoir, propriété, savoir), tant de “médiations” se cachant derrière les “évidences”. Porteuse d’espoir en ce sens qu’il semble plus aisé à chacun d’accéder au savoir (lequel?) qu’à la propriété, de plus en plus concentrée – et la “démocratisation” des jeux de Bourse ne donne à personne le sentiment de la propriété... De là à conclure que ce qui importe de plus en plus ce n’est pas *le* pouvoir mais *les* pouvoirs, supposés en voie de dissémination, ce n’est qu’un pas qui permet justement *au* pouvoir entre autres choses, d’absorber dans ces sociétés avancées ces germes “libertaires” qui se réclament d’espaces de liberté. Mystification suprême, si l’on remarque que le pouvoir-sur-sa-propre-existence que ces secteurs de la société revendiquent n’a rien à voir avec *le(s) savoir(s) officiel(s)* mais avec *d’autres savoirs!*

QUELLE(S) MILITANCE(S)?

Dans le cas du Portugal d’après 1974, on peut se demander tout d’abord ce qu’est un militant. Quel est (quel a été dans le cadre présent) son rôle?

Au milieu d’un mouvement spontané (une occupation de maison ou de terres, la création d’un groupe de théâtre, d’une crèche, ou d’une clinique populaire, par exemple), le militant est, d’une certaine façon, celui qui *sait*. Et à ce niveau il n’est pas difficile de comprendre l’ambiguïté de cette expression. En effet, que sait le militant? D’où lui vient le *savoir* (pouvoir)? On exclut, bien entendu, les militants passifs, ceux qui ne font plus qu’obéir, que suivre, même quand ils semblent très actifs. En fait, ils ne sont pas des éléments *déterminants* d’action, bien qu’aucune action ne soit possible.

Pour répondre aux deux questions antérieurs, il faut introduire ici une distinction essentielle. Dans une action collective comme on en a vu se multiplier ici en 1974-75, on peut observer deux formes de militantisme auxquelles correspond un certain type de savoir. D'un côté, ceux qui "connaissent la théorie" ou, tout au moins, connaissent les "instructions" d'ordre technique qui leur sont transmises par des dirigeants politiques censés "savoir" traduire la théorie en pratique: ce sont les militants politiques, appartenant à des organisations politiques. Ils sont les médiateurs attirés entre la théorie et la pratique. De l'autre côté, ceux qui "pensent l'action en soi, qui ne connaissent ni théorie, ni tactique, ceux qui ne savent quoi faire à chaque moment qu'en fonction des données fournies par l'action elle-même (en s'appuyant, bien sûr, sur des critères provenant de ce qu'on pourrait désigner par la notion de "culture populaire").

Pour les premiers, telle action spécifique n'est qu'une partie de la lutte pour le pouvoir (politique d'Etat). Pour les seconds, l'action où ils sont engagés représente toute l'action, c'est la lutte pour un pouvoir (social, local).

Le militant qui incite et aide une famille à occuper une maison vide à côté de son bidonville, l'engage à prendre un pouvoir, en lui faisant savoir que c'est là son droit, et qu'il est aberrant qu'elle ne le fasse pas. Celui qui, au dernier moment, vient avertir cette famille que la maison en question appartient à un émigrant et que cette occupation risque, à elle seule, de "tourner les émigrants contre la révolution", celui-là lui fait savoir "d'autres choses", lui parle d'autres raisons, celles du pouvoir.

De même, lorsqu'un groupe de militants de quartier ou de village lance la formation d'une petite troupe théâtrale locale, le militant politique viendra à un certain moment suggérer un certain répertoire ou bien modérer certains passages de la pièce en cours de répétition "afin de ne pas choquer les catholiques", ou inversement, en fonction de la ligne à suivre.

On a vu tout cela au Portugal. On peut même observer que, entre le 25 avril 1974 et le 25 novembre 1975 (date du coup militaire contre-révolutionnaire), on aura assisté à une graduelle "prise de contrôle" par des militants politiques sur des actions collectives qui se multipliaient spontanément, dans les premiers temps, à l'initiative de militants sortis de la masse (dans les entreprises aussi, notamment dans les comités de travailleurs).

Peut-on penser éventuellement qu'il faut attribuer, au moins en partie, l'échec final du processus révolutionnaire à cette prise en charge graduelle des actions populaires par les organisations politiques ou, ce qui revient au même, à une prépondérance accrue de la question du pouvoir sur celle des pouvoirs. Ce n'est pas le cas, à mon avis. A examiner ce

qui s'est passé ici, je pense plus que jamais que, dans une société de ce type (et plus encore dans les sociétés capitalistes plus avancées), la question du pouvoir reste essentielle. Les actions collectives ponctuelles, étrangères les unes aux autres, incapables de s'intégrer dans un mouvement puissant *visant le pouvoir*, n'arriveront jamais à abattre un pouvoir économique et politique tentaculaire, très structuré et disposant de moyens répressifs très efficaces. Mais dans des situations de "double pouvoir", où le pouvoir d'Etat est affaibli et hésitant, se dit "révolutionnaire" bien qu'il soit paralysé par des contradictions insurmontables, même dans de tels cas, la machine économique capitaliste (nationale et internationale) et l'action des centrales étrangères de la contre-révolution sont généralement suffisantes pour venir à bout des deux pouvoirs: cela s'est vu chez nous, et ce n'est pas, loin de là, le premier cas.

Le problème demeure donc entier. Comment jeter un pont entre le savoir très localisé mais très profond (parce que très intégré aux motivations collectives de l'action) du militant populaire et le savoir globalisant mais "étranger" du militant politique? D'après l'expérience portugaise on est tenté de dire que dans toute phase révolutionnaire, ces deux types de militants seront toujours là, et qu'ils sont tous les deux indispensables. La clef, à mon avis, ne peut être que dans le type d'organisation politique qui vise *le pouvoir*: ses militants ne pourront plus être de simples agents porteurs d'instructions venues "d'en haut", et d'un savoir tout fait, qui se traduit en consignes⁶. Les actions spontanées, nées au sein même des masses en mouvement, ne peuvent être regardées comme quelque chose qu'il faut "faire entrer" dans *la* théorie. Au contraire, comme ces actions tiennent lieu d'expérimentation, la théorie doit se soumettre là à un test, dont elle pourra sortir modifiée, et certainement enrichie. Les militants politiques dits "révolutionnaires", bourrés d'orthodoxies diverses, mais participant tous d'une vision très grossière de la lutte de classes, éprouvent les plus grandes difficultés face à des actions qui, de toute évidence, ne relèvent pas immédiatement de l'affrontement prolétariat-bourgeoisie. Et pourtant, c'est en ces termes simplistes qu'ils interviennent et qu'ils se discréditent finalement. C'est pourquoi il n'y aura pas de révolution dans des sociétés capitalistes avancées sans une organisation politique de type nouveau, dont les militants, véritables noeuds d'articulation entre *le* pouvoir et *les* pouvoirs (l'un et les autres à conquérir),

⁶ On me fera remarquer que beaucoup de militants de certaines organisations d'extrême-gauche se sont justement distingués par le fait que leur attitude revenait plutôt à affirmer que "le peuple a toujours raison". En fait, il serait ridicule de dire que ces organisations visaient *le* pouvoir; et leurs militants étaient généralement du type "jeune intellectuel/étudiant" très complexé face au "peuple". Ils ne faisaient donc que "mimer" les militants populaires, évitant de soulever toute contradiction. Le processus révolutionnaire n'aura pas excessivement gagné par leur action. Par contre, ils auront probablement gagné quelque chose dans la lutte avec leurs phantasmes.

soient capables de dégager en permanence des contradictions au niveau de l'action, de les mettre en rapport et de les dépasser, au lieu de les cacher ou de leur appliquer des "recettes". En somme, les "nouveaux militants" de la "nouvelle organisation politique" doivent avoir le pouvoir de reformuler constamment leur savoir (théorique) en fonction des savoirs qu'ils acquièrent tout au long de l'action où ils sont engagés. Et inversement pour les militants qui surgissent de l'action. A la limite, les deux formes de militantisme doivent se confondre: on aura là une véritable organisation de masses, très ouverte et en même temps très puissante. La formule classique de "l'alliance de classes" perdra un peu son sens habituel: elle se fera *au sein* même de l'organisation révolutionnaire. Bien entendu, cette "pratique" devra se vérifier bien avant la "situation révolutionnaire".

LE CAS PORTUGAIS

Au Portugal, c'est tout le contraire qui s'est passé. Le seul parti de masses à "vocation révolutionnaire" a tout misé sur le contrôle de l'appareil d'Etat, des organisations de masse, et des multiples actions collectives, en partant d'une doctrine rigide et prédéfinie du type "classe contre classe". Dans un contexte d'action collective très vigoureuse, cela a créé de profondes divisions et lancé finalement des masses de travailleurs, notamment les "non-prolétaires", dans le camp de la "contre-révolution", pour parler sommairement. Aujourd'hui il ne reste pratiquement pas d'action collective qui ne soit le fait d'organisations politiques ou syndicales. Le mouvement populaire, au sens d'initiative spontanée de masse, est mort. Et puisqu'aucune autocritique n'a été faite, les militants politiques continuent d'agir de façon immuable, toujours prêts à commettre les mêmes erreurs...

Et pourtant, il ne faut pas finir sur une note de total pessimisme. En fait, un immense *savoir* s'est accumulé dans la société, même s'il est amer. Certes la mémoire a tendance à privilégier les faits les plus récents: l'expulsion (ou la menace constante d'être délogé) pour les occupants de maisons, la restitution à l'ancien propriétaire de terres occupées par les travailleurs, le retour du patron à l'usine que les travailleurs avaient réussi à sauver d'une faillite assurée, le total manque d'appui à toute sorte d'initiative culturelle populaire, etc. Le désenchantement, la fin du "grand espoir", peuvent entraîner d'évidents dangers, d'autant plus qu'ils sont accompagnés d'une énorme méfiance envers les organisations politiques. Mais en contrepartie, combien de volontés solides se sont formées, combien de découvertes de la joie de construire, du besoin de lutter! Et même la méfiance à l'égard des organisations, ne pourra-t-elle être la condition

nécessaire pour le surgissement, à terme, de cette “nouvelle organisation révolutionnaire” qui retirera toutes les leçons des échecs du passé?

Enfin, du point de vue de la théorie, on a surtout constaté le manque dramatique d’instruments opérationnels pour traiter le problème crucial du comportement des diverses couches de la petite bourgeoisie en situation révolutionnaire. C’est certainement dans ce domaine que l’expérience portugaise aura produit le plus d’”information” brute. Après Gramsci, après les théoriciens de la “nouvelle classe ouvrière” ou de la “nouvelle petite bourgeoisie”, il serait inexcusable de ne pas approfondir les apports pratiques d’une extrême richesse qu’aura fourni le processus portugais (sans oublier l’exemple chilien, avant lui). Là réside sans doute, entre autres choses, la clef de l’action de ces “nouveaux militants” qui auront toujours à s’insérer dans des luttes de caractère interclassiste dans un contexte global de lutte de classes.

UM ANO DE REVOLUÇÃO

[*Litoral* (1975-1976)]⁷

A euforia dos cravos em Abril de 74 terá levado muitos a pensar por momentos que, a seguir a 48 anos de fascismo, o caminho só poderia ser de festa, de sorrisos, de confraternização nacional. Havia quem notasse, e não errava, que até os habituais automobilistas irritados e vociferantes do denso trânsito lisboeta pareciam, nessas primeiras semanas de liberdade, descontraídos e amáveis. Enfim, cada um vivia a sua própria esperança: só que não eram as mesmas as esperanças de todos os portugueses.

O compromisso tático que associara, para derrubar o fascismo, Spínola e o então chamado “movimento dos capitães” viria a revelar-se cada vez mais difícil ao longo dos primeiros meses, sobretudo, ou com maior evidência, em torno da questão da descolonização. E não foi assim por acaso: com efeito fora através da sua experiência na guerra colonial que os jovens oficiais haviam adquirido a dimensão política de uma revolta que inicialmente se centrara em problemas puramente militares, em descontentamentos de índole corporatista. Se havia, pois, questão em relação à qual aqueles oficiais tinham ideias políticas bem definidas essa era justamente a da justiça das lutas de libertação, a da necessidade histórica da independência das colónias. E aí eram também claras, e dadas a público ainda antes do 25 de Abril, as ideias federativas de Spínola.

Mas cedo também, motivadas pela tremenda explosão popular de Maio-Junho, pelas múltiplas lutas reivindicativas dos trabalhadores por todo o país, pela difusão maciça (através de todos os meios de comunicação e de uma vigorosa “imprensa popular”) das ideias, análises e programas dos partidos e movimentos políticos de esquerda – cedo, dizíamos, os oficiais do MFA tomaram consciência da realidade quotidiana da luta de classes, das enormes dificuldades a vencer para dar cumprimento rigoroso àqueles pontos do próprio Programa do MFA em que se preconizava uma política “ao serviço das camadas da população até agora mais desfavorecidas”, “tendo essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras”.

A história da revolução portuguesa durante o seu primeiro ano é, simultaneamente, a história de cada vez mais forte consciencialização política do MFA.

⁷ *Litoral* : revista de poesia, arte y pensamiento, N°53-58 (1975-1976), p. 103-116. Número especial, *Portugal: la revolución de los claveles*.

A APOSTA SOCIAL-DEMOCRATA E A EXPLOSÃO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES – MAIO / JULHO DE 1974

O industrial António Champalimaud, um dos símbolos do capitalismo monopolista “moderno” em Portugal, foi, sem dúvida das figuras vistas com maior frequência entre os muitos que entravam e saíam nas primeiras semanas de Maio no Palácio da Cova da Moura, sede da Junta de Salvação Nacional, a que presidida o general Spínola. Este não era mais do que um indício, entre tantos, de que o capitalismo português, sobretudo o mais esclarecido, depositou sérias esperanças no 25 de Abril: um liberalismo moderno, de tom social-democrata, permitir-lhe-ia abrir-se a novos mercados e apoios financeiros, intensificar a já iniciada integração europeia, tirar partido de um neocolonialismo que Spínola tão obviamente prometia. Os antigos “liberais” da era caetanista, toda uma geração de tecnocratas frustrados pela rigidez do sistema anterior, pela escassa visão de um capitalismo tradicional e ultra-conservador, estavam prontos a tomar as rédeas da economia, a apostar a fundo na carta social-democrata.

Mas, entretanto, eram bem outras as esperanças, ainda que politicamente pouco elaboradas, ainda que intuitivamente nascidas de longos anos de desenfreada exploração das largas massas trabalhadoras do campo, da indústria, dos serviços, do sector público. A forte componente anti-autoritária da grande maioria destas lutas surpreendeu muitos, mas era precisamente a reacção quase primária, se bem que com um importantíssimo conteúdo político *objectivo*, à repressão vivida duramente na empresa e fora dela.

Enquanto os trabalhadores, através destas lutas, e da “descoberta” do desemprego selvagem, radicalizavam o processo de evolução política, o MFA, pelo seu lado, bebia nelas a verdadeira aprendizagem do país que libertara, enquanto sustentava um conflito cada vez mais agudo com Spínola e os já então chamados “spínolistas” (boa parte das altas patentes das Forças Armadas) apoiados pelos políticos “liberais”, a propósito da descolonização. Os primeiros contactos com os movimentos de libertação, em fins de Maio com o PAIGC em Londres, em princípios de Junho com a FRELIMO em Lusaka tornam claro que o reconhecimento da independência é posto como condição prévia a quaisquer negociações. O MFA assume-se então como único interlocutor possível, e força Spínola à sua declaração de 27 de Julho, em que reconhece oficialmente o “direito à independência dos territórios africanos sob administração portuguesa”. Duas semanas antes sofrera a primeira grande derrota interna, ao ser obrigado a aceitar a demissão do primeiro Governo Provisório, na sequência de uma crise em que o primeiro-ministro Palma Carlos tentava uma manobra para reforçar os seus poderes face ao MFA. Isto sem

esquecer a primeira tentativa de Spínola para declarar o estado de sítio e assumir plenos poderes, em reunião com o MFA em 13 de Junho. De qualquer modo, pode considerar-se que o discurso de 27 de Julho marca o fim da primeira fase da revolução portuguesa.

UM VERÃO DECISIVO – JULHO / SETEMBRO 74

Os meses de Agosto e Setembro são marcados por alguns acontecimentos importantes que denunciam um confronto cada vez mais duro: agudização da luta de classes, por um lado, oposição crescente entre o grupo spinolista e a Comissão Coordenadora do MFA, por outro lado. Os prolongados conflitos da TAP [Transportes Aéreos Portugueses] e do *Jornal do Comércio*, a espectacular manifestação dos trabalhadores da Lisnave, a fortíssima reacção popular ao amotinamento dos ex-agentes da PIDE na Penitenciária de Lisboa e, no campo da descolonização, o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e a assinatura dos acordos de Lusaka que fixam o calendário da independência de Moçambique e participação maioritária da FRELIMO no Governo de Moçambique – são alguns dos momentos que pontuam a acção das forças progressistas, que já então começam, aliás, a dividir-se em torno das estratégias políticas mais favoráveis ao desenvolvimento do processo revolucionário. Em contrapartida, as forças reaccionárias e o capital monopolista continuam a jogar as suas cartas e a confiar na autoridade de Spínola para conduzir o país no sentido que lhes interessa e que continuam a julgar viável: lei da greve (desde logo designada pelos trabalhadores lei “antigreve”), grande programa de investimentos apadrinhado pelos grupos monopolistas (MDE/S) e supostamente destinado a salvar a economia nacional, aparecimento de vários partidos políticos mal disfarçadamente fascistas, acção muito duvidosa de um dos generais spinolistas da Junta de Salvação Nacional no caso do amotinamento dos ex-pides, forte relutância de Spínola quanto aos acordos com a FRELIMO, a apropriação por Spínola do processo de descolonização de Angola e seu encontro com Mobuto na Ilha do Sal, apoio directo mas claro de Spínola a delegações de colonos de Angola e Moçambique (apoio esse que não foi alheio à tentativa de golpe reaccionário em Lourenço Marques a 7 de Setembro), enfim, discurso de Spínola sobre o reconhecimento da Guiné-Bissau em que apela para o despertar da “maioria silenciosa” (10 de Setembro) e pinta um quadro de caos e desordem no país.

Estavam criadas as condições para a grande crise do 28 de Setembro, cujo pretexto foi precisamente a convocação anónima de uma manifestação da “maioria silenciosa”. Ainda que não sejam, mesmo agora, suficientemente claros muitos aspectos desta crise, é certo que Spínola se julgava com força e apoios bastantes para assumir plenos poderes e

afastar os oficiais progressistas do MFA da condução do processo revolucionário. A segurança das forças militares operacionais e a grande mobilização de vigilância popular (com barragens por todo o país) acabaram por levar à demissão de Spínola em 30 de Setembro. Com este desfecho, o processo dera um sério passo em frente, ao findar este verão decisivo.

A REVOLUÇÃO E OS PARTIDOS – SETEMBRO 74 / MARÇO 75

Os cinco meses que se seguem, contrariamente ao que se podia esperar, denotam um avanço relativamente lento do processo revolucionário. Ressalta como primeiro grande tema político, nesta fase, a necessidade de definição de uma “estratégia antimonopolista” (mencionada no programa do MFA): com efeito toma-se plena consciência de que no sector económico se mantêm intactas as estruturas de poder do grande capital, e que nesse campo se jogará muito do futuro político nacional. Entretanto, aliás, o grande capital continua a afirmar a sua confiança (se bem que se mantenha claramente na expectativa e que os seus mais reaccionários representantes não hesitem no seu apoio a partidos fantasmas e no seu contributo para a paralisia económica), enquanto que a multidão de pequenos e médios empresários – até pela sua total dependência da Banca – atravessam sérias dificuldades que os levam também, objectivamente, por temor e insegurança, quando não intencionalmente, a sabotar e a paralisar os circuitos económicos. Na realidade é todo um sistema que se defende, que “rejeita” os ataques que lhe são feitos – e o capitalismo internacional actua no mesmo sentido, agravando ainda mais a situação. Os congressos dos principais partidos, reunidos no último trimestre do ano, propõem, todos eles, “medidas de emergência” e estratégias para enfrentar a degradação económica. Pelo seu lado, o governo, impulsionado pelo recém-criado “Conselho dos 20” – órgão de cúpula do MFA lança a elaboração de um programa económico-social e confia a direcção da equipa respectiva a um dos ministros representantes do MFA.

Este período é, porém, assinalado sobretudo pela aceleração dos preparativos partidários para a disputa eleitoral, então prevista para fins de Março. A publicação da lei eleitoral, o início das operações de recenseamento, a legalização dos partidos e os respectivos congressos, enfim, e principalmente, a reafirmação por parte do MFA da sua firme decisão de realizar as eleições para a Assembleia Constituinte – tudo isto desviou muito da atenção e dos esforços políticos no sentido da futura disputa eleitoral. Já então muitos punham em dúvida a oportunidade e a utilidade de tal acto (e nem sempre o faziam sem segundas intenções), mas não pode deixar de sublinhar-se que o clima pré-

eleitoral foi certamente responsável pelo escasso avanço do processo revolucionário durante este período e, pior, pela violenta disputa inter-partidária, que desde então passou a servir de referência para numerosos acontecimentos, bem como pelo consequente desvio da combatividade dos trabalhadores para este campo de luta, em que tantas vezes se dividiam, perdendo de vista o inimigo principal. Neste aspecto, pode dizer-se que o verdadeiro ponto de partida de tais disputas se situa em Janeiro por ocasião do debate sobre a lei sindical. As posições opostas dos partidos socialista e comunista conduzem a uma grande tensão e, pela primeira vez o partido socialista descobre a sua capacidade de mobilização de massas. O Conselho dos 20 vê-se obrigado a tomar posição, e desde então tornam-se por vezes difíceis as relações entre o partido socialista e o MFA. Este, bem como outros conflitos que se seguiram, atiram cada vez mais os dirigentes socialistas para posições social-democratas e eleitoralistas e, cada vez mais também, o partido aposta nos resultados eleitorais para adquirir, por essa via, a força política que não conseguira, até aí, obter através duma real implantação junto das massas trabalhadoras.

O partido comunista, único que surgira organizado e com uma estratégia definida logo após o 25 de Abril, e que até aqui procurava manter a unidade da coligação governamental, força, face a uma inevitabilidade de eleições que não se lhes afiguram prometedoras, a conquista de posições-chave nos aparelhos de poder e nos meios de comunicação, o que, por sua vez, acentua a divisão partidária – mas, o que é mais grave, divide fortemente as massas trabalhadoras pois, em lugar de conquistar as bases socialistas para posições revolucionárias, conduz, inversamente, a que cada vez mais elas adiram às posições dos dirigentes.

Os partidos de direita (sobretudo o PPD, liderado pelos ex-liberais da era caetanista que hoje se assumem como sociais-democratas, e o CDS – a que se virá a associar um rejuvenescido partido democrata-critão bastante suspeito – onde se acoitam numerosos antigos fascistas convictos) aproveitam estas querelas para “trabalhar” o norte do país, onde quase só chegam de tempos a tempos as campanhas de “dinamização cultural” do MFA, insuficientes para se contrapor às influências de caciques locais e de padres reaccionários, diariamente empenhados num feroz anti-comunismo.

Entretanto o declínio económico vai-se acentuando, só em Fevereiro vindo a ser aprovado o programa de Política Económica e Social, moderado, ambíguo e de tom tecnocrático, que desde logo pareceu claramente inadequado às urgentes necessidades económicas e políticas.

As forças reaccionárias bem compreenderam ser chegado o momento de efectuar novo ataque à revolução portuguesa. De novo esta se iria encontrar perante a alternativa dramática de um regresso ao passado ou de um novo salto em frente.

O AVANÇO SE RETORNO – MARÇO / JUNHO 75

No 11 de Março Spínola jogou, desastrada e precipitadamente, a sua última cartada. Golpe também ele (como o do 28 de Setembro) ainda mal esclarecido, ele veio denunciar as insuficiências do saneamento nas Forças Armadas: numerosos spínolistas haviam mantido postos de responsabilidade na hierarquia militar e em unidades operacionais.

Tudo parecia – e de facto estava – mais claro após o 11 de Março. Constituiu-se o Conselho da Revolução, é firmemente proclamada a “opção socialista”, é nacionalizada a Banca – fortaleza do capital monopolista. Mas a formação do novo governo, demorada e oficial, denuncia a continuação de sérias tensões partidárias. É certo que no sector económico se efectuam decisivos avanços, sobretudo no destroçar do grande capital (nacionalizações e controle de sectores básicos da indústria e dos transportes) e na preparação da reforma agrária. Os trabalhadores reforçam as suas posições no controle da produção a nível de empresa. Mas nem por isso deixam de se suceder os momentos de conflito entre os principais partidos. A campanha eleitoral, os resultados das eleições (triumfalismo do partido socialista, enquanto o partido comunista se vê obrigado a demonstrar a sua força extra-eleitoral) vão conduzir a afrontamentos desgastantes, em particular gerados em torno da manifestação do 1º de Maio e posteriormente o famoso caso *República*. Daí que comece a notar-se entre os militares um desencantamento em relação à acção dos partidos, uma busca de formas de ligação directa entre o MFA e as massas populares – este um dos “grandes temas” deste período. Daí que a própria acção do governo se veja seriamente paralisada pela instabilidade que se constata ou que se adivinha. Isto enquanto se chega ao ponto em que se torna cada vez mais inadiável a tomada de decisões que energicamente se oponham à continuação da degradação económica: se a revolução exige sacrifícios, há que fazê-los sob pena de se perder a revolução. Só que, para tanto, se torna imprescindível uma autoridade revolucionária indiscutida; ora, atingido pelos reflexos das questões partidárias, o MFA foi perdendo aos olhos de muitos, a imagem límpida com que surgiu a 25 de Abril. Se tal era inevitável, pois a luta de classes “atravessa” necessariamente todas as estruturas sociais, o certo é que se sente a urgência de efectuar, uma vez mais – e desta vez “a frio” –, grandes opções políticas. É assim que o Conselho da Revolução se fecha durante dez dias em debate e reflexão, de que se espera enfim um novo passo em frente. Daí resulta o Plano de Acção Política,

documento afinal de novo compromisso, cujos efeitos a curto prazo ainda não estão definidos, no momento em que escrevo.

Não é, nestas condições, fácil apontar conclusões: após mais de um ano de revolução apenas se pode dizer que, até aqui, o processo revolucionário nunca retrocedeu; que foram, sem sombra de dúvida, as massas trabalhadoras quem, acima de tudo, o impulsionou e sustentou; que a actual coligação partidária dificilmente sobreviverá a novos avanços; que, por fim, para que estes sejam possíveis, terá o MFA que reconquistar uma autoridade junto das grandes massas populares que só poderá encontrar naquela maturidade que se situa entre o populismo e as tentações partidaristas. Quaisquer outras alternativas seriam, para o povo português, igualmente dramáticas.

PORTUGAL: LE 25 AVRIL 3 ANS APRES

“Le 25 avril n’est pas fini”

[*Libération*, 25 avril 1977]⁸

Portugal, 74: des militaires et des oeilletons réconcilient un peuple avec sa liberté. Derrière les oeilletons, un mouvement d’officiers qui veut mettre un terme à la guerre coloniale. Le mouvement devait devenir révolutionnaire et tenter une expérience unique en Europe. Parmi ces hommes, Otelo de Carvalho, stratège du 25 avril et dont nous publions une interview sans paroles en page 16, puisque sous le coup de poursuites disciplinaires, il est aujourd’hui interdit de parole.

Le 25 avril, c’était hier. Hier, la fête. Hier, la grande illusion. C’était un de ces moments où l’histoire est mise entre parenthèses, où il semble que tous les intérêts ont disparu, que la fraternité générale est possible par un simple exercice de volonté individuelle. C’était évidemment très beau, ce sera inoubliable pour ceux qui l’ont vécu, mais ce serait inexcusable de penser *aujourd’hui* que c’est quelque chose qu’on pourra revivre. La grande fraternité, la société d’abondance du bonheur, qui est la finalité de tout révolutionnaire, a un prix élevé en luttés, en souffrance, en violences qu’on ne peut pas ne pas payer – et le délai de paiement se mesure en décennies au moins.

Aucune société au monde n’a encore atteint un stade qui s’approche du bout du chemin. Les Portugais l’ont très vite appris. La lutte de classes étouffée, si l’on peut dire, pendant très longtemps, a repris son inéluctable emprise sur la dynamique sociale. C’est en fin de compte, la liberté essentielle que le 25 avril a apportée: la liberté de s’affronter, de lutter. Ce n’est pas le moment de reprendre le récit, plus ou moins connu, de toutes les petites et grandes lutes, les petites et grandes dates, qui ont fait l’immense richesse du processus révolutionnaire portugais. Mais il faut, bien que sommairement, faire un point et engager un début de réflexion sur la situation actuelle. Une réflexion qui ne cache pas, pour une fois, ce qui peut être désagréable sinon décourageant.

Un premier point: la rue, le peuple en mouvement, l’initiative populaire, ont disparu (ou presque) de la “scène politique” portugaise. C’est normal, dans une période de reflux et de renversement du rapport de forces comme celle qui a suivi le 25 novembre 1975, que la tendance soit à se retrancher sur les bases de luttés institutionnelles, notamment sur le front syndicale. Cela a entraîné, bien sûr, une baisse considérable du *niveau* des luttés

⁸ *Libération*, 25 avril 1977, p. 1 e 9.

mais surtout le fait que la conduite et le résultat de ces luttes sont aujourd'hui plus dépendants des stratégies des forces politiques organisées (les partis) qui, plus ou moins, contrôlent les appareils syndicaux. Et dans ce domaine le Parti communiste, avec ses efforts parfois presque infantiles de modération et de reconquête d'une "respectabilité démocratique", a un rôle déterminant. Il est trop tôt pour mesurer les coûts et les conséquences de cette stratégie qui se fonde sur un pari intenable: une alliance politique avec le PS, toujours considéré "comme un parti de gauche"... Et pourtant, il y a encore quelques mois, bien après le 25 novembre, la fameuse "rue" a démontré, lors de la campagne d'Otelo, qu'elle était toujours mobilisable par des moyens non institutionnels.

Deuxième remarque qui se rattache directement à la précédente: le Parti socialiste a démontré que plus qu'un "parti de gauche" (et finalement qu'est-ce que ça veut dire?), il n'était plus qu'une sorte de grand rassemblement de forces "petites bourgeoises" qui se sont, pendant un temps, soudées autour des mots d'ordre soi-disant "anti-totalitaires". C'est aujourd'hui un parti en pleine désagrégation, corrompu, impuissant, dont les dirigeants qui n'ont rien appris des leçons de l'histoire, croient possible de maintenir un semblant de gauche en faisant une politique non seulement réactionnaire mais encore, ce qui n'est pas indifférent dans le contexte portugais, clairement anti-constitutionnelle.

Le Parti socialiste, il faut le dire, au pouvoir en fait depuis presque un an et demi, est le grand responsable de la situation économique actuelle, pour laquelle, il n'a trouvé qu'une seule réponse: la vente aveugle du pays et de la fameuse indépendance nationale aux grands intérêts financiers internationaux. C'est à Bruxelles, à Bonn et surtout à Washington que le gouvernement devrait siéger de temps en temps, et pas dans des capitales de province, comme il le fait parfois au nom de la décentralisation régionale...

Enfin: l'illusion militaire. Trois ans après, on arrive à comprendre que l'institution militaire est très "persistante" mais qu'elle n'est plus, en fin de compte, qu'un lieu comme un autre où se déroule la lutte de classes, qu'elle reflète d'une façon distordue, par ses règles propres de fonctionnement. Il ne faut surtout pas s'embarquer dans le mythe fragile de l'union des Forces armées, en tant que chose désirable en soi. Il n'y a jamais eu de révolution sans que l'institution militaire ne soit brisée. La restructuration des Forces armées "en marge de la politique" est un projet qui ne peut profiter qu'à la bourgeoisie. Le regain de l'hypothèse révolutionnaire au Portugal n'est pas certainement pour demain. Mais le maintien de cette hypothèse – et l'évolution future des événements politiques en France et en Italie aura beaucoup à voir avec elle – exige que la lutte politique à l'intérieur des Forces armées, qui se poursuit quoiqu'on en dise, se développe

et ne soit pas masquée. C'est pourquoi, par exemple, les poursuites soi-disant disciplinaires contre 32 officiers révolutionnaires, doivent être placées très clairement dans le contexte de cette lutte politique.

En somme: le 25 avril, sans les éphémères illusions de 74, n'est pas fini. Sachons en apprendre le sens et déchiffrer les questions qu'il a posées. Et sachent les révolutionnaires européens créer un, deux, trois autres 25 avril...

LES MYTHOLOGIES PORTUGAISES

[*Libération*, 25 avril 1979]⁹

Ancien responsable de l'industrie, pendant la période révolutionnaire, João Martins Pereira, s'en prend dans cet article aux mythologies de gauche et de droite, qui selon lui caractérisent la situation portugaise. Et part en guerre contre les unes et les autres. L'espoir est à ce prix.

La composition de la commission officielle chargée d'établir le programme des festivités pour la commémoration du cinquième anniversaire du 25 avril donne une idée de ce que l'on peut attendre de cet événement: une simple date, vidée de contenu, de tout sens politique, une institution. Côte à côte, le major Vasco Lourenço, un des capitaines d'avril, et Proença de Carvalho, ministre de la Communication sociale, avocat des grands patrons "*spoliés par la révolution*" et assez largement suspecté d'être entré au gouvernement pour obtenir une concession de jeu destinée à un groupe hôtelier, dont il fût le P.D.G. jusqu'à sa nomination ministérielle.

Déjà pendant l'été 75, les deux hommes étaient déjà rassemblés contre "*les excès de la Révolution*", contre "la dictature du Parti communiste", incarnés selon eux par le gouvernement de Vasco Gonçalves. Proença de Carvalho n'a pas changé: il poursuit toujours sa croisade anticommuniste dans le secteur de l'information stasifiée, c'est-à-dire, la radio, la télévision et la presse, en faisant taire tout ce qui pourrait subsister de voix de gauche, et Proença de Carvalho a une conception très large de la gauche.

Vasco Lourenço, comme tous les capitaines d'avril, est devenu une sorte de mythe vivant. Et à ce titre, avec ses amis du groupe Melo Antunes, il est considéré comme l'un des principaux remparts de la gauche au sein du non moins mythique Conseil de la révolution, qui doit faire face inlassablement aux attaques de la droite portugaise.

Plus que des idéologies, ce sont des mythologies qui s'affrontent au Portugal. C'est en effet autour de mythes que la droite, aussi divisée et impuissante que la gauche, cherche comme elle d'ailleurs, à se rassembler autour de mythes, qui jusqu'ici l'ont empêché "*d'apprendre le capitalisme*". Ce penchant irrésistible à fuir les réalités est sans doute l'héritage le plus lourd de conséquences que nous ait légué le fascisme.

⁹ *Libération*, 25 avril 1979, p. 13-14.

On se bat pour ou contre la *constitution*, pour ou contre les *nationalisations*, pour ou contre la *Réforme agraire*, pour ou contre le *Conseil de la révolution*. La gauche est pour par principe, et la droite contre. Egalement par principe.

A gauche, on ne cesse par exemple d'évoquer une "*majorité de gauche*" pourtant impossible. Certes, elle existe sur le papier, en additionnant les députés socialistes et communistes. Mais chacun sait bien que le rapport réel des forces ne permettrait pas à un gouvernement, s'appuyant sur telle majorité, d'exercer le pouvoir. Chacun sait encore que le PS lorsqu'il a été au gouvernement, a fait une politique de droite, s'est appuyé exclusivement sur des alliances de droite de base, et a donné une telle image d'opportunisme, d'arrivisme, de corruption qu'elle a très défavorablement marqué la gauche portugaise, du moins si l'on persiste à ranger le PS à gauche.

Le Parti communiste portugais? Personne n'a oublié ses campagnes contre la Constituante en 1975, son opposition systématique aux initiatives populaires de base, dont les fameuses "*commissions de travailleurs*" et "*le contrôle ouvrier*" dont il fait aujourd'hui "*l'une des grandes conquêtes de la Révolution*", son sectarisme borné, son incroyable capacité d' "*appropriation*" et de "*manipulation*" qui lui permet d'identifier la lutte contre la réforme agraire avec l'anticommunisme.

Cette "*gauche*" qui est apparemment plus unie que la droite, n'est plus qu'un faux semblant tactique qui mime une aspiration au pouvoir en essayant de tromper tout le monde. Elle échoue dans cette entreprise comme dans les autres.

UNE BOURGEOISIE REVANCHARDE

La droite, quant à elle, n'est pas non plus l'expression d'une bourgeoisie déterminé, et sachant exactement ce qu'elle veut. Jusqu'à présent, elle n'a exercé le pouvoir que par personne interposée. D'abord par l'intermédiaire du PS, puis avec un gouvernement d' "*indépendants*". Il faut dire que cette bourgeoisie diverge par tous les bouts. Les anciens grands patrons de l'industrie et de la finance, d'un côté, ont perdu leur pouvoir économique, de l'autre, les petites et moyennes entreprises, habituées au protectionnisme et au paternalisme fasciste, parlent de "*la libre entreprise*" sans savoir en fait ce que cela veut dire. Mais aussi les anciens propriétaires fonciers, qui ne possèdent plus des "*réserves*" de terres, et doivent côtoyer des fermes collectives qu'ils rêvent d'écraser un jour ou l'autre. Enfin les grands spéculateurs de l'immobilier paralysés par une demande qui va s'affaiblissant – les loyers lucratifs n'existant presque plus. Seuls des mythes et un sentiment commun de revanche peuvent rassembler ces forces disparates.

Naturellement, ils sont tous contre “*les communistes*”, la Constitution, les nationalisations. Ils sont tous pour l’initiative privée, pour l’intégration dans la CEE, les indemnisations aux “*expropriés*”, la libération de la législation sur les licenciements, etc. Mais ils ne parviennent pour autant à se reconnaître dans le système des partis, ils ne parviennent pas à concevoir ce que représente un “*jeu démocratique*”, ni même, en réalité, “*le libre jeu du marché*”. Mais surtout, ils n’arrivent pas à dépasser une idéologie petite bourgeoisie de l’ordre, de la famille, de la patrie. Ils défendent une “*morale*” archaïque sans vraiment savoir comment se coltiner la question du “*pouvoir*”.

LE RISQUE DE BONAPARTISME

C’est assez dire les risques immenses qui se profilent à l’horizon. Il n’est pas nécessaire d’avoir lu Gramsci pour comprendre que cette situation porte en germe un quelconque bonapartisme.

Et pourtant! Ce moment plus que d’autres est propice à affronter la réalité sans complexe. La condition de l’espoir passe par une démythification générale, sinon un petit Bonaparte viendra en offrir à bon marché à une population qui aspire très profondément à sortir de ce marasme. C’est la tâche urgente. Malheureusement les partis de gauche ne sont pas en mesure de faire face à cette situation, ils n’entendent d’ailleurs même pas ce langage. Ils sont incapables de comprendre que les grandes masses se moquent ouvertement du jeu des partis.

Ce que les gens connaissent, c’est leur quotidien. C’est le seul niveau de pouvoir, si l’on peut dire, où doit se situer ce combat.

L’école, la santé, la fausse morale, les luttes sans gloire qui disparaissent aujourd’hui derrière les mots d’ordre sommaires et mystificateurs – on crie par exemple: “*A bas le gouvernement!*” comme si sa chute était la clé de tous les problèmes – les questions économiques du quotidien, les activités dites “*culturelles*”, les problèmes de l’urbanisme, des jeunes, des vieux, les rapports entre les sexes, tout cela doit être repris et intégré dans une authentique perspective de “*gauche*”, c’est-à-dire en toute transparence, en articulant les choses les unes aux autres d’une manière exigeante, en obligeant les gens à réfléchir, à découvrir les responsables du désarroi actuel et les profiteurs de ce “*manque d’espoir*”.

DES RACINES VIVANTES

Cinq ans après le 25 avril, le vrai, pas le mythique, l’expérience vécue par le peuple portugais est suffisamment riche pour tenter cette reprise en main. Pensant que “*le*

milieu politique” se débat entre l’anticipation ou non des élections législatives et présidentielles, entre la légitimité ou non d’un référendum, entre des projets de révision de la constitution, entre les tactiques d’alliance ou d’opposition avec ou contre tel ou tel parti, il est possible de s’attaquer aux fondements mêmes de ce “système”, de faire de la subversion sans concessions, c’est-à-dire en n’épargnant pas pudiquement les partis dits de gauche. En un mot il faut reconstruire de toutes pièces une pensée politique de gauche. C’est seulement de cette manière que le 25 avril ne serait pas une simple commémoration, ne deviendrait pas une case indifférente dans un calendrier.

Le 25 avril 1979 est là. J’écris quelques jours avant la date et je vois déjà le défilé militaire, la séance à l’Assemblée nationale, le discours très attendu du président de la République, mais aussi les milliers de petites fêtes populaires, de réunions, de dîners d’amis, d’anciens membres de comités de quartier, de commissions de travailleurs ou de soldats, où l’on reparlera des années exaltantes 74-75, comme si tout cela était définitivement mort.

Les quelques journalistes étrangers qui, presque par rituel, se déplacent encore au Portugal, n’auront aucune difficulté à écrire des articles dans ce style funéraire, et nostalgique, eux qui parfois ont activement participé à cet élan révolutionnaire. Ils s’interrogent tout au plus sur le comment de cette situation, sur les raisons pour lesquelles ce peuple dont les vertus d’imagination et de libération ont été répandues de par le monde, a pu sombrer dans cette sorte d’hommage aux défunts. A moins s’ils restent jusqu’au 1er mai, que les travailleurs portugais s’énivrent une nouvelle fois de lendemains qui ne chanteront pas, dans un coude à coude ému qui ne durera que le temps d’une manifestation.

Pour ma part, je rends au 25 avril l’hommage de penser et de croire qu’il est toujours vivant dans les profondeurs où il faut aller le rechercher muni des armes qu’il a lui-même forgées: l’imagination, l’esprit de libération, la capacité d’affronter les réalités, afin que notre destin ne nous échappe pas une nouvelle fois.

Martins Pereira, ingénieur, fut secrétaire d’Etat à l’industrie dans un gouvernement de Vasco Gonçalves qui succéda aux événements du 11 mars 1975. Foncièrement apartidaire, il créa avec d’autres journalistes, l’hebdomadaire *Gazeta* qui cessa de paraître après une année d’existence par suite de difficultés financières. Auteur de plusieurs livres d’analyses économiques, l’un de ses ouvrages consacré au processus portugais: O

socialismo, a transição e o caso português est actuellement en cours de traduction, et devrait paraître en France.

“LA TRANSITION SOCIALISTE ET LA QUESTION DU POUVOIR”

[In KOLM (ed. lit.). *Solutions socialistes*. 1978].¹⁰

Ministre de l'Industrie dans le Gouvernement Provisoire du Portugal en 1975, João Martins Pereira, “marxiste indépendant”, est aussi ingénieur, économiste, et auteur de nombreux livres et articles. Son dernier ouvrage *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*, est une contribution essentielle à la théorie des “crises pré-révolutionnaires”, construite surtout à partir de l'expérience portugaise récente.

De l'analyse de *La Transition Socialiste* qu'il présente ici, passionnante et profonde en tous points, le temps fort semble être le suivant. Le changement effectif et substantiel de la société ne peut être fait que par un pouvoir fort; une gauche accédant au pouvoir politique par des élections avec seulement une faible majorité ne peut pas faire grand-chose; une telle situation peut tout au plus, si elle est accompagnée de mouvements de masse, constituer un processus, ou une crise, “pré-révolutionnaires”. On peut noter que c'est justement pour cette raison que le Parti communiste italien refuse le pouvoir légal en ce moment: ce qu'il peut avoir, c'est entrer dans une coalition qui n'aurait que quelques sièges de majorité, et cela ne lui paraît pas lui donner le moyen de réaliser les changements de la société profonds qu'il vise. Le Parti communiste français tient sans doute un raisonnement semblable.

Pour chaque phénomène, il y en a plusieurs autres qui sont chacun une cause *sine qua non* pour le premier. Appeler l'un de ceux-ci sa cause est légitime si c'est fructueux pour ce que l'on veut faire de cette remarque. Il est en ce sens légitime de dire que le manque de pouvoir révolutionnaire est la cause de l'échec des transitions décrites (Portugal, Chili, etc.) En particulier parce que cela soulève la question centrale suivante.

Il y a deux façons d'être de gauche sérieusement. On peut les appeler, selon par exemple les noms attribuées aux deux fractions correspondantes du Parti communiste japonais, l'Anarchiste et la Bolchevique, soit la voie A et la voie B. La voie A est, selon les lieux, “conseilliste”, “autogestionnaire”, profondément démocratique, parfois teintée de spontanéisme; elle part des “bases” qu'elle

¹⁰ In Serge-Christophe KOLM (ed. lit.), *Solutions socialistes: à propos de “La transition socialiste”*. Paris: Editions Ramsay, 1978, p. 249-269.

n'unit que par des "fédérations". La voie B repose sur un Parti, peut-être "de la classe ouvrière", structuré, hiérarchisé, "démocratique" au sens du centralisme. La plupart des arguments de João Martins Pereira semblent démontrer que la voie A échoue parce que cette gauche n'a pas le pouvoir fort, quand elle n'est pas soutenue par le pouvoir d'un gouvernement fort et favorable. La voie B, par contre, quand elle prend du poids, secrète certainement un pouvoir fort. Mais grâce à un Parti tendant à se bureaucratiser, à engendrer une "nouvelle classe dirigeante", à se constituer en pouvoir soviétique contre le pouvoir des soviets (conseils); un Parti stalinotrope sinon goulagophile.

Il faut donc trouver la voie A efficace, ou une voie C, la troisième voie de gauche. João Martins Pereira appelle fort bien à "l'émergence d'un nouveau pouvoir d'Etat, très imbriqué dans les masses, qui sera, lui, le pouvoir révolutionnaire". J'applaudis, mais il nous faut maintenant préciser ce que pourra être exactement cette structure des décisions. Sans oublier d'abord que la fin est la fin du pouvoir de l'homme sur l'homme. Il faut analyser de près dans quelle mesure le non-pouvoir, la "désobéissance civile", peut avoir un effet de contre-pouvoir. Il faut inventer des contre-pouvoirs qui ne débordent pas la limite de la ligne de front, et qui s'autodétruisent quand ils ont gagné. Et il faut penser fort à cela maintenant plutôt que l'apprendre médiocrement par de nouvelles étapes du chemin de croix des peuples.

En tout cas, João Martins Pereira ne pose que de bonnes questions.

Je passe maintenant à deux points spécifiques mais fort importants et très liés à l'ensemble de l'argument.

João Martins Pereira écrit dans une note de son texte que le "poids" réel du secteur nationalisé au Portugal était "très inférieur" à 60%, chiffre que j'avais "estimé" et qui était "couramment cité". Comme je l'indique dans *La Transition Socialiste*, un tel "poids" peut être mesuré de diverses façons, qui donnent des résultats très différents. Ce peut par exemple être la proportion de la valeur du produit (chiffre d'affaire), ou de la valeur ajoutée, ou du profit, ou des effectifs employés (ou des ouvriers ou des cadres), ou des exportations, ou des importations, ou de la valeur du capital fixe (plus peut-être celle des stocks et fonds de roulement), ou capital financier possédé, ou du capital net des dettes, ou de mesures de pouvoirs d'influencer, etc. Quelle est la bonne mesure? Cela dépend de ce qu'on veut en faire. Dans *La Transition Socialiste*, c'est la propriété

du capital qui est considérée. D'après les chiffres dont je dispose, le secteur nationalisé au Portugal, dans l'industrie nationale, en été 1975, avait les trois cinquièmes du capital, le tiers de la main-d'oeuvre, le quart du produit, le vingtième des exportations (mais toutes ces données sont elles-mêmes sujettes à discussion).

D'autre part, si les conquêtes sociales de la "révolution" portugaise sont freinées, il en reste encore beaucoup de choses. La réforme agraire sera bien, comme prévu, appliquée à toutes les exploitations, mais, il est vrai, la "réserve" que l'ancien propriétaire conserve a été accrue, ce qui diminue la portée de cette réforme. Et les libertés individuelles restent encore. Il a toujours été clair que, à cause de la proximité de l'Europe de l'Ouest plus riche, la social-démocratie, rebaptisée "socialisme démocratique" à l'usage de l'Europe du Sud, avait plus de chances que les autres voies au Portugal. Il n'en reste pas moins que des formes plus socialistes et plus démocratiques y ont été beaucoup plus étendues et nombreuses qu'ailleurs et ont eu beaucoup plus de chances qu'ailleurs de s'étendre encore. On comprend la déception devant les reculs actuels. Mais l'histoire n'est pas finie. La prochaine vague ira encore plus loin, au Portugal comme ailleurs.

S.-C.K.

"Ni périr, comme au Chili, ni trahir, comme au Portugal". En France, "ne soyons pas les acteurs du jamais deux sans trois". Voilà deux formules qui, en fin de compte, ressemblent à une autre bien du goût des maoïstes: "oser vaincre". "La transition socialiste" est, dans une large mesure, un programme économique pour cette victoire. De la gauche. De la révolution.

La Transition Socialiste est la première tentative sérieuse d'étudier les problèmes concrets que la révolution pourrait poser à un autre pays (notamment "développé" – la France), en s'appuyant sur les leçons du Chili et du Portugal. Il faut saluer la démarche.

En effet, au cours des années 1974-1975, le Portugal a vu défiler, parmi d'immenses masses de jeunes qui venaient participer à la fête révolutionnaire, presque toute l'élite des intellectuels qui, en Europe ou ailleurs, s'étaient penchés, au fil des années, sur les problèmes politiques de la révolution et du socialisme. Une chose qui nous a particulièrement frappé, nous Portugais (et avant nous les Chiliens, je suppose), est le fait qu'ils venaient, le plus souvent, avec une attitude plutôt de pontifes que d'apprentis.

Tout au plus, cherchaient-ils à vérifier la justesse de leurs réflexions passées. Et ce qui se déroulait ici était tellement dense et riche, que chacun trouvait sans difficulté des “expériences” qui confirmaient ses vues. Ils rentraient tranquillement chez eux, publiaient une série d’articles ou même un livre – qu’ils auraient de toute façon pu écrire à partir des informations de la presse, sans avoir à se déplacer (Poulantzas, par exemple, a préféré cette façon de faire, et il n’est pas sûr qu’il ait dit plus de bêtises que les autres...).

En outre, la plupart de ces touristes politiques s’adressaient à leurs “homologues” portugais, ou à ceux qui, croyaient-ils, l’étaient. En fin de compte, ils voyaient les événements à travers des lunettes biaisées, à un tel point qu’ils produisaient, au bout de leur séjour, de véritables monstres¹¹.

Tirant au contraire les leçons de ces événements, le livre de S.-C. Kolm est la première exception. Je me propose de discuter certaines questions essentielles qu’il soulève. À cause surtout des limites – l’économie – que l’auteur s’est lui-même fixées. Mais, auparavant, je voudrais remarquer que les éléments de base dont l’auteur se sert pour caractériser, d’un point de vue économique, ce qui s’est passé au Portugal, sont suffisamment précis pour pouvoir fonder l’analyse¹². Et je crois qu’il en va de même pour le Chili. Cela étant, je ne me pencherai que sur les conclusions qui en sont tirées et les propositions résultantes (“la bonne politique”).

*

* *

Les grands traits d’une politique économique révolutionnaire sont présentés par S.-C.K. avec beaucoup de justesse. “Dès le début” réduire l’importance du marché et des échanges monétaires, faire une politique d’indépendance économique (“compter sur ses propres forces”, “davantage d’autarcie”, etc.), miser sur une nouvelle rationalité de gestion à tous les niveaux, promouvoir le “pouvoir des travailleurs” et toutes les formes de démocratie directe, motiver, informer. Surtout, dès le début, viser la fin et aller vite.

¹¹ Deux exemples seulement: *Portugal – la Révolution en marche*, vue trotskiste de Bensaid, Rossi et Udry; le film *La révolution triomphera?* du fameux américain Stanley Kramer, qui exprime en fait la vision du groupuscule portugais PRP. Sans parler du parrainage de A. Badiou, chez Maspero, aux thèses du MRPP, groupuscule provocateur soi-disant maoïste qu’on pourrait plus justement classer dans l’extrême-droite (*Le Portugal de près*).

¹² Une exception, d’ailleurs importante. Le “poids” réel du secteur nationalisé, très inférieur aux 60 % estimés par S.-C.K. Mais c’était, en fait, le chiffre couramment cité au moment où il a écrit son premier texte sur le Portugal (été 1975).

Les mesures très détaillées qui sont proposées dans les divers domaines de l'économie en tant que concrétisation de ces principes me semblent, d'une façon générale, correctes, souvent imaginatives et, d'un point de vue économique, cohérentes.

Mais voilà qu'on s'interroge: tous ces verbes qu'on a énoncés (réduire, faire, miser, promouvoir, motiver, informer) – *qui en est le sujet?* L'auteur se limite à répondre: la gauche, la vraie gauche. Il serait trop facile de s'en tenir à cette réponse. Ce serait en effet faire comme s'il était possible de mettre entre parenthèses "le politique", et en particulier la nature de classe du pouvoir d'Etat, dans l'analyse d'un processus révolutionnaire, ou même dans la simple formulation d'une stratégie pour une telle situation. Or, une révolution, c'est, selon l'expression de S.-C.K. "un changement social général et profond" et non seulement, selon une définition qu'il attribue (malheureusement) au marxisme, "un bouleversement de l'infrastructure, de la structure de propriété".

En guise d'introduction à une analyse plus détaillée des rapports entre le politique et l'économique dans un processus révolutionnaire et notamment du rôle décisif de la lutte de classes dans l'évolution de ces rapports, présentons une brève remarque. C'est bien à cause de la survalorisation de la "question de la propriété" que S.-C.K. pouvait dire, en été 1975, au sujet de Portugal, que "le processus est irréversible", que "quoiqu'il arrive les nationalisations et la réforme agraire resteront", qu' "il ne fait pas de doute que l'expropriation de la terre ira jusqu'au bout", que "les diverses libertés individuelles sont certainement définitivement acquises", etc. Or que voit-on aujourd'hui? Au moment même où j'écris (fin juillet 1977) une nouvelle "loi de Réforme agraire", proposée par le Parti socialiste, et qui reconstitue la grande propriété capitaliste dans l'Alentejo vient d'être votée et approuvée; un décret récent autorise que la gestion d'entreprises nationalisées puisse être donnée "en concession" à des entités privés¹³; dans quelques jours, une autre loi va être approuvée (toujours avec les voix des partis de droite) qui attribue aux anciens groupes monopolistes de très substantielles indemnités, passibles d'être immédiatement converties en capital de nouvelles entreprises; les désoccupations de logements et la dévolution d'entreprises aux anciens patrons se poursuivent; enfin, on commence à rencontrer des difficultés pour faire publier des textes "moins conformistes" (et je parle d'expérience) dans la grande presse quotidienne, pour la plus grande part étatisée et menacée par un projet de loi du

¹³ Pour le moment il a fallu imaginer cette subtilité parce que la Constitution ne permet pas de "dénationaliser". Mais, au bout de quatre ans, la Constitution pourra être revue – en admettant qu'elle soit encore en vigueur...

gouvernement d'être "mise au pas", à l'image des grands organes d'information que le gouvernement contrôle politiquement (TV, *Diário de Notícias*, agence ANOP, etc.) où l'information "officiuse", sinon la censure mal cachée, sont de règle.

Pourquoi ces prévisions se sont-elles révélées trop audacieuses? Pourquoi ce qu'elles estimaient acquis est-il aujourd'hui mis en cause? C'est bien la question de fond. Tout cela a été possible parce que le *pouvoir politique d'Etat* n'a jamais été un pouvoir révolutionnaire. En termes de lutte de classes, on peut dire que, dans la société civile, le rapport des forces s'est, pendant une période, inversé: les travailleurs, le mouvement de masse, étaient, pour une fois, nettement en position offensive. Mais les structures de pouvoir politique, de l'appareil d'Etat se sont maintenues presque intégralement: seuls les "hommes en place" ont changé. Ce qui a finalement permis à tous les mécanismes fondamentaux de la société de subsister pour l'essentiel. En conséquence, un simple changement de personnel politique a pu, sans trop de difficulté, rétablir un pouvoir bourgeois "sans masque", même si les rapports sociaux sont encore assez loin de ce qu'ils étaient avant 1974.

C'est en cela qu'il faut voir la raison pour laquelle, dans les situations de ce type, même quand tout semble "aller très vite", on ne va nécessairement pas dans la "bonne direction", on ne vise pas dès le début la "bonne société", on ne s'attaque vraiment pas aux mécanismes de marché. Il arrive tout au plus que, comme S.-C.K. le remarque, dans des situations de crise révolutionnaire (je préfère dire: pré-révolutionnaire), le pouvoir soit "vacillant" et faible, et que cela permette au "pouvoir populaire" de s'imposer et de bouleverser la structure de la propriété à un point tel que cela peut donner l'impression de l'irréversibilité. Mais voici le point capital de la dialectique sociale: le pouvoir populaire s'impose *parce que* le pouvoir d'Etat est faible. Ce qui veut dire que si le pouvoir d'Etat était fort, il n'y aurait pas de bouleversement social, ce serait l'ordre (ancien) qui s'imposerait. S.-C.K. résout le problème facilement: il admet qu'un pouvoir "de gauche" peut, *dans l'ordre*, dynamiser son propre contre-pouvoir – "les soviets partout". Mais *quel* pouvoir de gauche le ferait? Un front populaire assis sur une majorité électorale fragile, soucieux de tranquilliser tout le monde (y compris ses propres ennemis), de se présenter comme un "vrai gouvernement" respectable? Non; le programme économique contenu dans *La Transition Socialiste* ne pourrait jamais être appliqué que par un pouvoir révolutionnaire, fort, lui, qui naîtrait de la poussée du mouvement de base et balayerait le pouvoir d'Etat bourgeois – et c'est cela, quelles que soient ses "bonnes intentions", un

Front populaire. Le programme proposé par S.-C.K. n'est pas un perfectionnement du programme de la "gauche" française, il est d'une autre *nature*.

Comment, d'ailleurs, peut-on s'imaginer que ce programme économique qui s'attaquerait à tant de droits acquis et de privilèges, qui se proposerait de détruire les rapports marchands (qui sont des rapports sociaux, beaucoup plus que des rapports économiques ou d'échange matériel), qui, au sein du Marché Commun, tendrait aussi vite que possible à "davantage d'autarcie", comment ce programme pourrait-il être appliqué par un pouvoir "vacillant"? Seul un pouvoir fort, mais qui soit l'expression d'une immense démocratie des travailleurs, pourra le faire. Comment arriver à ce pouvoir, le seul qui permet de dépasser la contradiction pouvoir d'Etat/pouvoir des masses – voilà la grande difficulté à vaincre pour démarrer la *vraie* transition.

Prenons l'exemple du commerce extérieur. S.-C.K. dit: "Le choix entre tirer davantage de possibilités offertes par les échanges internationaux et plus ou moins d'autonomie, entre échanger et compter sur ses propres forces est sans doute le principal à effectuer en matière d'économie extérieure dans la situation considérée". On se demande: *qui* ferait ce choix? En économie de marché, personne ne fait de tels choix globaux, concernant la structure du commerce extérieur: la capacité productive nationale, le comportement de la demande, les conditions de la concurrence internationale, le jeu des élasticités combinées et d'autres facteurs secondaires finissent par déterminer le volume et la valeur relative des importations et exportations. Bien sûr, tout gouvernement, même le plus libéral, peut prendre (et prend à l'occasion) des mesures d'intervention cherchant à équilibrer la balance commerciale et, plus généralement, la balance des paiements. Mais penser que par des mesures restrictives plus ou moins classiques on arrivera à orienter sévèrement le commerce extérieur (voire à réduire son volume global), à faire obstacle aux exigences d'une demande fortement accrue et rapidement modifiée dans sa structure, surtout à partir de la situation de plein emploi des capacités nationales, enfin à réorienter la production nationale dans le "bon" sens, ce serait méconnaître les énormes contradictions qui travaillent un pouvoir politique du type front populaire, donc sa faiblesse structurelle. Ce serait sous-estimer, face à cette même faiblesse, la puissance intacte d'un secteur privé lié à l'import-export, les pressions et menaces venant de l'extérieur. Et surestimer la capacité et la volonté d'un tel gouvernement de violer les règles de libre-échange qui inspirent notamment les accords européens.

C'est dire que les objectifs de politique économique extérieur préconisés par S.-C.K. exigent un pouvoir fort et décidé qui s'assurera directement les rênes au moins, dans un

premier temps, des secteurs clés du commerce extérieur. Il n'y a pas d'autre façon de lutter contre le marché mondial. Et l'action du marché mondial est terriblement subversive de toute tentative révolutionnaire, si on le laisse avoir un "contact direct" avec les structures de production et de consommation nationales. C'est aussi une leçon du Chili et du Portugal. Sans cela la politique *volontariste* de prix recommandée par S.-C.K. au niveau nationale serait démantelée sans trop de difficulté – même si elle était décidée et appliquée – par l'action de la concurrence internationale en marché ouvert, ou même assez protégé. Sans parler d'autres effets connus d'actions commises sous couverture des rapports commerciaux privés avec l'étranger (sous- et surfacturations, par exemple). Cela nous conduit à la nécessaire *globalité* d'un processus révolutionnaire.

Le capitalisme *n'est pas*, comme le suggère S.-C.K. en se référant au marxisme, "une certaine structure de propriété du capital". Le *grand ennemi* n'est pas, selon lui, ce capitalisme, mais bien le marché.¹⁴ Pourquoi faire cette distinction? Le marché, au sens strict, est l'expression du fonctionnement économique du capitalisme (plus précisément du mode de production capitaliste). Or le capitalisme est bien plus que cela: on pourrait presque dire, à l'inverse, que finalement les rapports marchands, de marché, ne font plus que cacher ou opaciser, derrière les apparences de la libre initiative et du libre échange, les rapports sociaux d'exploitation et de domination – ceux qui sont essentiels. C'est pourquoi, d'une part, s'attaquer au marché en termes simplement économiques est insuffisant, d'autre part, même une telle action limitée engendre des réactions en chaîne sur les plans, décisifs, social et politique. Il ne faut pas s'attaquer partiellement à *certaines* phénomènes de marché, si on n'est pas conscient de *ce qui vient ensuite* et si on ne s'y est pas préparé. Il est impossible de se fixer rigoureusement jusqu'où on veut aller, d'établir des limites à ne pas dépasser. Et cela, justement, parce que le capitalisme est un système *global*: on ne peut l'atteindre *dans certaines zones* sans l'atteindre globalement, c'est-à-dire, sans provoquer une réaction *généralisée* des forces dominantes (et de celles qui subissent leur hégémonie).

Nous tombons ici sur une autre question importante. Comme le dit S.-C.K. à propos du Chili, il est très dangereux de penser que les actions d'obstruction au développement du processus révolutionnaire sont le fait du "caractère méchant de (certaines) catégories d'individus". Cela relève d'une conception moralisante ou manichéiste de la politique, et plus particulièrement de la lutte des classes. Un entrepreneur capitaliste (dont le coeur peut même être plutôt "à gauche") qui, devant des occupations d'usines, devant le

¹⁴ Mon point de vue est plutôt que le capitalisme est le "grand ennemi" mais que le marché est le plus insidieux. Note de S.-C.K.

bouleversement des hiérarchies, devant la faiblesse du pouvoir dans le maintien de l'ordre, non seulement n'investit pas, même s'il a les fonds nécessaires, mais encore ralentit la production ou essaie de placer des capitaux à l'étranger, cet entrepreneur agit *logiquement* du point de vue de ses stricts intérêts économiques à terme: il n'est pas sûr de l'avenir, et cela lui commande la prudence, la minimisation des risques, dans le meilleur des cas l'attente que "la tempête passe". Il ne le fait pas parce qu'il est méchant, mais *parce qu'il est capitaliste*. Or de l'action cumulée de tous les capitalistes dans le même sens résulte une "action de classe" qui, par là, prend une *qualité politique* et met en danger très rapidement le nouveau pouvoir politique. C'est le système qui se défend, à travers ses mécanismes structurels: en s'estimant exclu du commandement politique, le "bloc" dominant se retranche automatiquement (pas par quelque méchanceté ou même intention délibérée) dans son pouvoir économique – qui est loin d'être celui des seuls monopoles. La plus simple action du plus insignifiant des entrepreneurs contribue à renforcer "la crise". Ce qui ne veut pas dire que, dans ce domaine, il n'y ait pas aussi des agissements politiquement conscients, de "sabotage" caractérisé. Mais ce qui est décisif, une fois encore, est le phénomène global, la paralysie globale des mécanismes économiques.¹⁵ Et, pour la combattre, l'action doit être en premier lieu politique. C'est pourquoi il faut que le pouvoir soit fort et que les travailleurs se reconnaissent en lui.

Au Portugal comme au Chili, le pouvoir politique s'affirmait "au service des travailleurs". Les travailleurs ne se trompent pas aussi facilement. En effet, ces gouvernements essaient toujours de ménager jusqu'à l'absurde des intérêts inconciliables: on ne peut pas permettre des occupations des maisons d'habitation parce que cela va décourager les investisseurs privés dans l'immobilier et approfondir la crise du secteur de la construction civile. Il en va de même pour les mesures drastiques contre les hauts loyers, etc. Entre-temps, pendant que le gouvernement se débat dans de telles hésitations, des occupations se poursuivent et personne, depuis des mois, n'investit plus un sou dans l'immobilier.

Autre exemple: on ne peut pas fixer un salaire maximum national assez bas (bien que "confortable") parce que cela va décourager des cadres et menacer la production. Mais, en même temps, les mesures favorisant le contrôle des travailleurs sur la gestion, le pouvoir acquis par les "commissions de travailleurs" dans les entreprises et les actions patronales ont déjà mis en cause les cadres dans ce qui est vital pour eux (le prestige, la

¹⁵ Cela rejoint tout à fait ce qui est dit dans *La Transition Socialiste*, où on analyse en particulier ce que sont "les spéculateurs" contre la monnaie. Note de S.-C.K.

sécurité, l'autorité dans l'entreprise) et en ont fait fuir certains, et ils ont aussi contribué à la baisse de production.

Tout cela conduit à dire qu'il n'y a pas de "juste milieu"; on ne peut pas fixer à l'avance "combien de marché, combien de non-marché". Il faut comprendre, et assumer, que, une fois le processus commencé, tout ce terminera un jour par la victoire du *marché* (plus correctement, par le plein retour à la domination capitaliste, au sens global) ou par celle de *non-marché* (plus correctement, par la domination des rapports de production socialistes, aussi *globalement*) et non par quelque "juste équilibre" à terme.¹⁶ Et c'est la dynamique sociale même, les affrontements concrets sur le terrain de la lutte des classes, qui imposeront au pouvoir politique les décisions qui, *selon le caractère de ce pouvoir*, seront autant de pas en avant... ou en arrière. D'un point de vue révolutionnaire, le seul équilibre victorieux est celui qui ne permettra pas que le secteur de marché subsistant puisse renforcer les rapports capitalistes, mais celui où ce secteur aura été réduit à une activité subsidiaire, contrôlée, dominée – et de plus contribuant à l'accumulation socialiste, jusqu'à sa disparition. La plus ou moins longue marche en direction d'une telle situation est, précisément, *la transition socialiste*. Pour pouvoir y arriver un jour, il faut de l'audace politique dans la prise de mesures de plus en plus *irréversibles*.

Ici s'insère la question des motivations et de l'information. Je prends une phrase de l'économiste soviétique Novozhilov, l'un de ceux qui sont allés le plus loin dans la mise en question du "modèle stalinien" et a préconisé des réformes, assises sur les acquis de l'économétrie, qui n'ont d'ailleurs jamais vu complètement le jour dans son pays (seule la Hongrie a avancé assez loin dans cette direction: le "socialisme de marché"). Il écrit: "des menaces, pourtant, comme des siècles d'expérience administrative le démontrent, sont une stimulation à la production moins efficace que l'intérêt économique ou moral". Et, curieusement, pour remplacer le système stalinien des menaces, il propose tout simplement le système de l'intérêt économique (le profit, les primes, etc.). Nous dirons, et S.-C.K. est avec nous, que la motivation socialiste ne peut être ni la menace venant d'une bureaucratie toute-puissante, ni les "carottes" matérielles du profit et des primes individuelles, qui sont finalement celles qui sont propres au capitalisme. La motivation socialiste ne peut qu'être *morale* (selon l'expression de Novozhilov) ou, plus correctement, ce ne peut qu'être celle de la conscience de l'utilité sociale de sa propre

¹⁶ La formule de "coexistence concurrentielle" entre le secteur privé et le secteur d'Etat, énoncé par M. Soares pour le Portugal, est, à cette lumière, clairement une formule de "retour au plein capitalisme". En économie ouverte, avec le profit comme critère moteur, avec le système de prix de marché existant, une telle concurrence "loyale" ne pourra que se terminer par la victoire du capitalisme.

activité, celle du “plaisir” de la décision collective, de la “joie” de l’intervention sociale et politique – en un mot, celle de la “prise de pouvoir” sur sa propre existence.

S.-C.K. dit, avec raison, que le changement des mentalités, “cela prend du temps”. Sans doute. Mais dans ce domaine aussi il faut aller très vite. Mieux: il faut *laisser aller* très vite. Dans une situation de crise pré-révolutionnaire, des masses immenses de travailleurs découvrent par eux-mêmes tout ce qui était caché derrière la toute-puissance des rapports marchands. Des millions d’hommes font en peu de temps des pas géants dans le sens de ce changement de mentalité qui, autrement, durerait d’interminables années. Je doute que, dans des pays fortement industrialisés, cette fameuse “conquête de l’hégémonie” gramscienne puisse être laissée aux soins d’une “révolution passive” prolongée; la capacité de “récupération” par le capitalisme de tout ce qu’on pourrait croire très subversif s’est avérée énorme jusqu’ici. Or les crises pré-révolutionnaires sont surtout justement – et là nous suivons Gramsci – des crises d’hégémonie. Les classes dominantes ont perdu, temporairement, leur hégémonie. Comment ne pas voir que ce sont des périodes privilégiées pour la remplacer par *une autre* hégémonie, un autre “système de valeurs”, comme diraient des sociologues? La transparence même que les rapports sociaux et économiques acquièrent dans ces phases est sans doute une aide puissante pour ceux qui voudront et pourront en profiter.

C’est la tâche, entre autres, d’une force politique née de l’action des masses, ou acquise à ses conquêtes, qui ne pourra qu’approfondir leur “conscience sociale” rapidement croissante. Et pour cela il faudra surtout ne jamais cacher aux travailleurs le prix d’une révolution. Ici intervient le rôle de l’information. En effet, il est très probable que, en vertu de la situation révolutionnaire et de la lutte désespérée des classes dominantes déchues, le “niveau de vie”, selon les *critères antérieurs*, vienne à baisser pour beaucoup de gens. Or, on n’arrivera pas à les motiver s’ils ne comprennent pas parfaitement l’échange qui est en cause: *entre l’être et l’avoir*. Et pour choisir, il faut connaître les données du problème et de la situation. Il faut connaître et *préférer* les nouveaux critères, en sachant le prix de leur application. Dans ces critères est l’essence du socialisme.

On ne peut non plus ignorer le fait que pour beaucoup, y inclus des travailleurs, le *status quo ante* avec son apparente stabilité, ses “chances de promotion”, ses “valeurs traditionnelles”, ses attraits matériels, etc., peut *sembler* préférable aux inconnues de l’aventure révolutionnaire. Mais une bonne partie de ceux-là sont tout simplement des gens conditionnés au “conformisme” – le conformisme étant d’ailleurs selon Gramsci,

une composante essentielle de l'hégémonie, quelle qu'elle soit. Ces personnes pourront finalement assez facilement vivre en conformité avec le nouveau modèle, jusqu'au moment où elles prendront vraiment conscience de ce qu'il est plus juste, plus humain, plus stimulant. Enfin, il y aura la minorité de ceux qui sont atteints dans leurs intérêts profonds (sans parler de ceux dont l'âge ne permet plus un changement de mentalité). Encore une fois, seule l'existence d'un Etat fort parviendra à maintenir ceux-ci dans le cadre de la nouvelle société, par un effet de dissuasion – pas nécessairement par l'exercice de la répression.

*

* *

Finalement, puisque S.-C.K. parle, et bien, du Chili et du Portugal, qu'il me soit permis de parler quelque peu de la France. Si on cherche à appliquer à la France ce que je viens de dire, que peut-on conclure? En modifiant légèrement une phrase de S.-C.K., je dirais que "la voie du changement à gauche effective et durable est encore *plus* étroite, difficile à trouver, bordée de multiples impasses" que ne le pense la gauche française.

En effet, de deux choses l'une. Ou bien, après une victoire électorale d'une "Union de la gauche", tout le monde se tient très discipliné, en attendant les bienfaits qui viendront du nouveau pouvoir, sans trop revendiquer, sans trop pousser à l'accélération de l'application des mesures prévues – tandis que d'autres attendront, eux, ses faiblesses et ses erreurs. Dans ce cas, je pense qu'il serait illusoire de compter sur ce nouveau Front populaire pour "promouvoir" des changements révolutionnaires. Le pouvoir sera pris entre les contradictions habituelles: d'un côté il voudra s'affirmer respectable et capable d'assurer "le changement dans l'ordre"; d'un autre côté il ne pourra éviter la méfiance généralisée des "milieux d'affaires" (les communistes dans le gouvernement tout de même!), y inclus la légion de petits et moyens entrepreneurs dans tous les secteurs économiques. Les mécanismes économiques (et idéologiques) qui le conduiront à la défaite sont déjà en marche et sont bien connus. Entendons-nous: si la victoire électorale était obtenue à 70% ou 80% des voix, les choses se passeraient peut-être un peu différemment. Mais personne n'estime que ce soit tant soit peu probable. Une victoire à 52%, par exemple, permet une "rotation sans incidents" (et sans révolution bien sûr) dans une Angleterre ou une Allemagne – et éventuellement aussi en France si c'était la victoire du seul Parti socialiste. Mais dans le cas présent tout porte à croire que, sans grand mouvement de masses, les jours – ou les années – du pouvoir de gauche seront comptés,

et qu'il ne laissera que la marque de quelques nationalisations de plus ou quelques réformes plus ou moins importantes.

L'autre scénario pourrait être celui que S.-C.K. espère, mais dont il montre les risques si c'est dans le cadre de l'application d'un programme économique érroné: la victoire électorale entraîne un nouveau "36-38". A mon avis, c'est là la seule "hypothèse révolutionnaire", bien que je ne sous-estime pas ses risques décrits par S.-C.K., et beaucoup d'autres encore. D'ailleurs, dans un article paru dans *Le Monde* (11 mars 1977), N. Poulantzas, plus sensible au côté politique de la question, s'interroge aussi de façon surprenante (en voulant justement s'appuyer sur les cas portugais et chilien): "Comment éviter qu'on ne s'achemine, lentement mais sûrement, vers une situation de double pouvoir?". À cela je donne ma réponse, peut-être pas la bonne: si les masses se mettent en mouvement, *il n'y aura pas moyen de l'éviter* (sauf par intervention armée). Et c'est pourquoi je disais au début que la voie révolutionnaire est encore plus étroite qu'il ne paraît. Parce qu'on ne voit pas facilement comment le très respectueux gouvernement PS-PCF, poussé par les masses, s'assumerait en tant que "gouvernement révolutionnaire" et prendrait alors des mesures suggérées par S.-C.K., parmi pas mal d'autres. En toute probabilité, on aurait là, une fois de plus, une situation pré-révolutionnaire typique, qui ne pourrait finir que par la défaite conjointe des "deux pouvoirs" – celui d'Etat et celui des masses –, et c'est bien ce que craint Poulantzas, ou bien par l'émergence d'un *nouveau* pouvoir d'Etat, très imbriqué dans les masses, qui est, lui, *le* pouvoir révolutionnaire – le seul qui puisse aspirer à "davantage d'autarcie", à motiver des gens selon de "nouvelles valeurs", à faire comprendre les exigences d'une situation de crise et ses compensations, à bouleverser dans la "bonne direction" toutes les structures – les mécanismes économiques, les comportements sociaux, les rapports de force politiques, les rapports de production, etc., etc. En un mot: c'est la seule chance de "changer la vie". La France, la France des travailleurs, est-elle préparée à cela? En sont-ils conscients, ceux qui votent "à gauche"?

REG 3

PLANO ECONÓMICO CARTA ABERTA A MELO ANTUNES



CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 - FRANÇA 4 Fr. - CANADÁ 85 ct.
POR AVIAO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

PP.VM

CARTAS ABERTAS

CARTA ABERTA A MELO ANTUNES

[*Vida Mundial*, 6 Mar. 1975]¹⁷

Sr. Ministro,

O seu programa é um documento frio. Atrevo-me a pensar que ele é tanto mais frio quanto é menos seu.

Explico-me. Muita coisa se passou entre os dias, que já parecem distantes, de Maio/Junho 74 e o momento presente. Naqueles dias, em que era grande a indefinição política, em que o grande capital “estava por tudo” e era imensa a disponibilidade ideológica das massas populares, um moderado projecto em que se previa o controlo (a 51 por cento) por parte do Estado dos sectores básicos da indústria e da energia, que chegou a ser apresentado ao então ministro da Coordenação Económica, teria constituído para o MFA um formidável “capital político”, que lhe permitiria partir desde logo de uma plataforma mais avançada para o processo que então se iniciava. Em nome do realismo, que tanto tem paralisado tantos processos similares, logrou aquele ministro convencer a então Comissão Coordenadora do MFA dos enormes riscos de tal conjunto de medidas, tendo acabado por fazer passar em Conselho de Ministros, ao que parece, um projecto ridiculamente amputado, aliás posto depois na prateleira, após a queda do primeiro Governo Provisório.

Quando, em meados de Outubro, foi criado o grupo de trabalho destinado a propor um plano de acção económico-social, e se falou “em algumas semanas” como prazo previsível para apresentação de tais propostas; quando se soube ser esse grupo encabeçado pelo Sr. Ministro, portanto por um não-técnico; quando o próprio ministro da Economia declarou na TV que o documento em elaboração seria sobretudo um “programa político”; quando o próprio Boletim do MFA, em artigo que deu que falar, dizia que “o plano deve assumir carácter de excepção” – esperou-se que viesse a surgir, a curto prazo, um documento curto, forte, marcadamente político, tirando partido do clima pós-28 de Setembro, em que eventuais descuidos técnicos pouca importância teriam face à intencionalidade política, essa primordial. Pois já então era patente – e o “domingo de trabalho” terá trazido proveitosos ensinamentos aos mais atentos – que as massas trabalhadores deste país, embora confiantes no MFA, não se dispunham a entrar de alma e coração numa “batalha da produção” sem *sinais* muito claros de que seriam elas as

¹⁷ *Vida Mundial*. *Vida Económica*, nº 1851 (6 Mar. 1975), p. 41-45.

principais beneficiadas. Não menos patente era já também a quebra de investimentos, a falta de dinamismo do sector público, o papel de bombeiro do Banco de Portugal – para não falar, é claro, nos casos de deliberada sabotagem económica, de fugas de empresários, etc.

A agricultura, sempre esquecida, limitava-se a aguardar que a contemplassem com uma tímida lei do arrendamento que ainda, neste momento, não veio à luz do dia. E já então, também, se dispunha de elementos suficientes para compreender que as ajudas externas, em que tanto apostava o ministro Vieira de Almeida, exigiam preços bem mais altos do que aqueles que Portugal estaria disposto a pagar – logo, o melhor seria não contar com elas. Aproximava-se, enfim, o fim do ano, com o inevitável cortejo de falências e de conflitos em torno do pagamento do décimo terceiro mês (pois se já em Agosto o sistema bancário tivera um abalo com o pagamento do subsídio de férias...); aproximava-se o período eleitoral, com o previsível aumento de tensões partidárias; aproximava-se o momento em que os trabalhadores agrícolas atingiriam o limite da paciência. Tudo isto se verificou, e mais: talvez nunca o comércio tenha feito tanto negócio em anteriores períodos de Natal. O que é dizer, e já antes o escrevi nestas páginas: excluindo os desempregados, a generalidade dos portugueses entrou o ano de 1975 com a vida mais “fácil” do que antes do 25 de Abril, tendo certamente produzido menos. Ilusões destas pagam-se caras.¹⁸

Entretanto – vou ser franco – tem-se a sensação que, enquanto “cá fora” a temperatura subia, e com toda a evidência se constatava a falência, não de uma empresa, mas de um sistema de produção, o grupo de trabalho do “Plano” se preocupava em elaborar um documento exaustivo, a redigi-lo numa impecável linguagem técnica, despoletando-o, digamos, politicamente. Por isso disse de início que se tratava de um documento frio. E julgando-o, Sr. Ministro, o mais “político” daqueles que intervieram na sua feitura, ponho a hipótese de que, ao longo do processo de elaboração, e tal como já em Junho sucedera, de novo os economistas terão tido argumentos que se sobrepuseram a uma rigorosa análise política do contexto português. E daí a segunda frase desta carta.

Poderá parecer estranha esta hipótese quando é certo que a principal defesa do programa residirá precisamente nas exigências de “realismo político”: não se pôde ir mais longe porque, etc. E é, sem dúvida, um rol de boicotes, de intervenções, de insuficiente consciência política das massas, de relações de forças desfavoráveis. É a

¹⁸ Com todas as reservas que tais sondagens possam suscitar, são estas ilusões que se manifestam nos resultados daquela que tem vindo a ser publicada na *VM*: uma maioria de portugueses espera um 1975 melhor que o 1974, e uma boa parte espera que essa melhoria seja no plano económico.

pequenez do país. A sua dependência externa. A sua falta de quadros. Os compromissos internacionais. Por tudo isto, e já não é pouco, não se pôde ir mais longe. Tivemos que ficar pela voz socializante, que soa melhor que “via social-democrata”.

Só que, numa perspectiva precisamente de realismo político, a questão não se põe em termos de ir mais ou menos longe: põe-se em termos de ir *por outro caminho*. Dir-se-ia que me estou a candidatar a ministro, mas não estou. Tenho mesmo consciência de que me falta muita informação – do que não sou culpado. Mas aquela de que disponho, a dos que vivem no século (como outrora se dizia), talvez nem sempre chegue despida de filtros partidários às alturas de São Bento. E por isso mesmo rapei da pena e me lancei por esta carta adiante.

Julgo que a questão do realismo político tem três aspectos fundamentais: o problema da “socialização da miséria”, a questão das classes médias, as limitações de ordem externa. Uma quarta, que tem a ver com todas elas, é a questão do investimento, e por aquela razão a tratarei no fim, sabendo de antemão que ela me irá aparecendo, de caminho, ao abordar as primeiras.

Na situação actual do país, pôr-se desde já a questão do socialismo é, segundo o tal realismo político, enveredar pela “socialização da miséria”. Parece evidente, quando nos recordamos dos famosos cálculos que, em Maio de 74, levaram à fixação do salário mínimo: o rendimento nacional, sem descontar nada para investimentos, dividido por todos os “activos”, andava pela ordem dos 6000 escudos. Mas é então, por isto mesmo, absurdo apostar em que será o sistema que a tal situação de miséria nos conduziu aquele que, mesmo “controlado”, melhores garantias oferece para nos levar ao momento em que já se poderá socializar a “riqueza”. Pelo contrário, dir-se-ia que só rompendo rapidamente com os entraves, internos e externos, que tal sistema opõe ao desenvolvimento económico de qualquer país “dependente”, se poderá caminhar aceleradamente para o almejado enriquecimento (que está longe de ser apenas material).

Se compararmos as rupturas soviética, cubana ou chinesa, com as vias de não-ruptura de um Brasil ou de uma Índia (para não citar mil outros exemplos), compreender-se-á até que ponto aquele argumento releva, antes, do irrealismo político. Mas, é claro, esta é uma questão teórica, pois ainda que a conclusão óbvia seja a que aduzi, surgem em seguida os argumentos adicionais a demonstrar que tais rupturas exigem condições muito concretas, que não estão reunidas no caso português.

Numa sociedade em que já é importante o peso das classes médias, não há revolução possível “contra elas”, a não ser dizimando-as; ora em Portugal as classes médias estão longe de estar ganhas à causa da “revolução” – este, o primeiro argumento que o realismo político opõe em termos de condições objectivas. Aceite em princípio o argumento, mais não fosse por ter presente o drama chileno. Mas há que ver, com certo cuidado, o que por classes médias se entende, pois é um conceito que tem servido para mascarar muitas coisas, que tem sido trabalhado sobretudo para fins eleitorais e partidários, e que os marxistas têm tido repugnância em analisar, por fugir à sumária bipartição social entre burguesia e proletariado, em que se movem mais à vontade. Pois bem, julgo que tal conceito, não podendo ser de facto identificado com o sentido marxista, melhor, leninista de “classe”, directamente associado às relações sociais de produção/exploração, tem um sentido de “unidade/contradição” ideológica que não pode ser desprezado na análise política. Unidade por englobar categorias com *níveis de rendimento intermédios* e situadas preferencialmente em sectores de *trabalho não-manual*. Contradição por tais categorias recobrirem pequenos empresários, assalariados medianamente ou bem remunerados e profissões liberais (sobretudo, mas não só, provincianas). Num país despolitizado como Portugal, este conjunto heterogéneo situa-se, com elevada probabilidade, *eleitoralmente à direita*. E, no entanto, precisamente porque despolitizado, seria – é uma hipótese que faço – em grande parte mobilizável por um projecto progressista *não-eleitoral*. Julgo ser curto para mobilizar esta gente o chavão do antimonopolismo, que poderão decorar, aclamar mas não assimilar em todas as suas implicações – porque ninguém o explica. Ora cada um dos indivíduos que nesta “franja” se situa, tem diariamente diante dos olhos uma dúzia de exemplos muito concretos da forma como são espoliados e alienados por um sistema que os “comprou” por um automóvel e alguns electrodomésticos. Há sobretudo duas coisas que não mobilizam as classes médias para qualquer espécie de projecto autenticamente revolucionário: a demagogia partidária e um Plano – “socializante” ou outra coisa qualquer. E já que é a propósito do Plano (ou Programa) que lhe escrevo, a que quero chegar? Estes sectores vão passar por alto as palavras tranquilizantes que nele lhe são dirigidas, mas vão reter as “intervenções do Estado”, a “fiscalidade”, etc., e, sobretudo, as “promessas de austeridade”. Na melhor das hipóteses, não se mobilizarão para nada, na pior mobilizar-se-ão contra. E temo que, um dia, - e nisto não seríamos originais – possam vir a ser sensíveis a um forte apelo à ORDEM... Eis, pois, um dos casos em que o erro, julgo, está no caminho adoptado, não no vagar da caminhada. A criação de um clima de intensa

mobilização popular em torno de algo realmente *novo e simples*, mas em que *todos* vejam e sintam que *todos* estão comprometidos, encontraria estas classes médias, que são Povo – no seu mais forte sentido, e na sua maioria –, disponíveis para os sacrifícios indispensáveis. Mais do que nunca me parece que uma profunda reflexão sobre o tema da “mobilização popular”, apoiado num programa intensivo de “dinamização”¹⁹ por actos e não só por palavras, lançariam (ou lançarão) bem mais sólidos fundamentos do que o tecnocrático Programa para uma “via rápida” para o socialismo – que por não ser de rosas (o que o Programa não esconde) exige uma imensa capacidade de resistência nacional (para o que o Programa não chega). E convém ainda não esquecer duas coisas: que o tempo não joga necessariamente a favor dos “projectos revolucionários”, desde que estes não “o contenham” nas suas estratégias; que, por mais que se faça, a passagem do capitalismo ao socialismo é uma *ruptura* e que, sendo assim, é mais correcto pensar em termos das dificuldades e “traumatismos” que isto pressupõe, do que fecharmo-nos nos esquemas mentais de “transições” mais ou menos controladas. Julgo que será isto o verdadeiro realismo político.

Enfim, as limitações de ordem externa. Dir-se-á que, no plano económico, a polarização do nosso comércio externo em direcção aos países capitalistas ocidentais, os acordos a que estamos ligados, as necessidades de créditos, investimentos e tecnologia estrangeiros, nos impedem de, rapidamente, fazer marcha-atrás e tirar plenamente partido de uma reorientação de relações, necessariamente lenta. Dir-se-á ainda, e talvez mais grave, que uma política *demasiado* à esquerda, ou tão-só de certa independência, porá sérias ameaças de intervenção, talvez mesmo directa, como em outros países já sucedeu: os papões da NATO, do moderno Tordesilhas, etc.

Quanto ao primeiro aspecto, que já aqui também desenvolvi noutra altura, constatarei apenas não haver exemplo conhecido de país dependente que, por um simples voluntarismo desenvolvimentista, e sem cortes radicais tenha conseguido evitar um cada vez maior agravamento dessa dependência. Se há dois casos que me poderiam apontar a contrariar esta afirmação, a Argélia e o Peru, não os julgo suficientemente claros para que ela seja negada. Já sem falar no muito mais baixo nível de desenvolvimento de qualquer desses países em relação ao nosso, o que tem alguma importância, nem no petróleo argelino (que *pode ser* um factor de independência), eu colocaria a questão em termos inversos: é precisamente uma diminuição de dependência, a ter-se de facto verificado, que dará a medida em que terá havido *cortes radicais*. O capítulo do Programa sobre

¹⁹ Sendo essencial ter presente que tal mobilização/dinamização não é algo que possa *vir de cima*: pelo contrário, as múltiplas iniciativas “de base”, em todos os campos, são parte decisiva neste processo.

“Política de relações económicas externas” é certamente dos mais desencorajantes de todo o documento: consolidação e intensificação das relações existentes (GATT, OCDE, EFTA, CEE)? Isto significa consolidar as actuais dependências externas e, pior, significa que continuamos a considerar-nos membros do clube dos “países ricos” deste mundo! Possibilidades de obtenção de apoio por parte de organizações económicas internacionais e pelas agências especializadas das Nações Unidas? Pergunto o que têm feito estes organismos todos, largamente dominados política e financeiramente pelos Estados Unidos, a favor dos “países proletários”?, como alguém sugestivamente lhes chamou. Medidas tendentes a desincentivar a importação de bens de consumo de luxo e supérfluos? Mas se é um corte *drástico e urgente* que se imporia! Estudos de comportamento da procura interna com vista a uma substituição de importações? Onde já estaremos quando tais estudos terminarem! Enfim, quis apenas exemplificar a óptica de “continuidade”, que, não tenho dúvidas, cada vez mais acentuará o desperdício, já hoje monumental, do potencial produtivo de que, apesar de tudo, dispomos. É patente não se ter chegado ainda ao ponto de *decidir*, preto no branco, e daí tirar as consequências, que somos um país do Terceiro Mundo; e para países destes não há meias soluções – ainda que, com todo o realismo, se tenha de saber que não se chega às soluções definitivas de um dia para o outro. Mas há coisas que *não se devem esconder*. Ora se se continua a querer fazer acreditar ao “Povo” (que mais ordena...) que as ajudas externas acabarão por vir, não se sabe quando, em lugar de lhes contar tintim por tintim todas as recusas e meias recusas que já houve, até de onde menos se poderia esperar... Como se irá um dia mobilizar este mesmo Povo, e um dia será necessário, se se lhe fala de imperialismo – o que pouco lhe diz – e não se lhe conta em pormenor o que isto é – o que muito lhe diria!

Quanto aos aspectos políticos, lamento não poder argumentar muito, pois aqui ainda mais fechados são os nossos governantes. E é pena, pois não se fazem revoluções sem abrir o jogo àqueles, todos nós, que se pretende colectivamente galvanizar. Estou porém em crer que os elementos fundamentais de uma verdadeira política de independência nacional, anunciada com clareza e determinação, não seriam suficientes para nos pôr mais problemas além dos que já hoje temos. E se um dia, na sequência dos acontecimentos que a própria dinâmica social viesse a desenvolver, nos encontrássemos diante de tais perigos, é bem possível que já então fosse uma sólida realidade a “fusão” Povo/MFA ao ponto de dissuadir – mesmo sem bombas atómicas – os eventuais interventores.

Enfim, os investimentos, último aspecto em que terá jogado o famoso “realismo político”. Este terá aconselhado o tal “despoletamento político” do Programa, os louvores à iniciativa privada bem-intencionada, a definição dos dois inimigos fundamentais: os grupos monopolistas e os sectores operários “anarquizantes”. Mas como é possível não ver que não é um texto, seja ele qual for (a não ser que fosse um texto impensável nas condições actuais), que motiva os investidores, grandes ou pequenos, mas a realidade social quotidiana em que a sua actividade se insere, e que esta não mudou no dia em que o Programa veio a público, nem este sensivelmente a alterará – entre outras coisas justamente porque eles continuarão a não investir? Também aqui, a perspectiva em que o Programa se coloca é a de uma espécie de Programa Comum francês, que se propõe para um país desenvolvido e politicamente estável (e ainda haveria que ver o que a este último também estaria reservado, caso tivesse oportunidade de ser aplicado...). Também aqui volta à baila a questão do “outro caminho”. Tomo um exemplo, que à primeira vista pode parecer desligado deste assunto, mas que se verá não ser o caso. Diz-se no Programa que “não é de esperar num futuro próximo progressões significativas” no sentido de uma melhor repartição de rendimentos entre capital e trabalho. Permita-me, Sr. Ministro, que alinhe alguns números. Seja uma empresa que produz, em um turno de 8 horas, um “valor acrescentado” de 100, 60 por cento para os trabalhadores, 40 por cento para o capital, tomado este no mais amplo sentido (lucros, encargos financeiros, amortizações, impostos). Admitamos que aqueles 60 e metade destes 40 acabam por se destinar ao consumo, restando 20 para investimento. Passemos a empresa a dois turnos, e admitamos que aquele valor acrescentado sobe a 160, sendo agora 100 para salários e 60 para o capital, supondo-se que, destes, continuarão 20 a dirigir-se finalmente ao consumo. Que se conclui daqui? Que, *praticamente sem novo investimento*, se duplicou a produção, se aumentou em 60 por cento o valor acrescentado (logo a “riqueza” gerada), a parte do trabalho nesse produto (passou de 60 a 62,5 por cento), a taxa de investimento (passou de 20 por cento do valor acrescentado a 25 por cento, diminuindo correspondentemente a percentagem destinada ao consumo) e, enfim, o emprego (em 67 por cento, supondo que se mantém o salário médio). Aumentou ainda a produtividade e baixou a relação capital/produto. Parece um milagre, mas não é. Foi precisamente assim, isto é, *utilizando ao máximo os equipamentos produtivos*, que os países capitalistas se desenvolveram aceleradamente, pagando salários muito mais altos que os nossos! Vale a pena meditar nisto, que resumidamente significa não ser talvez o essencial conseguir rapidamente uma forte

progressão do volume de investimento (o que é, isso sim, irrealista) mas efectuar uma combinação “violenta” de investimento público – redução impiedosa de importações – máxima e mais racional utilização do equipamento produtivo já existente. Mas isto, por sua vez, implica uma austeridade igualmente impiedosa, implica uma análise muito eficaz de complementaridades e de recursos nacionais, implica uma radical alteração dos critérios de investimento, implica imaginação. E se tudo isto exige uma efectiva mobilização popular, creio que, em contrapartida será o único programa que precisamente a poderia provocar.

Eis-nos chegados, afinal, ao nó do problema. Disse o Sr. Ministro, na semana passada, na TV, duas coisas dificilmente conciliáveis. Por um lado, afirmou que “a prática da vida social e política é mais importante do que qualquer documento”, mas por outro, considerou indispensável, na fase de transição que o Programa se destina a introduzir, “subalternizar a luta de classes”, tendo em conta a necessidade de aliança com as classes médias, que me pareceu identificar com os pequenos empresários. Ora, justamente, a tal prática da vida social e política é a luta de classes, e se é esquemático tomar esta como um simples confronto entre “burguesia” e “proletariado” – ao que já me referi – nem por isso a questão das classes médias e das alianças ou estratégias possíveis deixe de se inserir num contexto de luta de classes. Luta que nem sequer se pode situar apenas ao nível das empresas: não há campo da “vida social e política” onde não esteja presente. A luta pela terra, pela habitação, pela saúde, pelos transportes, pelo direito à educação, por uma nova cultura, por uma nova moral, etc., são outros tantos aspectos da luta de classes, ao mesmo título que a luta pelo aumento de salários, por melhores condições de trabalho, pelo controle da produção, ao nível empresarial. É mesmo por isto que, em última análise, todos estes aspectos convergem – ou tenderão a convergir, com o avanço da consciência política – numa luta política global contra o próprio sistema de exploração, esse também global. A tal mobilização popular, sem a qual (e o sr. Ministro pareceu bem consciente disso) será vão “pedirem-se” sacrifícios, sem os quais, por sua vez, nos aguarda (utilizando a sua própria expressão) a “desintegração da economia” – essa mobilização, repito, poderá processar-se sem que a expressão “luta de classes” seja, no limite, pronunciada, mas só o será de facto se consistir numa prática que seja “prática da luta de classes”, e não que a ponha entre parêntesis, ainda que fosse possível. O trabalhador agrícola analfabeto que, junto com os companheiros, se lança a cultivar um pedaço de terra que é enfim *de todos eles*, ficou a saber mais da luta de classes do que se tivesse lido *O Capital...* Como o operário de uma empresa que se diz falida, que se vê

ameaçado de desemprego, e que diariamente observa o facto de que o patrão ou os quadros superiores continuam a manter inalterado o seu “trem de vida”, se rirá por certo dos sacrifícios que lhe possam pedir, e continuará a sua luta – talvez “anarquizante”... – em lugar de a subalternizar.

Já vai longe esta carta. Julgo que o que ficou dito será suficiente para que me não imputa qualquer responsabilidade no facto de os empresários continuarem a não investir e os trabalhadores continuarem a não revelar entusiástica disposição para o trabalho: se isso vier a acontecer é, muito simplesmente, porque existe uma dinâmica social que nos ultrapassa, a mim e a si. Não veja nisto um mecânico determinismo a que apenas teríamos de assistir de braços caídos. Não. Trata-se apenas de acentuar que a acção política que sobranceiramente a ignore se arrisca a conduzir a resultados contrários aos pretendidos. E acabei por me não referir (e não foi por esquecimento) a uma outra questão delicada, mas não insignificante: o que é o MFA²⁰?, como reflecte o MFA aquela dinâmica social? Mais uma vez nos defrontamos, suspeito, com o famigerado “realismo político”. Mas também suspeito que tudo o que disse tem muito que ver com esta crucial questão.

Será *sobretudo* o MFA que, no último editorial do Boletim, afirma “ser necessário definir com clareza um projecto de independência nacional”, “saber quando e como se iniciará o processo de mobilização popular”? O que pensa este MFA do Programa?

²⁰ Será *sobretudo* o MFA que, no último editorial do Boletim, afirma “ser necessário definir com clareza um projecto de independência nacional”, “saber quando e como se iniciará o processo de mobilização popular”? O que pensa *este* MFA do Programa?

JOÃO MARTINS PEREIRA ESCREVE A OTELO

[*O Jornal*, 30 Dez. 1975]²¹

Senhor major,

Começo desde já por explicar por que utilizo tão formal vocativo, em lugar de outro mais “empenhado”, como poderia ser, por exemplo, “camarada Otelô Saraiva de Carvalho”. Não é simplesmente porque este último pudesse parecer pretensioso (isso seria secundário), mas porque, sobretudo em certos momentos, se torna indispensável conferir às palavras um rigor e uma “verdade” que justamente tanto lhes têm faltado ao longo desta Revolução que esteve para ser. Ora sucede por um lado que, no monstruoso jogo de manipulações verbais a que temos assistido (e continuamos), os próprios vocativos adquiriram sentido estereotipado e convencionais; por outro, que nem sequer nos conhecemos e, portanto, nunca uma prática conjunta de algum modo nos ligou. Por isso aquela expressão poderia originar mal-entendido, em lugar de lhe ser atribuído o sentido autêntico que, em normais condições, ela deveria ter: a de uma solidariedade efectiva, sem o suporte sequer de militâncias comuns ou de regras de linguagem pré-estabelecidas.

Dirijo-me a si motivado pela leitura do seu último texto, mas principalmente porque julgo importante que, a pretexto mas um pouco à margem dele, certas questões sejam publicamente analisadas e discutidas enquanto é tempo. E não é por acaso que ponho esta última reserva. Nem é igualmente por acaso que entendo abordar tais questões sob a forma epistolar, tendo-o precisamente a si como destinatário. Como também não o é ter escolhido a *República* como mediador para o efeito²².

ENQUANTO É TEMPO

Porquê, então “enquanto é tempo”? Pela óbvia razão de que se torna cada dia mais claro o que, a coberto do mais “democrático” palavreado (e nem sempre), se está preparando como “novo curso” político – por mais bem intencionados que possam ser os novos candidatos à imolação quando soar a hora (o senhor major teria por certo boas lições a dar-lhes, nesse capítulo...).

²¹ *O Jornal*, 30 Dez. 1975, p. 4.

²² Era essa a intenção, só que entretanto – mais um inquietante sinal dos tempos – a *República* teve de suspender a publicação, vítima finalmente não apenas daqueles de quem isso havia que esperar.

Sempre se disse que Portugal não poderia ser o Chile porque aqui as Forças Armadas, e mais concretamente o MFA, não se limitavam a assegurar o “respeito pela legalidade democrática” – já se viu, lá, o que isso queria dizer... – mas, pelo contrário, estavam elas próprias empenhadas no “processo revolucionário”. Por outras palavras, o MFA assumia-se como o ratificador (e também o gerador) de uma “legalidade revolucionária”. Diga-se, desde já como parêntesis, que se houve indiscutíveis erros políticos que muito terão contribuído para a situação actual, eles não podem ser imputados à existência de uma “legalidade revolucionária”, mas sim ao facto de que as forças políticas ditas revolucionárias se serviram demasiadas vezes dela para reforçar (ilusoriamente, como se viu) as suas próprias posições de poder e não para fazer avançar a Revolução, ou melhor, a perspectiva revolucionária, pois revolução propriamente nunca chegou a haver. Não se utilizou a legalidade revolucionária para consolidar mas para dividir: utilizou-se a legalidade revolucionária muitas vezes *contra* a revolução. Ora, sem discutir a tão decantada questão do “partido-vanguarda”, não pode deixar de observar-se que, se às massas cabe, a partir da sua *revolta fundamental*, ocupar terras, casas, empresas, constituir-se em comissões de administração local, criar infantários e clínicas populares, etc., etc. – e que assim é prova-o o facto de que, em idênticas condições de afundamento do poder burguês, as massas populares sempre se lançaram no exercício ávido desse poder directo e fecundo, fundamento insubstituível de qualquer autoridade revolucionária – a um partido revolucionário o menos que se pode exigir é que a partir de uma análise precisa das relações de classe existentes no campo e na cidade, seja capaz de formular em termos claros uma estratégia que implica necessariamente uma demarcação entre as acções que se inserem no avanço revolucionário e as que o poderão contrariar, a prazo (refiro-me à questão das alianças indispensáveis). Neste sentido, um partido revolucionário preferirá expor abertamente estas questões aos órgãos populares, e fazê-los discutir, a conquistar clientelas fáceis a partir de um precário poder institucional, preferirá perder uma votação após profunda discussão política a ganhá-la por terem abandonado a assembleia os seus contraditores; preferirá sempre consolidar a sua implantação junto das massas populares, com elas gradualmente se identificando e vice-versa, a dispor de múltiplos aparelhos de manobra, que podem ser abolidos por decreto quase sem deixar marca (ou deixando as massas atónitas, interrogando-se sobre as “falsas verdades” com que as iludiram). E é porque muito disto se passou que as Forças Armadas (nomeadamente o COPCON) terão sido chamadas não poucas vezes a ratificar autênticos actos contra-revolucionários.

“NOVO CURSO”

Mas voltando ao “novo curso”. O conteúdo evidente da última lei constitucional é justamente o de dar às Forças Armadas o papel de vigilância, agora, sobre, a “legalidade democrática”. É caso para dizer que mudou de campo a diferença que se apontava em relação ao Chile: é agora o governo que pouco tem que ver com o da Unidade Popular... é um governo “ajuizado”, europeu, que diabo! Perspectiva que, para muitos, será tranquilizadora: enfim, lá vamos nós entrar no trilho das democracias (mais ou menos “sociais”) à europeia. Mais, uma “pequena” mistificação. É que, para além do facto de que o fascismo nunca foi extirpado, esquecem esses profetas que, por um lado, a efectiva derrocada dos mecanismos económicos capitalistas é aqui um facto sem comparação possível com o que vai pelas “grandes democracias” europeias; por outro que, nesses civilizados países, não é costume dos seus civilizados exércitos que os mais altos chefes militares vão ao teatro de “chaimite”. Este ponto que podia ser anedótico e não merecer mais do que um encolher de ombros (ou um sorriso de compaixão pela ausência de sentido do ridículo) tem mais importância ao que parece: os “chaimites” à porta do teatro não se destinam a causar *frissons* na espinha das coristas de forma a que se ultrapassem nos seus números diante dos senhores generais, coronéis e da recém-disciplinada tropa em geral; destinam-se, tal como os “chaimites” à porta das clínicas populares e das herdades populares, a mostrar qual é agora a “legalidade democrática”. Destinam-se a reinstaurar na cabeça dos “rapazes” o credo da autoridade e da repressão. Destinam-se a tranquilizar os que andavam assustados (é ver a importância e a arrogância que tantos tão rapidamente adquiriram), e a assustar os que podem mostrar veleidades de levar a sério – por engano – as cada vez mais caricatas sobrevivências, na linguagem oficial e oficiosa, de palavras como “socialismo” e “revolução”.

QUEM NÃO QUER

Retomando as questões económicas, vale a pena recordar que nunca houve, em parte alguma, nem poderá haver qualquer processo revolucionário que não tenha sido acompanhado do completo desmoronamento do sistema económico que esse processo visa destruir. Por isso mesmo aqueles que hoje se multiplicam por esses *Dia, Tempo, Luta* e quejandos, em acusar a total irresponsabilidade, incompetência, etc. dos que “levaram o país ao caos económico-financeiro” são, com toda a propriedade, contrarrevolucionários. Não é um chavão: é reconhecer que tais afirmações denunciam quem não quer a revolução. Quem julga (talvez) que a luta de classes é uma luta de

competências. Quem optou em definitivo por um “capitalismo de miséria”, digno continuador daquele outro que bem conhecemos antes do 25 de Abril, mas agora, se possível ainda mais vendido e dependente (onde irá, com efeito, o dr. Zenha, a imagem mesmo da “competência” que aqueles senhores advogam, buscar os muitos milhões para cobrir todos os défices que lhe deixaram os “irresponsáveis” que o antecederam?). Dizem eles que se trata, muito simplesmente, de *dar confiança* – aos empresários, aos banqueiros internacionais, aos nossos parceiros comerciais, ao “sistema” em resumo – e que tudo retomará o seu caminho. Mas à mistura, é claro, com a austeridade, a disciplina, a ordem: tudo isso contribuirá para reforçar aquela confiança na estabilidade e no bom comportamento (que são o fundamento mesmo do *crédito*) e ao mesmo tempo para fazer “compreender” aos trabalhadores portugueses que se pagam caro os excessos revolucionários. Que nos prometem no fim de tudo isto? A revolução socialista, democrática, pluralista e tudo! Não se ria, senhor major. É uma linguagem que convém ir mantendo até às sacrossantas eleições. Depois se verá. Para já, acabou-se com o MFA (e iludem-se aqueles que pensam poder ressuscitá-lo, mesmo com mais limitado campo de acção: um novo MFA revolucionário já só poderá ser clandestino). Se das eleições sair uma maioria de direita, as FA (sem M) dirão: “Afinal o povo português não quer o socialismo, quem diria?! A nós cumpre-nos respeitar a vontade livremente expressa nas urnas...”

NOVOS SENHORES

É claro que isto é o que os “novos senhores” gostariam que se passasse, e até é impossível que tenham meios para fazer com que assim se passe, a curto prazo, mais coisa menos coisa. Só que a uma política necessariamente antipopular (e nem sequer será possível deixar incólumes as nebulosas e tão requestadas “classes médias”) é altamente duvidoso o apoio prolongado e firme que possa supor-se representado por uma “ampla base eleitoral”. A luta de classes não se arquiva deste modo. A menos que tudo se precipite numa pinochada para que já se vislumbram candidatos (mas que os nossos protectores europeus, sendo possível, buscarão provavelmente “moderar”), é inevitável que, seja qual for o resultado eleitoral, um poderoso movimento de massas oporá, mais tarde ou mais cedo, todas as suas forças ao “capitalismo de miséria”. As massas populares terão de atravessar mais esta dura aprendizagem política para enfim lhes aparecer como uma evidência que só existe uma solução real: a solução revolucionária; e que a “base social” do movimento revolucionário se constrói e afirma na luta e não se conta por boletins de voto. Os sacrifícios que tal solução pressupõe não

serão pequenos, muito pelo contrário, e é indispensável que tal lhes não seja escondido (erro imperdoável até aqui cometido por todos os partidos ou organizações ditas revolucionárias), mas o tal “socialismo de miséria” – expressão aliás imprópria, pois estará longe de ser socialismo – é o único ponto de partida possível para a construção do socialismo em Portugal. E isto porque arrancar para a construção do socialismo é possível, é uma questão de *poder*, ao passo que é impossível tornar um país rico de um dia para o outro. Na capacidade de resistência e da luta dos organismos populares, na iniciativa e auto-organização que souberem demonstrar, na coordenação que forem capazes de assegurar, na forma como, a dado momento, puderem equacionar politicamente o problema do poder, no apoio que organizações políticas de militantes revolucionários se revelem capazes de lhes dar (e não na manipulação que deles se proponham fazer) está a chave da futura revolução portuguesa – que não será, como muitos pensaram, já “amanhã”: será “para a semana”. Nunca se podem fixar rigorosamente os “rendez-vous” da História...

O REVOLUCIONÁRIO TEM DE SÊ-LO DO CORAÇÃO

Resta um último ponto: por que me dirijo a si para dizer tudo isto. Pois bem, pela simples razão de que nunca houve revolução sem ousadia, sem verdade, e também sem romantismo e sem sonho. O próprio Lenine foi, em muitos aspectos, um romântico – e, em todos, um apaixonado; os textos, e a própria acção de Mao revelam uma imaginação e uma inventiva que muito devem ao poeta que também é; quanto a Fidel, ele próprio no recente Congresso do PC cubano confessou a *necessidade* do sonho no projecto e na acção revolucionários (os Staline, Rakosi, Ulbricht são os “funcionários”, antítese exacta do revolucionário). O revolucionário tem de sê-lo de coração, tanto como de razão. Ora se há algo, ou um pouco, de tudo isto no que em Portugal se viveu desde o 25 de Abril, temos de encontrá-lo ao nível da liderança política e militar (que não ao nível das massas, onde é sobretudo o coração que manda, a revolta que mobiliza) talvez quase exclusivamente em si, senhor major. Algumas verdades (revolucionárias), só por si foram pronunciadas. O grande impulso e apoio ao movimento popular foi de si que partiu, os seus homens que o deram. Só em palavras suas, ou por si inspiradas, se viu vislumbre de imaginação e de autêntica liberdade e coragem (revolucionárias). Por isso mesmo os pacatos “democratas” viram em si o monstro de sete cabeças. Aqueles pobres pseudo-revolucionários que de si exigiram em lamentável manifestação (de impotência) que fizesse a sua “opção de classe” não perceberam nunca nada do que se estava a passar: sempre viveram manietados pelas palavras estereotipadas, julgam portanto que uma tal

opção se faz por “declarações públicas” ou por quixotadas suicidas. Aqueles outros, hoje tão curiosamente na mó de cima (refiro-me ao Grande Educador – peço-lhe de novo que não ria – e militares afectos), que o acusam de não se ter posto sob a direcção da classe “operária”, (entenda-se: do seu pequeno grupo de pequeno-burgueses nem-sequer-tão-radicais-como isso) serão um dia convencionalmente mimoseados com o “justo correctivo” pela dita classe operária. E nesse dia, por isso o escolhi como destinatário, ninguém terá dúvidas sobre o que, em 74-75, foi mais importante em Portugal: se o “romantismo basista” de um então general Otelo Saraiva de Carvalho, se as manobras de gabinete e os sistemáticos “golpes” de partidos que o não souberam (entretidos que andavam nisso) complementar em termos de análise política e de consolidação do movimento de massas. E ninguém terá dúvidas sobretudo por duas razões. Primeiro, porque será das tais estruturas de base que fomentou e incentivou que nascerá o novo fluxo revolucionário – ou não será uma vez mais, fluxo revolucionário nenhum, mas uma imitação caricatural de modelos mais do que “experimentados”. Segundo, porque, nesse dia, talvez menos romântico mas por certo bem menos susceptível de “ser jogado ao lixo” quando já não serve, o senhor major será necessariamente um elemento muito mais importante no “processo” do que os burocratas da revolução em boa parte responsáveis por estarmos onde estamos. Ora não haverá revolução se forem burocratas a conduzi-la. Nunca houve: a degenerescência burocrática veio sempre depois. A nós, essa praga coube-nos *antes*. Tudo isto é acumular de experiência. Cumpre-nos evitar o risco de a ver ressurgir *depois*. O senhor major, que já lhe sofreu os efeitos, terá, nessa altura, uma palavra a dizer. E não se preocupe: ninguém voltará a pregar-lhe a partida de lhe pedir a sua opção de classe.

Com muita admiração

João Martins Pereira

vida
mundial

N. 1837 28/11/74

PORTUGAL

**DEPENDE
DE
QUEM?**

POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

pp.
v/r

VIDA MUNDIAL

REFLEXÕES SOBRE O ANTIMONOPOLISMO

[*Vida Mundial*, 31 Out. 1974]²³

Antimonopolismo é uma das expressões-chave da linguagem pós-25 de Abril. Não há ninguém de “esquerda” que se preze que não encha a boca (e os comícios) com a necessidade da “luta contra os monopólios”. Só que, tratando-se de ponto em que, pelos vistos, toda a gente (progressista) está de acordo, desde o programa do MFA até ao mais anónimo dos cidadãos, dir-se-ia que se tem considerado suficiente esse consenso e pura perda de tempo o que se gastaria em analisar o conceito, traduzi-lo em medidas concretas, e aplicá-las. Pois se ainda não há muito tempo um ministro, e não dos menos influentes, atribuiu a “escalada da reacção” ao facto de se ter descurado, na aplicação do programa do MFA, a parte relativa à luta antimonopolista, sem que ninguém lhe tivesse perguntado qual a natureza concreta das medidas por que, nessa perspectiva, se bateu em Conselho ao longo de vários meses... Só muito recentemente começaram a surgir algumas medidas que nesta perspectiva se podem situar e, também, os principais partidos deram a conhecer as suas ideias sobre o assunto.

Não será, assim, de todo inútil que nos debrucemos um pouco sobre o conceito e daí procuremos inferir algumas consequências práticas no que ao caso português se refere. Antes de mais, convém esclarecer que, sendo muito raros os casos de autêntico monopólio de uma dada actividade económica (produtor único, livre de qualquer concorrência), o que se visa geralmente, ao falar de antimonopolitismo, são *práticas* ou *empresas/grupos* monopolistas: práticas que tendam a subtrair uma dada empresa ou grupo de empresas às “leis da concorrência”, empresas/grupos que, pelo seu considerável poder económico e financeiro (logo, político), se encontram em posição de viciar essas mesmas “leis”, não só por imposição de preços ao mercado, mas ainda eliminando concorrentes menos poderosos, impedindo o acesso de outros ao sector (ou sectores) que controlam, obtendo privilégios especiais do poder político, etc.

Podem revestir as mais variadas formas as medidas de intenção antimonopolista. Passamos a examinar brevemente os dois tipos que, de certo modo, podemos considerar como limites.

Um primeiro tipo de medidas antimonopolistas será o que se propõe atacar as práticas monopolistas e, através delas, por via indirecta, as empresas/grupos em posição de as exercer. São exemplos deste tipo de actuação as famosas leis anti-trust americanas

²³ *Vida Mundial*. *Vida Económica*, nº1833 (31 Out. 1974), p. 41-42.

(Sherman Act, 1890; Clayton Act, 1914) e as leis de “descartelização” publicadas nas zonas ocidentais de ocupação da Alemanha em 1947. Leis deste tipo, ou seja, de “defesa da concorrência” poderão ter algum efeito *aparente* a curto prazo, mas são completamente impotentes, a mais longo prazo, face à inelutável tendência para a concentração, inerente ao próprio sistema capitalista. Bastará notar que, tendo o efeito mais espectacular das referidas leis americanas sido o desmembramento do *trust* Standard Oil, uma das empresas que resultou dessa operação segregadora foi a hoje chamada Exxon, a segunda maior empresa industrial do mundo... Com efeito, é o próprio jogo da concorrência que conduz a isto: os preços de mercado que permitem a existência de pequenas empresas proporcionam às maiores empresas do mesmo sector substanciais lucros pois, pela sua dimensão e, geralmente, maior produtividade, conseguem custos unitários muito mais baixos; com esses substanciais lucros, essas maiores empresas investirão, crescerão, fortalecerão ainda mais a sua posição.

Outro tipo de actuação antimonopolista será, pelo contrário, aquele que se ataca directamente às principais empresas ou grupos económico-financeiros. Será esta forma, por si só, mais eficaz? As nacionalizações inglesas e francesas do pós-guerra, de iniciativa de governos “tendencialmente” de esquerda (exemplos de uma acção deste tipo), terão permitido um forte impulso à reconstrução daqueles países, terão contribuído para uma modernização/racionalização das estruturas produtivas mas, ao que se sabe, não impediram que os principais sectores de actividade sejam hoje dominados por um pequeno número de grandes empresas multinacionais (ainda que algumas nacionalizadas). E o sistema capitalista teve tão pouco aí de se queixar como das concepções inversas do outro lado do Reno.

A que vem isto, se nos reportarmos agora ao caso português e às discussões (que não tem havido...) sobre a luta antimonopolista entre nós, e agora?

Há que pôr as questões com bastante clareza. Que, *por razões políticas*, seja indispensável tomar um conjunto de medidas “antimonopolistas”, é *indiscutível*: por um lado, a “reanimação económica” é *politicamente* vital e os principais detentores do capital não parecem capazes de (por desconfiança, pânico, simples falta de visão) ou interessados em (por óbvios motivos políticos) efectuar-la ou favorecê-la; por outro, as classes trabalhadoras não aceitarão tranquilamente serem elas, uma vez mais, a pagar a “conta” do fascismo (desemprego, inflação, repressão), o que necessariamente sucederia se ao poder económico fossem deixadas as mãos livres para “reanimar a economia” à medida das suas conveniências; e, por fim, mas não menos importante, o manter intacto o poder

económico e financeiro de grandes grupos não pode deixar de ter graves consequências “políticas” mais tarde ou mais cedo. Mas, inversamente, essas medidas antimonopolistas só o serão de facto se se inserirem num certo “projecto político” que, pelo que acima se viu, só pode ser, em *termos estratégicos*, anti-capitalista: mantendo-se o sistema, não há, a prazo, medidas antimonopolistas que valham... Precisando: a criação de um forte sector de Estado, por exemplo, que efeitos terá se, na sequência de eleições, tomarem o poder forças políticas “neoliberais” ou “tecnocratizantes”? Mais: estará o Governo Provisório, até porque é provisório, até porque é de coligação, até por razões de ordem externa, em condições de visualizar um tal “projecto político”? Esta a difícil equação política, de cuja solução (para a qual muito contribuirá o comportamento das massas trabalhadoras, e não só das industriais e urbanas) derivará a operacionalidade das medidas antimonopolistas tomadas ou a tomar – que, sublinhe-se, são de qualquer modo indispensáveis e urgentes.

Passando ao concreto, isto é, detendo-nos sobre algumas das disposições já adoptadas, podemos efectuar uma breve reflexão prática ligada ao ponto anterior. Assim, se articularmos o decreto de “acesso à actividade industrial” (que acabou com o condicionamento) – medida do primeiro tipo acima enunciado – com a criação de um complexo adubeiro do Estado, com o projecto de fusão/nacionalização dos petróleos e outras medidas (todas do segundo tipo) que poderão seguir-se, ocorre observar: o que impedirá, se não uma “vontade política”, que os grandes grupos monopolistas, afastados dos ou atingidos nos seus sectores tradicionais, venham a apoderar-se de outros – ainda que eventualmente menos “estratégicos” – pela via dos “concursos públicos” ou do livre acesso (e até que, por essas vias, maciçamente introduzam capitais estrangeiros)?

A NOVA CORRIDA AO OURO: O DINHEIRO DOS EMIGRANTES

[*Vida Mundial*, 28 Nov. 1974]²⁴

Lemos, hoje, à laia de narrativas de aventuras, com sabor a ficção, a história dos episódios dramáticos da corrida ao ouro na Califórnia, no século passado. Pois, talvez um dia outros tenham idêntica perspectiva em relação àquilo que há uma dezena de anos estamos vivendo, e que é capaz de não lhe ficar atrás em muitos aspectos: a “caça” ao dinheiro dos emigrantes. É claro que tudo hoje é mais organizado, mais disciplinado, mais “século XX”. E os grandes caçadores não arriscam a pele como dantes. Nas áreas de “filão”, os seus emissários não se disputam a tiro ou à facada: fazem concorrência, mais ou menos leal, chegam mesmo a colaborar uns com os outros.

O SISTEMA DE “CAPTAÇÃO”

Centremos a nossa observação sobre o filão francês, o mais representativo. Quando, na primeira metade dos anos 60, se iniciou a grande debandada dos trabalhadores portugueses, apenas estava implantado em França o Banco Nacional Ultramarino, maioritário num banco pouco significativo na altura: o Franco-Portugais d’Outre-Mer. Posteriormente, o BNU vendeu a Manuel Bulhosa a sua posição maioritária, reservando-se apenas 1/3 do capital. O B.P. do Atlântico fez uma acordo com este Banco para lhe servir de base de apoio de transferências, sobretudo em Paris, e multiplicou acordos com bancos franceses na província para o mesmo fim. Entretanto, o Banco da Agricultura montava o seu dispositivo, criando, igualmente, uma rede de acordos locais, nomeadamente com alguns Bancos espanhóis, actuando no sul de França. Assim se arrancou o processo. Foram “lançados” prospectores nos pontos nevrálgicos (além de Paris: Clermont-Ferrand, Tours, Lyon, Rouen, etc.) e iniciou-se uma autêntica caça, utilizando todos os meios, todas as influências (até as dos padres provincianos) para convencer os emigrantes a canalizar o seu dinheiro para as respectivas sedes e agências de Portugal. Pode dizer-se, sem exagero, que o BPA e o Banco da Agricultura fundaram o espectacular crescimento dos seus negócios nesta fonte maciça de depósitos.

Um pouco mais tarde, entrou na liça o Banco Pinto & Sotto Mayor, trabalhando por acordo com o Crédit Commercial de France, vindo depois a instalar filial própria e várias agências. E, com o correr do tempo, ninguém podia ficar para trás. Enquanto o BPA se

²⁴ *Vida Mundial*. *Vida Económica*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 41-42.

divorciava do Franco-Portugais, na sequência de um *affaire* de cheques falsos (pois todo o processo deu azo a que numerosos aventureiros e falsificadores pregassem as suas partidas – aos emigrantes e, como neste caso, aos próprios bancos), e estabelecia um acordo com a delegação parisiense do Banco do Brasil, até chegar a ter a sua própria sucursal e agências, os Bancos Espírito Santo, Fonsecas & Burnay e Totta tomavam-lhe o lugar junto do Banco de Bulhosa, também possuidor de uma dezena de agências. O Agricultura mantinha o seu esquema, já muito rodado ao longo de muitos anos. É este o panorama actual, aquele em que os Bancos ligados ao Estado, Fomento e Caixa Geral (já sem falar no tão disputado Crédito Predial), iniciaram ou vão iniciar os seus passos. Entretanto, é claro, não cessou a “guerra dos prospectores” junto dos núcleos de emigrantes, sem falar nas “carrinhas banco” que, ao domingo, lá se vão postar e fazer a sua colheita, bem protegidas pelas forças da ordem.

OS MECANISMOS DA TRANSFERÊNCIA

Qual o mecanismo por que se processam as transferências? Há, essencialmente, dois: a transferência directa e o vale-cheque. No primeiro caso, o emigrante pega nos francos que ganhou e deposita-os numa agência bancária, a fim de serem transferidos para uma conta em Portugal, à ordem de um seu familiar, por hipótese. Essa agência credita a conta em francos do banco português destinatário, que, por sua vez, com esses francos, adquire escudos ao Banco de Portugal e credita por esse montante a conta do seu emigrante ou do seu familiar.

O segundo esquema, que se popularizou a certa altura, é o dos vales-cheques. Com os seus francos, o emigrante compra na agência bancária um cheque em escudos, que depois envia à família, com indicação para o ir depositar (ou descontar) num banco português. Este sistema tem, para o banco francês, alguma vantagem, pois contribui para o seu fundo de maneiio. Com efeito, o emigrante nem sempre remete imediatamente o cheque, chegando até, por vezes, a andar com ele no bolso até vir de férias e o depositar ou descontar ele-próprio. Ora, o banco francês, neste caso, só é debitado desses francos no momento em que o vale-cheque seja apresentado num banco português, o que pode levar semanas. Durante este intervalo, esses francos são aplicados, a boas taxas de juro, no mercado monetário francês. Ao ser descontado o cheque, o banco português debita finalmente o banco francês, com os francos adquire escudos ao Banco de Portugal, e por aí adiante.

Por aqui se deduz que o trabalho dos prospectores incide em dirigir as transferências para as agências dos seus bancos, com especial atenção no caso dos vales-cheques, que a

família do emigrante é livre de ir apresentar no banco que entender. Por isso, todo o sistema é completado com uma “assistência” junto da própria família em Portugal, de forma a reduzir ao máximo as fugas para outros bancos. Aliás, as famílias, mas sobretudo o próprio emigrante, quando vem de férias, são igualmente assediados por numerosos interessados na aplicação destes “capitais”: agentes imobiliários, FIDES, Torralta, etc.

QUEM APROVEITA?

Independentemente das famílias dos emigrantes, para o seu consumo, e dos próprios emigrantes, que terão comprado umas terras ou um andar, a quem aproveitou esta drenagem de largos milhões de contos anuais, resultantes da venda de força de trabalho portuguesa no *bâtiment* ou noutros sectores de actividade dos países europeus?

Do ponto de vista do sistema bancário e, portanto, em geral, dos principais grupos financeiros, pode dizer-se que tem sido a perfeita árvore das patacas. Os depósitos dos emigrantes (em boa parte a prazo) aumentam automaticamente a respectiva base de crédito, com o correspondente crescimento do volume de negócios e os consequentes lucros. Só para dar uma ideia, as remessas de emigrantes acumuladas nos últimos 10 anos atingem um valor da ordem dos 80 por cento dos depósitos a prazo no sistema bancário, e 50 por cento do total dos depósitos da banca comercial! E convém não esquecer que o crédito concedido vai permitir aos empresários comerciais e industriais aumentarem, eles próprios, os seus negócios e realizarem os seus próprios lucros.

Do ponto de vista do sistema económico e financeiro global, o principal efeito das remessas de emigrantes é proporcionar meios de pagamento externo, a tal ponto que, nos últimos anos, não têm cessado de crescer as reservas do Banco de Portugal, trazendo por acréscimo um reforço da “solidez externa” do escudo. Concretizando: quando um importador tem de efectuar um pagamento ao estrangeiro, por mercadorias que adquiriu, vai verificar-se um mecanismo exactamente inverso do acima descrito. Ele entrega escudos no seu banco (ou é-lhe debitada a sua conta), com esses escudos o banco compra as divisas correspondentes (francos, por exemplo) no Banco de Portugal e depois transfere essas divisas para o banco fornecedor no respectivo país. A entrada anual dos volumes enormes de divisas enviados pelos emigrantes permite ao Banco de Portugal proceder a estas operações sem recorrer às suas reservas, ou melhor, sem as diminuir (isto até 1974: este ano não será possível evitá-lo). Nisto se traduz, muito precisamente, a afirmação tantas vezes feita de que o dinheiro dos emigrantes “financia o défice da balança comercial”.

Não é de mais sublinhar em que medida os emigrantes, trabalhadores portugueses a quem os capitalistas portugueses não foram capazes de criar emprego e condições de vida, contribuíram – involuntariamente, é certo – para consolidar e desenvolver, pelos mecanismos indicados, esse mesmo capitalismo. Isto dá bem a noção das formas de articulação/compensação do sistema capitalista à escala internacional: todos os actos, individuais ou colectivos, tendem a ser “recuperados” em benefício do próprio sistema, como um todo. O que, obviamente, implica em contrapartida o desenvolvimento de contradições que o põem em causa: para não ir mais longe, o capitalismo francês está tão dependente do trabalho estrangeiro (mais de 10% da população activa) como o português do dinheiro que os emigrantes lhe mandam, dinheiro correspondente a salários que produziram lucros num primeiro tempo lá, num segundo tempo cá. E é bom recordar, também até que ponto o esvaziamento de campos e mesmo de fábricas devido à emigração foi um autêntico “revelador” da luta de classes em Portugal.

O DINHEIRO E OS VOTOS

Interessa, enfim, referir uma questão que, nem por ser delicada, deve deixar de ser conhecida e analisada. Trata-se do comportamento dos emigrantes face aos “acontecimentos políticos”.

Não excluimos, ainda que não nos tenha chegado informação irrefutável sobre o assunto, que certos bancos possam – pelo menos, em certos períodos, após o 25 de Abril – ter influenciado emigrantes a reter o seu dinheiro no estrangeiro. E, a ser assim, isso só poderá ter sido originado por motivos (ou feito com objectivos) políticos, dado que, como se viu, o essencial do “negócio” se passa em Portugal.

Mas ousaríamos cometer o “sacrilégio” de admitir que grande parte da retracção verificada, em Maio e logo após o 28 de Setembro, tenha resultado sobretudo da reacção dos próprios emigrantes. Há que conhecer a extrema sensibilidade que manifestam a tudo o que possa contribuir para lhes diminuir o pequeno pecúlio duramente acumulado (e não será compreensível?): uma minúscula flutuação do franco, que constatem ao chegar ao banco onde vão comprar o vale-cheque, fá-los voltar as costas, e aguardar que o franco suba alguns tostões, dias mais tarde. Juntando a isto, uma generalizada politização, que os entrega sem defesa às influências mais reaccionárias (e não esquecer o papel que representam, na sua informação sobre o que se passa em Portugal, as cartas da família, sujeita ela, por essa província, à propaganda que se sabe: jornais regionais, padres, notáveis, etc.), como surpreender-nos que se retraiam ao menor sinal de “instabilidade”, que para eles significa, muito sumariamente, “perigo para as suas

economias”? O que em nada diminui a responsabilidade *objectiva* do sistema de exploração a que estão submetidos: tal exploração compreende componentes ideológicos que convém ter bem presentes.

Não há, pois que “acusar” os emigrantes de serem uma massa politicamente conservadora, na sua generalidade. Há, apenas, que constatá-lo e daí tirar conclusões. E não seremos nós, por certo, os primeiros a fazê-lo: as restrições ao voto dos emigrantes não terão a fundamentá-las, em parte, uma apreciação deste tipo? E nem se vê porque não assumir, *politicamente*, tal justificação, que nada tem de condenável. A luta por um Portugal em que esses trabalhadores terão um lugar (e, porque não, um poder) que até aqui lhes foi negado, não passará, *entre muitas outras (importantes) coisas*, pela limitação de um voto que contra eles se voltaria? Mas cremos que seria erro pensar que a politização dos emigrantes é possível através de maciça propaganda junto dos seus núcleos. Haverá, sim, que lhes dar a “prova dos factos”, e essa só os trabalhadores portugueses, na medida em que avancem nas suas conquistas, a poderão fornecer-lhes. Até lá, a contradição “precisa-se de dinheiro, precisa-se menos de votos” constituirá um difícil equilíbrio, com imprevisíveis flutuações. É possível, aliás, que a entrada na “corrida” dos bancos do Estado, aliada a um efectivo controlo do sistema bancário, contribua para dar uma nova “face” a certos aspectos fundamentais, e não seja menosprezável para a manutenção desse periclitante equilíbrio.

Sendo certo que, no limite, só há uma solução-objectivo possível: a de o dinheiro dos trabalhadores emigrantes ser utilizado para *construir uma sociedade* em que deixe de ser necessário, ou seja, em que a emigração seja, enfim, apenas uma amarga recordação. E, para isso, terão os que ficaram a palavra decisiva.

ENQUANTO SE AGUARDA O PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL...

[*Vida Mundial*, 5 Dez. 1974]²⁵

Foi há tempos nomeada uma comissão, cujos trabalhos estão a decorrer, para apresentar um Plano Siderúrgico Nacional. É boa altura, pois, para adiantar alguns elementos essenciais de informação relativamente a este sector, a fim de que o público possa dispor de um mínimo de referências úteis para apreciação do resultado das congeminações da dita comissão.

Pode dizer-se que, de entre os “atributos de soberania” que, à falta de melhor, constituíam uma espécie de ponto de honra para numerosos países ex-colonizados (ou melhor, para as respectivas burguesias nacionais) aquando da sua emancipação política após a segunda guerra mundial, um dos mais importantes era, quase sempre, a criação de uma indústria siderúrgica. Isto derivado, entre outras razões, do facto de que o único modelo então disponível de desenvolvimento acelerado era o da União Soviética, que o baseara no acento dado à indústria pesada, e havia portanto a convicção de que a existência de um Plano e de uma Siderurgia eram simultaneamente condição fundamental de “arranque” de uma economia subdesenvolvida e afirmação de “independência” em relação ao modelo e aos quadros de domínio capitalista. Acresce ainda que muitos desses países, bem como outros já há muito politicamente independentes mas que só então ganhavam consciência do seu efectivo estado de colonização (como os latino-americanos), dispunham de enormes reservas de minério de ferro de alta qualidade (Índia, Brasil, Venezuela, etc.).

Em Portugal, país capitalista em que a ideologia oficial se dizia “anti-capitalista” (!), país “subdesenvolvido” que se recusava a assumir-se como tal, “potência colonial” ainda que cada vez (se possível) mais colonizada, e em que atributos de soberania era coisa que não faltava, estas decisões sempre seguiram vias mais tortuosas. E, no entanto, quando demos por ela, estávamos... com um Plano e com uma Siderurgia! Decididamente o capitalismo tem razões que a razão desconhece (ou melhor, há que penetrá-las)...

UM POUCO DE HISTÓRIA

Pois o certo é que, em 1955, o então ministro da Economia, Ulisses Cortês, concede, pelo alvará número 13, o exclusivo por dez anos à Siderurgia Nacional para exploração da

²⁵ *Vida Mundial*. *Vida Económica*, nº 1838 (5 Dez. 1974), p. 42-44.

indústria siderúrgica em Portugal. Este alvará, e disposições subsequentes de 1957 e 1961, asseguraram à indústria excepcionais condições de protecção: isenção de direitos de importação de equipamento, isenção total de impostos, protecção pautal que equivalia a um aumento da ordem dos 50 por cento no preço dos produtos anteriormente importados, sistema de licenças de importação, traduzindo-se na prática pela proibição de importações de produtos que pudessem ser fabricados pela SN, etc. Com efeito, a capacidade autorizada era muito baixa em relação aos padrões internacionais (entre 1/4 e 1/6 da dimensão considerada na altura como mínima), sendo de esperar, portanto, a impossibilidade de poderem os produtos nacionais concorrer em preço com os importados. E saliente-se ainda que os preços fixados em 1961, já por Ferreira Dias, eram mais baixos que os pretendidos pela empresa, que se julgava no direito de viver folgadoamente desde os primeiros vagidos... Para completar o quadro, só resta acrescentar que o próprio risco financeiro, relativamente a credores externos, se encontrava coberto por um aval do Estado. O accionista maioritário da SN era a Empresa de Cimentos de Leiria, o mesmo é dizer que o empreendimento era (e continua a ser) efectivamente comandado pelo sr. António Champalimaud.

A unidade arrancou, em 1961, com um investimento inicial de 2,6 milhões de contos, tendo os accionistas apenas entrado com 750 mil (elevados em 63 a 847 mil contos): um dos segredos da prosperidade ulterior da SN (ou melhor, da acumulação de que se apropriaram os seus accionistas) advém de ela ter vivido de capitais alheios, públicos em boa parte, em condições altamente favoráveis. A partir de 61 foi então a empresa, já em exploração, pacientemente fazendo o seu caminho. Ora a “persistência” era, naqueles bons velhos tempos, sempre recompensada: cumprida a tarefa de Ulisses Cortês, e passadas as escaramuças com Ferreira Dias, tocou a vez a Teixeira Pinto de dar em 1965 um novo e valente empurrão aos preços (para os que não se recordem, trata-se do mesmo Teixeira Pinto que foi depois administrador de empresas do Grupo Champalimaud). Os resultados não se fizeram esperar: em 1966, numa altura em que precisamente os preços internacionais do aço se encontravam ao seu mais baixo nível, a minúscula e coxíssima SN ousava, enfim, apresentar o seu primeiro lucro líquido, uns tímidos 36 mil contos. Mas já então as amortizações excediam o milhão de contos... A SN entrou então em marcha de cruzeiro e não mais deixou de atingir lucros curiosamente regulares entre os 100 e os 200 mil contos (apenas mais baixos em 70 e espectacularmente mais altos em 73). E passou, como qualquer empresa “normal”, a distribuir dividendos, a construir reservas, a “acumular” amortizações, etc.

Só está por calcular o certamente fabuloso montante que representaria, traduzido em escudos, o conjunto das isenções e benefícios concedidos à SN ao longo de todos estes anos, directamente pelo Estado e indirectamente pelos seus consumidores – ou seja, pelos trabalhadores portugueses que são, obviamente, em última análise, quem tudo acaba por pagar. Um cálculo grosseiro leva-nos contudo a admitir que, só por efeitos da protecção pautal, os consumidores financiaram a Siderurgia em bastante mais de 3 milhões de contos. Por outro lado, sabido que o “valor capitalista” de uma empresa se baseia na sua capacidade de “geração de fundos”, o que, traduzido por miúdos, significa acumulação anual de “lucros, reservas, amortizações” (o chamado *cash-flow*), pode estimar-se que a SN deve “valer” hoje algo da ordem dos 5 milhões de contos, património de que são proprietários os senhores que nela investiram 847 mil contos! A taxa de lucro destes 847 mil contos terá sido superior a 15 por cento, isto durante um período em que, a nível internacional, as empresas siderúrgicas foram das que obtiveram mais baixas taxas de lucro. Em termos marxistas, tudo se resume a dizer que o papel do Estado foi o de criar os mecanismos para que a Siderurgia Nacional tenha podido reter uma mais-valia que, em condições normais de concorrência capitalista, lhe teria totalmente escapado. Por tudo isto, não deixa de ter um sabor especial o desejo expresso pelo sr. António Champalimaud de que o Estado o “não chateie”!

A SN E O FUTURO

Mas retomemos a história. Em 67 obtém a SN do Estado o prolongamento do seu exclusivo por mais de 15 anos (vigência de Correia de Oliveira com Ulisses Cortês, agora nas Finanças), com as regalias integralmente mantidas. Inicia, então, com todo o à-vontade, uma fase de expansão de que, até agora, apenas se viram investimentos que, embora volumosos, em muito pouco aumentaram a sua capacidade de produção de aço bruto: só no próximo ano deverá arrancar a mini-aciaria do Porto. Desde 1967 a SN não aumentou sequer a cobertura do consumo nacional de aço bruto, que se tem situado desde então à volta dos 48 por cento.

A SN tinha, porém, um grandioso plano de expansão que, por divergências com a Secretaria de Estado da Indústria, já na era marcelista, nunca chegou a andar para a frente, só em fins de 1973, tendo, finalmente, sido autorizado: um novo alto-forno de 1,5 milhões de toneladas, a respectiva aciaria e uma nova laminagem que abasteceria a actual unidade de laminagem a frio e teria de exportar cerca de 1 milhão de toneladas de semi-produtos. Investimento total: algo que hoje se deve situar para cima dos 20 milhões de contos! As discussões havidas em 70-72, por interposta pessoa (aliás agora *big boss* da

TAP), parece terem azedado, sempre desenroladas à mistura com o eterno “problema” dos preços e tendo por pano de fundo a quebra, jamais perdoada, do cartel cimenteiro. Não é ousado pensar que foi desde aí que o sr. Champalimaud se “liberalizou” e não quis mais ouvir falar do Estado.

E nisto estamos. Mas há alguns aspectos que, com o rodar dos tempos, evoluíram sensivelmente. Por um lado, eles dão bem a medida da dependência portuguesa no quadro do capitalismo mundial. Por outro, ajudam a compreender muita coisa e a pensar o futuro. Assim, vejamos:

O aumento acelerado dos preços do coque, desde 1970 (o que anunciava uma excelente perspectiva à coqueria da SN, que previa exportar largamente), mas uma cada vez maior escassez de carvão coqueificável (o que hoje lhe prenuncia dias negros: é, aliás, baixa a utilização da capacidade instalada).

O aumento acelerado dos preços da sucata, desde 72-73, acompanhado de escassez e restrições à exportação em vários países. Entre nós o problema não se tem posto, mas, com o arranque da unidade do Porto, ocorre perguntar onde irá a SN buscar sucata, e a que preço.

O aumento acelerado dos preços internacionais do aço (que não se prevê ser temporário), o que explica que hoje o sr. Champalimaud pugne pela “integração europeia”, coisa que há bem poucos anos o poria apoplético.

O aparecimento de novas tecnologias e de novos “conceitos” de unidades siderúrgicas, as mini-siderurgias, que exigem muito menores investimentos (sobretudo por dispensarem altos-fornos), quer por “unidade de produção”, quer por tonelada de produto.

É a partir destes novos elementos que, naturalmente, tem de ser analisada, e não só de um ponto de vista técnico, a questão do Plano Siderúrgico Nacional. Sem esquecer que nos encontramos num país capitalista, julga-se que a intervenção do Estado nas indústrias básicas deveria precisamente permitir introduzir critérios de investimento não escravizados à óptica do lucro, contrariamente à orientação em que se fundamentou essa intervenção no caso da SN, ou seja, a de que o Estado era o garante de uma alta rentabilidade para os seus accionistas maioritários.

Se se admitir que são critérios prioritários a criação de empregos e o aproveitamento máximo de recursos naturais, crê-se ser difícil justificar o investimento de mais de 20 milhões de contos (ainda que fosse possível obtê-los à custa do endividamento externo) num empreendimento que criará apenas uns 4 milhares de postos de trabalho,

exportando (para onde?) grande parte da produção e do emprego induzido, tendo de importar enormes quantidades de matérias-primas. E sê-lo-á sobretudo se tivermos em conta que, a reconhecer-se o real interesse de aumentar a capacidade siderúrgica nacional – ponto que não é pacífico – , um nível equivalente de cobertura das necessidades de aço poderá, muito provavelmente, ser obtido com uma unidade representando um investimento entre 1/3 e 1/4 do anterior, aproveitando ao máximo as reservas de ferro nacionais (combinação: pirites-adubos-poletização-pré-redução-mini-siderurgia), e fabricando produtos planos impulsionadores de indústrias fortemente criadoras de empregos, como são as metalomecânicas e a construção naval. Mas é claro que um plano assente nesta alternativa, que implica uma articulação de vários sectores básicos, incluindo a refinação de petróleo, seria impensável deixando cada um deles entregue à sua lógica de desenvolvimento capitalista. Só o domínio pelo Estado da capacidade de planeamento integrado desses sectores poderá permitir a melhor orientação dos respectivos investimentos. Por isso mesmo nos parece ter, desde logo, pouco sentido falar de “Plano Siderúrgico” isoladamente.

Traria todo este esforço de imaginação uma substancial alteração, ou constituiria um ataque decisivo ao poder capitalista em Portugal? Certamente que não; já se sabem quais são os limites que tem toda a acção deste tipo. Mas se a intervenção do Estado não servir para mudar radicalmente os critérios de investimento, subtraindo este, em sectores vitais, às motivações dos grandes grupos monopolistas e enquadrando-o em claros objectivos políticos, então *para que servirá?* Dir-se-á que reservar para si o Estado os investimentos menos rendíveis ou, pelo menos, não se preocupar prioritariamente com esse critério é de facto contribuir para melhorar a rendibilidade dos investimentos privados. É, sem dúvida, um efeito inevitável, enquanto o quadro geral for capitalista, mas *essencialmente* no que se refere aos investimentos públicos de infra-estrutura (portos, estradas, energia, urbanização, etc.). Não o é necessariamente no caso de investimentos produtivos.

Onde acabámos por chegar, no fim de tudo isto? A uma noção que vai muito para além de qualquer plano siderúrgico: a de que aos trabalhadores, fonte de *toda* a acumulação, *não pode ser indiferente* a forma como são utilizados os resultados dessa acumulação. Ou, dito de outro modo, que não se pode aceitar que um governo que se declara programaticamente *pelos trabalhadores*, apesar de tudo, adopte ou deixe adoptar os mesmos critérios de investimento que fizeram deste país o que ele é hoje.

INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SECTOR PRIVADO

[*Vida Mundial*, 12 Dez. 74]²⁶

O Decreto-Lei 660/74, de 23 de Novembro, que prevê a possibilidade de intervenção do Estado em “empresas privadas”, individuais ou colectivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do país e para a satisfação dos interesses superiores da “colectividade nacional”, constitui, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes diplomas publicados desde o 25 de Abril em matéria de enquadramento legal das relações entre o “poder político” e o “poder económico”. Estando em vias de conclusão, ao que se supõe, o tão aguardado Plano de Emergência, poderá mesmo admitir-se que tal diploma já se insira no espírito orientador daquele Plano. Trata-se de um instrumento de enorme amplitude, dada a variedade de situações que autorizam aquela intervenção e, bem assim, a escala de intensidades de intervenção previstas, permitindo ir até à nacionalização, em determinados casos. Para se ter uma ideia dessa amplitude, bastará dizer-se que, a pretender aplicar-se este decreto à conduta das empresas num passado relativamente próximo, seriam por certo muitos milhares as que se veriam por ele abrangidas. Com efeito, e a título meramente exemplificativo, será suficiente recordar o “desvio de fundos da actividade corrente da empresa” que constituíram as aplicações de capitais de empresas industriais na especulação bolsista (e até imobiliária), o “empolamento injustificado das despesas gerais e de administração” tão frequente quer em termos reais quer artificialmente como método de fuga ao fisco e, mais recentemente, o “encerramento ou ameaça de despedimento, total ou de secções significativas da empresa, ou despedimentos efectivos ou iminentes de parte importante do pessoal, sem justa causa”.

Não se torna fácil comentar este diploma já que, tratando-se de um “instrumento” e não de uma “definição de política”, só poderá ser julgado através da utilização que dele for feita. Um machado não é bom ou mau “em si”: será bom nas mãos de um bombeiro ou de um lenhador, será mau nas de um ébrio que com ele racha a cabeça do parceiro. De qualquer modo, e isso convém sublinhar, é decididamente melhor que tal diploma exista do que não exista: o machado é um progresso em relação às mãos nuas, pois permite-lhe fazer coisas antes impossíveis. Não se pode deixar de pensar, aliás, que à criação deste instrumento legal estará subjacente uma “intenção política”, mas o facto é que, não contendo ele qualquer preâmbulo, teremos de limitar as nossas observações à “filosofia”

²⁶ *Vida Mundial*. *Vida Económica*, nº 1839 (12 Dez. 74), p. 41.

que deixa transparecer o próprio articulado. E tal filosofia é, muito simplesmente, aquela que se opõe à que exprimia há tempo um conhecido industrial, ao dizer que “se uma empresa prospera ou vai à falência é assunto que só a ela diz respeito”. Ora não só não é, obviamente, como já nem nos países mais visceralmente partidários da “iniciativa privada” alguém ousa proferir tais enormidades. O que não nos leva muito longe.

É precisamente aqui que nos surge a questão da utilização do dito instrumento. Para isso convém ter presente a articulação que, por certo, se virá a verificar entre as actuações fundamentadas neste decreto-lei e a acção do há muito anunciado “holding” do Estado, que será o gestor das participações e das empresas do Estado. Mas, sobretudo, será útil lembrar alguns factos. Assim, o INI espanhol e o IRI italiano, o primeiro criado em 1941 por Franco, o segundo em 1933 por Mussolini, tiveram largamente por função, ao menos durante períodos “críticos”, a intervenção do Estado em empresas em dificuldade a que, por razões económicas ou políticas, se reconhecia a necessidade de “deitar a mão”. A estes organismos, que hoje se situam entre os maiores potentados industriais e financeiros nos respectivos países, foram posteriormente agregados, sobretudo em Itália, numerosos outros, com funções específicas em determinados sectores ou campos de actuação. Existe, de resto, em Itália um Ministério das participações do Estado. Mas, intervenções do Estado na empresa privada, indo até nacionalizações, multiplicaram-se, em particular depois de 45, em países como, por exemplo, a França, a Inglaterra e a própria Alemanha Federal. Neste último caso, interessante por ser o país mais acirradamente “liberal”, basta pensar no projecto de lei de Fevereiro de 74 que propõe um amplo alargamento do âmbito do sistema de co-gestão, e que é visto pelo patronato como uma intolerável coacção por parte do Estado e um atentado à “propriedade privada”! Isto sem esquecer que o Estado alemão tem participações em mais de 700 empresas, que ocupam perto de 2 milhões de assalariados.

A que vem tudo isto? A que, por muito que os democratas europeus se arrepiem com os propósitos intervencionistas do Governo Provisório Português (v. adiante nota sobre este ponto), nos seus próprios países é muito importante a participação do Estado na actividade económica, e nenhum deles negará que essa intervenção esteve na origem da prosperidade que o sistema capitalista aí evidenciou nos últimos 25 anos. Somos assim devolvidos à questão *essencial*, do “quadro político” em que se inserirá a aplicação do decreto em apreciação. Tal aplicação poderá não conduzir a mais do que uma “operação de salvamento” do capitalismo português (ainda que os propósitos possam *subjectivamente* ser outros), ou poderá, *em determinadas circunstâncias políticas* que

venham a surgir a médio prazo, facilitar certas soluções de ruptura. Tendo em vista esta última perspectiva, convém estar atento ao papel que virá a ser atribuído, na política de intervenções do Estado, aos trabalhadores das empresas em causa. Bem como aos das empresas públicas ou nacionalizadas. A nada disto é, aliás, indiferente, em contrapartida, a “imagem” do Estado (e muito particularmente do MFA) junto dos trabalhadores: “imagem” que não se constrói por meio de discursos, mas de actos.

GAZETA

da semana

Director Interino: JOAO MARTINS PEREIRA
Director-Auxilio Interino: JORGE ALMEIDA FERNANDES

Na página 4,
a semana que foi
há dois anos.
Exactamente
nos primeiros dias
de Abril de 1974.

ELEIÇÕES: tudo por resolver

As eleições apanham Portugal num período revolucionário ou de paralização clara do processo de emancipação do povo português?

A pergunta não tem preocupado muito os partidos que se vão lançar na corrida para os lugares da Assembleia da República. Mas aptas para a caça ao voto, as organizações políticas portuguesas, particularmente as de maior envergadura, têm manifestado especial atenção à propaganda em detrimento da análise das contradições de Portugal pós-25 de Abril. Têm demonstrado maior esforço para a disputa de um voto do que para a pesquisa de caminhos conducentes ao fortalecimento do poder popular, e da ultrapassagem das contradições do sistema capitalista.

Mas a pergunta repetimola para arrancar uma resposta. Portugal continua em período revolucionário ou a direita instalou-se?

Resulta claro que a direita ainda não conseguiu todos os

seus objectivos. A direita não detém o controlo integral do poder. Quando muito, existem embriões de movimentos fascistas, os quais ainda não conseguiram transportar-se para as zonas urbanas de maior concentração proletária.

Mantemo-nos hoje, apesar de tudo, numa situação pré-revolucionária. Assiste-se a uma incapacidade da burguesia governar, e a uma incapacidade das classes trabalhadoras tomarem o poder. A ausência de um programa político popular e a inexistência de uma direcção política consequente explicam as dificuldades das massas populares. O momento para a burguesia é o da recomposição do aparelho de Estado (sobretudo a reorganização do Exército e das forças da ordem — PSP, GNR) para além do reforço do executivo, bem saliente na greve dos enfermeiros. (na pág. 7 incluímos uma reportagem sobre esta greve).

As eleições constituem um dado significativo para a burguesia tentar recompor o apa-

relho de Estado, realmente abalado pelo movimento popular desencadeado até ao 25 de Novembro. Com isto não podemos afirmar que não exista agora iniciativa popular, mas as condições e as suas características são outras.

Importa adiantar que as eleições não vão muito provavelmente estabilizar a situação política. A agudização da luta de classes vai continuar após este 25 de Abril de 1974. O desemprego, o aumento do custo de vida, e a crise capitalista mundial (em particular europeia) que se reflecte internamente, manterão o país ingovernável. A hipótese de golpe (pela direita) poderá surgir. A burguesia tentará dispor das possibilidades de revisão constitucional para consumir o golpe (teríamos o fas-

cismo civilizado), ou, o que nos parece improvável, servir-se-ia das forças da ordem para impor o restabelecimento do passado (ver a proposta artigo na página 3).

A DEMAGOGIA ELETORAL

Se considerarmos que a burguesia detém momentaneamente o poder...

(Continua na 3.ª pág.)

Reforma agrária: o que está em jogo

Coruche, no Ribatejo, é hoje um dos pontos quentes da Reforma Agrária:

O que está em causa? Tudo está em causa quando as forças de direita, os grandes agrários e o governo provisório têm por objectivo parar, bloquear todo o processo desenvolvido pelos trabalhadores da terra desde o 25 de Abril. Para deter a reforma agrária, os reaccionários servem-se de todos os expedientes: quando não é a G. N. R. que intervém contra os trabalhadores, são bandos de «desco-

nhecidos» que assaltam a tiro as unidades colectivas de produção. Os grandes proprietários e quem os defende fomentam a divisão entre assalariados permanentes e temporários, entre assalariados, searcieiros e rendeiros, entre trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores.

Joaquim Canejo, secretário e dirigente sindical do Couço, declara não obstante tudo que os trabalhadores da terra não cederão um palmo na Reforma Agrária.

• Ler páginas 9 e centrais

MULTINACIONAIS fecham a porta na cara dos trabalhadores

Dois multinacionais com ramificações em Portugal, a «Vaessen» e a «Timex», ameaçam fechar as fábricas que aqui dominam, lançando no desemprego cerca de 2500 trabalhadores. Na «Vaessen», de capital holandês, os operários ganham a vida no tratamento de tripas. Na «Timex», de capital norte-americano, na fabricação de relógios. Os lucros das multinacionais têm assentado na exploração de uma mão-de-obra superbarata. Agora que os tempos passaram e os trabalhadores levantam

o punho, os capitalistas das multinacionais obedecem a esquemas económicos e políticos bem preparados pelos tecnocratas internacionais e concluem que os seus «investimentos» em Portugal já não dão dividendos. Decidem fechar as portas. Os trabalhadores, porém, lutam nas fábricas pelo direito ao trabalho e contra o desemprego, enquanto os ministros, nos gabinetes, tentam descobrir soluções que agradem... «a gregos e troianos»

(DESENVOLVIMENTO NAS PÁGINAS INTERIORES)

MOÇAMBIQUE em Revolução

Se, ao tentar compreender ou analisar o que actualmente acontece em Moçambique, se começar por ignorar o facto de que a luta de libertação conduzida pela FRELIMO visava não apenas a destruição do colonialismo, mas ao mesmo tempo a revolução social, ou seja, a luta contra o sistema de exploração de que aquela é talvez a expressão mais violenta — se se ignorar isso, o melhor é desistir desde logo desse inútil esforço e continuar a ler o pouco e deturpado que os jornais portugueses em geral publicam sobre o assunto.

E se assim tem sido até aqui, é óbvio que a pugna eleitoral, e o que se lhe seguirá, naturalmente contribuirá para que a mentira ganhe cada vez mais raízes, ao sabor, da necessidade de atacar, os que supostamente estiveram ligados ao processo de descolonização (e alguns que mal estiveram, mas disso se vangloriaram, hoje vêem-se afilados para sacudir a água do capote...) ou de ganhar os votos dos que o processo mais directamente afectou —

os retornados. Uma campanha eleitoral, ao contrário do que se pretende fazer crer, é um período em que o grau de credibilidade da informação atinge o mais baixo nível. Não é por acaso que na campanha eleitoral do ano passado se evitou dizer uma palavra que fosse sobre descolonização — coisa que deixou boquiabertos muitos militantes dos movimentos de libertação que na altura por aqui passaram — e que este ano vai ser (já está a ser) um dos temas quentes da oratória eleitoral. Ora, porque quer o silêncio de 75, quer a histeria de 76 em nada contribuem para esclarecer seja o que for, vale a pena saber o que realmente se passou. Uma recente estadia em Moçambique permite-nos dar alguns passos nesse sentido.

(Ler artigo de João Martins Pereira na página 14)



GAZETA DA SEMANA

O “AUXÍLIO AMERICANO”

[*Gazeta da Semana*, 1 Abril 1976]²⁷

Nestas coisas de “auxílio” financeiro tende-se a ver só um dos lados das contas, que têm sempre dois: o deve e o haver. Falar dos milhões de dólares que os americanos vão emprestar, sem pensar nos outros milhões que, antes mesmo daqueles chegarem, os americanos já tiraram, e continuam a tirar – então que contas são essas? O caso Timex ilustra esta questão às mil maravilhas. Fechar uma empresa que representa 2000 postos de trabalho significa, muito simplesmente que, *apenas* para repor a situação, há que criar 2000 novos empregos. Ora sucede que criar 2000 novos empregos na Indústria quer dizer, aos custos actuais, fazer um investimento da ordem dos 700-800 mil contos (pondo, obviamente, de parte as indústrias capital-intensivas, onde será 10 ou 15 mil vezes mais). Como porém tal investimento, feito hoje, não origina a totalidade dos postos de trabalho antes de uns dois anos, a simples *compensação* do fecho de uma Timex, incluindo os subsídios de desemprego, a redução do produto nacional, a redução das exportações (logo, de entrada de divisas), etc., pode ser avaliada, em termos de prejuízo nacional, em bem mais de 1 milhão de contos. Isto é, por cada Timex que feche (e não é a primeira), é mais de 1 milhão de contos (40 milhões de dólares) que se deve registar na coluna das “saídas de capitais” da conta do “auxílio financeiro”, mais concretamente, que se tem de descontar nas somas anunciadas após triunfais viagens aos Estados Unidos...

Emprestar dólares por um lado, fechar empresas por outro – é afinal uma manobra duplamente lucrativa. De facto, emprestar dólares (ou prometer) ao governo português é assegurar-se da sua “docilidade” atlântica, é indirectamente financiar (ou prometer fazê-lo) os partidos “de confiança”.

Fechar empresas é, pelo seu lado, tentar forçar a “docilidade”, já não do governo, mas dos próprios trabalhadores: “Não se portem bem, nós vamo-nos embora, e vocês vão para o desemprego”.

Obrigado, americanos! Com este vosso “auxílio”, havemos de ir longe...

²⁷ *Gazeta da Semana*, nº 1 (1 Abr. 1976), p. 6.

MOÇAMBIQUE EM REVOLUÇÃO:

A SEGUNDA LUTA DA FRELIMO (I)

[*Gazeta da Semana*, 1 Abr. 1976]²⁸

Se, ao tentar compreender ou analisar o que actualmente acontece em Moçambique, se começar por ignorar o facto de que a luta de libertação conduzida pela FRELIMO visava não apenas a destruição do colonialismo, mas ao mesmo tempo a *revolução social*, ou seja, a luta contra o sistema de exploração de que aquela é talvez a expressão mais violenta – se se ignorar isso, o melhor é desistir desde logo desse inútil esforço e continuar a ler o pouco e deturpado que os jornais portugueses em geral publicam sobre o assunto.

E se assim tem sido até aqui, é óbvio que a pugna eleitoral, e o que se lhe surgirá, naturalmente contribuirão para que a mentira ganhe cada vez mais raízes, ao sabor da necessidade de atacar os que supostamente estiveram ligados ao processo de descolonização (e alguns que mal estiveram, mas disso se vangloriaram, hoje vêem-se aflitos para sacudir a água do capote...) ou de ganhar os votos dos que o processo mais directamente afectou – os retornados. Uma campanha eleitoral, ao contrário do que se pretende fazer crer, é um período em que o grau de credibilidade da informação atinge o mais baixo nível. Não é por acaso que na campanha eleitoral do ano passado se evitou dizer uma palavra que fosse sobre descolonização – coisa que deixou boquiabertos muitos militantes dos movimentos de libertação que na altura por aqui passaram – e que este ano vai ser (já está a ser) um dos temas quentes da oratória eleitoral. Ora, porque quer o silêncio de 75, quer a histeria de 76, em nada contribuem para esclarecer seja o que for, vale a pena saber o que *realmente* se passou. Uma recente estadia em Moçambique permite-nos dar alguns passos nesse sentido.

Portugal deixou ao povo moçambicano um país que nada tem a ver com ele, que violenta os seus interesses. Deixou-lhe o país que interessava ao colonialismo português, aos potentados estrangeiros que por sua vez dele se aproveitaram. Deixou-lhes os portos e os caminhos de ferro que interessavam quase exclusivamente à Rodésia e à África do Sul, mas sobre os quais se apoiava o precário equilíbrio financeiro da colónia. Deixou-lhe o

²⁸ *Gazeta da Semana*. Internacional, nº 1 (1 Abr. 1976), p.14.

analfabetismo generalizado, a par de um sistema escolar e universitário “para brancos”. Deixou-lhe uma grande capital europeia, imagem viva da discriminação, onde se concentrou a esmagadora maioria da população branca (ou na generalidade, aquelas que faziam funcionar a máquina colonialista) e que acabou por reunir à sua volta meio milhão de moçambicanos (numa população de 8 milhões) que viviam das migalhas e humilhações quotidianas do sistema colonial. Deixou-lhes uma “cultura” alheia, a imagem de um “modo de vida” importado e sobranceiro, que ao mesmo tempo servia para ostentar a sua “superioridade” e para ridicularizar com ar escarecedor ou paternalista aqueles que o “imitavam”. Deixou duas ou três culturas de exportação, dominadas de Lisboa ou de Londres. Mais umas quantas indústrias, as mais importantes igualmente geridas a distância, as outras nas mãos de uma pequena média burguesia branca, ainda muito débil. Deixou, enfim, a memória recente duma guerra impiedosa que, durante anos, desmascarou a verdadeira face de um sistema que sempre quis apresentar a sua bonomia, a sua “originalidade” lusitana, o seu “não-racismo”.

Ao conquistar a independência, a FRELIMO defrontou-se com esta herança e deu-se conta, ganha a experiência – essa autenticamente *africana*, fundada em valores culturais *próprios* – das zonas libertadas, que a grande luta a travar era agora a luta *contra a cidade*: era na “cidade”, mais concretamente em Lourenço Marques, que se encontrava a *substância* mesma do sistema colonial. Era aí que se materializavam todos os múltiplos pequenos privilégios da dominação colonial (os grandes, esses eram gozados a muitos milhares de quilómetros), daí que se modelava uma sociedade estranha, daí que partia a destruição da cultura africana, daí que se “administrava” de acordo com os interesses estrangeiros, por aí que se esvaíam as riquezas moçambicanas. Mas, ao mesmo tempo, Lourenço Marques, por certo uma das capitais geograficamente mais excêntricas, precisamente devido a essa posição descentrada, fora mantida quase alheia à luta de libertação e, portanto, até ao último dia aí se conservaram quase intactas as relações e as práticas coloniais.

LUTA DE CLASSES E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Isto explica que, ao instalar-se em Lourenço Marques, tenha sido evidente preocupação da FRELIMO a rápida eliminação daquelas desigualdades que a aparente estabilidade da sociedade urbana colonial tinha acabado por tornar como que *naturais*. Isto passa-se, é claro, em qualquer sociedade de classes, só que na sociedade colonial, as classes se encontram *extremadas pelas raça*: numa aldeia das Beiras, parece natural que os “notáveis” tenham uma excelente habitação, que consultem um especialista de Lisboa

quando precisam, que mandem os filhos para a Universidade; em Lourenço Marques, sucede que os pequenos e grandes “notáveis” eram, “por coincidência”, os brancos, os portugueses. Por isso, a FRELIMO coloca constantemente o acento na luta de classes, não se lhe podendo atribuir a culpa de que essa luta muitas vezes *apareça* como uma luta contra os brancos; mas, pela natureza particular dos “privilegiados” cidadãos, que apenas eram, na sua maioria, “agentes” por conta duma classe dominante exterior (não diz Samir Amin que, nos países da periferia, nos países dominados pelo imperialismo, “a classe dominante se encontra ausente”?) e não os agentes directos da exploração económica, a acção de choque da FRELIMO não podia dirigir-se – ou não era suficiente que se dirigisse – aos centros do poder económico: isso teria um escasso efeito mobilizador sobre as massas, que só a muito reduzido número se encontravam “proletarizadas”, ou melhor, dependiam *directamente* desses centros de poder. A sua consciência de colonizados só podia ser despertada pelo ataque frontal àquelas desigualdades, primeiro passo para a conquista de uma dignidade que o colonialismo se esforçou durante séculos por destruir. E não foi, no fim de contas, na pequena burguesia e (aqui representada por esses milhares de funcionários, empregados e técnicos portugueses), caldo de cultura essencial da ideologia burguesa, que todas as revoluções sempre encontraram o maior obstáculo para o seu avanço?

Muitos são os “revolucionários de café” portugueses que ainda abundam na nova Maputo (ex-Lourenço Marques) que vêem no “primado à política”, no “contar com as próprias forças”, na “mobilização das massas”, no “se o inimigo reage aquilo que fazemos é porque estamos no bom caminho” e em outras tantas expressões e orientações que *marcam* a acção da FRELIMO, autênticas “chinesices” (no sentido literal) voluntaristas. Para eles, fazer a revolução não é mais do que “ousar imitar” o que está na receita histórica: nacionalizações, reforma agrária, etc., etc. Ora sucede que a FRELIMO dentro daquela perspectiva que acima apontamos, tomou, como primeiras grandes medidas revolucionárias as seguintes: num primeiro tempo, acabou com a medicina privada, com a advocacia privada, com as agências funerárias; num segundo tempo, nacionalizou todos os prédios e habitações de rendimento. Saúde, educação, justiça, habitação, as manifestações mais gritantes de desigualdade *social* foram os pontos de ataque prioritários.

“Agora que a luta armada acabou, vamos liquidar esses complexos de superioridade (da civilização europeia)” – disse Samora Machel no seu discurso de 24 de Julho de 1975. E sublinha que eles se encontram “sobretudo nas cidades onde está mais desenvolvida a

civilização portuguesa, a civilização da Europa, a civilização do Homem mais evoluído encarregado de ajudar a civilizar o preto”. Ao tomar aquelas medidas torna-se evidente que muitos portugueses irão partir: eles viviam desse sistema de relações coloniais. A FRELIMO está consciente disso: “Podemos ter falta de professores um, dois, três anos”, diz Samora no mesmo discurso; e em relação aos médicos: “Nós sabemos que haverá sabotagem: estejam preparados para enfrentar a crise. Eles dirão: - Vão ter com o vosso governo! Vocês gritaram lá no Estádio para nos fecharem as portas...? – E nós diremos: as portas estão abertas – fora de Moçambique!”

A ÚLTIMA PILHAGEM

Muitos partiram, de facto. Moçambique tem hoje uma falta dramática de médicos, de enfermeiros, de professores. Muitos outros partiram igualmente: todos aqueles que habituados a ter médico assistente e especialistas às ordens (pois tinham com que lhes pagar), a terem filhos bem educados em bons liceus e colégios (relegando os pretos para as escolas das missões), a viver sem problemas dentro duma lei que os protegia e lhes dava todas as garantias, não puderam suportar a “insegurança” e o incómodo de ir para a bicha da consulta médica, de ter os filhos “mal” educados em escolas em que todos são iguais e em que escasseiam os meios e os professores, etc., etc. Os pequenos e grandes favores que a sociedade branca se permutava, a pequena e grande corrupção que permitia ter a vida facilitada em todos os aspectos – isso terminou, e compreende-se que seja inaceitável para esta gente passar, de um momento para o outro, a ser tratada como “estrangeira”. Partiram pois.

Terão partido muitos que seria impossível *integrar* na nova sociedade moçambicana, que poderiam servir lealmente a revolução moçambicana? Sem dúvida que sim. Mas o certo é que, por um lado, se tornava praticamente impossível tomar medidas que permitissem fazer a “triagem”, por outro foi de tal ordem a verdadeira pilhagem a que se dedicaram os que partiram nos primeiros tempos (contam-se os mais espantosos casos de imaginação para conseguir fazer sair de Moçambique o máximo de objectos e valores: até ao ridículo de saltos de sapatos de senhora ocos em que cabiam meia dúzia de notas de banco!), que os controlos apertavam cada vez mais: isso teve como consequência um “sentimento de clausura”, boatos de que mais tarde ou mais cedo ninguém seria autorizado a partir, e daí um novo impulso para novas saídas, numa reacção em cadeia.

OS ACIDENTES DE PERCURSO

Erros, por parte da FRELIMO, também os houve, e era inevitável. Aquele que parece mais evidente, ou pelo menos que terá tido mais consequências, foi por certo o que se verificou quanto ao alargamento das Forças Populares. Que esse alargamento era indispensável, face à nova *dimensão* das tarefas a enfrentar e do espaço geográfico a cobrir, é indiscutível. Simplesmente três factores principais conjugaram-se para precipitar uma situação de “descontrolo”; a *descoberta da grande cidade* por quadros e soldados treinados na luta de campo e nas duríssimas condições de vida a ele inerentes, com fortes efeitos desmobilizadores; o recrutamento indiscriminado, que levou a que entrassem nas FPLM, muitos elementos marginais, delinquentes em numerosos casos, que viam no prestígio da farda da FRELIMO e nas armas que recebiam o meio para se entregarem com toda a impunidade a actividades que punham em causa aquele prestígio (abusos de poder, roubos, etc.); a decisão da FRELIMO de não estabelecer remuneração para os membros das Forças Armadas, o que conduzia os soldados e suas famílias a situações de autêntica carência, mesmo alimentar, incitando-os a actos-força para prover à simples subsistência. Isto criou um clima de indisciplina e descontrolo, que culminou com a série de rusgas e operações de identificação em Novembro e Dezembro, em que milhares de brancos e pretos foram detidos por períodos curtos mas com efeitos psicológicos bastante graves. É conhecida a sequência desses acontecimentos. No decurso do encerramento da 8ª reunião do Comité Central, Samora refere-se-lhe deste modo: “A reunião de quadros e combatentes das FPLM, em Dezembro, desmascara a infiltração e subversão inimiga nas FPLM, purifica as suas fileiras, estabelece a demarcação com o comportamento do inimigo, dinamiza a unidade entre o povo e o seu braço armado.” Como se sabe, poucos dias depois desta reunião, e das medidas anunciadas, dá-se uma revolta (17 de Dezembro), rapidamente dominada. A partir daí pode dizer-se que [acabaram] praticamente aquelas arbitrariedades por parte de elementos das Forças Armadas. De qualquer modo, as consequências desse “clima” foram sem dúvida sensíveis em muitas decisões precipitadas de sair de Moçambique. Mas aqui fica a recomendação, para aqueles que ouvem contar os mais mirabolantes “incidentes” ocorridos em Lourenço Marques: convém sempre datá-los – antes ou depois de 17 de Dezembro?

Ainda no respeitante ao “êxodo”, que tão explorado vai ser eleitoralmente: não vai faltar quem apresente como “prova” da inviabilidade de vida em Moçambique que, em fins de Junho, regressarão a Portugal praticamente 100 por cento dos 7 ou 8 milhares de funcionários públicos que ainda aí se encontram. Mas, provavelmente, ninguém explicará que o Governo Português lhes assegurou que, se ficassem 2 anos após a independência,

regressariam com garantias de emprego, mas que se decidissem voltar ao fim de 1 ano (Junho de 76, portanto), *apenas* lhes poderia assegurar o pagamento do vencimento por inteiro. O que significa que eles só terão vantagem em regressar este ano: ficarão em Portugal em situação de *férias ilimitadas*. Para quê, então, ficar mais um ano?

Enfim, um último aspecto ligado à partida dos portugueses, mas este, politicamente de *fundo*, refere-se à acção dos grupos dinamizadores. Abordaremos esta questão no próximo artigo.

MOÇAMBIQUE EM REVOLUÇÃO: DESAFIO DOS GRUPOS DINAMIZADORES

[*Gazeta da Semana*, 8 Abr. 1976]²⁹

No primeiro artigo desta série examinámos as linhas fundamentais da acção revolucionária da Frelimo, em particular o sentido político das “grandes medidas” de nacionalização adoptadas e a sua adequação às condições concretas do país que o colonizador deixou, e que fora construído no seu próprio interesse. A “segunda luta” da Frelimo é uma luta “contra a cidade”. Contra a ideologia de que a burguesia urbana colonial era o mais sólido depositário, como agente dos grandes interesses que, do estrangeiro, a utilizavam para reproduzir as relações de dominação tradicionais. Esta nova fase da luta da Frelimo *não podia deixar de suscitar* um vasto movimento de partida daqueles que se viam atingidos nos seus privilégios.

Um dos factores de “insegurança” e de “mal-estar” entre os portugueses de Maputo, directa ou indirectamente também na origem de muitas partidas, localiza-se na existência e acção dos “grupos dinamizadores”. O que é isso dos grupos dinamizadores?

Há que ir um pouco atrás, e retomar um ou outro ponto referido no artigo anterior. Instalada na “grande capital”, na tal cidade “descentrada” onde a “ideia” da libertação só difusamente chegara, onde o peso da ideologia e das relações coloniais permanecia quase intacto, punha-se à Frelimo um problema decisivo: como mobilizar politicamente as massas populares urbanas? Como fazer-lhe chegar a sua “linha política” e, inversamente, como introduzir nesta os elementos provenientes das aspirações dessas massas? Como, sobretudo, fazer isso sem dispor de milhares de bons quadros políticos capazes de uma relação correcta com as massas urbanas? A Frelimo adoptou, em relação a esta questão, uma metodologia ousada, cheia de riscos, que politicamente aceitou e assumiu. Partindo do que poderíamos chamar uma “confiança de fundo” nas massas, na sua capacidade de, em face de situações concretas, distinguir o certo do errado, a Frelimo, ainda durante o governo de transição, lançou os “grupos dinamizadores”: em toda a empresa, repartição ou serviço, nos locais de habitação, nas escolas, etc. deveriam constituir-se grupos dinamizadores formados, à partida, por activistas auto-designados, ou designados sem regras fixas. A Frelimo pretendeu evitar a “eleição”, consciente de

²⁹ *Gazeta da Semana*. Internacional, nº 2 (8 Abr. 1976), p. 14.

que, formados por essa ou por outra qualquer via, os “grupos” iniciais seriam necessariamente o reflexo de relações de classe “antigas”, portadores de vícios ideológicos vindos de trás e que, portanto, só seria prejudicial conferir-lhes a aparente legitimidade de uma eleição. Ideia de base: os elementos oportunistas que abundarão nos grupos dinamizadores denunciar-se-ão na prática, *perante* as massas; a depuração far-se-á da forma mais didáctica – face às contradições que fatalmente se manifestarão, face à necessidade de as ultrapassar. O *ritmo* da depuração acompanhará o *ritmo* da elevação da consciência política das massas.

OPORTUNISTAS AO ASSALTO

Daqui resultou que, juntamente com todos os activistas e quadros seguros da Frelimo que os integraram (mas que nem de longe os podiam “cobrir” ou sequer controlar em larga escala ainda que isso fosse desejável), os “grupos dinamizadores” iniciais viram entrar para as suas fileiras toda a casta de carreiristas, oportunistas e mesmo elementos fortemente comprometidos com o sistema e a repressão coloniais, para além de elementos bem-intencionados mas ideologicamente marcados pela insegurança e pelas hesitações pequeno-burguesas. Na sequência da última reunião do Comité Central alargado, de 11 a 27 de Fevereiro, a revista *Tempo*, porta-voz não-oficial das posições da Frelimo constata: “A tarefa (de constituição dos grupos dinamizadores) foi assumida nas zonas urbanas por elementos da pequena-burguesia ou a ela ligados por mentalidade, hábitos e afinidades. Era, por exemplo, frequente numa fábrica, onde a grande maioria dos trabalhadores eram operários, ser o grupo dinamizador no que respeita a responsáveis constituído na sua grande parte por empregados burocráticos, dos escritórios, das secções de contabilidade, de pessoal, etc. E isto porquê? Esses trabalhadores eram normalmente os únicos alfabetizados, capazes de ler e assimilar um texto, desinibidos o suficiente para falar numa “reunião”. Mas a acção desses elementos pequeno-burgueses, que o articulista considera no seu cômputo global positiva, abria, ainda segundo o mesmo texto “brechas, pontos fracos para a penetração do inimigo” dada “a sua dificuldade em saltar da perspectiva nacionalista para a perspectiva revolucionária, a sua carga impura de individualismo e ambição, a dificuldade de superar a corrupção, o medo da crítica, a dificuldade de auto-crítica, o complexo de superioridade em relação às massas operárias-camponesas, o desprezo pelo trabalho manual, e a sublimação dos seus receios, inseguranças e complexos em atitudes de arrogância e

prepotência”. Não foi assim difícil ao inimigo “infiltrar os grupos dinamizadores, corromper os elementos mais fracos, aproveitar casos isolados deste ou daquele erro para lançar campanhas de descrédito contra a globalidade dos grupos dinamizadores e do seu trabalho, etc.”. Salienta mesmo o articulista que chegaram a ser detectados nos grupos dinamizadores “pides e comandos assassinos de Arriaga”. Isto, aliás, foi-nos confirmado nalguns casos concretos de empresas.

OUTRO QUOTIDIANO

Como se traduziu e traduz todo este processo, difícil e contraditório, ao nível do quotidiano? A pequena burguesia portuguesa, na sua generalidade totalmente incapaz de *compreender* o processo, só consegue ver nele uma acção quase-policia de denúncias arbitrarias (os tais casos, que houve e há, que são empolados para efeitos óbvios), uma insuportável vigilância e ingerência nos seus “hábitos de vida”. Por exemplo, no facto de não se poder pedir um “jeito” a um funcionário amigo para que ele passe à frente um requerimento “por medo do grupo dinamizador” lamenta-se a situação de “terror” do pobre funcionário, mas não se consegue ver o que isso tem de largamente positivo e moralizador: cada um *rigorosamente* na sua vez, seja ele ou não amigo do funcionário, seja ele branco ou preto. O pequeno branco sente-se duplamente atingido: não só deixou de haver jeitos, como as bichas são muito maiores – mas isso porque muitos outros pequenos brancos se raspam e deixaram desguarnecidos os serviços, as empresas, os hospitais. Ora a estes últimos não é atribuído qualquer culpa da situação...

No que respeita às massas populares, é evidente que, com todos os seus erros e dificuldades, a acção dos grupos dinamizadores tem tido, no seu conjunto, resultados de uma incontestável importância. Para além do aspecto vigilância-moralização acima citado, que lhes dá enfim um sentimento de igualdade pelo menos em certos aspectos do dia a dia (pois as desigualdades de educação, de salários, de habitação, etc. são questões de fundo que só um longo processo poderá eliminar), as massas participam *de facto*, ainda que de forma desigual, na discussão dos seus problemas, elas intervêm na gradual depuração dos próprios grupos dinamizadores, desinibiram-se e participam vivamente nas discussões, aprenderam a começar a resolver certos problemas “pelas suas próprias forças”, sobretudo defrontam-se constantemente em torno de questões concretas, com os conflitos de classe, com a luta ideológica. Através deste processo, das massas vão emergindo futuros quadros políticos, caldeados por uma experiência que era

praticamente desconhecida dos quadros da Frelimo à data da independência. É assim que a Frelimo entende a “democracia de massas”, e não a partir das sacrossantas eleições que, um dia, poderão vir a ter algum significado.

Resta dizer que, segundo as informações que obtivemos, e que se inserem numa lógica bem clara, o funcionamento dos grupos dinamizadores de “local de trabalho” tem apresentado muito maiores dificuldades que o dos grupos de “local de habitação”. É natural. A nível do local de habitação não se manifestam as contradições inerentes ao local de trabalho, são aí inexistentes certas motivações que alimentam os oportunistas nas empresas ou nos serviços: a promoção, o poder, a gestão, os privilégios hierárquicos. Tanto mais que, em muitas empresas de onde fugiram os patrões, foi ao grupo dinamizador que coube, praticamente ou por designação oficial, assegurar a gestão e a manutenção da empresa em laboração. O local de trabalho é o ponto nevrálgico da luta de classes: se é certo que por isso mesmo, aí será mais lenta e difícil a depuração dos grupos dinamizadores, aí que causarão “maiores estragos”, também o é que, pela mesma razão, a experiência aí será em definitivo a mais rica e decisiva.

ASFALTO E CANIÇO

Quanto aos locais de habitação, há a distinguir, como não podia deixar de ser, as zonas de habitação tradicionalmente “branca” (as áreas residenciais da cidade do asfalto) e as zonas de habitação das largas massas populares do chamado “caniço”. Nas primeiras, os grupos dinamizadores são, na sua generalidade, constituídos pelos ainda muitos criados ou “mainatos”, que exercem uma função fundamentalmente de vigilância política, de organização e discussão, de iniciativas culturais e informativas e de promoção de trabalhos cívicos, nomeadamente de limpeza de ruas (diga-se, a propósito, que Maputo é certamente das cidades mais limpas em que temos estado). Convém também observar a evidente preocupação em *conservar* cuidada e disciplinadamente tudo aquilo que foi abandonado (aquilo que não era possível levar...), não permitindo saques ou destruições de edifícios, por exemplo. Após a nacionalização dos prédios de rendimento, não houve qualquer invasão dos prédios ou moradias desocupadas da cidade do asfalto.

No imenso mar do “caniço” nota-se, para além de uma acção dos grupos dinamizadores paralela à que se acaba de referir, uma alteração radical nas condições de segurança: segundo nos contaram existe um abismo entre a situação actual, em que cada um se pode deslocar sem perigo a qualquer hora do dia e sobretudo de noite, e a situação

anterior, em que eram constantes os assaltos, roubos e crimes. É-nos certamente difícil imaginar o que isto significa para as centenas de milhar de habitantes desta floresta de barracas e casas dos mais variados materiais.

EXPERIÊNCIA DECISIVA

A concluir podemos dizer que, tal como a organização das aldeias comunais no campo (cujo estado actual de avanço nos não foi possível averiguar com rigor), a estrutura dos grupos dinamizadores na cidade é, sem sombra de dúvida, um dos aspectos-chave que determinarão o futuro da experiência revolucionária moçambicana: quer pelos efeitos que terão sobre as massas, mobilizando-as para as tarefas indispensáveis, quer pelos não menos importantes efeitos sobre a própria Frelimo que, ao integrar completamente as massas urbanas, ao acolher os quadros políticos que delas surgirão, não poderá deixar de se modificar no sentido de adquirir a verdadeira dimensão de grande partido de massas. As contradições e perspectivas de todo este processo serão objecto de próximo, e último, artigo.

DE COMO UM SENHOR CHAMADO ADOLFO HITLER FOI PRESO POR TER ASSALTADO UMA VELHINHA

[*Gazeta da Semana*, 15 Abr. 1976]³⁰

Derrotada, em 1945, a Alemanha e os seus aliados – coisa que todos sabem – interrogaram-se os vencedores sobre o que fazer aos mais altos responsáveis do desencadeamento do conflito. Examinaram as leis, a pente fino, e concluíram que não constituía qualquer espécie de crime escravizar, embrutecer, dizimar vários povos, praticar o racismo até ao extermínio de alguns milhões de pessoas, anexar ou invadir vários países, lançar o mundo numa guerra generalizada, etc., etc. Já ao longo da História muitos outros governantes se tinham entregue a vários destes exercícios sem que se tivesse visto necessidade de os codificar como crimes: muitos deles haviam tranquilamente falecido nas respectivas camas; a outros, mais aventureiros, tinha sido infligido o supremo opróbrio da derrota militar – punição pelos vistos julgada suficiente. E os casos de exílio, de prisão ou mesmo de execução sumária eram considerados pela delicada consciência de homens modernos e civilizados como cometimentos só justificáveis pelo barbarismo ou pela rudeza dos vencedores que se estavam nas tintas para os “direitos humanos” – coisa impensável em meados do século XX.

Nessas circunstâncias, por falta de motivos legais que pudessem suportar um julgamento digno, optou-se por virar as iras da justiça sobre aqueles que tinham “sujado as mãos” em crimes caracterizados – oficiais e agentes da Gestapo. E, mesmo nestes casos, em que o ódio popular era naturalmente intransigente, alguns havia que apenas podiam ser processados por “ofensas corporais”, beneficiando todos, aliás, da atenuante de ter “obedecido a ordens recebidas”...

Os grandes responsáveis, esses, ficaram simplesmente destituídos dos seus cargos (muitos dos quais, de qualquer modo, deixavam de existir) e largados em liberdade por impossibilidade legal de incriminação.

É assim que, um belo dia, por meras razões de dificuldade de subsistência, um senhor chamado Adolfo Hitler assalta à mão armada (gravíssimo) uma velhinha, numa rua isolada de qualquer cidade alemã e lhe rouba a carteira com todos os seus, poucos, haveres e algumas orações a S. Expedito.

³⁰ *Gazeta da Semana*. *Gazeta dos factos*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 4.

Pouco treinado nos pequenos delitos, Adolfo foi facilmente apanhado e, enfim, a consciência universal tranquilizou-se: surgira o motivo legal para levar o homem ao cárcere e lhe aplicar uma penazita que o juiz não deixaria de levar ao máximo da severidade possível.

Quanto aos seus comparsas, foram periodicamente dados (pelos meios mais bem informados) como implicados em diversas conspirações mas, excepto num caso, nunca nada pôde ser provado. Só uma vez alguns deles levaram a sua avante, conseguindo calmamente mobilizar muita gente e armá-la, enfim, para resumir: as coisas chegaram a estar muito feias mas, ao fim e ao cabo, as forças da democracia triunfaram, e uns senhores de nome Goebbels, Göring, Himmler e alguns mais puderam, à custa disso, ser julgados e condenados por tentativa de alteração da ordem democrática. O que foi bem feito!

Ainda assim, alguns houve que conseguiram ser absolvidos, por falta de provas e, com o rodar dos tempos, à custa de petições, recursos e exposições todos acabaram por ser soltos. Foi um inesquecível trabalho de vários ilustres juristas, democratas da melhor cepa, que se compensaram justamente dos tempos em que de borla defendiam os resistentes antinazis (uns pelintras, como se sabe).

Tudo entrou na ordem, sem atropelos às leis. Só alguns maduros, uns leigos na matéria, se continuaram a interrogar se não teria sido mais seguro inventar qualquer coisa como “crimes contra a humanidade” e “crimes contra o povo”, e apanhar nessa rede todos aqueles figurões. Coisa em que os ditos juristas democratas nem podiam ouvir falar: cheirava-lhes a “legalidade revolucionária”...

O povo, esse, tremia de raiva quando se cruzava na rua com alguns deles – e não augurava daí nada de bom.

MOÇAMBIQUE EM REVOLUÇÃO:

“DESAGRADAR AO INIMIGO...”: CONCLUSÃO

[*Gazeta da Semana*, 15 Abr. 1976]³¹

Nos dois primeiros artigos desta série procurámos, através duma confrontação entre a linha política da FRELIMO e o modo como tem sido aplicado na sua nova fase de luta, por um lado, e por outro, o movimento de partida dos portugueses que se tem vindo a acentuar, detectar as principais dificuldades de que se tem revestido o “arranque” da revolução moçambicana após a vitória sobre o colonialismo português. A questão dos grupos dinamizadores foi objecto de particular atenção, tendo-se concluído ser um “dos aspectos-chave” que determinarão o futuro da experiência revolucionária moçambicana. Mas ficaram ainda por examinar alguns aspectos, de maior ou menor importância que, no seu conjunto, contribuirão, de igual modo, para definir as perspectivas de uma vitória decisiva na “segunda luta” que a FRELIMO encetou pela libertação do povo moçambicano.

Posto perante a questão de “qual é o inimigo principal na fase actual”, um dirigente da FRELIMO preferiu não no-lo definir em termos de “classe”, mas dizer muito simplesmente: “o nosso combate essencial é contra toda e qualquer forma de exploração”. O que vai muito para além da exploração económica e, na perspectiva da FRELIMO, tem mesmo um acento mais forte nos planos ideológico e cultural. Daí que a luta não seja exclusivamente contra a influência do “modo de vida europeu”, mas, de igual modo, contra certos elementos da cultura africana tradicional que constituem também fontes de exploração e de que o colonialismo se aproveitou plenamente para consolidar a sua dominação.

A EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Ocorre aqui referir um aspecto que, sendo daqueles que poderia suscitar maior controvérsia, não tem sido – e não é por acaso – objecto de particulares considerações nas “crónicas” viciadas de quantos, na Imprensa portuguesa, cada vez menos se coíbem de ostentar um saudosismo “imperial” ao escrever sobre as “ex-colónias”, e designadamente, sobre Moçambique. Trata-se da questão da “emancipação da mulher”.

³¹ *Gazeta da Semana*. Internacional, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 14.

A Samora se devem alguns textos exemplares sobre este assunto, durante a fase da luta armada. Neles se explicam precisamente os “mecanismos ideológicos e culturais da alienação da mulher”, quer nas sociedades capitalistas avançadas, quer nas sociedades coloniais, quer ainda dentro destas, nas “zonas rurais de economia agrária primitiva”. Em qualquer delas “a opressão da mulher é uma consequência da sua exploração”, ela é, além “duma fonte de prazer” “um trabalhador gratuito” e sobretudo “uma produtora de outros trabalhadores, uma produtora de novas fontes de riqueza”. Na sua mensagem ao povo moçambicano quando da posse do governo de transição, voltou a insistir em que “devemos travar um combate cerrado pela emancipação da mulher e pela recuperação da sua dignidade”. E apontava como prioritário “pôr termo imediato” à prostituição. Foi justamente um dos campos em que os “excessos” a que já nos referimos, cometidos particularmente antes de 17 de Dezembro, terão sido mais evidentes. Para além do “tratamento de choque” dado à prostituição *real* (podendo pôr-se em dúvida a capacidade de “reeducação” de que dispõe a FRELIMO e mesmo os métodos adoptados para o efeito) tendeu a ver-se “prostituição” em qualquer relação “não institucionalizada” entre indivíduos de dois sexos. Se é certo que, também aqui a situação se modificou sensivelmente após os acontecimentos de Dezembro, a verdade é que, ainda hoje, os casais não “legítimos” se encontram numa situação instável de “quase clandestinidade”. Ao mesmo tempo, criaram-se situações delicadas ao combater a poligamia que, naturalmente, tem raízes sócio-culturais suficientemente fundas para ser impensável eliminá-la por decreto ou por medidas administrativas. Ora já em 73 dizia Samora Machel que “a nossa experiência prática tem provado que os progressos obtidos na libertação da mulher resultam dos sucessos obtidos no nosso combate comum contra o colonialismo e o imperialismo, contra a exploração do homem pelo homem, pela construção da nova sociedade”. E continuará certamente a ser assim. Serão os progressos na “construção da nova sociedade” que, para além da correcção pontual de certas “desigualdades”, criarão as condições propícias à emancipação da mulher – e não o exercício de um “puritanismo” que, também a prática o tem provado, não serve necessariamente o avanço revolucionário. Como dizíamos inicialmente: não é por acaso que os cronistas “reaccionários” têm desviado as suas atenções desta questão ao falar de Moçambique.

AS DIFICULDADES ECONÓMICAS

Não nos foi possível examinar detidamente a situação económica. No entanto, as informações obtidas indicam que, como seria de esperar, o ano de 1975 terá sido de baixa generalização da produção e de crescentes problemas de abastecimento. Lá, como cá, a reacção procura atribuir tal facto à acção do governo revolucionário – e daí tirar o partido do costume. “Ele” terá, pelas suas medidas, afugentado os agricultores, os técnicos e os funcionários, terá motivado a indisciplina e a baixa produtividade dos trabalhadores, terá sido obrigado a estabelecer um racionamento de bens essenciais, etc., etc.

Ora convém recordar nunca houve nenhuma situação revolucionária que não tenha visto sucederem-se tais dificuldades económicas. Diríamos mesmo que elas são um *signal* de que uma revolução está em curso. Por isso mesmo nos pareceu que a FRELIMO não está demasiadamente preocupada com a abordagem “técnica” do problema, sabendo bem que, embora fundamental, é *politicamente* que ele tem de ser atacado. A este respeito, julgamos indispensável citar alguns passos da “Resolução de Política Geral” adoptada na recente reunião do Comité Central: “É exacto e necessário falar de crise”. “Trata-se da crise da economia concebida, como de resto é da sua essência, para explorar a classe trabalhadora e os nossos recursos, numa economia planificada para servir os interesses da camada exploradora servindo-se de métodos próprios, mas que não corresponde ao nível de desenvolvimento do nosso povo. É esta economia que está em crise, crise imposta pela Revolução Moçambicana ao sistema capitalista”. Depois de passar em revista as várias formas, bem nossas conhecidas também, de acção do “inimigo” no sentido de desagregar a economia e de “afectar sobretudo as zonas urbanas com a paralisia ou diminuição de produção, com todo o seu cortejo de desemprego, carência de produtos alimentares e consequente aprofundamento das dificuldades financeiras para a máquina estatal, e instabilidade social”, e de referir como depois “utiliza a calúnia e o boato para fazer crer às massas populares que toda esta situação de crise é originada pelo facto de a FRELIMO ser incapaz de resolver os problemas”, propõe a Resolução: “recorramos em primeiro lugar à nossa própria experiência de organização da economia nas zonas libertadas, durante a luta armada. Os princípios dominantes do nosso trabalho eram o da mobilização e explicação às massas e de contar com as nossas próprias forças. Foi assim que, apesar de difíceis condições materiais, foi possível aumentar a produção, alimentar a guerra, melhorar a qualidade da dieta alimentar do povo e dos combatentes, obter excedentes e organizar a exportação por via terrestre para os países limítrofes”. “As soluções encontradas nas zonas libertadas não eram nem são soluções de circunstância porque não havia técnica ou maquinaria. São conquistas nossas”.

Simplesmente, “ao chegarmos às zonas ocupadas e ao tomar conta do aparelho económico que nelas existia, fomos influenciados pelo seu brilho exterior, pela quantidade de máquinas existentes e pela tecnologia nelas praticadas, e caímos na prática da imitação sistemática desprezando a nossa experiência e os nossos valores. Começámos a desprezar o recurso às soluções populares”. As “soluções tecnocráticas” desenvolviam naturalmente o “espírito de dependência do exterior”. “Ficámos subjugados pela técnica em lugar de colocar a política no posto de comando”. A tarefa essencial no momento é a de “desencadear uma ofensiva política e organizacional generalizada na frente da produção”.

Creemos que estas situações dão conta da situação de autocrítica feita e do “programa de acção” que ela envolve, melhor do que qualquer texto que pudéssemos escrever sobre o assunto. Não se poderá *pegar* na economia moçambicana de outra forma, ela exige justamente o reforço da ligação partido-massas.

PERSPECTIVAS

Outra preocupação dominante que nos foi expressa pelo dirigente da FRELIMO acima referido foi o de “avançar na exacta medida do avanço da consciência política das massas.” O que não é fácil, obviamente. Na fase imediatamente após a conquista do poder, é também compreensível que a tendência seja para avançar “mais depressa” do que as massas – sempre tem sido assim. E se é saudável que tal suceda, julgamos haver consciência de que o antídoto geralmente encontrado para tais desfazamentos é uma repressão que pode desequilibrar a relação dialéctica permanente entre poder de Estado e poder de massas. Pois sabe-se bem ser essa a via pela qual uma “ditadura sobre os exploradores” degenera em “ditadura sobre as massas”. Creemos ter deixado indicações suficientes para que se possa concluir conter a experiência moçambicana elementos e mecanismos suficientes para que aquela dialéctica se desenvolva plenamente e possa conduzir à decisiva vitória da revolução de um povo que durante séculos espoliámos e oprimimos.

Mas a luta é dura, pois ela tem de ser travada “agudizando o processo de luta de classes e de transformação social” (segundo a citada Resolução), isto é, conduzindo sempre a ofensiva, não escamoteando as contradições, ultrapassando-as em favor das massas e da sua consciência política. Isso continuará a desagradar a muitos, no interior e no exterior,

mas precisamente “desagradar aos nossos inimigos mostra que estamos no bom caminho” – outra expressão corrente entre os dirigentes e militantes da FRELIMO.

25 DE ABRIL: DO POVO UNIDO AO POVO AGREDIDO

[*Gazeta da Semana*, 22 Abr. 1976]³²

O delírio colectivo que teve o seu ponto mais alto no 1º de Maio de 1974, quando a plenos pulmões se gritava “o povo unido jamais será vencido”, ficará para sempre contado aos netos como um daqueles momentos em que a história transitoriamente se apaga, dando lugar a uma ilusão de unidade indestrutível, para pouco depois retomar os seus “direitos” e impor as suas “leis”, que são de luta e contradições permanentes, quer se goste quer não. E bem cedo, de facto, os trabalhadores portugueses se lançaram numa luta que era a tradução na prática do sentimento de que só através dela poderiam um dia ser livres e, sobretudo, de que muitos dos que gritavam “o povo unido” eram os seus opressores históricos, os agentes de um sistema que tinha de ser destruído – pois só sobre os seus escombros se poderia alicerçar uma “sociedade nova”.

É desta luta, que de repente encontra campo aberto face à patente inibição dos órgãos repressivos do poder e que, por isso, se permite varrer ancestrais tabus e “santos milagreiros” (o “respeito”, as “hierarquias”, o “bom patrão”, etc., etc.), é desta luta que vêm a surgir os primeiros conflitos entre políticos, entre partidos, entre militares. Entre os que pretendem preservar uma certa “ordem” e os que a pretendem destruir, entre os que *criam* o caos económico para mais facilmente clamarem por disciplina e “contenção social” e os que lhe sofrem as consequências sabendo embora que tal “caos” é apenas um dos aspectos *inevitáveis* da luta, entre os que fazem questão em deixar as “reformas de fundo” para quando houver um “poder legitimado pelo voto” e os que assumem a “legitimidade revolucionária” para avançar sem perda de tempo. A luta de classes vai assim instalar-se *dentro* dos partidos e *dentro* das Forças Armadas (mais tarde manifestar-se-á também, inexoravelmente, *dentro* do próprio MFA).

DE SPÍNOLA AOS CONCILIADORES

É assim que se sucedem o 13 de Junho (a tão esquecida reunião da Manutenção Militar, em que Spínola-Sá Carneiro-Vieira de Almeida enfrentam o MFA e perdem), a crise Palma Carlos, o 28 de Setembro, o interminável “Programa Económico-Social”, a questão da unicidade, as primeiras ocupações (de terras, de edifícios, de empresas, etc.), o 11 de

³² *Gazeta da Semana*. Nacional, nº 4 (22 Abr. 1976), p. 3.

Março, as nacionalizações, as eleições, a lei da Reforma Agrária, a grande ofensiva popular, e por aí adiante, passando pelo 25 de Novembro, até hoje, limiar do “poder legítimo” definitivo – tudo episódios que poderão um dia aparecer simplesmente como *datas* num manual de História tal como a burguesia gosta de a contar, polvilhada de uns quantos nomes para saber de cor, e de outros para esquecer. Só que *datas* e nomes foram (e continuam a ser) *momentos* e *agentes* de uma luta de classes que, como em todos os períodos “pré-revolucionários”, extremou os campos e deixou aos “moderados” e aos “conciliadores” apenas o ilusório espaço eleitoral.

Com efeito, podemos caracterizar sumariamente os períodos pré-revolucionários por três elementos que, de resto, se *implicam* uns aos outros: o desenvolvimento de formas, mais ou menos embrionárias, de poder, assentes numa legitimidade “popular”, distinta da do poder “instituído”; a desarticulação acelerada dos mecanismos económicos anteriores; a existência de um poder de Estado fraco e hesitante, geralmente tomando a forma de governos de coligação, mais ou menos heterogéneos, entre partidos “democráticos”, de “esquerda moderada”, permanentemente ultrapassados por uma forte agudização da luta de classes (de que é expressão mais patente o referido “poder” paralelo), luta essa que a cada passo põe em causa uma política de “acalmia social”, de “reconciliação nacional”, de “recuperação económica”. Foi isto que vivemos, e nisso continuamos, ainda que se tenham temporariamente alterado as relações entre estes três elementos fundamentais – o que não pode ser ignorado ou minimizado.

ELEIÇÕES 76

Como situar no meio deste processo as eleições do próximo domingo? Não há outro modo de as situar que não seja o de descortinar o papel que lhes cabe no desenrolar da luta de classes, *a todos os níveis*.

Do ponto de vista das massas trabalhadoras, as eleições constituem um momento eminentemente defensivo da sua luta, mas é importante compreender *que fazem parte dela*. Defensivo, na medida em que a campanha eleitoral é, em si e independentemente do que digam os múltiplos candidatos, os múltiplos partidos, uma agressão ideológica, uma exaltação do “acto isolado” de votar (a “vontade colectiva” nasceria da soma destes actos isolados) em detrimento dos “actos colectivos” que são as lutas quotidianas nos locais (de trabalho, de habitação, etc.) onde mais facilmente se detectam os amigos e os inimigos, onde se forma a verdadeira consciência social, onde se manifestam as contradições e se tenta ultrapassá-las: uma campanha eleitoral é o privilégio das aparências sobre as realidades. Defensivo ainda porque, de qualquer modo, o resultado

das eleições terá efeitos palpáveis no curso subsequente da luta de classes, e, sendo assim, não pode ser indiferente aos trabalhadores a alternativa entre *este* ou *aquele* resultado: *através* do voto eles poderão, ao menos, *defender-se* de um governo ultra-reaccionário, contra a acção necessariamente repressiva da qual, na actual fase da luta de classes, teriam dificuldade em defender-se a curto prazo pelos seus meios próprios de luta – para além da própria ameaça fascista que tal governo representaria no imediato (pense-se apenas no “tipo” de Presidente da República que tal situação fatalmente iria gerar).

O RISCO DA ABSTENÇÃO

Convém ainda ter presente outro aspecto: a questão das abstenções. Na actual situação extremamente instável, parece claro que uma elevada percentagem de abstenções (da ordem, por hipótese, das votações nos partidos mais votados) poderia dar uma aparência de legitimidade a qualquer veleidade golpista: “os que se abstiveram são aqueles a quem não interessa nenhum dos partidos, logo, são os que me apoiam a mim, candidato a ditador”. Numa fase de clara progressão e ofensiva no campo da luta de classes, tal perigo seria diminuto e, pelo contrário, isso poderia constituir uma autêntica *afirmação revolucionária*. Não é, porém, o caso – pelo que os riscos são mais que evidentes.

O PAPEL DECISIVO DAS MASSAS EM LUTA

Em qualquer caso, não se poderá deixar de ter presente que o período que medeia entre as duas eleições *não pode* ser deixado entregue às mil manobras de cúpulas políticas e militares que irão proliferar. Seria um erro histórico admitir que a “delicadeza” desse período não deverá ser afectada pela presença das massas em luta, pois isso irá fazer o jogo do fascismo. Pensamos justamente o contrário: seria indispensável que as massas trabalhadoras pudessem demonstrar, precisamente nessa fase, que o seu campo de luta *política* não é o da urna, e que qualquer aventura extremista terá que contar com elas. Pois, retomando o que atrás se disse, não há “corpo social”, incluindo as forças armadas, que *não continue a ser atravessado pela luta de classes*. Arriscaríamos mesmo dizer que, em torno da questão chave das candidaturas à Presidência da República (que, em última análise, se distinguirão apenas pelo tipo de maioria governamental que privilegiarão, entre as várias possíveis em função do resultado das eleições) será decisivo o processo de luta de classes *dentro* das Forças Armadas e *dentro* do Partido Socialista. Sem esquecer que uma fractura clara dentro deste último, em torno dessa questão (como de outras

igualmente importantes: a Reforma Agrária, as alianças, ou as dependências externas) anularia, *de facto*, o próprio resultado das eleições.

VOTOS CONTADOS, FORÇAS POR CONTAR

[*Gazeta da Semana*, 29 Abr. 1976]³³

A tentação será grande para os chamados “observadores políticos”, de ver nos resultados eleitorais do passado domingo a imagem de um país que tranquilamente se encaminha para uma democracia civilizada, tendendo mesmo para uma espécie de bipartidarismo a que só os países anglo-saxões até hoje puderam aspirar. Não faltará igualmente quem faça um paralelo com a França, em que também o eleitorado se tem vindo progressivamente a polarizar em torno de dois blocos partidários, constituídos como aqui (se bem que em distintas proporções) por dois partidos de direita e dois de esquerda: com a diferença de que lá ainda não chegou à “alternância”. Por uma vez, seria Portugal a dar o exemplo à França nesta matéria de democracia, que tem lá afinal as raízes históricas. Esquecer-se-ia o perspicaz autor de tal comparação de algo que é essencial e não um simples pormenor: os resultados eleitorais portugueses, se amanhã se verificassem em França, poriam todo o mundo capitalista de cabelos de pé. Já que estamos em maré de comparações, seria uma espécie de 25 de Abril francês...

A CRISE DIFERENTE

Tais analogias são, no fim de contas, do mesmo tipo que as que alguns fazem entre a “crise económica” portuguesa e as crises que afectam aqueles mesmos países “civilizados”. Os números podem, em certos casos, ser semelhantes; a crise é que é muito diferente.

De facto, há dois elementos decisivos que destroem pela base qualquer exercício daquele género. Por um lado, a completa desarticulação dos mecanismos económicos capitalistas – a tal “crise económica” – que, convém recordar, foi determinada pela reacção generalizada do capital nacional e estrangeiro a uma evolução que ameaçava os fundamentos do poder político da burguesia em Portugal. Um governo socialista (social-democrata) que sucede a um governo conservador numa daquelas estáveis democracias anglo-saxónicas, limita-se a fazer uma pequena guinada “à esquerda” de forma a corrigir as flutuações económicas do próprio sistema que lhe compete gerir. Entre nós, trata-se de *reconstruir, de pôr em movimento* um sistema semi-paralisado e que ainda não se recompôs de pânicos recentes. O outro elemento diz respeito à enorme libertação de

³³ *Gazeta da Semana*. Nacional, nº 5 (29 Abr. 1976), p. 3.

energias populares que teve lugar durante estes dois anos. Tal facto, só por si, impede de dar ao voto o mesmo *sentido* que ele teria noutros países. Fazê-lo seria admitir que os trabalhadores portugueses delegaram por quatro anos “nos seus representantes” a resolução dos seus problemas, diariamente agravados nos seus locais de trabalho e na sua vida quotidiana (já sem falar nos desempregados). Ou seja, seria crer que arquivaram justamente essa experiência de luta que foi talvez a maior das suas conquistas.

A CORRIDA À PRESIDÊNCIA

O efeito da combinação destes dois elementos foi bem entendido pelo CDS, que propôs aos eleitores um “programa para a reconstrução da economia portuguesa” cujo tema central é a “estabilização das relações de trabalho”, mal disfarçado eufemismo para uma repressão sem quartel que a aplicação de numerosas medidas enunciadas obviamente exigiria. É, sem demagogia, um autêntico programa fascista, a que nem sequer falta a “necessidade de um ambiente alegre para o qual muito poderão contribuir os desportos, os espectáculos, a rádio e a televisão”...

Simplesmente, o resultado das eleições afastou quaisquer veleidades de a isto chegarmos rapidamente e pela “via legal”.

O CDS fica de conserva, mas convém não esquecer. De momento, “a direita democrática” tentará provavelmente jogar a fundo a carta de um candidato à Presidência da República que se afirme um campeão da “grande maioria” PPD-PS e buscar assim, mesmo que sem a adesão do PS, dissociar deste partido a sua fracção de direita, beneficiando de uma eleição muito menos disciplinada partidariamente do que a da Assembleia. Em caso de vitória, o PS ver-se-ia numa situação idêntica àquela em que hoje pretende colocar o PC: o facto consumado. Esta candidatura (Pires Veloso?) desembocaria a curto prazo numa “política CDS” e abriria caminho a todos os golpes imagináveis – constitucionais (estado de emergência, por exemplo) ou não.

A MARGEM DE MANOBRA DO PC

A hipótese de momento aparentemente mais possível – o governo PS – deixa ao PC uma reduzida margem de manobra. Deixa-o, sobretudo, manietado pelos constantes jogos tácticos e parlamentares a que vai ser obrigado. Entre a necessidade de afirmar a sua força extra-parlamentar (sindicatos, sobretudo) e a de não contribuir para a queda de um governo que acarreteria a “alternativa de direita”, vão ser necessários prodígios de malabarismo ao PCP – que desse modo se arrisca a perder largo apoio de massas. Para completar esta hipótese resta ao PS encontrar o “seu” candidato à Presidência: não nos

espantaria que, após mil manobras, compromissos e amuos, se viesse a desenhar o apoio do PS àquele que, para muitos, parece ter lançado de facto a sua candidatura na noite de 25 para 26 perante a televisão – Costa Gomes.

E OS TRABALHADORES?

E quanto ao movimento popular? Quanto aos problemas concretos e quotidianos das massas trabalhadoras? Já vimos que dificilmente elas irão depositar nos “órgãos representativos” uma iniciativa de que até agora, apesar de tudo, não abdicaram. E cremos mesmo que a condução sindical das suas lutas, submetida mais do que nunca às flutuações dos interesses partidários-parlamentares, contribuirá para fazer renascer uma autonomia perdida no Verão de 75 e para reforçar um movimento cujas perspectivas serão função da dimensão e solidez política que a certa altura poderá adquirir.

Mas há que ter presente um factor decisivo: é indispensável que a partir das lutas de base, os milhares de trabalhadores que deram o seu voto ao Partido Socialista, compreendam a inviabilidade de “reconstruir” o país à custa dos milhões de dólares e dos milhões de turistas com que nos acenam. Inviabilidade que resulta do facto de eles próprios – trabalhadores – existirem e estarem dispostos a lutar por condições de vida e de trabalho só possíveis, no limite, no quadro de uma política que se resume numa fórmula ultimamente muito esquecida: independência nacional. Pois por aí passa a sua *libertação*.

Na luta de classes os campos não se definem por meio de votos. O Partido Socialista, já o dissemos antes, não escapa a essa regra. É precisamente no campo da luta de classes que a situação é radicalmente distinta em Portugal e nas “democracias europeias”. Por isso que idênticos resultados eleitorais terão, num e noutra caso, sentidos radicalmente diferentes.

A PEQUENA BURGUESIA DE QUE NOS ESQUECEMOS

[*Gazeta da Semana*, 6 Maio 1976]³⁴

O texto de A. Castro Neves no nosso último número levanta uma questão que é crucial, embora seja abordado de uma perspectiva parcelar, dado o próprio tema do artigo: a questão da pequena burguesia. Ele analisa as alternativas que se põem no que toca à integração da pequena burguesia em formas diversas que pode tomar a “restauração do capitalismo” entre nós. Julgamos indispensável e mais importante também reflectir um pouco no papel da pequena e média burguesia no desenvolvimento de uma dinâmica revolucionária.

Num país como Portugal (diremos mesmo que *em qualquer caso*), as análises em termos estritos de burguesia/proletariado arriscam-se a um esquematismo que seria o mesmo de quem na Rússia de 17 ou na China dos anos 30/40 esquecesse a existência de camponeses. No fim de contas, o grande fracasso dos IV e V governos deve-se em boa parte a que os principais dirigentes da altura se mostravam, *em palavras*, muito sensíveis aos interesses da pequena e média burguesia (são frequentes as referências dos pequenos e médios agricultores, pequenos comerciantes, pequenos industriais etc., etc.), mas foram totalmente incapazes de uma prática política que evitasse justamente o basculamento dessas categorias para a direita. Nelas se apoiou afinal o PS na sua grande ofensiva do Verão de 75.

Dirão os ortodoxos empedernidos que essas categorias, ou fracções de classe, são por natureza hesitantes, têm interesses permanentemente contraditórios, e que, em última análise, se terão de definir face à contradição burguesia-proletariado. Por isso mesmo, não valeria muito a pena entrar com elas na análise. Sendo certa a premissa, é errada a conclusão. Pois trata-se exactamente do “Que fazer?” para, na hora dessa definição, se ter no campo revolucionário a máxima parcela de tais fracções de classe. E isso é tanto mais importante quanto o estágio de desenvolvimento de Portugal é francamente mais avançado do que o de qualquer país em que até hoje se viveram situações de crise pré-revolucionária (excepto talvez o Chile, embora este com aspectos muito específicos), e daí que a importância política da pequena burguesia exceda largamente aquele conjunto de pequenos e médios proprietários de meios de produção.

³⁴ *Gazeta da Semana*. Tribuna, nº 6 (6 Maio 1976), p. 13.

No plano político, é a impregnação da ideologia pequeno-burguesa que conta, fundamentalmente, e esta, num país de grau médio de desenvolvimento, está fortemente espalhada entre numerosas categorias de assalariados. Os assalariados dos serviços são entre nós uma importante parcela de trabalhadores nestas condições, e neles pouco se tem falado: o PS (e até mesmo o PPD) foram aí fazendo boa colheita, do que certas aparentemente espectaculares “viragens sindicais” dão bem conta.

APRENDER COM ERROS RECENTES

Falou-se muito de aliança operária-camponesa (não confundir com a AOC, por favor). Tal aliança é essencial, e é dramático que muito tenha sido feito para que não passasse de um voto, que sectarismos e “novos caciquismos” destruíram – é sobre as ruínas desse desvario (inevitável?) que se alicerça a CAP. Mas o que se fez, e era talvez mais fácil, para consolidar a aliança entre os “assalariados” (operários e trabalhadores de outros sectores – serviços, funcionalismo, etc.)? O que se fez para retirar à ideologia burguesa a sua “hegemonia” sobre estes últimos sectores? Nada. Pior: fez-se tudo para que se verificasse o contrário. Quando um qualquer tenente da Marinha, armado em iluminado dirigente do proletariado, tem poderes que lhe permitem diariamente dividir os trabalhadores, e quando os próprios partidos que se dizem revolucionários aplaudem e fazem o mesmo – como espantar-nos com o 25 de Novembro?

E, no entanto... no entanto, admitimos que numa fase como a que se atravessou sobretudo entre Março e Setembro de 1975 fosse delicado “neutralizar”, ao menos, os pequenos e médios industriais, e mesmo os próprios comerciantes. No que toca aos pequenos agricultores e rendeiros já teria sido campo bem mais favorável. Mas a grande massa das chamadas “classes médias” está no sector dos assalariados dos serviços. E também muitos assalariados industriais, sobretudo do Norte, muitos deles simultaneamente “pequeníssimos agricultores”, estando longe de ser “classes médias”, estão profundamente penetrados da ideologia pequeno-burguesa. Uma dinamização cultural que se propõe atrair esta gente falando-lhe por chavões marxistas ou contando-lhes maravilhas da vida na Bulgária ou na RDA está naturalmente condenada ao fracasso (até porque conta mal, mistificando: talvez os atraísse se lhes descrevesse tais sociedades como modelos acabados de sociedades “pequeno-burguesas”...).

É, hoje como há um ano, na mobilização destas massas de trabalhadores que continua a estar uma das chaves de um projecto revolucionário em Portugal. Ora se, para os últimos – os assalariados/agricultores do Norte – isso passa pelo tomar consciência das “suas próprias forças”, da sua capacidade para resolver problemas concretos, a nível local, de

os unir em torno de tarefas e lutas colectivas, de tirar partido de uma cultura ancestral e dos seus aspectos positivos (os textos aqui publicados sobre a questão religiosa no Norte dão alguns elementos para isso), para os primeiros, os assalariados dos serviços, o trabalho político tem de revestir facetas distintas. E não convirá subestimar as dificuldades dessa mobilização, num período de refluxo, em que poderão vir a ser poderosas as tentações de uma “ordem” já esbatida na memória.

POLITIZAR O QUOTIDIANO

Não temos “receitas” na manga, e seria mesmo ridículo enunciar “de cátedra” o que se devia fazer... Apenas nos interessa salientar que a questão tem de ser preocupação central dos que continuam a pensar em termos de “estratégia revolucionária” e que, tantas vezes, continuam a agir como se em tal não pensassem, como se a revolução fosse aparecer já feita – amanhã! Por outro lado, convirá também referir que não é coisa que se resolva proclamando as urgências de uma “unidade” em torno das “forças de esquerda”, entendida como uma abdicação generalizada nos estados-maiores partidários e sindicais, nas combinações parlamentares ou atrás dos reposteiros, em nome da democracia. Enfim, última observação, julgamos que é no quotidiano das lutas e da vida concreta que haverá que *fazer descobrir* a essas massas de assalariados não proletários a identidade *profunda* dos seus problemas com os do proletariado industrial e agrícola, o seu papel essencial na reprodução de um sistema que os explora, não só enquanto assalariados, como servindo-se deles para alargar a hegemonia ideológica de uma classe dominante, que os compra por um automóvel, meia dúzia de electrodomésticos e um crédito para habitação em qualquer monstruosa “urbanização”.

A desmontagem do quotidiano é talvez, mais do nunca, uma tarefa prioritária. Desmontagem que tem de ser política, mesmo que não se exprima na linguagem dos panfletos ou das sábias explicações de pseudo-marxistas que se limitam a alinhar frases copiadas dos pobres “clássicos”.

Onde estão, *nesse quotidiano*, os efeitos da “dependência nacional”, da “concentração económica”, das decisões “que ninguém sabe quem tomou nem onde foram tomadas” (as decisões *por conta de outrem*), do regresso dos patrões, dos ataques cada vez mais desinibidos à reforma agrária – e da não condenação de qualquer responsável fascista, da passividade ante a multiplicação de órgãos de informação e de acções fascistas, da praticamente total libertação dos pides, da actuação das agências de informação imperialistas, etc., etc.?

CAPITALISMO E SOCIALISMO NAS DECISÕES ECONÓMICAS

[*Gazeta da Semana*, 20 Maio 1976]³⁵

É importante saber distinguir o sentido político das decisões económicas que são anunciadas, pois elas nunca são neutras. Sobretudo, é fundamental ter presente que há sempre, para cada uma delas, uma alternativa – que seria a alternativa revolucionária – cuja lógica se opõe frontalmente à das decisões que são efectivamente tomadas (quando são).

Pensarão alguns que estas duas lógicas que se opõem são, por um lado, a da “anarquia das decisões individuais” e do mercado capitalista, e por outro lado a da planificação socialista. O que, assim posto, poderia dar a ideia de que o capitalismo é um sistema fortemente descentralizado e o socialismo, pelo contrário, muito centralizado. Nada mais errado: na realidade, as decisões fundamentais, sobretudo na fase monopolista do capitalismo, são tomadas por um reduzido número de agentes económicos e pelos seus “representantes” no aparelho de Estado. Quanto ao socialismo, não há dúvida de que nos países ditos socialistas a extrema centralização é a regra; no que pode haver dúvida é em designar tais sistemas económico-sociais como socialistas... Como também são legítimas as dúvidas quanto ao socialismo que professam aqueles que, em Portugal, defendem a ideia de que “um governo de esquerda” resolveria sem grande dificuldade os actuais problemas económicos por meio da “planificação”. Tanto mais que a situação em que nos encontramos, resultante da “rejeição” por parte do sistema capitalista de um poder político que se revelou incapaz de conter o movimento de massas, está longe de poder ser enfrentada em termos de planificação global – ainda que isso fosse imediatamente desejável.

A QUESTÃO DA ENERGIA

Mas voltamos às decisões económicas e às suas “lógicas”, vejamos brevemente dois exemplos. Em primeiro lugar o caso da energia, bem actual. A lógica capitalista aponta para uma cada vez maior concentração em grandes unidades de produção de energia. Na óptica nacional, isso justificar-se-ia pela necessidade de abastecer nas melhores condições uma indústria também cada vez mais concentrada e mais exigente em “grandes quantidades de energia barata”. Em suma, pela necessidade de contribuir para

³⁵ *Gazeta da Semana*. Nacional, nº 8 (20 Maio 1976), p. 4.

a "rentabilização" das indústrias, para a acumulação capitalista. Está subjacente a esta lógica a noção de "economia de escala", segundo a qual quanto maior a dimensão duma unidade económica (de produção de energia, industrial, etc.) mais baixos são os seus custos e, portanto, maiores as probabilidades de lucro. A mesma lógica encaminha os técnicos (aparentemente "neutros") que intervêm na decisão para as tecnologias mais avançadas e sofisticadas, tecnicamente "aliciantes", desenvolvidas pelos grandes centros de investigação estrangeiros, e que contribuem para custos cada vez mais baixos (o que até é falso, muitas vezes, como parece ser o caso do nuclear, em que pesam sobremaneira questões militares e estratégicas). Daí, uma cada vez maior dependência tecnológica (e política, é claro), uma cada vez maior integração do (e no) sistema mundial de dominação capitalista. E, como subproduto, ideologicamente importante, um reforço do prestígio e do poder dos técnicos e especialistas, fechados na torre de marfim da "sabedoria" que os separa da sociedade "ignorante".

Ora sucede que a maior parte dos conceitos que utiliza esta "lógica de decisão" só são verdadeiros no pressuposto de que não há *outra forma* de organização económica e social para além do capitalismo. Sabe-se, no entanto, que existem tecnologias – não tão desenvolvidas como as do petróleo e as nucleares, precisamente porque *não interessam* aos grandes monopólios petrolíferos e às potências nucleares – que permitiriam "descentralizar" a produção de energia, adequar melhor as formas de protecção aos tipos de consumo, trazer os problemas da energia *ao nível* da discussão e da participação regional e local. E, principalmente, enveredar por uma política energética de autêntica independência nacional, até porque essas tecnologias mais facilmente poderiam ser desenvolvidas e dominadas por técnicos nacionais subaproveitados num sistema que privilegia a aquisição indiscriminada da tecnologia estrangeira. Isso favoreceria a criação de comunidades economicamente mais equilibradas, um desenvolvimento com "desurbanização" (o que está longe de ser impensável), o fortalecimento cultural e político do campo relativamente à cidade. Esta é a única óptica possível de um socialismo que *combine* descentralização e planificação. Esta sem aquela é a burocracia, para a qual, diga-se, não faltam candidatos.

OS "MELHORAMENTOS RURAIS"

Outro exemplo é o das obras de "melhoramentos locais". O sistema habitual é, como se sabe, o que faz comparticipar o Estado, através do seu orçamento, nas realizações projectadas pelas cimeiras municipais. Daí advém, em boa parte, a influência política das chamadas "autarquias locais", o caciquismo de direita ou de esquerda que elas

alimentam. A corrupção e as “trocas de favores” que por esses órgãos grassavam, e continuarão por certo a grassar, são a negação mesmo da democracia e da participação populares. O dinheiro municipal e o que vem do orçamento do Estado é um magnífico instrumento de reforço político e económico dos notáveis locais (proprietários, empresários, profissões liberais, etc., etc.). As obras úteis para o povo aparecem, quase sempre, como um subproduto, transformado em dádiva generosa.

Ao invés, poderia conceber-se um esquema em que o Estado concedesse, sem estar à espera de projectos devidamente elaborados nem dos sucessivos pareceres da burocracia, uma verba de, por hipótese, 500 ou 1000 contos a cada “comissão de moradores”. Isso andaria entre os 3 e os 5 milhões de contos – muito menos do que o orçamento anual do IARN. Através da Banca nacionalizada, estas verbas poderiam ser complementadas com créditos, em casos justificáveis. Imagine-se o esforço monumental de iniciativas que dessa forma iriam ser discutidas e desenvolvidas. As próprias comissões de moradores tenderiam a associar-se para projectos comuns, para aquisição de materiais, etc. Seriam constituídas brigadas de técnicos (muitos hoje desempregados) para apoio destas iniciativas. As unidades militares participariam activamente, em homens e material, na concretização dos trabalhos a efectuar. A necessidade de articular, e enfim de planificar, nasceria de baixo: todos compreenderiam *no concreto* o que é planificar, e interviriam decisivamente no processo. Isto teria a ver com o socialismo. Seria a anti-burocracia. Não seria preciso inaugurar as obras, nem agradecer-las a ninguém – aliás, não haveria ministros que chegassem para as inaugurar e para receber tais agradecimentos, até porque os ministros pouco teriam que ver com as figuras que conhecemos por esse nome.

Isto traria enormes desperdícios? Alguns, por certo, mas incomparavelmente menores que o de alimentar, com o mesmo dinheiro, gigantescos circuitos de papelada, para poder (sem conseguir) controlar despesas inúteis e improdutivoas. Aliás o que isto representaria de investimento no homem novo, no socialismo, não é contabilizável.

É óbvio que não seria o chamado “governo de esquerda” que poderia colocar os problemas desta maneira.

EANES, OU O SEXO DOS ANJOS

[*Gazeta da Semana*, 27 Maio 1976]³⁶

Nos primeiros tempos da Revolução Cubana, os chamados observadores políticos esgatanharam-se em terríveis discussões sobre o tema: Fidel será ou não um comunista disfarçado? Ainda hoje muitos continuam o debate: em 59 Fidel já seria comunista? É um entretenimento que não leva longe, mas que nem por isso deixou de fazer correr rios de tinta. Bom exemplo das famosas e estéreis discussões sobre o sexo dos anjos.

Hoje, em Portugal, assiste-se a coisa semelhante: será Eanes um homem de direita? E bem pode ser que um belo dia se volte a mastigar a dúvida atroz: em 76, já seria Eanes um homem de direita?

No fim de contas, que importância assim tão grande terá esta questão? O importante, isso sim, é saber que classes ou forças sociais fazem de determinados homens, em determinadas condições, e em determinados momentos, os seus porta-bandeiras, e porque o fazem; é saber, também, como se inserem tais “combinações” num processo agudo de luta de classes. É verdade que pode haver equívocos (não seria o primeiro): só que, em tais casos, não é o personagem que se impõe às classes ou às forças sociais que nele confiaram – mas o inverso. E a História continua.

Estas considerações são-nos sugeridas pelo último número de *O Jornal*, em que vários jornalistas e colaboradores mergulham em tal discussão sobre o sexo dos anjos. “Terá Eanes a habilidade suficiente para fugir da direita, sem todavia, etc., etc.?” (J.M. Barroso) “(Eanes) terá entretanto de tentar evitar a “colagem” das forças de direita e demarcar-se delas” (C. Monteiro) “Não que Eanes seja a palavra viva do socialismo – nada disso. Mas que Eanes seja quem da democracia saiba assegurar as regras fundamentais e deste modo balize um espaço possível de transição para o socialismo”. Em todo o caso, “nenhum de nós pode dizer que não será o ditador que detestaria ser” (E. Prado Coelho) “Juram alguns (e até é o meu caso) que Ramalho Eanes nada tem que ver com a direita que a ele oportunisticamente se colou (...)” (J. Bénard da Costa). Enfim, M. Andrade pensa que o PS terá cometido o seu primeiro *grande erro histórico* ao deixar (se deixar) que a sua ala minoritária mais conservadora de certo modo se aproprie do processo “candidatura Eanes” e lance os germes da “aliança de direita”.

³⁶ *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, n.º 9 (27 Maio 1976), p. 3.

Claro que estas inquietações só significam uma coisa: que é relativamente secundário saber se Eanes é, ele próprio, de direita ou não, mas que pelas circunstâncias históricas (25 de Novembro) em que o seu nome emergiu, pelos “valores” em termos absolutos que em geral se associam à sua pessoa (ordem, disciplina, autoridade), pelo seu desejo manifesto de colocar as Forças Armadas “acima da política”, pela própria aura de mistério e de distância que o rodeia – será (se for) levado ao poder por forças de direita *com convicção* e por uns quantos sectores de “esquerda” com o sentimento de que é um mal menor. Estes últimos tentam desesperadamente, para conservar um mínimo de paz de consciência, descortinar *na pessoa* a capacidade de resistir ao *movimento* que o suporta. Entregam-se a devaneios sobre a autonomia dos governantes face às forças sociais, coisa que não é um total disparate dentro de certos limites e em certas condições, mas que na presente situação portuguesa encaixa bastante mal. Ora, se virmos bem, os primeiros partidos a pronunciar-se a seu favor, as primeiras listas de apoio, não deixavam margem a dúvidas, e tornavam desde logo precária a demarcação... Segundo o mesmo número de *O Jornal*, o secretário-geral da NATO “deixou de experimentar qualquer ansiedade quanto ao futuro político” de Portugal, face ao resultado das eleições e à probabilidade de Eanes ser presidente. E se, enfim, como se diz, Kaúlza vier também a desistir em seu favor? O que pesará na balança igual atitude de Pato (admitindo que em tais condições, é concebível)?

Parece que Eanes não gosta de “instrumentalizações”. É claro que à instrumentalização pelos apoios e pelo voto, ele chamará legitimação. Mas o certo é que, de um modo ou de outro, quando vierem os grandes afrontamentos sociais, não se vê que margem terá para não estar de um dos lados – o que o guindou – ou ir para casa. Por mais que tenha podido fascinar uma certa (e até “ampla”...) esquerda.

Contra o que muitos argumentarão, é este o único realismo político possível.

SOCIALISMO E INDEPENDÊNCIA NACIONAL

[*Gazeta da Semana*, 3 Jun. 1976]³⁷

Ainda que possa parecer inacreditável, o Almirante Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro e candidato, respondeu recentemente a uma pergunta sobre hipóteses futuras de participação do PCP no governo: “Isso depende da política americana. A decisão está na América. Nos Estados Unidos. Está. Porque a posição geopolítica ocidental está intimamente ligada às decisões da América, dos EUA. Portanto, se a América evoluir no conceito bilateral com os Partidos Comunistas, pois até é possível. (...) Enquanto a América apresentar uma intransigência geral acho que não é possível. Isto não é dependência. É ser coerente com as alianças internacionais! (*D. Notícias* de 27 de Maio, para quem queira ver com os próprios olhos). Sabe-se a que ponto é enorme a capacidade de Pinheiro para o disparate e para a fanfarronada. Mas aqui, se disparate há, é apenas o de dizer com demasiada crueza o que os outros preferem esconder. “Disparates” destes, só temos a desejar que Pinheiro faça muitos mais, para que se saiba claramente com o que teremos que contar, de ele ou de outros mais circunspectos.

RESOLVER OS NOSSOS PRÓPRIOS PROBLEMAS

Fica, assim, bem simplificada a tarefa de dizer o que *não* é a independência nacional, ao menos no plano político. E o que é a “democracia” entendida por estes senhores: seja qual for o resultado das mais “democráticas” eleições, a escolha do governo depende, muito mais, “do que for decidido pela América”! Parece que afinal, esta gente se converteu às votações por braço no ar... desde que nelas intervenha o da Estátua da Liberdade, à entrada de Nova York. Não nos é, então, difícil conceber o que seja a independência nacional, no domínio político: é ter como fundamento, *acima de tudo*, a vontade popular, expressa ou não por boletins de voto (já se viu para que servem...); é sermos capazes de organizar o *poder*, desde a base, a todos os níveis, de forma a não permitir que outros venham decidir por nós, de forma a resolver recorrendo acima de tudo ao imenso potencial de energias populares, de inteligência e de criatividade, e também de sacrifício e de disciplina (mas “sacrifício” e “disciplina” que são o oposto mesmo daquilo que, usando as mesmas palavras, aqueles senhores nos pedem).

Resolver os nossos próprios problemas. Isso é muito bonito, dirão logo uns quantos, mas como? Em particular, como resolver as questões de dependência económica, no seu

³⁷ *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, nº 10 (3 Jun. 1976), p. 3.

sentido mais amplo? A isto vale a pena começar por responder que *nunca* ninguém conseguiu sequer diminuir a dependência sem ter efectuado uma ruptura política: com efeito, a dependência reproduz-se e tende sempre a aumentar. Portugal está hoje muito mais dependente economicamente do sistema capitalista mundial do que estava em 1960. E a França, cuja política de independência gaullista foi tão apreciada por certos “meios de esquerda” (De Gaulle deve ter dado duas voltas no caixão ao ouvir o dislate do *Pinheiro*), está hoje muito mais dependente economicamente do que estava há 20 anos.

AS “VOZES” DA DEPENDÊNCIA

Dirão de novo as mesmas vozes: é o preço inevitável do “desenvolvimento económico”. Não é: é, sim, o preço de um *certo tipo* de desenvolvimento – parcela que nos cabe na divisão mundial do trabalho que mais convém ao capitalismo internacional. Se alguém tem dúvidas, vejam-se também as declarações recentes de Sá Carneiro, diante de Carlucci, ao “apelar às organizações internacionais no sentido de virem a Portugal elaborar as linhas mestras de um plano global a submeter ao Governo e ao Parlamento”. Isto é ir ao menos tão longe quanto *Pinheiro*: os nossos “órgãos de poder” decidirão sobre propostas de planeamento económico elaboradas por estrangeiros. Veja-se também o “boicote” a Portugal defendido pela CIP em Londres: “O investimento estrangeiro só deve começar depois, quando a atmosfera política e económica se tiver clarificado, revelando os melhores sectores de investimento” disse por lá o eng. António Vasco de Melo! “Os melhores sectores de investimento” são, é evidente, os melhores do ponto de vista do investidor estrangeiro, não do desenvolvimento económico português... Quanto a Zenha, ainda há dias referiu a necessidade de “contrair novos empréstimos externos”, esquecendo-se apenas de mencionar que a quase totalidade dos que têm anunciado, e que, um dia na TV, disse terem de ser cuidadosamente utilizados e não “esbanjados”, está já comida por completo no financiamento do défice da balança de pagamentos, tendo portanto sido destinados a reproduzir e aumentar a nossa dependência comercial e financeira. Se recordarmos que o PPD, o PS e a CIP apoiam tão calorosamente a candidatura de Eanes, parece que, em termos de independência nacional, leve o diabo à escolha.

A INDEPENDÊNCIA POSSÍVEL

Um país profundamente integrado no sistema capitalista mundial e que decide empenhar-se numa verdadeira política de independência nacional *tem de enfrentar*

naturalmente grandes dificuldades – nomeadamente económicas. Tivemos já, ao longo destes dois anos, uma pequena amostra dos meios variados de que dispõe o inimigo e isso numa situação que não era de ruptura, mas apenas de expectativa. Mas pensar que tais dificuldades são inultrapassáveis é condenarmo-nos à eterna dependência – é fazer como aqueles que aceitam que “há-de sempre haver ricos e pobres e não há nada a fazer”.

Pois bem, é urgente compreender que dispomos de um aparelho produtivo e de recursos humanos que, em clima de mobilização popular e de rigorosa economia, são suficientes para permitir aos trabalhadores o período indispensável para reformular quer as relações externas, quer o “modo de vida”. Período de cerrar de dentes, de trazer à superfície tudo o que vai no fundo de nós de espírito de luta e, justamente, de ânsia de independência. Um recenseamento rápido das necessidades essenciais e das capacidades nacionais, só possível por meio de uma articulação muito eficiente entre órgãos sectoriais e regionais de trabalhadores, uma repartição de tarefas de que eles próprios seriam responsáveis, visando a produção do máximo de bens socialmente úteis (o mais “duradouro” possível, com o mínimo de investimento e sem excessiva preocupação de custos), um rigoroso controlo do comércio externo, a utilização dos meios financeiros do Estado no sentido da dinamização da actividade produtiva (por meio de encomendas, por exemplo), da vida e da iniciativa colectiva regional e local (por intermédio de subsídios de apoio técnico e meios militares, por exemplo), da investigação aplicada (“invenção” de tecnologias adequadas ao nível de desenvolvimento nacional, adaptação das existentes) – eis umas quantas possibilidades, entre outras, de nos “capacitarmos de nós próprios”, de tentarmos, enfim, ter um país *inteiro*, não dividido em Norte/Sul ou em Litoral/Interior. É claro que não estamos a pôr a hipótese, impensável, do isolamento total: estamos a admitir que manteríamos parte das actuais relações económicas externas e que rapidamente estabeleceríamos outras, mais sólidas e fecundas – fruto de uma solidariedade internacional *indispensável*. Aliás, em tal situação, é provável que a simples exploração de *contradições entre países capitalistas* nos permitisse negociar com alguns deles numa posição de independência hoje impossível.

O CDS promete-nos dois anos muito duros e mais cinco difíceis – com inflação desenfreada, com forte desemprego, com “ordem nas ruas e nas empresas”, com uma “estratégia de desenvolvimento económico em função do exterior” e com muitas outras terríveis coisas, em clima de “sobrevivência nacional”, à sombra da qual se restabeleceriam os mecanismos de exploração capitalista e voltariam a prosperar uns

quantos à custa dos “sacrifícios” da esmagadora maioria, o que não é concebível sem uma repressão impiedosa.

Os outros partidos são, naturalmente, mais comedidos nos seus propósitos. Mas, dada a situação económica e uma luta de classes que ninguém conseguiria, ainda que o quisesse, pôr “entre parêntesis” (os famosos “contratos” sociais, de que falam M. Soares e outros), eles acabarão por ter de se aproximar das vistas do CDS ou renunciar – o resultado será o mesmo.

UMA ARRANCADA PARA O SOCIALISMO

Mas então, porque fazer todos aqueles “sacrifícios” em benefício de meia dúzia, para reproduzir justamente as condições de exploração e de dependência que só a essa meia dúzia interessam? Uma arrancada para o socialismo implicaria, por certo, face a um boicote cuja amplitude é imprevisível e à necessidade de economizar meios de pagamentos para importações essenciais, formas mais ou menos extensas de racionamento (alguns bens alimentares, energia, acessórios diversos, etc.) – mas o mais “injusto” e severo dos racionamentos não será o que é feito, e sempre foi, pelas diferenças de rendimento e de poder de compra? Implicaria, também, uma forte disciplina e contenção de salários (há que dizê-lo abertamente) – mas seria ela mais violenta do que a resultante da inflação galopante prevista pelo CDS, para além de ser “concertada” *entre os próprios trabalhadores* e fundada numa solidariedade e num projecto de que eles seriam os únicos *agentes e beneficiários*? Quanto ao desemprego e à paralisação ou subutilização do aparelho produtivo – basta dizer que uma tal situação seria a única que os poderia absorver, tão vastas (e muitas delas hoje inimagináveis) as tarefas a realizar por uma sociedade que decide mobilizar todas as energias e todos os recursos para construir um futuro de independência e liberdade.

“Nenhuma sociedade coloca a si própria problemas que não esteja em condições de resolver” – disse Marx. Em Portugal colocam-se hoje os problemas do socialismo e da independência nacional.

Ainda o debate na RTP

O QUE RAMALHO EANES NÃO DISSE

[*Gazeta da Semana*, 16 Jun. 1976]³⁸

No último debate entre os quatro candidatos à Presidência da República na TV, o general Ramalho Eanes desenvolveu uma análise política e exprimiu uma filosofia política que se podem facilmente condensar, *utilizando as suas palavras exactas*, em três ou quatro afirmações que foram, aliás, algumas delas, persistentemente repetidas. Com base nesses pontos, não é difícil imaginar um debate mais acutilante do que aquele a que assistimos, a que apenas faltaram as respostas que Eanes por sua vez daria às questões que contrapomos às suas afirmações. De algo estamos certos: face a essas questões, não teria Eanes a facilidade de argumentação de que dispôs, pois elas tê-lo-iam obrigado a uma definição bem mais precisa, em que os campos teriam ficado bem mais claramente demarcados.

1-A situação é dramática, e face a ela o país ou se reencontra ou se perde. A sobrevivência nacional, o reencontro de uma identidade nacional, passam pela estabilidade política e económica. Conseguir-lo é obrigação moral e patriótica de todos os portugueses, e principalmente de todos os trabalhadores, em que cabem por direito os empreendedores.

Gazeta – Dizer que a situação é dramática, *a seco*, e com base nisso sugerir perspectivas de afundamento nacional não é *honesto*, para utilizar um adjectivo tão do agrado do general. Há que ver *em quê* e *porquê* se considera dramática a situação. Admitimos que se está a referir aos já tão glosados desequilíbrios económicos (a balança de pagamentos, o desemprego, a quebra na produção e nos investimentos, a inflação, o défice orçamental, etc., etc.) e, certamente também, ao “clima social” (numerosas lutas de trabalhadores, questões quentes como a educação, os retornados, etc., etc.). Se assim é, porque chegámos a essa situação? Há que enfrentar a realidade: porque muitos portugueses (apoiados por muitos estrangeiros) justamente se *recusaram* a que o “país se reencontrasse”, desde que não demos à palavra *reencontro* o sentido de *regresso ao passado*. Pois é incontroverso que, num sistema económico-social capitalista, em que nunca

³⁸ *Gazeta da Semana*, nº 12 (16 Jun. 1976), p. 5.

deixámos de viver, são empresários (ou, na sua bizarra expressão, empreendedores) que investem e empregam, e *igualmente* são empresários que desinvestem e que desempregam; são capitalistas que sustentam certos equilíbrios e certas actividades por meio da pura especulação financeira, e são os mesmos que, quando se assustam e deixam de especular (o que é um bem, não?), paralisam circuitos financeiros e sectores inteiros de actividade económica; são empresários que controlam importações e exportações, e são-no *igualmente* os que desregulam os circuitos comerciais e deles se servem para sair com capitais para fora do país; e por aí adiante. A maioria não terá feito tudo isto, ou parte disto, com intuítos deliberados de sabotagem económica e política mas, e é isso o mais importante, fizeram-no porque se movem dentro de uma *lógica* a que não podem fugir. Lógica que é *internacional* e perante a qual o interesse nacional, a identidade nacional, o “reencontro” dos portugueses consigo próprios são histórias da carochinha. O capitalismo é tudo quanto há de menos “moral” e de menos “patriótico” e tanto mais quanto é certo que tais motivações se encontram ideologicamente *separadas* dos “critérios de acção” correntes do empresário capitalista: por mais “moral” e “patriota” que ele pessoalmente se julgue, as decisões que toma assentam em critérios de rendibilidade ou de estratégia económico-financeira de que estão ausentes tais considerações, podendo assim essas decisões, sem afectar a sua paz de consciência, ser profundamente “imorais” e “anti-patrióticas” num plano global.

É por isto que, ao colocar no *mesmo* plano trabalhadores e “empreendedores”, o general Eanes esconde que os primeiros são os únicos que *têm possibilidade* (o que não significa que tenham a consciência disso – mas isso é outra importante questão) de fazer este país “reencontrar-se” numa base de independência e de mobilização nacionais: daí que o próprio termo “reencontro” seja falso pois, em tal base, nunca este país efectivamente se “encontrou” sequer. Esta é mesmo uma das questões de fundo que irredutivelmente e objectivamente opõe trabalhadores e “empreendedores”. Propor-se dar a ambos a *mesma* tarefa moral e patriótica é, *de facto*, uma pura mistificação: é entregar aos segundos a iniciativa de um reencontro que não é mais do que um regresso ao passado. E que ele é bem pouco patriótico provam-no os representantes dos “empreendedores”, dirigentes da CIP (que o apoiam, general!), com as suas recentes declarações em Londres. Que pensa delas, general?

2-É necessário um *governo* capaz, honesto, realista e eficiente, que apresente um programa muito prático, muito operacional, com medidas muito concretas, muito reais, muito ajustadas, programa esse que, ao ser aprovado pela Assembleia da República, deixa de ser do governo para ser da Nação, pelo que é *obrigação moral e patriótica* de todos os portugueses de se esforçar na sua aplicação e de todos os *partidos* de o publicitar e fazer compreender aos seus militantes, esclarecendo-os e mobilizando-os para que participem nessa aplicação de uma maneira honesta.

Gazeta – O general Eanes parece esquecer-se de que o primeiro governo definitivo estará longe de ser tão maioritário, em termos eleitorais, como qualquer dos governos provisórios de coligação (excluindo apenas o 5º, portanto). Isto ficou a saber-se em Abril de 1975, e foi confirmado um ano depois. Mas, se assim é, ou seja, se os governos provisórios eram representativos de uma *esmagadora maioria do eleitorado*, e não conseguiram ser, pelos vistos, nem capazes, nem eficientes, nem operacionais, sendo certo que a situação se foi rapidamente “dramatizando” (segundo o critério acima pressuposto), como admitir que o próximo governo, que de um ponto de vista eleitoral, até se prevê possa ser minoritário, consiga essa eficiência e operacionalidade? Se aqueles não conseguiram mobilizar os “portugueses” para a reconstrução nacional, porque se pensa que este, com bem menor base *eleitoral*, o venha a conseguir? O general Eanes responderá por certo: porque reinavam a desordem social e a anarquia, porque as Forças Armadas viviam na indisciplina e se encontravam incapacitadas de garantir um clima de segurança. O que nos leva a levantar dois novos pontos. Primeiro: então isso significa que uma maioria eleitoral, ou mesmo um consenso maioritário na Assembleia da República, *não é suficiente* para que um governo seja eficiente e *mobilizador*. Com efeito, as massas populares que lutavam nas empresas, que ocupavam terras ou que, fardadas, participavam no mais vigoroso movimento social que Portugal terá conhecido, eram, na sua grande maioria, eleitores de um dos partidos do governo. Porque não confiavam elas nos seus representantes no governo e ficavam quietas? Não será porque a dinâmica social concreta, a luta de classes, se não compadece com resultados eleitorais? Dirá talvez que isso era também reflexo das lutas partidárias. Pergunto: mas elas irão acabar? Ainda que sejam um reflexo distorcido da luta de classes, nem por isso deixam de estar por elas condicionadas. Segundo ponto: o segredo está, pelos vistos, em maioria eleitoral *mais* ordem. Mas se os conflitos partidários não

terminam, se a luta de classes continua, se trabalhadores e “empreendedores” não se reconhecem no mesmo “projecto”, se a maioria (ou minoria) eleitoral não é suficientemente mobilizadora, então, digamos cruamente, ordem *igual* a repressão. Repressão para a qual se preparam forças armadas e militarizadas que se tenta *subtrair* à política, ao contacto com o povo – é óbvio. Mas repressão ideológica, também, de que o seu “discurso” moralizante no debate da TV foi um exemplo clarividente.

3-O Presidente da República terá de ser suprapartidário, independente, nacional. Gazeta – Uma vez mais o famoso conceito de Estado (de que o P.R. é o supremo representante) acima das classes. Não, general. O senhor, se for presidente, não poderá colocar-se *acima* das classes. Não tenha ilusões, se é que as tem. Quer queira quer não, não será mesmo o Presidente de “todos os portugueses”, ainda que julgue ser, ao menos, o de todos os que o elegeram. E nem isso será. O senhor propõe uma impossível “conciliação de classes”, mas não vai poder arbitrar, vai ter que tomar partido. Aliás, ao ver os seus apoios, parece claro que já tomou. Um presidente dos trabalhadores não aceitaria nunca o apoio do CDS, do PPD, da CAP, da CIP, e de muitos outros, sem esquecer os grupos de activistas de extrema-direita, a que só falta as “camisas escuras”, que dão pelos nomes de AOC, PCP (m-l) e MRPP.

Mas, ainda aqui, o essencial não está nas intenções pessoais, embora não se possam menosprezar. O essencial está em que o Estado, como aparelho político-ideológico e como agente económico, *não pode deixar* de agir no sentido de reproduzir o modo de produção capitalista dominante: é isso que quer dizer a palavra *sistema*. O Estado não pode estar “ao serviço dos trabalhadores”, “se não for o Estado dos trabalhadores”, que já vimos não ter nada que ver com o “Estado dos cidadãos eleitores”. E é deste que o general será, se for, o Presidente.

Restaria um último ponto: o “socialismo à medida do homem português”, radicado na história, no presente e nas características psicológicas do dito homem português. Nem vamos discuti-lo: é mais uma daquelas gratuitas abstracções que nada adiantam, a não ser congregar sob a *palavra* “socialismo” todos os partidos e organizações políticas que o apoiam – alguns indiscutivelmente fascistas. Talvez não seja elegante, mas convém recordar que a palavra socialismo não impediu que uns senhores se tenham lembrado de lhe

juntar a palavra *nacional* para saber essa combinação aparentemente inofensiva construir o nazismo. Não é uma acusação: apenas uma lembrança, um aviso – a si, general, e sobretudo ao “homem português”.

O triste fim do VI Governo

A ECONOMIA QUE ZENHA DEIXA A SOARES

[*Gazeta da Semana*, 8 Jul. 1976]³⁹

É patente que Mário Soares incumbiu o seu lugar-tenente Salgado Zenha e o seu correligionário Walter Rosa de deixarem aprovadas algumas das medidas mais impopulares no campo económico, de modo a que o 1º Governo Constitucional não tenha de “sujar as mãos” (demasiadamente) logo à entrada.

Sabe-se que a economia nunca foi o forte de Zenha, e ele próprio o teria um dia confessado em Conselho de Ministros. Mas também nunca o terá sido a discrição. Zenha convenceu-se de que a mordacidade da linguagem, treinada em longos anos de foro, seria suficiente para esconder a ignorância. Convenceu-se de que as variadas marés da conveniência partidária e a afirmação de desejos como sendo realidades poderiam suprir a falta de uma política económica e financeira, que não terá levado muito tempo para descobrir que as “grandes cabeças” que o acreditavam não estavam em condições de formular, quanto mais de aplicar! E aí o vemos tristemente reduzido a ter de anunciar aos jornais que está a tentar arranjar um novo empréstimo “que nos dará para viver para cerca de dois meses”...

O que simplesmente quer dizer que o famoso VI Governo, e, sobretudo, o tão reforçado (em autoridade) VI Governo do pós-25 de Novembro, não fez mais do que exactamente aquilo que tanto reprovou aos seus anteriores: esconder a crise à custa das reservas do Banco de Portugal. Essa “loucura”, esse “suicídio”, essa “incomensurável incompetência”, foi tudo o que Zenha teve tempo de aprender de economia e finanças. Isso, aliás, ele até já devia saber: qualquer dona de casa o sabe e, como referiu na TV, Zenha acompanha atentamente a economia doméstica.

SÓ AGORA?...

Mas vamos a coisas mais sérias. Porquê, num repente, um governo a dar as últimas, determina aumentos de impostos, aumentos do preço de combustíveis para usos particulares, restrição à saída de divisas turísticas, cortes de energia, etc., etc.? Só agora terá concluído que a situação financeira se aproxima da ruptura? É óbvio que não. O facto é que só *agora* o pode reconhecer: já se imaginou o efeito eleitoral que teria para o PS a

³⁹ *Gazeta da Semana*, nº 15 (8 Jul. 1976), p. 3.

tomada de tais medidas antes das eleições? Mas, pelo que dissemos logo de início, também não conviria ao mesmo PS deixá-las para o seu primeiro governo. Isto é, tinha mesmo que ser neste momento. Além disso, também o próprio Zenha confessou que a “primeira vaga” de medidas de austeridade decretada em Dezembro de 1975 não pôde ser aplicada por falta de autoridade. O PS espera agora, com presidente eleito com ar de poucos amigos, dispor de maior autoridade para aplicar esta herança do VI à boca do túmulo.

O RETRATO DO PS

Muitos perguntarão sinceramente: mas não serão estas medidas, e outras ainda por certo, de facto *necessárias*? É uma maneira errada de pôr a questão. O essencial não está na sua necessidade, mas em saber se são possíveis, ou melhor, como serão possíveis. Vejamos. É inegável o enorme défice da balança de pagamentos. O mesmo para o défice orçamental. O mesmo para os défices do sector nacionalizado. E para numerosas empresas privadas. Todas aquelas medidas, e nem sequer discutimos se são as mais “imaginativas”, procuram, de uma forma ou de outra, reduzir um ou vários dos referidos défices. Ora sucede que elas são o retrato exacto do PS – o que não é evidentemente por acaso. Que quer isto dizer? Que sendo o PS um partido em cuja “base social” se misturam os “interesses de classe” mais contraditórios, as medidas tomadas pelo PS teriam necessariamente de o ser também.

DA SUBIDA DOS PREÇOS AOS CORTES DE ENERGIA

Assim, por exemplo, o corte de divisas para turistas que, directamente, atinge uma minoria que tem posses para viajar pelo estrangeiro (no que se inclui já hoje uma fracção considerável da pequena-burguesia), vai desencadear simultaneamente uma ameaça de desemprego séria aos trabalhadores do sector – que reagiram de imediato. O aumento do imposto profissional vai atingir os trabalhadores, o da contribuição industrial os “empreendedores”, o complementar ambos. Os cortes de energia afectam todos, desarticulam os transportes, o comércio, a indústria. O CDS vai ao ponto de se referir a essa medida em termos de “verdadeira sabotagem económica”. A CIP opõe-se. A União dos Comerciantes de Lisboa fala de “gravíssimos inconvenientes” dessas restrições. Até ver, alguns industriais propõem-se “instituir novos horários de trabalho”, para enfrentar a situação. O que, naturalmente, levantará uma forte oposição dos trabalhadores.

Entretanto, os aumentos de impostos e de preços (extremamente elevados, segundo se prevê, no caso dos gases domésticos, por exemplo), não deixarão de incitar os

trabalhadores a exigir a reposição de um poder de compra que se vai rapidamente degradando. O governo PS deparará com os previsíveis obstáculos aos seus “acordos sociais”, e tanto mais fortes quanto mais fizer acelerar a inflação em nome da austeridade.

O INEVITÁVEL IMPASSE DA “SOLUÇÃO PS”

Tudo isto significa que a “reordenação” do capitalismo português não se afigura tarefa à medida de um governo PS, onde ainda por cima os nomes “ministeriáveis” já aventados na Imprensa não parecem oferecer sequer grande confiança a qualquer dos sectores da burguesia, mesmo dos que constituem apoio “natural” de uma “solução PS”, tanto quanto possível-democrática.

As grandes combinações eleitorais esboroam-se face aos interesses de classe. Os trabalhadores lutarão contra o desemprego, contra o aumento dos preços, contra as diversas formas de exploração indirecta que a “austeridade” implica (condições de transporte, de habitação, etc.). Os empresários lutarão por conseguir condições de “competitividade”, por reconstituir as suas bases de acumulação, por obter lucros “normais” (se não puderem mesmo ser “anormais”!). As grandes cabeças do PS, de que em tempos falou Mário Soares, não terão mãos a medir face a este antagonismo inconciliável. A repressão perfilar-se-á no horizonte como único meio de *impor* a “austeridade”.

Avizinha-se o segundo fracasso da fracção “tecnocrática”, ou “europeia”, ou “modernista”, do capitalismo português (o primeiro foi nos tempos de Marcelo). É um desafio a que os trabalhadores portugueses *não podem* fugir – com todos os riscos que comporta. Por isso é indispensável *compreender* o sistema, *compreender* a economia capitalista (e a que se lhe opõe). *Compreender* os impasses da austeridade-PS. Pois não se pode pôr a questão de saber se a austeridade é necessária, sem primeiro saber quem a “propõe”. E para quê. E onde nos vai levar.

SAIBA O PS QUE SE O GOVERNO DURAR POUCO ...

[*Gazeta da Semana*, 22 Jul. 1976]⁴⁰

Os governos provisórios levaram, uns mais outros menos, entre duas a três semanas para se constituir. Ele eram idas e vindas, plataformas, negociações, “tantos ministros para mim, tantos para ti”, um sem fim de manobras que eram, afinal, o retrato de todos os compromissos e combinações que fazem parte da formação de qualquer “governo de coligação” que se preza...

Após as eleições de Abril deste ano, eram tais as probabilidades de que viria a ser o PS a formar governo que, naturalmente, toda a gente pensou que, quando chegasse a hora, bastaria ao Presidente da República carregar no botão – e ele aí estaria, eficaz e operacional como agora se diz. Pois nada disso. Já lá vão 3 (três!) meses, e quase um sobre as presidenciais e continua a “falar-se” em nomes, hoje são uns, amanhã são outros, este parece que não aceitou, o outro também não, enfim, a história repete-se, mas agora em mais lento, e *dentro de um único partido*.

UMA NOVA “COLIGAÇÃO”?

Será que o que está a ser gerado é um “governo de coligação” entre várias tendências dentro do PS? Nem isso se presume que seja, pois os nomes que vêm à baila dão ideia de uma certa “homogeneidade” de tendência: são quase todos geralmente aparentados à chamada “ala direita” do partido.

Não se encontra fácil explicação para as dificuldades de uma operação que à primeira vista surgia como fácil. E tanto mais fácil, quanto parece não ter havido qualquer consulta significativa às bases do partido, o que justificaria a demora. Descontando as questões pessoais, de hipotéticas “capelinhas” internas, apenas resta outra hipótese de mau prenúncio que é a de, face a uma situação altamente “complicada”, muitos nomes do PS terem fugido às responsabilidades... Certa ou não a hipótese, o facto é que, face à provável composição do governo, é geral a perplexidade, nomeadamente entre aqueles que vêem em tal governo a “última solução”. A própria “competência técnica”, tão exigida por esses sectores, não se afigura minimamente representada.

OS TRABALHADORES E O GOVERNO

⁴⁰ *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, nº 17 (22 Jul. 1976), p. 3.

Do ponto de vista dos trabalhadores, que pensar de tudo isto? Seria um erro admitir que aos trabalhadores *interessa* que este governo caia rapidamente. Daí a ameaçá-los, como o faz Mário Soares, de que se isso acontecesse o “próximo governo seria muito mais à direita” vai um passo. Daí a pedir-lhes compreensão, cooperação, moderação, vai outro. Mas como pode o Dr. Mário Soares pensar que os trabalhadores estejam dispostos a dar “carta branca” a um governo que, a avaliar pelo VI e pela sua própria composição provável, se anuncia tão pouco inclinado para a defesa dos seus interesses? Que podem eles esperar de Curto ou Tito de Morais no Trabalho, de Alegre (!) na Comunicação, de Bacelar nos Assuntos Sociais, de Cardia na Educação, de um desconhecido até ao último momento (logo de um nome de recurso) na Habitação, etc., etc.? Que podem eles esperar de um governo “cozinhado” da forma que viram, viciado à partida por questiúnculas internas, por “estratégias pessoais”, por uma patente tacanhez partidária? De um governo que aposta, acima de tudo, no reforço dos laços de dependência em relação àqueles que tudo fizeram para destruir o 25 de Abril – os Estados Unidos, o Mercado Comum? De um governo que se propõe reforçar, em nome do relançamento da economia, o capitalismo interno que tão bem trabalhou naquele mesmo sentido? E ainda que estivessem dispostos a esperar qualquer coisa, sobretudo a nível das cúpulas sindicais, não será a própria dinâmica social, a própria luta de classes, que imporá a sua lógica própria, que fará os trabalhadores oporem-se, com uma força que os votos só muito escassamente traduzem, às medidas que tal governo dificilmente *poderá não propor?*

SAIBA O GOVERNO SOCIALISTA!

Decididamente este governo parece-se como duas gotas de água com aquilo que poderia ter sido um VII Governo Provisório, quer isso nos “assuste” quer não. Tem-se a sensação de um governo vencido à partida, e ele também a terá, muito provavelmente, quando se vir face à aplicação concreta de um programa que talvez só recolha os votos favoráveis dos seus próprios deputados na Assembleia da República. E é essa linguagem, a das instituições “legítimas”, a que melhor compreendem os indigitados governantes.

Saiba pois o governo socialista que se durar pouco, se os golpismos que se preparam na sombra vierem a pretender impor uma solução “muito mais à direita”, a responsabilidade única, perante o povo português, será inteiramente sua.

A (IN)DEPENDÊNCIA NACIONAL E A GEOPOLÍTICA DO SR. MINISTRO

[*Gazeta da Semana*, 29 Jul. 1976]⁴¹

O *Diário de Notícias* transcreveu há dias, da revista do Gabinete de Estudos e Planeamento do Estado-Maior do Exército, um longo artigo do Dr. Medeiros Ferreira, actual ministro dos Negócios Estrangeiros. Vindo de onde vem, tem esse texto, intitulado “Relações externas e defesa nacional”, um interesse excepcional. E sobretudo porque, na sua clareza meridiana, nos deixa bem informados sobre a forma por que o actual governo entende justificar uma política de dependência nacional.

Em primeiro lugar, evidencia-se em tal prosa uma identificação constante e mistificadora entre independência nacional e “defesa do espaço geográfico português”, imaginando-se ameaças e invasores externos, chegando-se ao inacreditável delírio *gaullista* de admitir que a parte das forças portuguesas não enfeudadas à NATO possa ser eficaz “em termos de dissuasão em relação a quaisquer eventual inimigo”! Esquece-se que o ataque mais violento à “soberania nacional” que tanto preocupa o autor, a ingerência estrangeira mais despudorada, não se fazem por via militar mas por via económica. Disso é exemplo o que em Portugal se passou depois do 25 de Abril, e só diremos que é natural que o sr. Ministro o finja ignorar na medida em que tal ingerência se fez no sentido de o levar até ao poder de que hoje dispõe. Os estrangeiros são, nestas coisas, bem mais francos. O sr. Willy Brandt, correligionário deste nosso ministro, confessou-o explicitamente no Porto, em Março passado (“Não há dúvida de que esse boicote existiu” disse). E o *New York Times* do dia seguinte às eleições legislativas de Abril último atribuía à “brilhante acção do embaixador Carlucci” resultados tão satisfatórios... do ponto de vista americano. Mas vamos mesmo mais longe, para o próprio campo do sr. Ministro: as vindas das esquadras da NATO ao Tejo, os voos a baixa altitude sobre território nacional, tudo isto em períodos eleitorais ou de particular tensão política em Portugal, não serão ingerências militares inadmissíveis nos assuntos portugueses? E o sr. Carlucci a passear-se de tanque em S^{ta}. Margarida, a ir dar o seu aval ao governo PPD dos Açores, não o serão igualmente agora a nível mais directamente *político*.

Pelos vistos, ao dito senhor, só preocupam os atentados à soberania vindos de outras bandas: “a soberania (do Estado Português) sofre de qualquer forma alguns hiatos no

⁴¹ *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, n.º 18 (29 Jul. 1976), p. 3.

processo final de descolonização”. O perigo terrível para a soberania nacional vem pois de Angola e de Timor!!!

“ORGULHOSAMENTE ACOMPANHADOS”

Ainda quanto ao conceito de independência nacional, há que desmascarar a forma como uma vez mais é glosado o tema do “orgulhosamente sós” salazarista. “Orgulhosamente sós”? “O regime anterior não conseguia interessar a comunidade internacional no seu obsoleto projecto”, como diz o sr. Ministro? Não se acredita, de facto! Mas como teria o dito regime enfrentado os Movimentos de Libertação africanos sem as armas NATO de que dispôs, e ao que a dita NATO “fechou os olhos”? E faltam-lhe créditos externos? E não foi admitido na EFTA? E não choveram investimentos estrangeiros, sobretudo a partir de 1965? Terá comparação o acolhimento que tinham os negociadores portugueses (a nível diplomático, a nível económico-financeiro) antes e depois do 25 de Abril nas capitais ocidentais? Se se pode falar de solidão, foi aquela a que essas mesmas capitais votaram os governos pós-25 de Abril e mais especificamente pós-11 de Março. Ou negará isto o sr. Ministro?

Aquilo que ela nos propõe é precisamente voltar à fictícia “solidão” que significa o total enfeudamento ao poderio militar e económico comandado de Washington.

Ou negará isto o sr. Ministro?

A NATO E AS ILHAS ATLÂNTICAS

Passemos a outro ponto. Fora da NATO, diz o sr. Ministro, não temos salvação, não há “socialismo democrático” que possamos construir. Isto porque “a defesa da nossa fronteira terrestre começa na fronteira com a Alemanha Oriental, e o Pacto do Atlântico garante-nos ainda a segurança, o acesso e a articulação com os Açores e a Madeira”. A frase vale por si e ilustra o que dissemos no início, bastando apenas sublinhar dois aspectos. Por um lado, repetimos, o total silêncio relativamente aos países que nos mantiveram e mantêm sob rigorosa tutela, designadamente económica, e que na pena do sr. Ministro são os nossos amigos, os nossos aliados.

Serão eles que vão apadrinhar o “nosso socialismo”, como se tem visto por essa Europa... Por vezes quase parece que ele acredita no “pé de igualdade” em que supostamente nos encontraríamos. Veja-se esta saborosa frase, a propósito das relações extra-europeias: “Quer com os Estados Unidos, com quem temos em comum a tarefa de garantir uma

Atlântico Norte seguro (...)"! Por outro, a confissão da incapacidade de “segurar” a Madeira e os Açores se nos desligássemos do Pacto do Atlântico. Pergunta-se: uma política de independência nacional não seria a que desse aos madeirenses e açorianos condições de vida e de trabalho que os caciques locais, apoiados no estrangeiro, sempre lhe recusaram? A política proposta não será antes, a que manterá os arquipélagos na miséria ancestral, na exploração desenfreada, ao mesmo tempo que permite aos americanos a continuação desse *autêntico atentado à soberania* que são as bases militares? Não terá que ver com isto a irritação do sr. Ministro pelo voto português contra o sionismo na ONU? Recorde-se, de resto, que aquelas bases, longe de servirem apenas de apoio logístico, como foi o caso do auxílio de emergência a Israel, são essenciais aos Estados Unidos para a detecção de mísseis intercontinentais.

O “INIMIGO” À NOSSA PORTA

Mas interroga-se o sr. Ministro, não poderíamos nós fazer como a França *gaullista*, ou como a Grécia e a Turquia, “autonomizando-nos militarmente da NATO”? E aí segue-se uma resposta deliciosa sobre as “razões portuguesas” que o impedem: “Somos vizinhos de uma Espanha poderosamente ibérica, atenuadamente europeia e ausente da Aliança Atlântica”. Eis pois o inimigo que ameaça directamente as nossas fronteiras (agora já não as da Alemanha Oriental)! Mas ignorará o sr. Ministro que a Espanha está, ainda que não pertencendo à Aliança Atlântica, muito mais *integrada*, se assim se pode dizer, quer militar quer economicamente no chamado “mundo ocidental” do que Portugal? Ignorará ele os acordos militares com os Estados Unidos, as bases nucleares americanas em Espanha? Ignorará ele a avançadíssima europeização-americanização da economia espanhola? Ou será que ele está, antes, a temer um 25 de Abril espanhol?

AS GUERRILHAS SEM POVO

Enfim, o sr. Ministro fala do “Povo” e das “Forças Armadas”. Diz a certo passo, referindo-se ao antes do 25 de Novembro: “Conquistar o povo, ligar os quartéis à população foram tarefas que faziam parte de um esquema artificial e voluntarista”. Já dissera, em Dezembro, numa entrevista ao *Tempo*, que “o poder popular também é herdeiro do anti-europeísmo fascista-salazarento”, e agora repete-o quase textualmente. Está no seu direito de pensar este e todos os outros disparates que entender. Mas o que nos deixa embasbacados é que, ao referir-se à sua obsessiva invasão do território nacional, venha dizer o seguinte: “Mas temos de admitir que os invasores, sejam eles quais forem, possam entrar em Portugal. E nesse caso temos de possuir Forças Armadas treinadas e

capazes de desencadear uma guerra de guerrilhas. É este o sentido profundo da aliança Povo/Forças Armadas”. Mas então, as Forças Armadas que, segundo afirma, “estão finalmente a assistir (o termo é sintomático... – JMP) à sua organização a partir do núcleo dos oficiais do quadro permanente”, que se estão, dizemos nós, a “profissionalizar”, a “tecnicizar”, a afastar cada vez mais da população (são numerosos os exemplos de recusa de simples apoio técnico de equipamento, para trabalhos de construção local, etc., sem ir mais longe), essas Forças Armadas “politicamente neutras” têm alguma coisa que ver com um exército capaz de conduzir uma guerra de guerrilhas? A tal aliança Povo/Forças Armadas vai construir-se de um dia para o outro face a um invasor que entrou em Santarém ou em Viseu?

Talvez já só reste tempo para fazer guerrilha nos corredores do Palácio das Necessidades...

PS OUVIU A ASSEMBLEIA:

FALTOU-LHE OUVIR O POVO

[*Gazeta da Semana*, 12 Ago. 1976]⁴²

“Portugal pode industrializar-se comprando lá fora equipamento, solicitando assistência técnica ou adquirindo tecnologia no exterior – simplesmente a nossa dependência aumenta de forma irrecuperável.” “Para nós, a Reforma Agrária não se pode limitar a alterar as relações de propriedade: tem também de transformar as relações de produção.” Estas duas afirmações foram produzidas na Assembleia da República, durante o debate sobre o programa do governo, por deputados... do PPD! E não faltou outro, do CDS, para dizer que “modelo democrático, só o será construído pelos trabalhadores!” Isto dará bem a noção da demagogia exacerbada e da completa confusão política que por aquela Assembleia campearam. A discussão girou essencialmente em torno de mais não sei quantas medidas que faltavam no programa, das irónicas “acusações” de ter o PS ido buscar outras tantas medidas aos programas do CDS e do PPD, das interrogações sobre a escassez dos meios financeiros necessários para pôr em execução o dito programa, do irrealismo dos prazos propostos, etc., etc. Mas tudo sempre cheio de “tenho a honra de”, de “Vossas Excelências”, de “permita-me o ilustre deputado”, de constantes venerações mútuas. Tudo terminando (ou começando) pelo apreço e pelo louvor ao programa, na generalidade ou ao menos no muito que “tem de positivo”. Pena foi que a única voz que poderia ter feito uma crítica política de fundo ao dito programa (a do deputado da UDP), tivesse preferido fazer um discurso de comício em que a análise impiedosa foi substituída por uma fraseologia à base de “slogans” e chavões “m-l” que lhe fizeram perder a oportunidade única de colocar as talvez centenas de milhares de telespectadores perante interrogações fecundas. Infelizmente, aquele deputado admitiu que todos esses telespectadores lhe estavam ganhos à partida: triunfalismos que se pagam... (quanto mais não seja pela facilidade com que permitiu a Almeida Santos, na “brilhante peça oratória” de que falava o inacreditável repórter televisivo, recuperar em meia dúzia de frases o crédito dos mesmos telespectadores à sua custa).

Enfim, um espectáculo que terá valido sobretudo pelo tédio que despertou e, mais, por aquela espantosa cena de “juridismo” e de confusão criada, desta vez com muita oportunidade, pelo mesmo Acácio Barreiros, ao conseguir demonstrar publicamente que

⁴² *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, n.º 20 (12 Ago. 1976), p. 3.

à Assembleia dos chamados “representantes do povo” está vedado, por regimentos e legalismos diversos, pronunciar-se quanto à presença de Spínola em território português! Só gostaríamos de saber se terão sido as irritadas intervenções de Sá Carneiro e de Barbosa de Melo (também do PPD), que terão feito o PCP, que se propunha de início apoiar o deputado da UDP, acabar por se abster...

UM PROGRAMA PARA O POVO NÃO LER

Quanto ao programa do governo, longe de nós a ideia de ir comentá-lo. Há porém duas questões que julgamos de assinalar: uma em que o debate foi totalmente omissivo, outra em que ficou sintomaticamente “pela rama”.

A primeira, que ilustra bem a que ponto a quantidade se pode transformar em “qualidade”, diz respeito, curiosamente, à extensão do programa. Quando o governo PS apresenta um programa de 260 (duzentas e sessenta) páginas, fora os discursos de apresentação e fecho do primeiro-ministro, que segundo ele ficarão a fazer parte integrante do dito programa, isto significa pelo menos uma coisa: A primeira, que nada nos preocupa, é a de um “provincianismo” que causará a chacota dos ilustres pares europeus de quem o PS tanto espera. Não passaria pela cabeça de qualquer governo em busca de investidura em qualquer parlamento da civilizada Europa democrática, pôr os “ilustres deputados” a discutir um romance desse calibre. Só novos-ricos da democracia, que julgam que a “competência” e o “conhecimento” dos assuntos é proporcional ao número de páginas escritas, e assim será avaliado, poderão imaginar tal deslance. Mas, diga-se, o PS neste aspecto parece que estava em família: não só ninguém lhe fez tal reparo, como muitos oradores viram no programa numerosas faltas, pelo que o veriam com agrado bem mais volumoso. E se o não é, isso dever-se-á a ter o PS “economizado 18 postos governamentais”, o mesmo é dizer, 18 potenciais redactores adicionais...

A segunda observação que nos merece a extensão do programa é bem mais importante. A apresentação de “um documento destes significa, só por si, que para o governo PS o “povo” está *ali, naquela Assembleia*, ou seja, que é apenas a opinião dos deputados que conta e, por via dela, o governo terá ou não o assentimento popular ao seu programa. Para quê então uma transmissão directa pela TV, quando é sabido que a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses não só não terá tido *tempo para ler* o documento em discussão – e portanto assiste a uma discussão-fantasma – como não teria qualquer possibilidade de, ainda que o tivesse podido ler, “digerir” uma linguagem técnica só acessível a “especialistas”. Isto é, um programa destes, pela sua simples extensão, *pressupõe* um completo desprezo pelo povo, pelos trabalhadores, já que os impede de

ter acesso *ao menos* às intenções fundamentais de um governo que, paradoxalmente, deles se reclama e diz pretender a sua adesão. Independentemente do que lá esteja escrito, a extensão e a natureza deste programa dão-lhe, só por si, um carácter de classe marcado. Quando é certo que, no domínio de cada Ministério, há duas ou três grandes *opções de fundo*, enumeráveis em escassas linhas, que definem a política a seguir e permitiriam julgar com facilidade, a qualquer “cidadão”, da orientação geral do governo e dos fundamentos políticos da sua acção. Mas, provavelmente, isto mesmo desejaria o PS evitar... Vamos ver em seguida, a propósito de uma questão afluída nos debates, um exemplo disto mesmo.

UMA TRANSIÇÃO IMAGINÁRIA

Muitos deputados “engalinharam” com a expressão do primeiro-ministro de “coexistência concorrencial entre os sectores público e privado”. Foram mesmo feitas algumas perguntas muito concretas. Por exemplo: Está o governo na disposição de não conceder ao sector público e cooperativo qualquer espécie de vantagens que os coloque em posição de privilégio face ao sector privado? Foi o deputado do PS Vítor Constâncio quem foi mais longe (mas insuficientemente longe) na “explicação” desta questão. Disse ele: “Coexistem e coexistirão entre nós esses sectores de propriedade (público e privado). Uma dimensão da fase que atravessamos consiste, precisamente, nesta coexistência entre dois modelos fundamentais que terão de dar as suas provas quanto à eficiência económica que alcancem, quanto ao modo de distribuir o produto criado, quanto às formas de organização do trabalho e da tomada de decisão. É neste sentido que se deve falar em coexistência concorrencial, de emulação entre dois modelos e não de concorrência económica ou comercial, como alguns srs. deputados quiseram interpretar. A consolidação e a eventual futura predominância do sector de propriedade social, para que explicitamente aponta o artigo 90º da Constituição, dependerá por certo duma evolução que pretendemos determinar pelo livre jogo democrático, das provas que o sector socializado da economia conseguir dar.”

Vítor Constâncio fala *como se* estivéssemos *de facto* em transição para o socialismo, quando refere a coexistência de dois modelos, só que, em transição para o socialismo, essa coexistência não se reduz a uma emulação, e *não pode* ser concorrencial. Em transição para o socialismo, é o “poder político dos trabalhadores” que impõe as regras de uma “concorrência *necessariamente* desleal”, isto é, de uma “não-concorrência”, no sentido habitual do termo: o Estado, nessas circunstâncias, terá precisamente por função *reforçar* por todos os meios o sector “socialista”, a lógica socialista, os critérios

socialistas, as relações de produção socialistas à custa do sector privado. Deixar que ambos os sectores, muito livremente, dêem as suas provas, nomeadamente económicas, quando são dominantes as relações de produção capitalistas, quando a economia está profundamente integrada no mercado capitalista mundial (e o governo se propõe consolidar esses laços e essas dependências), é esperar tranquilamente que o sector público sirva o sector privado – como em qualquer país europeu – e que o sector cooperativo defina ou se submeta às regras da livre concorrência e se comporte exactamente como se fosse privado.

Esta questão ilustra bem as ilusões que se fazem (fazemos-lhe essa justiça) alguns socialistas. E bem assim o modo como foram evitados os problemas de fundo. Aliás, não é por acaso que os deputados do PPD e do CDS também preferiram não insistir muito neste ponto: eles sabem, como nós, onde conduzirá a “coexistência concorrencial” do dr. Mário Soares...

O MOVIMENTO POPULAR E AS QUESTÕES DE FUNDO

Não evitemos, nós, as questões de fundo. Para os trabalhadores, é evidente que o governo PS terá uma acção repleta de contradições, como é inevitável, quando se pretende fugir à realidade da luta de classes. É porém igualmente evidente, há que dizê-lo, que os partidos de direita, a grande burguesia, estão muito mais interessados que os trabalhadores em que este governo demonstre rapidamente a sua incapacidade para enfrentar a crise e lhes dê acesso ao poder. E isto porque aos trabalhadores se não oferece alternativa política a curto prazo. A questão da estratégia, e da tática, do movimento popular face ao governo PS é pois vital neste momento. Estrategicamente, trata-se de *construir uma alternativa política popular no decurso de uma situação de conflito latente ou aberto com um governo que não se pretende “abater”*. Quais os dispositivos tácticos para atingir este objectivo? Quais as modalidades preferenciais da acção política a nível local, empresarial, sectorial, regional, etc.? Como impedir que se caia na “organização pela organização”, fonte fatal de novas burocracias, quando é certo que uma organização só se consolida se radica na acção e dela souber extrair orientação para novas acções, isto é, se acção e organização permanentemente se confrontarem e se alimentarem?

Não nos cabe a nós dar resposta a estas e outras questões. Mas quer-nos parecer que algumas das acções que poderão responder àquele objectivo estratégico serão, por um lado, as que se revelem de um antifascismo activo, se possível, um antifascismo “de massa” (apenas um exemplo: estava a lembrar-me do que seria uma imensa acção de

massas a nível nacional contra a libertação dos pides, contra o regresso e eventual libertação de Spínola – o que não significa dizermos que isso é possível); por outro lado, todo o tipo de iniciativas que ponham questões de poder, que identifiquem os verdadeiros inimigos – e cremos que, em particular a nível local, são possíveis múltiplas iniciativas deste tipo, só que não poderão ser desgarradas, isoladas, e exigem que se saiba equacionar politicamente os problemas postos, os obstáculos levantados, as alternativas; enfim, mas não menos importantes, todas as acções que consolidem a unidade dos trabalhadores face aos ataques de que sejam vítimas as suas conquistas desde o 25 de Abril, o que obrigará o governo PS a ter de fazer “opções de fundo” que quis evitar no seu programa: entre outras coisas, recordemos que a questão do controlo operário – a nível empresarial, mas também a nível sectorial – tem de ser posta intransigentemente em termos de contra-poder e não de co-poder, como se vem a pretender fazê-lo. Questões como a dependência externa, as ligações militares (e não só, é claro) ao imperialismo americano, a separação rigorosa entre a “sociedade militar” e a “sociedade civil”, e tantas, tantas outras, serão também fortemente mobilizadoras se forem discutidas a partir de situações concretas, do quotidiano, e não lançadas da cátedra, envolvidas em meia dúzia de “chavões” que entram por um ouvido e saem pelo outro.

Mais directamente face “ao governo”, haverá que denunciar e explicar constantemente todas as concessões que faça às forças de direita, não lhe dar tréguas *de facto* nesse campo – o que implica *agir* contra tais concessões e contra os projectos de legislação daí decorrentes.

Um Congresso de GDUP's? Excelente. Concorrer às autarquias locais? Excelente. Mas excelente se estiverem – ou ficarem – bem definidas as respostas às interrogações que acima pusemos. Na fase de luta de classes em que nos encontramos é essencial, mais do que nunca, que se não dê a *político* o sentido “tradicional” (de “domínio específico”), nem tão pouco o sentido de “organizativo”. Há que descobrir o político onde ele está – em *tudo* – e partir daí. Pois é aí – em *tudo* – que estão as massas populares.

VERÃO MORNO QUE PROMETE AQUECER

Enquanto se arrasta a questão das bombas, Soares faz o discurso da crise... do poder

[*Gazeta da Semana*, 23 Set. 1976]⁴³

Aparentemente, após mais de dois anos de “sobressaltos”, as instituições democráticas estão de pé, apenas faltando as eleições para as autarquias locais para completar o quadro de órgãos legitimados pelo voto popular. Temos um presidente eleito que, como não podia deixar de ser, se afirma constantemente o último bastião da defesa da ordem democrática. E, sorte das sortes, temos umas Forças Armadas cujas figuras mais notórias, quer em posições de poder político, quer em funções de comando militar, juram todas a pés juntos não terem outra preocupação que não seja a consolidação da democracia.

Se juntarmos a tudo isto um texto constitucional que, à semelhança do que nos aconteceu em 1822, se diz ser o mais avançado da Europa, poder-se-ia concluir que, enfim, estamos ao abrigo de qualquer subida anormal da “temperatura política”. Dir-se-ia, em resumo, que isto esfriou de vez, e que se espera agora que o único aquecimento provenha do “esforçado trabalho de todos os portugueses”.

Era bonito se fosse assim, mas não é. Se mais não houvesse, dois factores, pelo menos, tendem a desenvolver tensões tais que aquele arrefecimento é em larga medida ilusório e, em qualquer caso, temporário. Esses dois factores são as questões das bombas e a questão económica.

A QUESTÃO DAS BOMBAS

A primeira é explosiva, não apenas no sentido literal. Basta ver a preocupação, nem sequer disfarçada, com que os escribas de direita, baptizados de democratas, se apressam a “confessar” que as mãos que pagaram e armaram os terroristas do verão de 75 (onde já vão a teoria da “reação espontânea” das populações...) não podem ser metidas no mesmo saco das que os alimentaram depois do 25 de Novembro. Incendiar e matar em Agosto de 75 era justo e, pelos vistos, democrático; depois do 25 de Novembro, já é caso para ver. Mas como sucede que muitas das tais mãos terão sido as mesmas, e algumas também ocuparão (ou já ocuparam na altura) destacadas posições políticas e militares, a distinção entre os “bons espíritos” bombistas e os “maus espíritos” bombistas é praticamente impossível, não havendo critério que valha para a fazer. Daí

⁴³ *Gazeta da Semana*. Nacional, nº 21 (23 Set. 1976), p. 7-8.

que, muito logicamente, se sugira uma grande prudência e contenção ou, o que vai dar no mesmo, que se abafe a questão de um certo nível para cima... Note-se: não nos estamos sequer a referir ao *Tempo*, ao *Dia*, à *Rua*. Basta ler o *Diário de Notícias* e o *Expresso* (este, então, tem-se preocupado imenso com o “bombismo” de extrema-esquerda, coisa que ainda ninguém pôde descortinar...). A este respeito, é exemplar o último artigo de Manuel de Lucena no *DN* – e não se diga que exageramos ao classificá-lo de escriba de direita, quando consegue inquietar-se com os “esquerdismos” de Medeiros Ferreira e de Eanes, quando chora a ingratidão face à exemplar acção anti-gonçalvista de Mota Freitas no Porto! Por aqui se verá quão frágil democracia é esta que, logo à partida, precisa de reconhecer que, para além da “legitimidade do voto”, nasceu sob o signo do incêndio e da bomba, ao ponto de se desculpar! Mas atenção: não serei eu quem deplora as bombas das Brigadas ou da ARA, os assaltos da LUAR antes do 25 de Abril ou, mesmo mais, a violência que o 25 de Abril *poderia ter sido*. A tese das boas bombas e das más bombas, da boa violência e da má violência, não é uma tese de direita: é apenas reconhecer que a luta de classes não é um jogo de crianças e que, em fases muito agudas, conduz *necessariamente* a acções deste tipo. O que é característico da direita é defender tal tese e negar a luta de classes, é defender tal tese e dizer-se, em qualquer caso, estritamente partidária dos “métodos democráticos”, é sobretudo defender tal tese para distinguir bombas com o *mesmo sinal político*. É paralisar Allende, atacando-o permanentemente, em nome da legalidade democrática, e entretanto preparar e “legitimar” Pinochet – a “boa” bomba!

A exigência de que o inquirido a esta questão vá até “às últimas consequências” não é, pois, uma exigência “esquerdista” mas muito simplesmente uma exigência democrática e anti-fascista. E é mesmo por isso, porque nos altos escalões militares e civis, não faltam, apesar de tudo, democratas e anti-fascistas, que a questão contém em si afrontamentos e conflitos que podem fazer aquecer as coisas de forma imprevisível...

MENTIRAS ANTES DAS ELEIÇÕES – “PÂNICO” DEPOIS DAS ELEIÇÕES

A segunda questão, económica, é igualmente importante, se não for mesmo a decisiva. Há indícios que permitem pensar, ainda que tal pareça inacreditável, que mesmo ao mais alto nível do PS houve quem só já com o governo em funções teve uma percepção clara da gravidade da situação económica e financeira que esse mesmo governo teria de enfrentar, ou, pelo menos, quem só então se tenha começado a preocupar com tal ninharia. As sucessivas mentiras pré-eleitorais de Zenha, o empirismo de Soares, pouco dado às economias e para quem a solução de tais coisas repousa no apoio com que julga

contar dos E. Unidos e das sociais-democracias europeias, enfim a evidente benevolência de que, por razões diversas, o Programa do governo beneficiou na Assembleia terão concorrido para que isso acontecesse. Recorde-se, por exemplo, que nem um só deputado pediu uma resposta precisa e sem subterfúgios, a uma questão no entanto vital: que conta fazer o governo PS quando se esgotar a capacidade de crédito internacional representada pelo ouro do Banco de Portugal? Tacitamente, ninguém pretendia “entalar” o PS a esse ponto. E, contudo, se algumas “cabeças” do PS se escusaram a entrar no governo (pensamos sobretudo em Vítor Constâncio), a isso não terá sido estranho o facto de saberem que essa e outras questões se iriam colocar a curto prazo, e que o partido parecia alheio à sua importância política, não apenas económica. Durante cerca de um mês, quando se esperaria que o novo governo “entrasse a fundo”, nada se passou nesse campo, nem uma só decisão relevante foi tomada. Os escassos comunicados emitidos após reuniões do Conselho Económico e do Conselho de Ministros deixaram contudo transparecer um pânico que informações de boa fonte vinham confirmar. Anunciou-se uma comunicação ao país do primeiro-ministro mas, antes de marcar a data, mandou-se à pressa Medeiros Ferreira à Alemanha. Só no regresso se fixou tal data e, pelo meio, ainda se procedeu a uma reunião da Comissão Nacional do partido. Entretanto, Soares ameaçava, em duas entrevistas, que o PS saberia tirar as conclusões de uma eventual derrota eleitoral nas eleições para as autarquias locais. E começava-se a falar, crê-se que com fundamento, numa recomposição ministerial com a partida dos ministros considerados mais à esquerda (em particular Sousa Gomes e Lopes Cardoso). Resumindo: o PS assume o facto de que não há solução intermédia para a crise, e prepara-se para aplicar a “maneira forte”, ou seja, a “solução” de direita. Prepara-se para compensar os votos que irá perder à esquerda com votos da direita que entretanto terão visto que o PS também é capaz de aplicar... o programa do CDS! Por outras palavras: se é uma política inequívoca de reforço do capitalismo e de entrega maciça ao estrangeiro, ou seja, se é uma política inequívoca da direita, que “tem de” ser feita, então sejamos nós, PS a fazê-la, sejamos nós o governo da direita! Saibamos segurar os “tachos” que tão descaradamente, e a tal velocidade, já começámos a distribuir! Sejamos essa imensa originalidade que é um Partido Socialista (que tanto fala de Berlinguer) ter uma prática política directamente inspirada das democracias-cristãs europeias. Ou talvez dos “partidos irmãos” sul-americanos: é preciso conhecer uma Venezuela para nos arrepiarmos ao saber que a Acção Democrática, o partido que Kennedy acarinhava e que tem no seu activo crimes sem conta, é um partido irmão do PS na Internacional Socialista!

A CRISE E OS ESCÂNDALOS (PARA SOARES)

Esperávamos, naturalmente, que Soares confirmasse o que acabamos de dizer. Mas não, apesar de tudo, que fosse tão longe. Que diabo, não se chama o seu Partido *ainda* Socialista?

Vejamos como explica Soares a “crise”. Umhas breves linhas sobre a “herança do fascismo” e os “reflexos da crise mundial”: pareceria mal nem se referir a isso. Mas, logo a seguir, as responsabilidades internas pós-25 de Abril. Quais são elas? Listemos: a sanha destruidora do consulado gonçalvista, o absentismo dos *trabalhadores*, a fúria reivindicativa dos *trabalhadores*, a preguiça e a baixa produtividade dos *trabalhadores*, a indisciplina e o desrespeito dos *trabalhadores*, a impossibilidade de despedir *trabalhadores*, as horas extraordinárias dos *trabalhadores*, os reduzidos horários de trabalho dos *trabalhadores*, os plenários de *trabalhadores*, as greves (sobretudo as “selvagens”) dos *trabalhadores*, a retenção de mercadorias pelos *trabalhadores*, os sequestros e ocupações feitas por *trabalhadores*, o pluriemprego dos *trabalhadores* e as remunerações complementares dos *trabalhadores*, etc., etc. Um escândalo, como se vê, estes *trabalhadores* de quem o Partido Socialista se reclama ser o maior partido português, estes *trabalhadores* cujo poder democrático é objectivo constitucional, logo no Artº 2º. Dir-se-ia que o PS, e a Constituição “por ele elaborado no fundamental” (segundo a provocatória expressão de Zenha na Assembleia), se enganaram de *trabalhadores*, já que seria bizarro proporem-se conduzir ao poder uma súpria de irresponsáveis que estão cavando a sua própria ruína e a do país...

Enfim, passemos a coisas sérias. Perguntamos a Soares: Quem abandonou as empresas para ir viver folgadoamente para o estrangeiro? Quem fugiu com larguíssimos milhões de contos para o estrangeiro? Quem cessou o investimento, quem descapitalizou o aparelho produtivo? Quem sobrefacturou e subfacturou? Quem cortou encomendas? Quem boicotou créditos e financiamentos? Quem exigiu aos importadores portugueses pagamentos antecipados e seguros de risco? Quem organizou redes de tráfego de divisas aproveitando-se entre outros dos emigrantes? Quem conspirou contra a economia, quem a sabotou, quem incendiou, paralisou, financiou bombistas? Pois bem, Dr. Soares, quem fez tudo isto, V. bem o sabe, foi o capitalismo nacional e internacional. Acontece que o programa do dr. Soares é reanimar e consolidar o primeiro, com o apoio do segundo. Por isso ele não diz uma palavra sobre o assunto, pelo contrário, lamenta-se muito que se tenham deixado “destruir as motivações e estímulos de uma economia de mercado”! Um partido que se diz socialista chora o sistema que se diz (quando foi isso?) combater e

promete restituir-lhe a confiança, acusando e reprimindo aqueles que se diz defender – os trabalhadores!

Note-se, pois, é importante, que, contrariamente ao que faz alguma esquerda, não negamos a crise nem a sua gravidade. Nem afirmamos que a solução para a crise não exigiria sacrifícios e trabalho. Recusamos, sim, por inteiro que os trabalhadores sejam responsáveis pela crise: ela resulta de uma fase pré-revolucionária de luta de classes em que, a uma ofensiva generalizada das classes trabalhadoras, o “sistema”, o capital responde com a desarticulação total dos mecanismos económicos, que o poder político nunca teve força para subtrair a essa acção desagregadora. E afirmamos também que os sacrifícios e o trabalho necessários só serão possíveis se os trabalhadores estiverem conscientes de que estão, *de facto*, a construir o seu próprio futuro, se eles forem o poder que arranca efectivamente para o socialismo. O Sr. Soares sabe bem que, com as acusações e ameaças que faz aos trabalhadores, nunca criará qualquer mobilização geral. As soluções que propõe, só com repressão serão possíveis.

A “PESADA HERANÇA” DO ... 25 DE ABRIL

É assim que, na ânsia de conquistar a adesão de uma pequena burguesia que tem desperdiçado votos no PPD e no CDS, Soares lhe pisca o olho da forma mais reaccionária, acenando-lhe com uma “moralização de costumes” cujo desregramento é outro aspecto da crise e é, portanto, também da exclusiva responsabilidade do “gonçalvismo” e dos trabalhadores. E aí vem o rol (que tanto nos faz lembrar as famosas mensagens de Ano Novo do Tomás...): a criminalidade, os marginais, a droga, a indisciplina nas estradas, os vendedores ambulantes no Rossio, a pornografia, as inscrições partidárias nos sinais de trânsito, nos monumentos, no Metropolitano, os abusos na utilização de viaturas do Estado, o excesso de viagens oficiais ao estrangeiro (e das respectivas comitivas), enfim, como não podia deixar de ser, o estado calamitoso do ensino de há dois anos a esta parte (antes do 25 de Abril é que estava bem, é isso?).

Em resumo, dir-se-ia que estes dois anos e meio foram só desgraças, desaforos, incompetência, indisciplina social. Nem uma só palavra de mínimo reconhecimento de quaisquer benefícios derivados do 25 de Abril. Quanto às nacionalizações, à Reforma Agrária, elas são uma evidente canga que o governo PS tem de suportar: da sua necessidade política, nem uma palavra. Para o governo PS daí só advêm ralações, preocupações, défices monumentais. Tudo isso se traduz em milhões de contos, em “sanha destruidora”. Pois convirá lembrar que aquilo a que Soares chama o “consulado gonçalvista” durou 5 meses, comparados com os 28 meses que já se passaram depois do

25 de Abril. Que nos restantes 23 meses, sempre as chamadas pastas económicas estiveram entregues a homens próximos do PS ou seus membros. Sendo assim, e sendo o PS, como diz, o “maior partido de trabalhadores” em Portugal, parece haver qualquer coisa que decididamente não joga na análise soarista. Mais ainda: depois do 25 de Novembro, já lá vão quase 10 meses, o PS foi claramente hegemónico num governo que nem sequer se pode queixar de não ter apoio militar, de não ter a famosa autoridade. Não tem o VI Governo qualquer responsabilidade no agravamento da crise? Tudo o que Soares agora diz não o sabia já em Dezembro de 75? Aqui, é razão de nos rirmos de demagógicas balelas sobre a suposta prioridade ao “interesse nacional” sobre os “interesses partidários”. É óbvio que se tudo isso foi calado é porque as eleições estavam à porta, ou seja, por “interesse partidário”. Como não pode deixar de repugnar a afirmação de Soares de que “precisa do concurso do maior número de cidadãos, independentemente das suas opções partidárias, quando se sabe a autêntica “sanha” com que o Partido Socialista vem preenchendo lugares no aparelho de Estado com homens seus ou da sua confiança, sem olhar a competências, dos que lá estavam e dos que chegam...

Enfim, muito mais haveria para dizer: desde o endividamento externo, da quase total responsabilidade do VI Governo, que nos assegura uma dramática dependência por muitos anos; passando pela infeliz referência às horas extraordinárias, que foram sempre uma arma essencialmente patronal, que permite uma grande “flexibilidade” da produção sem ter de admitir mais trabalhadores; passando ainda pela falsidade da ideia de que os altos e baixos da produtividade são da exclusiva responsabilidade dos trabalhadores; e terminando nas evidentes inspirações que a palestra soarista bebeu no programa do CDS. Resumindo, o discurso da aparente firmeza é também o da evidente impotência. Um discurso que os trabalhadores socialistas serão os primeiros a rejeitar. Um discurso que não faz mais do que anunciar uma crise de poder a mais ou menos breve prazo. Portugal não será o Chile entre outras coisas porque Soares não é Allende. Quando muito, será posto na prateleira, como Frei, cujo papel histórico é bem mais próximo do seu.

Entretanto, a luta de classes seguirá o seu curso. O socialismo, palavra que Soares nem pronunciou, continuará a ser a esperança e o projecto dos trabalhadores portugueses, a começar pelos próprios trabalhadores socialistas. Por esse objectivo, eles continuarão a lutar contra ventos e marés. Infelizmente, paradoxalmente, contra o próprio partido “socialista”.

13/9/76

CHEGOU A HORA DO ASSALTO À CONSTITUIÇÃO

[*Gazeta da Semana*, 14 Out. 1976]⁴⁴

Estava previsto. Já se sabia que, a dado momento, os partidos e forças de direita iniciariam o assalto a uma Constituição que pelo menos um deles (o CDS) nem sequer aprovou. Dissemos aqui algumas vezes que a defesa da Constituição está longe de constituir o campo privilegiado ou decisivo da luta dos trabalhadores. É óbvio. Mas também nestas páginas se referiu (o que nem sempre foi bem acolhido...) que, dado o contexto político em que a Constituição foi, em boa parcela, elaborada, nela se consagram diversas conquistas realizadas; e que isso não é de somenos importância, já que a anulação dessas conquistas obrigaria a burguesia, quando as quisesse frontalmente atacar, a violar a própria “lei fundamental” que diz, ao mesmo tempo, ser a pedra basilar da democracia que jura querer construir...

DOIS MESES DEPOIS

Talvez não se pensasse, contudo, que tal investida pudesse vir a iniciar-se escassos dois meses após a entrada em funções do governo PS (que justamente gosta tanto de se auto-designar de “governo constitucional”...). Isto só foi possível, aliás, pela política descaradamente direitista desse mesmo Governo, e mais: porque foi ele o primeiro a “interpretar” a Constituição com uma largueza tal que passa claramente as raia da constitucionalidade. Referimo-nos à variada legislação de trabalho aprovada em Conselho de Ministros sem dar cavaco a ninguém, e à restante legislação, para a qual foram dados 15 dias (!) aos trabalhadores a fim de que emitissem sugestões... Ora ninguém duvida de que, quando a Constituição atribui às Comissões de Trabalhadores (Artº 56, alínea d) e às associações sindicais (Artº 58, nº 2, alínea a) o direito de “participar na elaboração da legislação do trabalho”, não é propriamente de tais processos que se está a tratar...

GOVERNO DÁ O EXEMPLO

Uma vez mais, portanto, o governo PS abriu o necessário caminho à direita, tal como na questão das desocupações. E daí que o assalto tenha começado desde já, ao mesmo tempo que se multiplicam os ataques ao próprio governo (excluído o “ídolo” Cardia!) que prossegue impassível a caminho do abismo, como se nada fosse. E no entanto é claro que

⁴⁴ *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, nº 24 (14 Out. 1976), p. 3.

numerosas “cúpulas” do PS o não estão fazendo inadvertidamente: Já assumiram a tese da “democracia musculada” e já perceberam que sozinhos não vão lá. Procuram, assim, ganhar o ascendente necessário dentro do partido, antes do próximo congresso, de forma a fazer-lhe “engolir” a aliança aberta com a direita como um facto consumado ou, pelo menos, sem alternativa.

“PIDES” E REFORMA AGRÁRIA

Mas passemos brevemente em revista em que consistiram então os primeiros e recentes ataques não disfarçados à Constituição. Os dois mais concretos são, evidentemente, por um lado a questão da Lei 8/75 de incriminação da PIDE, que um tribunal militar esta semana declarou inconstitucional: quando se sabe que, sem essa lei, não há julgamento possível dos pides e que a própria Constituição explicitamente a menciona! E, por outro, o projecto de lei apresentado pelo CDS à Assembleia da República visando “suspender” a aplicação da chamada Lei da Reforma Agrária, clara provocação no momento exacto em que Lopes Cardoso se compromete a prosseguir rapidamente as expropriações, e ao mesmo tempo “teste” à duvidosa coesão do PS em torno daquele ministro...

Entretanto, o plenário da CAP, no passado domingo em Rio Maior, como que “por coincidência”, reclama igualmente a suspensão daquela lei e mais, a do arrendamento rural. E faz marchas de protesto. E ameaça o governo. E utiliza uma argumentação que serve imediatamente para pôr em causa todas as nacionalizações: “uma lei não regulamentada não está em vigor, logo, a sua aplicação é ilegal”, isto a propósito das indemnizações, quando a Constituição vai ao ponto de dizer, no Artº 82º, “a Lei pode determinar que as expropriações de latifundiários e de grandes proprietários e empresários ou accionistas não dêem lugar a qualquer indemnização”...

A SEGUIR: NACIONALIZAÇÕES?

O CDS, pelo seu lado, como “partido responsável” e portanto, obrigado a usar de maiores subtilezas que os exaltados fascistóides da CAP, num comunicado do passado dia 8, depois de elogiar muito as disposições do governo quanto à “liberalização” dos despedimentos e outras medidas de combate à “generalizada indisciplina do trabalho”, critica-o por não proceder à “desocupação” imediata do que chama “empresas ocupadas” e, por fim, diz o seguinte: “O governo não explica por que não resolveu adoptar regimes diferentes para a contratação colectiva do sector público e nacionalizado e do sector privado. Ao fazê-lo, porém, o governo denuncia implicitamente o seu pessimismo pelo futuro do sector da economia cuja gestão está a seu cargo”. O

mesmo é dizer: quanto ao sector nacionalizado, voltaremos à carga. Que importa que a Constituição diga que as nacionalizações “são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras”?

Em resumo, e como começámos, parece claro que se está no momento em que arranca o “assalto” à Constituição. Quanto à Comissão Constitucional, nem se ouve falar dela: só se sabe que ainda não está “operacional”.

Ainda virá a tempo?

Conferência sobre economia portuguesa

AMERICANOS PASSAM RASTEIRA AO PS

(AJUDADOS POR “VELHOS CONHECIDOS” DO 24 DE ABRIL)

[*Gazeta da Semana*, 21 Out. 1976]⁴⁵

Na sua única intervenção em toda a conferência, logo na sessão de abertura, o prof. Pereira de Moura, após lembrar a intervenção em seu favor dos economistas do MIT, na sequência do caso da capela do Rato (ainda que sem o explicitar), alertou para os riscos de que este grande “concílio”, que de qualquer modo seria sempre visto do exterior como uma reunião de “elites”, pudesse, mais do que isso, vir a ser considerado como uma ingerência estrangeira – mais precisamente americana – em assuntos portugueses, no momento em que a indignação é geral contra a mais recente dessas “intervensões” (referia-se obviamente às descaradas declarações de Ford no último debate eleitoral, que citamos noutra local). Infelizmente, os riscos eram reais e confirmaram-se.

Já no fim da conferência, o inglês Stuart Holland espantava-se que se tivessem passado dois dias a discutir os problemas portugueses “como se nunca tivesse havido 25 de Abril de 74 e também como se, a partir de 1973, o capitalismo internacional não tivesse entrado numa crise de que ainda não recuperou”. E constatava que, no fim de contas, o que os grandes mestres americanos vieram fazer a Portugal foi recomendar-lhe a “desacreditada política inglesa” que tem tido os desastrosos resultados que se conhecem. Não era caso para se admirar tanto (ele aliás fê-lo ironicamente): esses grandes mestres, ao pretender tratar a economia portuguesa como um “objectivo científico” abstracto, não podiam mais do que, consciente ou inconscientemente (veremos que há razões para supor que a primeira hipótese é a mais plausível), tirar as conclusões que “interessam” ao sistema capitalista mundial. E ao Fundo Monetário Internacional (logo, aos Estados Unidos), em particular. E às forças internas que pretendem revitalizar o capitalismo português – muito em particular.

O mesmo é dizer que a política só aparentemente esteve ausente da Gulbenkian...

ONDE ESTAVAM AS “CABEÇAS” DO PS?

Eram umas centenas os participantes. Na sua esmagadora maioria economistas ou técnicos ligados aos problemas económicos. Só de os ver – e alguns “fantasmas do passado” não os víamos há muito – surgiu-nos logo à mente a evidência de que não pode

⁴⁵ *Gazeta da Semana*, n.º 25 (21 Out. 1976), p. 7.

ter sido, nem continua a ser, por falta de competência técnica em economia que a situação portuguesa chegou ao ponto crítico em que se encontra. Mesmo descontando as incompetências mais evidentes ou mais escondidas, era patente a abundância de gente qualificada, das mais diversas escolas ou matizes políticos. Isto só por si deveria ser, na sua simplicidade, suficiente para demonstrar que são razões políticas as que determinaram a crise, e bem assim as que a alimentam. E que, portanto, não serão malabarismos técnicos que poderão dar-lhe solução. Mais cruamente: que a crise é eminentemente política, e só subsidiariamente económica.

Curiosamente, ou talvez não, toda esta enorme massa de matéria cinzenta se entregou humildemente às propostas dos oráculos de além-Atlântico, e não abriu o bico. É uma pura mentira o que disseram numerosos jornais, ao referir uma larga participação e um vigoroso debate. Foi coisa que não existiu. Bastará citar como exemplo significativo o facto de, na sessão especializada dedicada a “política de instrumentos” – questão que parecia de vital importância, ou não será? –, com a sala ultra-esgotada, não ter havido *uma única* inscrição para debate, após as comunicações asseguradas pela organização. E o próprio Vítor Constâncio, que estava anunciado como “comentador oficial”, não apareceu.

Isto foi, aliás, a regra: escassíssimo debate, pouquíssimas intervenções, em particular de portugueses. Foi sobretudo notória a ausência das famosas “cabeças” de que em tempos se vangloriava Mário Soares: as posições socialistas, hoje as posições do governo, em matéria económica e financeira, não se ouviram, se excluirmos a única intervenção de V. Constâncio. E foi também espectacular o silêncio do Banco de Portugal face ao tema, que veio a ser central, da conferência: a desvalorização do escudo. No entanto, estavam presentes o próprio governador, Silva Lopes (que fazia parte da organização e se sabe ser contrário à desvalorização) e numerosos técnicos do Banco.

OS TENORES DO PASSADO

Quanto aos economistas “à esquerda do PS” que por lá andavam, e não eram poucos, também não registámos uma única intervenção, para além da de Pereira de Moura. Compreende-se, dado o claro pendor direitista da Conferência, que se tenham refugiado no silêncio de “quem não tem nada a ver com aquilo”. Mas resta saber se esta defensiva, que não é mais do que o reflexo da posição destes sectores em termos da relação das forças políticas actual, terá sido a mais aconselhável.

Assim foi possível que o essencial do “diálogo a que se assistiu tenha tido por tenores, da parte portuguesa, nomes como: Alfredo de Sousa, Xavier Pintado, Costa André (!),

Salgueiro, Pitta e Cunha, etc., etc. Ao ponto de se ouvir Costa André (secretário do tesouro de Salazar, secretário da Educação de Caetano, a quem se deve a iniciativa dos vigilantes na Universidade) defender a política salazarista com todo o à-vontade! Face a isto, apenas a ironia mordaz de dois economistas da ala esquerda trabalhista britânica, e um ou outro alerta do sueco Lundberg e a afirmação medida do engº. Cravinho de que “muitas das propostas feitas durante a Conferência não são compatíveis com o “quadro constitucional” (referindo-se, em particular, às que visam dar o papel motor à iniciativa privada).

NOS BASTIDORES DA DESVALORIZAÇÃO

Como já apontávamos na nota do nosso número anterior, não eram raros os que, perante a intransigente defesa da desvalorização do escudo por parte dos técnicos americanos do MIT, se interrogavam sobre o papel que o Fundo Monetário Internacional terá desempenhado nos bastidores da conferência. E citava-se até o caso estranho de um dos professores do MIT que mais ferozmente defendeu a desvalorização, manifestar em privado as suas reservas quanto à eficácia de tal medida apoiado no exemplo de países em situação semelhante... Também é notório que, no seu relatório de Dezembro de 75, os mesmos senhores de nenhum modo tenham sublinhado esse ponto, e só agora lhes tenha dado este zelo desvalorizador. Entretanto, sabe-se que desde o início das negociações entre Portugal e aquele organismo, para a utilização pelo nosso país das facilidades em divisas que por direito lhe cabem, a questão da desvalorização como parte de uma “política de estabilização” foi sempre um cavalo de batalha do FMI. Resta acrescentar, para quem não saiba, que o FMI é, juntamente com o Banco Mundial, uma das pontas-de-lança fundamentais da dominação imperialista americana sobre os países do “sistema”.

Mas vejamos. Pode a discussão sobre a desvalorização ser limitada ao domínio “técnico”? Mais precisamente então: o que é uma desvalorização e quais os seus efeitos?

Quando um país acumula sucessivos saldos negativos nas contas exteriores, persistindo em comprar no estrangeiro um volume (valor) de mercadorias e serviços muito superior aquele que, em contrapartida, pode exportar, indo assim esgotando gradualmente as reservas de meios de pagamento (divisas de que dispõe), é clássico recomendar-se uma desvalorização. Com esta consegue-se que os preços dos bens exportados baixem no mercado internacional, e espera-se portanto que aumentem as exportações. Inversamente, o preço dos bens importados aumentará e igualmente se espera que se reduzam paralelamente as importações. Assim se reduzirá, de uma maneira

aparentemente fácil e cómoda, e sem medidas directamente restritivas, o referido saldo negativo das contas exteriores.

O QUE NOS PROMETE A DESVALORIZAÇÃO

Que efeitos tem a desvalorização, colocando-nos desde já no caso português, e na hipótese defendida pelos americanos de uma taxa de 30% (como *mínimo*)? segundo as próprias palavras do prof. Taylor “a curto prazo a desvalorização será inflacionista, redistribuirá os rendimentos num sentido favorável aos lucros (logo, desfavorável aos assalariados – JMP) e os seus efeitos no estímulo às exportações pode não ser imediato.” De facto, dada a composição das nossas exportações e importações, o efeito dos aumentos de preços dos produtos importados será muito mais rápido do que o efeito sobre as exportações. Em resumo, e para encurtar, o que nos prometeria uma desvalorização, para o ano de 1977, e *segundo os cálculos apresentados*, seria: uma inflação da ordem dos 25 por cento, uma baixa de poder de compra dos salários da ordem dos 6 por cento, um aumento de exportações de apenas 8 por cento, mantendo-se as importações ao mesmo nível. Isto só *devido à desvalorização*. Mas como a desvalorização é apenas um aspecto da “política” preconizada e, mesmo sem ela, já estão sendo aplicadas sobretaxas às importações, já estão sendo aumentados numerosos preços (por equilíbrio financeiro de empresas e serviços públicos em particular), etc., etc., tudo isto somado leva-nos a pensar que a inflação poderá ir além dos 35 por cento (se não mesmo mais) e, com tudo isso e mais os aumentos de impostos, de descontos para a Previdência, a redução do poder de compra atingir bem mais de 15 por cento. Quanto às exportações, foi assinalado quer por Vítor Constâncio quer pelo inglês Holland, que não convém ser demasiado optimista (coisa que os americanos nem sequer são: diria B. Balassa a propósito que “se vocês pensam com a desvalorização aumentar as exportações de 8 por cento, então é melhor não pensar nisso...”). Com efeito, não só a análise parcelar das nossas exportações por países, como a própria situação ainda depressiva desses mercados, como ainda uma apreciação mais profunda da “crise” capitalista leva a essa conclusão. Diria por exemplo Stuart Holland: “Nos últimos anos a libra já desvalorizou em relação ao marco alemão mais de 60 por cento. Quando seria de esperar que as exportações inglesas para a Alemanha tivessem substancialmente aumentado, e baixado as importações, foi precisamente o contrário que se deu!”

A estes efeitos acrescentamos, pela nossa parte e porque ninguém se preocupou com a questão (!!), um outro altamente provável a curto prazo: o aumento do desemprego. De

facto, em todos os sectores produzindo bens ou serviços para o mercado interno (para não ir mais longe) a procura ver-se-ia fortemente reduzida, sendo de prever aquela consequência, aliás corrente nas “políticas de estabilização” clássicas (v. o exemplo chileno, que demos no nosso penúltimo número).

UM TESTE POLÍTICO

Isto tudo para chegarmos onde? Que uma desvalorização neste momento em Portugal, dadas as grandes dúvidas sobre a sua eficácia técnica, é, sobretudo, um grande teste *político*. Com efeito, é uma medida que simultaneamente reforçará o sector privado da economia e lhe dará novo alento, enquanto imporá aos trabalhadores uma sensível redução do seu salário *real*. Logo, exigirá um poder político forte e capaz de manter a “disciplina social”. Neste aspecto, ninguém mais claro do que Costa André: “Se não houver estabilidade social, pode desvalorizar-se 30 por cento ou 100 por cento, que isso não terá efeitos na viabilização da economia”. E Pitta e Cunha preferiria mesmo outras soluções na previsão de que a desvalorização brusca poderá, entre outras coisas, desencadear um processo reivindicativo incontrolável, a que aliás chamou pelo seu nome: luta de classes.

Ao querer impor, nestas condições, uma desvalorização, na realidade o que se está a procurar impor é um poder político forte, que demonstre aos credores internacionais ser capaz de manter a ordem em casa. O prof. Taylor avisa: “Muito antes que as reservas tenham descido a zero e que o custo dos financiamentos externos tenha subido em flecha, serão forçadas pelo exterior medidas deflacionárias drásticas, a não ser que cesse a presente inacção”. Por outras palavras: se o PS não se decide a agir, que venham outros... O que apenas ilustra terem-se confirmado os temores do prof. Moura quanto ao “intervencionismo externo” desta conferência.

“GOVERNO FORTE”: ANTES OU DEPOIS?

Assinale-se que entre os sectores da direita pareceu não reinar a unanimidade absoluta. Dir-se-ia que uns pretendem “empurrar” o governo para a desvalorização, o que por um lado apressaria a queda e deixaria o “trabalho” feito para o que vier em seguida. E que outros temem que a “falta de pulso” do governo possa permitir que, na sequência dos efeitos da desvalorização, as massas trabalhadoras e os sectores políticos de esquerda ganhem um dinamismo que volte a pôr em causa a actual correlação de forças. Segundo estes, primeiro um “governo forte”, e só depois a desvalorização.

Entretanto, sectores ligados ao PS asseguram-nos que o governo foi totalmente surpreendido com este ataque em forma e que, provavelmente, não terá outra saída que não seja ... desvalorizar. De facto, ao tornar-se conhecida internacionalmente a pressão de tão eminentes “analistas”, a expectativa gerada poderá produzir um rápido agravamento do défice – os emigrantes, aconselhados pelos bancos, reterão as remessas; os importadores estrangeiros reterão os pagamentos dos nossos produtos, etc. – e não deixar alternativas.

Para ajudar, o comentarista do *Jornal Novo* recordava, com base em elementos relativos às desvalorizações do pós-guerra, que um governo que desvaloriza vê duplicarem as probabilidades de “cair” a curto prazo...

CONFERÊNCIA SOBRE ECONOMIA PORTUGUESA (1): CONSELHOS DE AMIGO:

- **AMERICANOS: NÃO À CONSTITUIÇÃO!**
- **ALEMÃES: NÃO AO MERCADO COMUM!**

[*Gazeta da Semana*, 28 Out. 1976]⁴⁶

Enquanto o Prof. Moura sublinhava que “não podemos confiar no investimento privado: falhou no passado, não há razão para admitir que não falhará de novo no futuro”; enquanto o inglês Holland assinalava que, em particular no caso português, “só um forte sector público e cooperativo poderá conduzir a uma recuperação económica”; enquanto o inglês Goodwin insistia em que não é socialmente aceitável “separar os problemas da balança de pagamentos, do desemprego e da inflação” e que “não deveria ser impossível a um país orientado para o socialismo enfrentá-los em conjunto!” – enquanto tais vozes, nem sequer particularmente ousadas, eram “arquivadas” sem contemplações, o coro generalizado em favor da iniciativa privada e das suas virtudes dava o tom geral às principais intervenções, muito em especial às de além-Atlântico.

Tão forte era mesmo tal coro, junto com o da “desvalorização, já!”, que mal se deu por uma comunicação inesperada, do único alemão presente, em que demonstrava exaustivamente os inconvenientes, quer para Portugal, quer para o Mercado Comum, de uma eventual “integração europeia” do nosso país. E veremos de seguida que o homem não era propriamente um académico nem um estagiário desconhecido...

O PRIMEIRO ESTADO VERDADEIRAMENTE LIBERAL

O prof. Bela Balassa, americano, consultor do Banco Mundial, não ignora por certo a Constituição Portuguesa. Seria impensável, sabendo que se preocupa com a nossa legislação ao ponto de analisar decretos e citar artigos “que deviam ser revistos”. É óbvio, isso sim, que a quis ignorar deliberadamente. Está no seu direito. Acontece, porém, que quando seria natural que se levantassem vozes a chamá-lo à pedra – nada disso. Foi mesmo uma das vedetas mais escutadas e só a intervenção final do eng. Cravinho (que referimos no artigo anterior), lhe veio trazer um suficiente contraponto. Mas em que “violou” o homem afinal o nosso “texto sagrado”? Vejamos o seu raciocínio simples. Portugal tem um mercado interno muito escasso: pouca gente e com pouco

⁴⁶ *Gazeta da Semana*. Nacional, nº 26 (28 Out. 1976), p. 8.

poder de compra. Em tais condições o sector industrial, motor incontestado do desenvolvimento, tem de se orientar decididamente para a exportação. Só assim as empresas poderão ter a dimensão necessária para competir no mercado internacional, e no nacional com as empresas estrangeiras. Como sucede que em Portugal, por tal sinal, o capital privado continua a assegurar mais de 90 por cento das exportações e, por felicidade, aí se incluem justamente aqueles sectores industriais que o prof. considera mais aptos a incrementar as exportações – a conclusão é lógica: toda a força à iniciativa privada! A voz do prof. parecia chegar-nos das profundezas dos séculos XVIII ou XIX, tal a sua fé ilimitada nas virtudes da concorrência perfeita, do livre-câmbio e do Estado liberal. Protecționismos, restrições, controlos de preços, entraves à livre iniciativa – tudo aberrações que afectam a “racionalidade natural do sistema”. Empresas públicas, plenamente – isso então nem se fala! Imagine-se então a partir daqui, as propostas para a situação portuguesa: banir a ideia de substituição de importações, restituir ao lucro privado o seu papel de incentivo primordial das decisões económicas, liberalizar o controlo de preços, eliminar as distorções de preços causadas pelas tarifas protecționistas, limitar as intervenções do Estado no sector privado (refere o Decreto 422-76, que substitui o excomungado 660-74, como ainda muito desencorajador, e alerta para a acção nefasta que pode ter o Instituto das Participações do Estado), disciplinar as relações de trabalho (limitar o papel das CT, estabelecer mecanismos de arbitragem para evitar greves, liberalizar os despedimentos, etc.), encorajar a concentração industrial, cessar a assistência financeira a empresas inviáveis, facilitar créditos ao sector privado, rever o Código de Investimento Estrangeiro *naqueles pontos em que os potenciais investidores têm reclamado* (nomeadamente o uso da língua portuguesa nos contratos, e ausência de garantias contra a acção das CT!!), incentivar o investimento por meio de isenções fiscais, etc., etc., etc.

Em resumo, tornar Portugal o *único* país verdadeiramente liberal do Mundo. Se o partido no governo se chama socialista, se a Constituição se orienta “para o socialismo” – muda-se o governo, muda-se a Constituição!

RECUPERAR UMA PEÇA DESGOVERNADA

Desde o primeiro dia o tema central da Conferência foi enunciado pelo prof. Eckaus: “Em 1973 a economia portuguesa, dum ponto de vista dos equilíbrios globais, era viável. Em 1976, face aos desequilíbrios existentes, a economia portuguesa *deixou de ser viável*, pelo

que as políticas económicas seguidas até aqui não podem ser mantidas. Que fazer?” E, a certa altura, face a críticas feitas ao seu precioso relatório, um dos jovens economistas do MIT, exclamava em quase desespero: “Na situação da economia portuguesa *something must be done* (tem de se fazer qualquer coisa)!”.

Consciente ou inconscientemente (a tal ponto a ideologia está interiorizada e *impede* que se saia fora dos quadros “normais” de raciocínio) a economia portuguesa foi tratada por toda esta brilhante companhia do ponto de vista exclusivo do sistema capitalista mundial. Tudo se passou como no caso de uma grande máquina, muito complexa, em que uma peça se soltasse e andasse lá por dentro desgovernada. A máquina não parou mas, de qualquer modo, a insignificante função que a peça desempenhava deixou de ser executada e, sobretudo, o facto de andar por lá aos tombos pode ser uma ameaça séria ao funcionamento normal da máquina. Daí que se façam todos os esforços para recuperar a peça, ainda que, dadas as dificuldades de acesso ao interior da máquina, já só seja certamente possível orientá-la de fora para *outro ponto* da máquina onde eventualmente poderá desempenhar *outra função* ou, pelo menos, não pôr em causa a segurança do sistema. Também Portugal, durante dois anos, se soltou (relativamente) da máquina capitalista, sobretudo no sentido em que deixou de respeitar os seus “equilíbrios” normais. Como porém não pôde (não vamos aqui analisar porquê) sair *para fora* da máquina, ficou lá dentro, desgovernado. Do que se tratou, pois, nesta conferência, foi de ver, *como recuperar* esta peça e, principalmente, que *novo lugar* atribuir-lhe no funcionamento da máquina (ou seja, na “divisão internacional do trabalho”). É de novo Balassa quem diz a palavra clara e definitiva: “Portugal tem de encontrar uma posição média entre as indústrias altamente capital-intensivas e tecnologicamente avançadas dos países europeus desenvolvidos e as indústrias intensivas em trabalho não-qualificado dos países da Convenção de Lomé e da África do Norte que podem exportar bens manufacturados sem direitos para o Mercado Comum. Apesar dos recentes aumentos em salários e encargos sociais, os custos da mão-de-obra em Portugal estão substancialmente abaixo dos praticados nos países europeus desenvolvidos, embora excedendo consideravelmente os dos países africanos”. Na opinião do sr. Balassa, esta posição intermédia corresponderá, segundo este critério, a escalões “mais qualificados” de produção nas indústrias portuguesas de exportação tradicionais (p. ex.: confecções mais elaboradas) e numerosas produções metalomecânicas (p. ex.: por subcontrato das grandes empresas europeias). Mas isto deve ser entendido como puras “impressões”, não se vá suspeitar de intervencionismo

daquele prof.: na realidade, serão os próprios investidores, incentivados pelas perspectivas de lucro, que saberão (?) encontrar as indústrias viáveis e competitivas. Escusado será dizer que o planeamento só poderia empatar este esquema. Embora marcando as suas distâncias em relação ao liberalismo balassiano desenfreado, o prof. (Eckaus) não deixou, pela sua parte, de pintar o mais negro quadro quanto ao resultado das experiências de planificação económica, após a II Guerra Mundial, sobretudo nos chamados “países em vias de desenvolvimento”: a falta de técnicos, o irrealismo dos objectivos, as estratégias erradas, as “crises” que não era possível “prever”, etc., etc. Só se esqueceu de referir que tais falhanços terão algo que ver com a efectiva impossibilidade de compatibilizar uma planificação eficaz com os mecanismos capitalistas e, sobretudo, com a dominação imperialista que, só por si, *bloqueia o desenvolvimento* sem remissão... E tanto mais, quanto mais a economia se encontra aberta ao comércio internacional – contrariamente ao que afirma o sr. Balassa.

“O MEU AMIGO WILLY BRANDT”

Falta a questão da integração europeia. Aí houve uma ligeira divergência, mas ninguém deu por ela. Balassa, naturalmente, só vê vantagens, como em tudo o que seja deitar abaixo barreiras alfandegárias. Mas eis senão quando surge, muito discreto e como quem não quer a coisa, um senhor de nome Christian Heimpel, credenciado como economista do Instituto Alemão de Desenvolvimento. Pois bem, este senhor *não foi convidado pela organização da conferência*. Foi o próprio governo alemão quem o mandou. E o que ele veio fazer nega a afirmação do correspondente do *Expresso*, publicada no seu último número, de que o governo alemão seria o único do Mercado Comum a patrocinar a candidatura portuguesa. Ele veio justamente precisar que nem mesmo “o meu amigo Willy Brandt” apoia Soares nessa diligência. A sua convicção coloca-se na perspectiva não da integração de Portugal apenas, mas na integração de Portugal, Espanha e Grécia, já que umas arrastarão as outras. Em resumo, sustenta duas teses: 1) A integração dos três países torna mais difícil a alteração das suas estruturas económicas globais, já que impõe uma rápida modernização do sector agrícola, que não só exige investimentos que vão absorver recursos necessários para o desenvolvimento industrial, como vai “libertar” muitos trabalhadores que justamente deveriam ser ocupados pela indústria, a qual, pelo seu lado, também estará (por pressão da integração europeia) a tornar-se cada vez mais capital-intensiva e, portanto, a absorver cada vez menos trabalhadores. 2) A integração

dos três países, ao tornar a Comunidade auto-suficiente em numerosos produtos agrícolas, poria em causa a sua política relativamente a terceiros países. Citamos:

“Isto poderia conduzir a um conflito entre o alargamento da Comunidade e a sua estratégia global face à área mediterrânea” (nomeadamente os países árabes). E pior ainda se a Comunidade ainda tiver – como passará a ter – alguns excedentes para exportar. Tais conflitos recairão, segundo o autor, sobre a unidade da própria Comunidade. Se falar de conflitos internos que o levam a dizer: “Já tivemos um exemplo de *guerra dos vinhos* entre a França e a Itália. Uma guerra de vinhos, não entre dois mas entre cinco países, poderia pôr em perigo a própria existência da “Política Agrícola Comum”, um dos pilares da Comunidade Europeia.

Por aqui se vê quanto é escasso o entusiasmo alemão face à candidatura portuguesa. De outra maneira: amigos, amigos, negócios à parte. Coisa de que o PS já se deve ter apercebido face às recentes pressões alemãs no sentido da restituição das propriedades aos seus súbditos expropriados na área da Reforma Agrária. Parece mesmo que terão feito ameaças, no campo do “auxílio financeiro”... E que este não será um dos pontos de menor importância no que toca a “divergências” ao nível do Secretariado Nacional do PS.

VENHAM OUTROS!

Não é necessário acrescentar mais para compreender que esta conferência foi a da mão estendida ao filho pródigo: o sistema capitalista mundial “esquecerá tudo” e acolherá de novo esta desgarrada ovelha no seu seio desde que esta volte a respeitar as regras estabelecidas. Uma espécie de Associação de Pais veio cá recordar essas regras e encontrou os ouvidos atentos de alguns filhos obedientes do passado que se mostraram naturalmente dispostos a voltar a obedecer no futuro.

Pela nossa parte, apenas confirmámos o que já antes sabíamos: que não é por estar na Constituição que se vai em direcção ao socialismo, nem por estar no governo um Partido Socialista, que se conseguirá evitar uma cada vez maior integração no sistema capitalista, uma cada vez maior dependência de centros de decisão estrangeiros.

Ter-se-á notado aliás, ao longo destes dois artigos, que muitas das medidas aconselhadas para Portugal já estão a ser tomadas pelo governo PS. Simplesmente, enganar-se-ão muito os socialistas que pensam que podem ficar a “meio caminho”. Uma das expressões mais usadas na conferência foi a de *package policy*, ou seja aproximadamente, “um política de conjunto”. Isto queria dizer que Portugal só se “salvará” (leia-se só

reencontrará o seu lugar no sistema) se tomar um conjunto completo e coerente de medidas, e não apenas uma ou outra que o governo ache ter força política para impor. Os Andrés, os Pintados, os Sousas, os Salgueiros também sabem que é assim – e por isso aguardam, enquanto as CAPs, as CIPs e outros vão fazendo o trabalho de sapa.

Enfim, e ainda que talvez fale mais a revolta do que a necessidade, ficou-nos uma grande fome de *outra* conferência em que os convidados se chamassem Bettelheim, Samir Amin, Mandel, Gunder Frank, Gutelman, Chonchol, Furtado, Basso, e muitos outros. Uma conferência em que os Holland, Goodwin, Lundberg fossem os mais conservadores dos presentes. Uma conferência em que os economistas portugueses efectivamente interessados no socialismo se não sentissem inibidos ou marginalizados e fossem, pelo contrário, eles, e não os estrangeiros, os protagonistas.

Uma conferência onde reinasse a imaginação e a inovação. Onde, com a presença dos próprios trabalhadores, fossem analisadas muitas soluções experimentadas, discutidos êxitos e fracassos. Talvez que os economistas do PS voltassem a não estar presentes: o que voltaria a ser significativo...

CONGRESSO DO PS

ERGUER O PUNHO ESQUERDO... E AGIR COM O DIREITO

[*Gazeta da Semana*, 4 Nov.1976]⁴⁷

Uma das mais curiosas obsessões revelada pelos sectores mais “conservadores” do PS neste Congresso foi a da vigilância rigorosa quanto ao braço que os militantes erguiam, de punho fechado, quando era caso de fazerem a saudação. Parecia que toda a pureza dos princípios socialistas, vinda do fundo da grande solidariedade proletária, se via violada por todo quanto se enganasse em tal matéria: um socialista digno desse nome e do seu Partido, ergue o punho esquerdo, não o direito! Num Congresso que, segundo Mário Soares, deveria levantar todos os equívocos e ambiguidades que ainda pudessem subsistir dentro do Partido, este pormenor adquire um significado considerável. É que, ao mesmo tempo que se era intransigente quanto ao braço esquerdo, era-se bem pouco exigente quanto à discussão política das divergências, nomeadamente no que toca à política de governo.

Contrariamente ao que seria de esperar, não houve qualquer discussão séria sobre a política educacional, a política de informação, a política de trabalho, a política externa e nem sequer quanto à política económica! Como a não houve também quanto às questões de organização interna, que só transpareceram nas intervenções de apresentação da lista que surgiu por oposição (embora tal expressão fosse recusada pelos seus autores) à dos “grandes nomes”, encabeçada por Soares.

Em resumo: erguer o punho *esquerdo* e apoiar cegamente, e em bloco, o governo. Este saberá *usar* o punho direito, e não se tem escusado a fazê-lo, ao redigir os seus decretos.

OS ÚLTIMOS A SABER

Não se deduza que foi um Congresso “morno”. Pelo contrário, houve intervenções acutilantes, e mesmo exaltadas, de muitos oradores. Mas tal energia era aplicada em questões pontuais, ainda que importantes. Por exemplo, a lei dos despedimentos foi violentamente atacada por vários militantes do sector sindical. Cardia foi atacado pela sua posição no caso da Revisão Constitucional, por fazer uma política de restrição no acesso ao ensino, por uma política considerada “anti-democrática” e “anti-socialista” no

⁴⁷ *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, nº 27 (4 Nov.1976), p. 3-4.

seu ministério: “Quando toda a direita deste país aplaude um ministro *socialista*, e toda a esquerda o critica, ele deveria interrogar-se...”. Houve quem perguntasse: porque perdemos o eleitorado alentejano? Porque temos pouca implantação nos sindicatos operários? Porque não se tem feito qualquer formação política? Porque se promovem a ministros certos responsáveis por graves distorções ao Programa do Partido (referindo explicitamente a política externa, que estava determinado ser de desvinculação dos blocos militares)? E ainda: porque são os militantes de base sempre os “últimos a saber” das decisões importantes do Partido, enquanto governo?

Mas a estas perguntas e a estas inquietações, que tinham o defeito ou de personalizar demasiado as questões, ou de não ser enquadradas numa *política alternativa*, era invariavelmente respondido que “se queremos o socialismo amanhã, temos de consolidar a democracia e para isso conseguir a estabilidade económica”, “que não se pode apoiar um ministro e não apoiar outros porque a política do governo é um todo coerente que há que apoiar em bloco”, “que se o governo cair, virá uma ditadura militar, talvez com ares de esquerda, mas que acabará por ser de direita”, enfim, traduzido por miúdos, que “é pegar ou largar, se não querem que Lisboa seja Santiago do Chile”!

NÃO AO “SERRISMO”!

Era evidente que a fuga à discussão aberta das questões políticas cruciais tinha por pano de fundo o espectro da cisão, em que, finalmente, ninguém estava interessado – ainda que uns quantos, e não dos mais desconhecidos, muito tivessem feito por isso em vésperas do Congresso, ao pretender marginalizar e calar as “estruturas de trabalho” do partido. O pobre e ridículo bode expiatório desta questão foi o “capitalista” (entenda-se: director da *Capital*...) Sousa Tavares, premiado com a maior vaia do Congresso, e que, muito disciplinadamente, fez de conta que tudo não passava de uma iniciativa sua, homem fogoso entre os que o são...

Isto foi claro quando, revelada por Mário Soares a impossibilidade de um acordo quanto a uma lista única para a Comissão Nacional do Partido (sem que se tenha vindo a saber porquê...), se passou à apresentação das listas por militantes indigitados para cada uma delas. Os componentes da lista B (ligados ao sector sindical e de base) fizeram todos questão de salientar que se não tratava de uma lista de oposição ao secretário-geral, explicitando mesmo um deles que tal lista não significava “o renascimento do serrismo no nosso Partido”. Mas, apesar de tudo, pareceu claro que o ponto quente das divergências terá sido a representação das “estruturas de trabalho”, isto é, dos sectores ligados aos militantes de base, na Comissão Nacional. E, principalmente, o destino que a

tais estruturas era reservado no projecto de novos Estatutos: “na proposta de Estatutos, a estrutura de trabalho aparece diluída ou desaparece mesmo completamente dentro da estrutura do Partido”, segundo um dos oradores da lista B, o que foi insistentemente repetido pelos restantes.

Esta, no fim de contas, foi a grande questão política que se levantou no Congresso. Ou seja, um aparelho partidário que obsessivamente fala do “maior partido dos trabalhadores”, e que pretende marginalizar esses mesmos trabalhadores, em benefício das *figuras* da burocracia partidária, dos homens públicos que defendem a sua carreira política ou de “grandes gestores”... do capitalismo.

É certo que a lista B obteve duas importantes vitórias: um reforço considerável das suas posições na Comissão Nacional, e a marcação de uma nova sessão do Congresso só para discussão dos Estatutos, após três meses de discussão a todos os níveis do Partido.

Mas não é menos certo que Soares, que cedera ao divisionismo dizendo que “todos os que apoiam o secretário-geral devem votar na lista A” e “sugerindo que sinistras coisas poderiam estar por detrás da lista B”, acabou por, terminada a votação, tirar uma conclusão apressada e pouco encorajadora: “Enfim, a clarificação que desejávamos está feita. Temos uma maioria, temos uma minoria e, democraticamente, esta terá de se submeter àquela. É a maioria quem definirá a linha política do Partido”.

Por outras palavras, como dizíamos na semana passada, a clarificação não está feita. Muito simplesmente porque *não pode* estar.

UM “CARDIA AGRÁRIO”?

A aprovação quase unânime do Relatório de Mário Soares, texto de orientação política muito próximo do da comunicação televisiva de 9 de Setembro (todos os seus ataques vão para a esquerda, mal se refere à escalada da direita, o único ministro elogiado é Cardia) explica-se quer “pela adesão emocional” à pessoa do secretário-geral, mas muito também pela ausência de discussão política já referida. Ele pôde dizer, com razão, que as grandes orientações partidárias não foram objecto de qualquer crítica. E como, sobre a política do governo, não aceita críticas parcelares, pede o apoio em bloco – o que, naturalmente, acaba por decidir os hesitantes.

A moção de política geral, de Reis e Alegre, é um texto de compromisso, que foge às questões de fundo, e tem ao menos a virtude de recomendar “aos Órgãos Directivos do Partido que, com o mesmo vigor com que organizaram a luta contra a aventura gonçalvista e a derrotaram mobilizem agora as energias combativas dos militantes contra

as forças de direita que pretendem liquidar as conquistas do 25 de Abril”. É o texto típico destinado a provocar mais uma esmagadora e ambígua unanimidade.

Mais significativo, e com consequências políticas imprevisíveis de imediato, é o isolamento em que finalmente se quedou Lopes Cardoso. Recusando a opção entre a lista A e a lista B, excluiu-se automaticamente dos órgãos máximos do Partido. Como tal atitude não foi suportada por uma discussão e um voto claro de apoio à sua política no Ministério da Agricultura, é admitir que a sua posição no governo venha a estar em causa. Independentemente das críticas que o *Gazeta* tem feito à sua política de demasiada cedência e conciliação (que se não pode considerar alheia a este isolamento), é óbvio que os trabalhadores agrícolas e a Reforma Agrária nada virão a beneficiar se por acaso ele vier a ser substituído por um qualquer “Cardia agrário”.

Enfim, mais uma vez o PS se “adiou”, e não nos lamentamos por isso. Podemos, ao menos verificar – se o não soubéssemos já – que existem no Partido militantes trabalhadores combativos e conscientes de que a sua função não é ajudar a gerir o capitalismo, nem fechar os olhos à escalada reaccionária. A luta de classes dirá a última palavra.

EM VÉSPERAS DO VIII CONGRESSO:

A AUTOCRÍTICA QUE O PC NÃO FEZ

[*Gazeta da Semana*, 11 Nov. 1976]⁴⁸

“Em muitos aspectos, o nosso sectarismo é tal que, em grande parte, pode ter contribuído para um certo isolamento social e político”

A. Cunhal na Reunião Plenária do Comité Central do PCP, 10 de Agosto de 1975

“ O sectarismo (...) dificultou a aplicação de uma autêntica política de massas, entavou a exploração das dificuldades do inimigo de classe para fortalecer as posições do movimento revolucionário, impediu a conquista das extensas massas proletárias para o Partido Comunista”.

J. Dimitrov, VII Congresso da Internacional Comunista, Agosto de 1935

Em vésperas do VIII Congresso do PCP, não será inútil reflectir um pouco sobre a prática política deste partido, após emergir da clandestinidade, na sequência do 25 de Abril. E fazê-lo no pressuposto, que cremos indiscutível, de que se trata do único “partido de massas” relativamente homogêneo enquanto composição de classe e, dada a natureza desta composição de classe (em larga medida assalariados industriais e rurais), o único de vocação revolucionária com importante expressão nacional. Isto implica, inevitavelmente, que o seu papel e as suas responsabilidades tenham sido determinantes em todo o processo político que decorreu nos últimos dois anos e meio.

O PERÍODO “FRENTISTA”

A avaliação da situação criada com o 25 de Abril levou o PCP a aceitar a sua participação num governo de tipo “Frente Nacional”, similar aos que viram a luz, logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, em França e em Itália, por exemplo. É óbvio que, nessa altura, o PCP não previa que se viesse a desenrolar em Portugal uma profunda crise de tipo “pré-revolucionário” e se propunha pacificamente contribuir para a “consolidação da democracia” burguesa ou, na sua expressão corrente, para a fase da revolução democrática e nacional. Ou, se previa, não estaria interessado – até por eventuais razões de estratégia internacional – em a levar às últimas consequências. Pois é certo que, se

⁴⁸ *Gazeta da Semana*. Nacional, nº 28 (11 Nov. 1976), p. 5.

estivesse, a sua posição como partido “de governo” dificultar-lhe-ia seriamente a função de direcção política do movimento de massas, a dinâmica necessária de formação do “bloco histórico alternativo”, na acepção de Gramsci, não na de Berlinguer...

Até ao 28 de Setembro, o PCP representou de facto um papel bastante similar ao dos seus irmãos francês e italiano em 1945: disciplinar, tanto quanto possível, o ardor reivindicativo dos trabalhadores, em nome da “reconstrução nacional” (entendida aqui não como reconstrução física, mas como reconstrução política, no sentido da “democracia”).

O FALSO BLOCO HISTÓRICO

O período que se situa entre o 28 de Setembro e o 11 de Março é, sem dúvida, o período decisivo para a compreensão de muito do que posteriormente sucedeu. É nessa fase que o movimento popular “explode”, em que descobre a legalidade revolucionária. Nessa fase que se revelam as impotências e as contradições do Poder, frágil governo de coligação que vê as Forças Armadas “atacadas” de luta de classes de alto a baixo, incapaz de repressão – logo de muito duvidosa autoridade. Nessa fase ainda que a grande burguesia monopolista paralise e sabote descaradamente, descrente da autoridade, da segurança e dos favores políticos que suportam o seu domínio como classe e a sua “iniciativa” enquanto motor dos mecanismos capitalistas de acumulação e exploração.

Pois bem, é também nesta fase que o PCP, em lugar de encabeçar o movimento de massas (e como poderia?), envereda decididamente por uma tática “cupulista” aberta que virá a ter, no futuro, dramáticas consequências. Tática essa que se poderia compreender, ainda que não aceitar, se o PCP estivesse disposto a levar até ao fim uma operação idêntica à que outros irmãos seus levaram a cabo, entre 45 e 48, nas chamadas “democracias populares”. Só que, uma vez mais, razões de ordem internacional se opunham a tais facilidades: em Portugal, a única *chance* revolucionária estaria numa revolução *autêntica, querida* pelas massas e tendo estas nela o papel determinante. Pois só assim poderiam resistir aos obstáculos subsequentes.

É, pois, nessa fase, que o sectarismo, de que Cunhal se penitenciou tarde de mais, vem ao de cima e produz as inevitáveis consequências. A conquista, a qualquer preço, de posições no aparelho de Estado e no aparelho militar, sempre prioritária à conquista das massas, acaba por conduzir a um divisionismo profundo, de que o primeiro sinal é a questão da unicidade, em Janeiro de 1975. A falta de democraticidade na prática política, o simulacro de “bloco histórico” que constituía a aliança PCP-MDP/CDE (este último adoptando idênticos métodos, que afastaram do campo revolucionário, por esse país

fora, tantos e tantos milhares de elementos *necessários* ao dito bloco histórico), o simplismo (para ser brando) das campanhas de dinamização em que era patente o dedo do PCP, etc., etc., só podiam ter efeitos desmobilizadores em termos de luta de classes – por mais espectaculares que fossem as manifestações, por mais “alinhada” que pudesse parecer a informação.

O ESTADO “A REBOQUE” DOS TRABALHADORES

O 11 de Março veio, por algum tempo, “mascarar” estes efeitos, e redinamizar o movimento popular. Mas, inversamente, veio pôr em evidência que só há “Estado ao serviço dos trabalhadores” se for o “*Estado dos trabalhadores*”. O mesmo aparelho de Estado, polvilhado de caras novas em funções antigas, tendo no cimo um (mais um) governo de “ampla” coligação, debatendo-se em inultrapassáveis contradições – de um lado, *a opção socialista*, do outro, a necessidade afirmada constantemente de não afastar *ninguém* do “processo”, excepto os monopolistas latifundiários – nunca se afigurou aos trabalhadores *ser o seu Estado, ou o seu governo*, mas apenas um Estado e um governo que iam a reboque das suas lutas e das suas conquistas.

Mas que, e daí o impasse, não tinha poder suficiente para impedir que os mecanismos capitalistas *efectivamente* se mantivessem e agudizassem os aspectos económicos da crise. O PCP era a imagem mesma dessas contradições: pressionado pelas massas mais “avançadas” no sentido de uma radicalização que o processo impunha, incapaz de alargar essa base de massas pela acção sectária de muitos dos seus militantes e dirigentes, paralisado pelos seus compromissos de governo, só a partir de Julho-Agosto se decide a “aproximar-se” das bases, do movimento popular *real*. Mas não só era por certo tarde demais – entretanto o PS capitalizara todo o divisionismo criado, muitos quadros militares faziam idêntico percurso, toda a reacção via enfim campo aberto para passar ao ataque – como a própria forma por que o PCP entendia actuar insistia nos mesmo erros.

UMA “LINHA DE GOVERNO”

A propósito da formação do V Governo, afirmava Álvaro Cunhal dois dias depois da sua tomada de posse: “Pensámos já nesse momento guardar um campo de manobra política para o nosso Partido que não nos atrelasse necessariamente a uma previsível queda do governo de Vasco Gonçalves, uma vez que não tinha apoio militar, e nos desse margem para reconsiderar a composição do governo e a sua própria chefia”. O PCP continuava, como sempre continuou, até hoje, a adoptar uma “linha de governo”, e não uma “linha

de massas”. Toda a sua estratégia até ao 25 de Novembro, se fundou em ir “buscar às massas” poder de negociação para reforço das suas posições no poder. Só isso explica que em poucos dias tenha passado da criação da FUR ao relançamento de novas propostas “frentistas”. Que só então se tenha lembrado das CT da cintura industrial. Que só então tenha apostado, enfim, nos soldados (SUV), e não nos sargentos e oficiais que só então (Agosto) tenha tomado a *iniciativa* das ocupações de terras, etc., etc.

Desde o 25 de Novembro até hoje é o doloroso caminho da tentativa de recuperação de “credibilidade democrática”, a nostalgia impossível de um “berlangerismo” em que nem os seus potenciais aliados acreditariam, nem o seu aparelho conseguiria levar à prática.

O “JOGO DEMOCRÁTICO” E A AMEAÇA FASCISTA

Não adianta interrogarmo-nos sobre o que daria uma “maioria de esquerda”, tal como a entende o PCP. Na realidade, é mais útil tomar-se consciência de que ela *não é viável*. É um dado objectivo, com o que há que contar. Não adianta igualmente interrogarmo-nos sobre o que resultaria de um PCP, na sequência do Congresso, totalmente rejuvenescido, com um Comité Central recheado de gente não saída da clandestinidade. Com efeito, tudo leva a crer que não será esse o caso: quando são grandes as ameaças externas (e a ameaça fascista é real), um aparelho como o do PCP tende a tornar-se internamente ainda mais rígido e mais fechado. É aliás sintomático que nas teses para o VIII Congresso se não vislumbre, excluindo brevíssimas passagens sobre questões pontuais, um esboço sequer de autocrítica (não conhecemos ainda o relatório de Cunhal).

E, no entanto, é incontroverso que as grandes massas de trabalhadores que militam ou votam no PCP são decisivas para o desenrolar do processo político português e para a luta contra a ameaça fascista. Uma grande parte delas votou Otelo, um aviso e uma crítica indesmentíveis ao partido. Mas este continua a privilegiar a estratégia parlamentar, que a História entre as duas guerras já demonstrou ser barreira mais que insuficiente contra o fascismo.

A luta de classes prossegue. Por certo agudizar-se-á. E o maior perigo será que o facto de existir um PCP, único grande partido de massas, e de este ter cegamente apostado numa aliança impossível com o PS, venha a bloquear a luta de massas – se estas não tiverem tido tempo de se dotar de uma direcção política consequente, capaz de formular uma alternativa acessível e mobilizadora, capaz de *obrigar* milhares de trabalhadores do PS e do PCP a *olhar* para a sua esquerda, capaz de os subtrair às ilusões de que um precário “jogo democrático” (como se está vendo) lhes virá a abrir as portas do socialismo – ou simplesmente, a evitar uma nova aventura fascista.

GOVERNO PS:

NÃO É CEDÊNCIA. É CUMPLICIDADE.

[*Gazeta da Semana*, 25 Nov. 1976]⁴⁹

Nem os desmentidos nem o laconismo oficial dos comunicados governamentais ou de outras instâncias do poder têm conseguido dissipar a justa apreensão de quantos neste país ainda não se dispuseram a arquivar o 25 de Abril. Não vamos recapitular as últimas notícias sobre a cena militar, nem sequer comentar a fase actual do processo... bombista, enriquecido na semana passada com a libertação de Mota Freitas e do Torres ao mesmo tempo que Lopes Cardoso era alvo (falhado) de mais um atentado terrorista. Quanto àquelas, são sinal seguro de que a “parte sã das Forças Armadas” enferma ela própria do que o 25 de Novembro prometia combater: liquidado que foi o “gonçalvismo-pêcêpismo-esquerdismo” responsável por quanta indisciplina vinha subvertendo a instituição militar, prossegue afinal o atropelo à tão exaltada ética e hierarquia, por parte, desta vez, dos que em nome da sua salvação se levantaram. Facto que tem pelo menos o imenso mérito de pôr a nu a hipocrisia dos que apregoam a neutralidade de valores como disciplina, ordem, autoridade, etc.

Aos que ainda há pouco expressaram dramática e clamorosamente o seu repúdio pela indisciplina subjacente ao “vanguardismo” que Melo Antunes pretendia ressuscitar no seu último discurso, ainda não ouvimos qualquer palavra de protesto contra as iniciativas que o sr. Canto e Castro resolve tomar por sua própria (será mesmo?) conta e risco. Quanto ao bombismo, e por mais que o sr. Ministro da Justiça nos explique que o segredo é a alma do negócio, apenas vem avolumar a dúvida se, para lá de manifesta incapacidade, haverá de facto ao menos a vontade política de deslindar a meada.

O tímido protesto de Medeiros Ferreira ao descobrir que havia mais, neste país, quem fizesse política externa, mal chega para quebrar o silêncio com que o governo contempla o crescendo da agitação política.

A sistemática demissão do governo face à crescente ousadia da direita (“democrática” e clandestina: onde acaba uma e começa outra?!) tem sido interpretada até aqui como mais uma faceta da sua política de cedências – tática discutível e discutida, mas ainda assim entendida como tática: quer dizer, um expediente para fazer vingar, a mais longo prazo, um objectivo estratégico. Esta interpretação é a que poderá justificar a oposição

⁴⁹ *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 3.

colaborante adoptada por largos sectores da esquerda em relação ao actual governo. Contudo, cremos haver razões para rever aquela interpretação, e tirar daí as devidas consequências.

1. Como pano de fundo das diversas movimentações e declarações políticas, temos a advertência de Soares, já repetida, de que os trabalhadores serão responsáveis por qualquer desaire que dê lugar à instalação de um regime de direita autoritária.

2. Ao mesmo tempo que Lopes Cardoso é obrigado a demitir-se do governo e que Soares “institucionaliza” a marginalização da ala esquerda-sindicalista do seu Partido, Vítor da Cunha Rego, contrariamente ao que o PS sempre defendeu e prometeu aos seus eleitores, torna pública a sua posição a favor de uma aproximação-coligação com o PPD.

3. Anuncia-se a fundação de uma espécie de clube político, a qual se fica a dever ao entusiasmo de membros do PPD e do PS (com destaque para V. da Cunha Rego e Pinto Balsemão), clube do qual se diz em “círculos geralmente bem informados” que está destinado a ser o ponto de convergência entre certa corrente do PPD e certa “sensibilidade” do PS. Como quem prepara uma solução de reserva para o que der e vier.

4. Jaime Gama, vice-presidente do grupo parlamentar do PS, rompe finalmente com a coesão que o PS, dentro e fora do Parlamento e apesar de todas as divergências internas, conseguiria salvaguardar até aqui com respeito à questão da Reforma Agrária. Com efeito, num inequívoco estender de mão ao PPD, congratula-se com a apresentação por parte do CDS, num futuro próximo, de uma proposta de lei sobre a Reforma Agrária, confessando-se assim disposto a encará-la.

Nenhuma direita, em lugar nenhum do mundo, jamais aderiu a qualquer reforma agrária que o fosse de facto: isto é, NÃO uma medida de carácter económico visando prioritariamente aumentar a produtividade e a produção (terreno em que o PC, incompreensivelmente, insiste em fazer a sua defesa), mas antes de mais uma medida anti-capitalista visando atingir o poderio económico e político dos grandes agrários – e, indirectamente, de toda a classe capitalista a eles aliada – e abrir caminho ao estabelecimento de relações de produção no campo que sejam a negação mesma das relações capitalistas. Compreende-se que nenhum partido de direita, mesmo democrática, possa aderir a uma verdadeira Reforma Agrária.

Por conseguinte, quem quer encare a possibilidade de *colaborar* com a direita na revisão da Reforma Agrária, sabe necessariamente que está, de facto, a colaborar na destruição dessa Reforma Agrária.

A Reforma Agrária é uma questão fulcral e *estratégica*: por isso mesmo, pô-la em causa equivale inevitavelmente a pôr em causa a globalidade dum projecto político que o PS jura (ou jurava) ser de esquerda.

Ficámos a saber, graças à intervenção esclarecedora do sr. Jaime Gama, que há no PS quem esteja disposto a sacrificar a Reforma Agrária. O finca-pé neste ponto era de facto um empecilho para a aproximação com o PPD. Ficámos a saber também que há no PS quem (de entre o pessoal graúdo) advogue uma aliança com este Partido e quem desde já participe activamente na sua preparação. Tudo isto, enquadrado pelo teor sistematicamente antipopular das declarações do primeiro-ministro, funda a suspeita (eufemismo!) de que não é de cedência à Direita que se trata, antes de deliberada *cumplicidade*.

Debaixo da chantagem de que qualquer resistência provocará o reforço da direita e dará mesmo lugar à emergência da direita “anti-constitucional” (golpista), o governo exige que lhe seja prestada colaboração obediente. Estarão as forças de esquerda ainda em condições de forçar o Partido Socialista a abandonar a sua *estratégia* (porque é bem disso que se trata, e não de tática) de aliança com a direita? Para lá de apelos mais ou menos vagos à unidade do movimento popular, unidade que tarda em cimentar-se e em ganhar fôlego que a torne efectiva para além de momentos mais ou menos conjunturais, o que têm as forças de esquerda, realmente e desde já, para opor à estratégia governamental?

PCP: AS INOVAÇÕES TEÓRICAS DE ÁLVARO CUNHAL

[*Gazeta da Semana*, 25 Nov.1976]⁵⁰

Para além de patentes contradições e de curiosas omissões, o relatório de Álvaro Cunhal para o VIII Congresso do PCP (“A revolução portuguesa – o passado e o futuro”) contém algumas “inovações teóricas” que julgamos importante discutir. As duas principais podem resumir-se em expressões tiradas do próprio relatório. Assim, diz-se que “a Revolução portuguesa se fez sem um poder revolucionário” (p. 119), o que é considerado pelo autor como uma das originalidades do processo português e pressupõe, no plano teórico, que é possível encetar a via da transformação socialista da sociedade “sem dispor do poder político” (p. 13). Em segundo lugar, afirma-se que “se criou um amplo sector da economia libertada da propriedade e do **controle** do capitalismo, e onde o Estado e os trabalhadores têm o poder de decisão” (p. 122), de tal forma que “desde que se consolidem as conquistas da Revolução, a lei da mais-valia deixa assim de ser o regulador principal da economia portuguesa” (p. 276). O que implica, no plano teórico, que é possível, numa sociedade em que “as relações de produção capitalistas são predominantes” (p. 275), introduzir um regulador “não-capitalista” e tender, portanto, a destruir essas relações de produção desde que esteja no poder uma coligação “progressista” – p. ex. PS-PCP – que Cunhal justamente aponta como sendo o único governo que, nas condições portuguesas, poderá consolidar aquelas conquistas.

Antes de entrar no exame, necessariamente breve, destas duas importantes questões, devemos deixar assinalado o papel finalmente “apagado” que Cunhal atribui ao próprio PCP nas questões cruciais que, segundo ele, conduziram o processo português à situação actual. A falta de ousadia e de audácia dos militares (dos “capitães do MFA”, primeiro – pp. 59-60 –, da “esquerda militar no seu conjunto” depois do 28 de Setembro e do 11 de Março – p. 154); a “tragédia que foi a orientação direitista seguida pelo PS” (p. 156); a “influência nociva do esquerdismo, em todas as frentes de luta” – eis aqui os grandes responsáveis pelo não avanço do processo revolucionário. O PCP – vanguarda das massas parece não ter tido em nada disto qualquer responsabilidade. Parece mesmo, ao ler-se o relatório, que nem sequer esteve presente com alguma preponderância no aparelho de Estado, uma vez que constata que “as estruturas, orientações e métodos” desse aparelho se mantiveram (p. 58) quando teria sido necessário “destruir o Estado fascista e

⁵⁰ *Gazeta da Semana*. Nacional, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 4.

substituí-lo por um Estado democrático” e que, para isso, o mais importante “não eram as pessoas dos funcionários” (p. 59).

Enfim, registemos algumas omissões interessantes, em cujo significado vale a pena meditar: a deliberada não nomeação de Vasco Vieira de Almeida na reunião da Manutenção Militar em que Spínola pediu plenos poderes, bem como ao mencionar os ministros que se solidarizaram com Palma Carlos na sua demissão (omisso também Firmino Miguel...); a ausência de qualquer referência ao abortado governo Fabião, em que se sabe ter tido o PCP um papel decisivo – mas reconhecê-lo seria anular a “teoria” sobre os esforços do PCP naquela altura no sentido de uma “aliança com os Nove”...; o “esquecimento” do papel moderado (é o menos que se pode dizer) do PCP, quer na questão das indemnizações aos accionistas das empresas nacionalizadas, quer quanto a certas medidas de austeridade (nomeadamente na questão do “salário máximo”), etc., etc.

REVOLUÇÃO SEM PODER REVOLUCIONÁRIO

“A revolução portuguesa fez-se sem um poder revolucionário”. Fez-se? O próprio Cunhal responde: “A Revolução portuguesa não acabou nem acabará enquanto a contra-revolução não acabar também” (p. 225). Esta afirmação é correcta mas, em si mesma, implica que a revolução “ainda não se fez” – deram-se, quando muito, os primeiros passos. E, mais, implica que ela só se fará efectivamente com um poder que possa conduzir justamente uma luta vitoriosa sobre a contra-revolução – isto é, com um poder revolucionário. O que levanta a famosa questão da “revolução a meio caminho”. Em todas as situações pré-revolucionárias conhecidas, em que um poderoso movimento de massas impôs um autêntico contrapoder a um poder instituído fraco e heterogéneo (ainda que nele se encontrem forças “progressistas”), não foi possível conseguir um “meio-termo”: ou é o poder político burguês que se consolida, ou são as massas que impõem um poder revolucionário. Lenine não se cansou de o dizer entre Fevereiro e Outubro de 17. E Rosa Luxemburgo resumiu a questão em poucas palavras: “Nenhuma Revolução pode manter o justo equilíbrio (*o juste milieu*), a sua lei natural exige decisões rápidas: ou a locomotiva escala a vertente histórica a todo o vapor até ao cimo ou, arrastada pelo seu próprio peso, volta a descê-la até ao fundo, donde tinha partido, e precipita consigo no abismo, sem esperança de salvação, todos aqueles que, com as suas fracas forças, queriam aguentá-la a meio caminho”. Isto traduz melhor do que as 400

páginas de Cunhal o que em Portugal se passou desde Abril de 74. O actual retrocesso da “locomotiva” não só resulta precisamente de nunca ter havido o tal poder revolucionário, como se torna impensável admitir que qualquer outra coligação parlamentar (frágil, assente em novos compromissos) a possa deter. Só um poderoso movimento de massas o poderia (poderá) fazer, mas nesse caso seria (será) de novo a questão do poder revolucionário que estaria (estará) na ordem do dia.

A tese de Cunhal de que é possível fazer avançar a “Revolução portuguesa” sem um poder revolucionário destina-se, pois, a suportar a sua candidatura ao governo da “maioria de esquerda”. Parece-nos indispensável que se compreenda (para além do facto óbvio de que tal governo é impossível, e que se torna bem mais previsível, cada dia que passa, uma coligação PS-PPD), que esse governo só faria avançar o processo revolucionário na medida em que criasse as condições para uma nova dinâmica do movimento de massas e, portanto, se auto-condenasse a prazo. Ora não parece ser, de modo nenhum, essa a perspectiva com que o PCP vê um governo desse tipo: pelo contrário, vê nele a única possibilidade de “conter” as massas, que disciplinadamente se submeteriam a mais um “governo ao serviço dos trabalhadores”! Confunde-se o apoio eleitoral maioritário com uma autêntica aliança revolucionária de classes – e contra a identificação entre maioria eleitoral e maioria revolucionária. Lenine, Gramsci e muitos mais já disseram o que havia a dizer.

Não é por acaso que esta “inovação teórica” está afinal muito próxima do que António Reis, deputado do PS, expôs em Dezembro de 75, na Constituinte. A “originalidade da via portuguesa” estaria em que a “direcção política do processo revolucionário compete, pois, em última instância, aos órgãos de soberania legislativa e executiva”...

O “NÃO-CAPITALISMO” DENTRO DO CAPITALISMO

Dentro da mesma estratégia se insere a questão do “não-capitalismo”, como Cunhal misteriosamente designa o carácter do sector (chama-lhe “formação económica”!) que compreende as empresas nacionalizadas e sob intervenção, as cooperativas e UCP na zona da Reforma Agrária, as cooperativas de produção e empresas em auto-gestão. Aqui, para defender a sua “teoria”, Cunhal cai no mais puro economicismo, o que fica bem expresso quando escreve: “não considerando a natureza de classe do poder político” (p. 277), “se não intervierem factores políticos que a contrariem [a evolução para o socialismo – JMP] “além de factores políticos e de factores externos desfavoráveis (p.

303), etc., etc. Isto é, *excluindo a questão do poder político* “deixou de poder dizer-se que a economia portuguesa é, globalmente, uma economia capitalista (p. 277) e pode considerar-se que “a sua evolução natural é para o socialismo” (p. 277)!! É claro que também aqui surgem difíceis contradições. Assim, Cunhal afirma que “a política de preços deve dar prioridade ao sector e à dinâmica não-capitalista”, prevendo “sistemas de compensação e de subsídios” (p. 307), enquanto, poucas páginas antes, referia a necessidade de “extrema cautela na reaproximação dos preços em relação aos valores”, dado o seu grande afastamento, “resultado de muitos anos de política de preços de monopólio” (pp. 301-302). Cunhal reconhece, pois, a que ponto é a lei do valor – a que chama lei da mais-valia – que continua a regular *por inteiro* a economia portuguesa. Os grupos monopolistas tiravam partido da lei do valor em seu proveito, entre outras coisas porque dominavam o poder político. Cunhal pretende fazer jogar a lei do valor a favor do “Estado” e utilizá-la no confronto entre o sector “não-capitalista” e o sector “capitalista”: não será isto a “coexistência concorrencial” de que fala Soares? Mas como evitar que, então, o sector capitalista se reproduza e reforce (a sua tendência não é para a acumulação e a concentração?), como evitar que o sector dito “não-capitalista” contribua para esse reforço?

É evidente que não se pode responder a estas questões “independentemente da natureza de classe do poder político”. Só o poder político pode *impor* a transferência de valor do sector privado para um sector “tendencialmente socialista”, que só o virá a ser se, também *por via política*, nele se transformarem as relações de produção. Mas isso significa que o sector capitalista será submetido a uma “concorrência desleal”, que tenderá a fazê-lo desaparecer a prazo. Um governo de coligação, mesmo de “maioria de esquerda”, está longe de poder inscrever isto no seu programa, muito menos de dispor de força para o pôr em prática. Logo, terá de submeter-se ao regulador capitalista – que é a lei de valor; e terá que aceitar que se reproduzam, *mesmo no sector do Estado*, as relações de produção capitalistas.

Também aqui não há meio-termo, por muito que se deseje. Está mais do que demonstrado, e dispense-me de citar, que enquanto as relações de produção capitalistas se puderam desenvolver no próprio seio da sociedade feudal, corroendo-a por dentro, é *impossível desenvolver relações de produção socialistas no seio de uma formação social em que é dominante o modo de produção capitalista*. Daí que a conquista do poder político seja o último acto da revolução burguesa, mas que tenha de ser o primeiro da revolução socialista – sem o qual não se pode com rigor iniciar a transição socialista.

Dir-se-ia então que é indiferente o governo que esteja no poder, desde que não seja um governo revolucionário. Não é indiferente. A forma, mais violenta e repressiva ou mais “liberal”, que tomar o processo de “recuperação capitalista”, terá efeitos muito diversos sobre o desenvolvimento da luta de classes, e do movimento de massas em particular, e poderá naturalmente dificultar ou facilitar a criação de condições que venham a pô-la (à “recuperação”) definitivamente em causa. Daí que seja importante a manutenção do quadro “democrático e constitucional”. Mas é igualmente indispensável ter consciência dos seus limites e da sua instabilidade. E sobretudo não inventar teorias para justificar perigosas ilusões.

AO VIRAR DO ANO:

O GOVERNO PS A CONTAS COM A HISTÓRIA

[*Gazeta da Semana*, 15 Jan.1977]⁵¹

O governo PS leva cinco meses de vida. O PS leva mais de um ano de poder hegemónico. Para quem viveu a grande “hipótese revolucionária” de 74-75 e a exaltação de um período sob muitos aspectos único na história portuguesa, o reinado PS parece marcar o início de mais um ciclo de dependência, de entrega, de humilhação – como tantos outros que este povo já viveu – mais um ciclo de mediocridade balofa e arrogante, de compadrio mesquinho, de retórico fútil. Os novos barões já estão aí à espera dos favores do poder – e muitos só são novos pela máscara que envergaram. A tropa, vigilante, garante-nos a ordem e protege-nos contra imaginárias invasões. Multiplicam-se as cerimónias, as festas e os banquetes para a “classe política”, proferem-se discursos sempre “de grande importância”, recebem-se ilustres visitantes e visitam-se ilustres anfitriões – enfim monta-se o espectáculo da política a pretexto de dignificar a “jovem democracia”, que nem pedia tanto.

Dir-se-ia, pois, que, gostemos ou não, a democracia formal, com certos arremedos ridículos atribuíveis à sua verdura, está a assentar arraiais pela mão titubeante do partido de Soares. A aparente facilidade com que o governo tem atravessado os escolhos parlamentares é mesmo de molde a iludir muitos governantes e dirigentes socialistas sobre essa questão. É tão simples: basta, quando as coisas ameaçam ficar feias, agitar o espantinho de que “não há alternativa democrática para este governo”.

JÁ NEM FALAMOS DE...

Só que, iludidos ou não tais governantes ou dirigentes – pouco importa – é bem outro o rumo que as coisas estão a tomar, para lá das aparências que até podem manter-se por tempo mais ou menos longo.

Já não falamos nos fechos de Escolas, nas restituições de empresas, nas desanexações, nos despejos.

⁵¹ *Gazeta da Semana*. Ponto de vista, n.º 32 (15 Jan.1977), p. 5.

Já não falamos nos aumentos de preços, que prometem em 77 atingir níveis dramáticos, enquanto se espera por um “cabaz de bens essenciais” que vai estando mais caro cada dia que passa.

Já nem falamos na austeridade exigida e a cada momento violada pelo próprio poder: as faustosas comitivas governamentais, os cocktails com whisky à discrição (como o oferecido pela TV na noite das eleições ditas para o “poder local...”), os “tachos” distribuídos com profusão, as chorudas maquiãs (milhares e milhares de contos) pagas em indemnizações a fascistas saneados que de repente deram por ter gozado as mais longas e mais bem pagas férias da sua vida, etc., etc.

Já nem falamos na autêntica censura em órgãos de informação directamente controlados pelo governo: na TV há um senhor tenente que não faz outra coisa, indo ao ponto de mandar cortar o som em reportagens filmadas quando os trabalhadores gritam slogans que lhe ferem os ouvidos! É aliás o mesmo senhor que teve a ideia do referido cocktail...

Já não falamos nos platónicos protestos com que se acolhem as escandalosas penas aplicadas aos pides, o silêncio com que se acompanha o “esquecimento” em que vão caindo os processos dos bombistas, a passividade com que se tem assistido à proliferação da imprensa fascista e às suas provocações. Quando a gente se lembra que o PS se especializou em abandonar governos e fazer “greve de governo” demonstrando uma notória “capacidade de protesto”...

Já não falamos nos verdadeiros espectáculos de “atentado à democracia” que foram a mesa redonda dos secretários-gerais e o “debate” parlamentar do Orçamento e do Plano.

Já não falamos na estratégia deliberada para dividir e enfraquecer os sindicatos, havendo já quem fale na hipótese de uma segunda central sindical apadrinhada pelo governo.

PÔR E TIRAR GENERAIS

Não falamos de nada disso.

Queremos só falar de algo se possível ainda mais grave do que isso tudo. Queremos falar de um governo que, dizendo-se defensor da independência nacional, colocou em pouco mais de um ano (porque o VI Governo já era um governo PS) este país em posição de autêntico mendigo da interessada “generosidade” do imperialismo germano-americano. O próprio ministro das Finanças, que teve de ir à pressa aos Estados Unidos face à iminência de se esgotarem as divisas *ainda antes do fim de Janeiro*, atemoriza-se com a ideia de se ter de sustentar um serviço de dívida externa (juros e reembolsos) superior a 15 milhões de contos anuais, isto é, mais de metade do que para cá enviam os emigrantes

terá de ser afectado exclusivamente para esse fim! Mas tudo se prepara para negociar mais e mais empréstimos, ou seja, para enterrar qualquer hipótese de reequilibrar a balança de pagamentos por longos anos. E é óbvio que empréstimos destes, vindos de onde vêm e implorados com a corda ao pescoço, não podem ser concedidos “de borla”.

Não foi o primeiro ministro que, perante as câmaras de televisão, disse que havia matéria relativa a estes empréstimos que não podia ser discutida *publicamente* na Assembleia da República?!

É preciso que se saiba que é este governo, que tanto se queixa do “gonçalvismo” (até quando se farão sentir os efeitos do dito?...), quem está a conduzir Portugal ao conhecido círculo vicioso dos chamados “países subdesenvolvidos” (ou países que o imperialismo *não deixa desenvolver*), em que de há muito já as saídas anuais de divisas a título do “serviço da dívida” *superam as entradas de capitais* a título de “auxílio externo”. Os Estados Unidos, sempre principal credor, directamente ou por entreposta via, não têm qualquer dificuldade em tais circunstâncias em pôr e tirar governos, em pôr e tirar generais em funções “sensíveis”, etc., etc. E não esqueçamos que se o comando de uma brigada NATO é algo *imediatamente* político, já aqui demonstrámos que uma desvalorização do escudo não o seria muito menos...

O GOVERNO PS NÃO É UM “GOVERNO DE ESQUERDA”

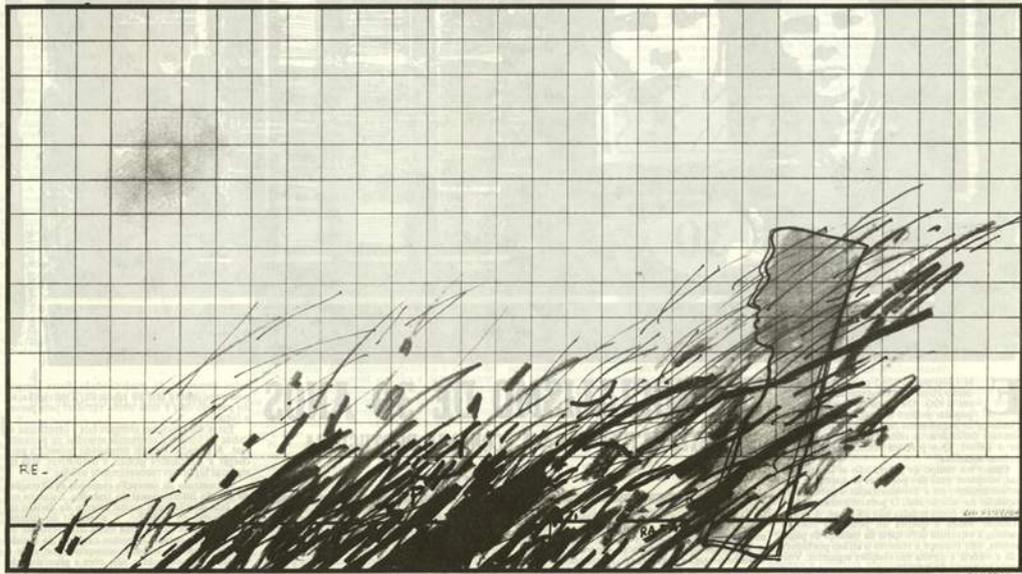
É bem possível que, no momento presente, qualquer alternativa de governo que se possa vislumbrar como viável (dentro das relações de força da cúpula institucional) fosse ainda mais dramaticamente “entreguista” e tivesse ainda bem menos escrúpulos “democráticos”. Mas isso não chega para que não digamos alto e bom som que *este governo não tem o direito de se auto-classificar como “um governo de esquerda”*. E que quem continua, *há mais de um ano*, a agravar a crise económica *só pode ser quem detém o poder económico*: é, por um lado, *o governo, que só vê solução para a crise na “chuva de dólares”* cujo preço parece disposto a pagar; e é, por outro, *o capital privado* que, por via da CIP (a quem o CDS manda dizer estas coisas), ainda considera a política do governo “asfixiante para a iniciativa privada” e, em consequência, se abstém de participar na famosa “reconstrução económica”.

A cegueira, se assim se lhe pode chamar, dos dirigentes do PS, a sua ignorância (?) das lições da História, fazem-nos temer – não por eles, é claro – que este governo possa vir a ficar intimamente associado, *como responsável directo*, a mais uma fase “negra” do acidentado e secular percurso deste povo a caminho de uma libertação que o 25 de Abril lhe prometeu.

Só uma luta sem tréguas, uma denúncia permanente deste governo que se diz de esquerda nos poderá ainda evitar outro que não tenha vergonha de se afirmar de direita.

REVISTA 2

GAZETA DO MÊS



Rui Oliveira

"O que eu chamo metamorfose é da cabeça para o corpo, é combate à ideologia que nos pariu, é mudar as percepções não ao nível das ideias, mas do imaginário, do desejo, da acção."

Fernando Belo, *G'do M*, n.º 1

"[...] há que, julgo eu, aceitar uma certa perda, um certo fracasso, no espaço político e até o problema, para além da rotura, no campo cultural, como campo, mais que autónomo, independentemente, embora interligado, porque tudo se interliga [...]"

Nuno Teixeira Neves, *IN*, 11 de Maio

"[...] medo que todos existamos de toda a ideia totalizante, de toda a solução global que possa surgir de perto ou de longe uma solução totalitária."

Eduardo Prado Coelho, citado por N. T. Neves no texto anterior

SOU homem numa sociedade machista. Os problemas que isso me põe, as escolhas que isso me impõe, são meus/mihas. Nenhuma mulher conhece essa si-

tução, ou essa condição. Poderá porventura aprender através dos meus actos e do meu discurso implícito (muito mais que do explícito), em que medido o homem concreto que me vos construído se distancia ou não do homem-macho-nétrico que foi, desde enroscado feto, a minha hipótese mais provável. Essa condição, reivindicada e assumida. Sem complexos, antes de mais sem o complexo de "não ser mulher". E por que haveria de não se é coisa que me está vedada, que não posso, essa, escolher?

A condição feminina é-me exterior, como o é, num outro plano, a condição operária, a mim, intelectual de extração burguesa. Libertar-me do complexo de "não ser operário" não é distanciar-me do problema da exploração. É justamente escolher colocá-lo-me, em relação a ele, na única posição que, de bom-fé, me é possível assumir: a da apreensão intelectual, a da "teoria", a de uma prática solidária, que não a de uma prática vivida (impossível) ou a de uma prática limitada (falsa). Levantemos de uma vez certas ambiguidades persistentes: não posso fazer minha a luta pela emancipação feminina, como não posso fazer minha a luta proletária. Estou com elas. E ao estar com elas, isso determina-me nas lutas que me pertencem, a mim, travar.

A analogia proletária não foi chamada aqui por acaso. Ela ainda nos condiciona e nos confunde. É que, durante demasiado tempo, uma leitura

RESISTIR OU RE-EXISTIR

por João Martins Pereira

a meu ver restritiva de Marx fez-nos identificar proletariado com emancipação. Comemos o erro de confundir ao proletariado-em-si, entidade que mitificamos, o papel de portador exclusivo de todos os "valores de emancipação", ao ponto de admitirmos (acreditarmos) que a emancipação do proletariado era condição necessária e suficiente para a emancipação geral, de toda a sociedade. A "velha esquerda" continua a achar isso mesmo, e a secundarizar todas as lutas parciais (incluindo a "feminista"), à espera que a "conquista do poder pelo partido do proletariado" — abusivamente entendida como a "emancipação dos trabalhadores" — venha enfim trazer consigo, necessariamente, o triunfo em todas elas. O que está longe de ter sucedido nos exemplos históricos conhecidos, é nos recorda um desorientado poema em que se diz: "Tão ocupado andei a lutar/ com o meu inimigo principal/ que acabei esmagado/ pelos meus inimigos secundários."

Os no-os populismos

Mas a tal leitura de Marx conduziu-nos a outro erro, esse talvez mais grave, veremos porquê. Chamá-lo-ei o "erro estatístico", por ser semelhante ao do indivíduo que, ao saber que a "esperança de vida" no seu país é de 65 anos, "conclui" que viverá até essa idade — e logo a seguir morre atropelado com o anário estatístico abaixo do braço. Idêntico raciocínio nos leva a considerar que, se o proletariado é portador da emancipação geral, então cada operário individualmente é, ele próprio, portador da sua e da minha/voessa emancipação. Mais um passo, e "o operário tem sempre razão". Mas outro, e aí estou eu a "mimar o operário". Houve mesmo quem quisesse ser operário, e se tenha empregado em fábricas, onde obviamente apenas fez de operário. A maioria não quis, mas fêz-se (faz-se) de sofrer com o complexo de não (poder) ser operário.

Ultrapassado o primeiro erro (melhor: deixado à "velha esquerda"), este último continua a produzir os seus efeitos. Dele tinham, como vimos, decorrido todos os obreirismos, populismos e paternalismos de "tário" "intelectual progressista". Hoje, esse mesmo tipo de mentalidade complexada incide muito de nós a uma fácil transposição. Se deixos de haver um portador único de todas as emancipações e considerarmos existirem diversificados portadores de "emancipações", que achamos justas, segue-se que: "a mulher tem sempre razão", "o homossexual tem sempre razão", "o jovem tem sempre razão", "o africano, ou o ár-

ab, ou o vietnamita tem sempre razão", e por aí adiante. Estamos num labirinto — a que se tem chamado crise.

O subversivo-em-si

Na realidade, boa parte da crise vem da nossa relação com aquilo a que chamarei o subversivo-em-si. Assustados, de longe (que isto por cá nem mexia), à gradual domesticação das classes operárias, à canalização das suas energias para a luta institucional (à Destre) ou para o cumprimento do Plano (à Leste). Dai os primeiros abalos na convicção, que ainda mantivemos muitos anos (e que o Abril português nos reavivou), quanto à subversão radical que continha em-si a acção proletária. Maio de 68 e tudo o que se lhe seguiu trouxe-nos novas pistas, onde a cada passo buscávamos identificar novos "campos de subversão": ideias, comportamentos, actos que a sociedade não poderia suportar, que a minavam por dentro pelo que continham de subversivo-em-si. A sociedade de consumo, a sociedade tecnocrática, a sociedade falocitária, a sociedade assente nos valores da família e da hierarquia social — tal sociedade não poderia suportar a reivindicação/afirmação do desejo, da emancipação dos corpos, nem a dos "novos modos de viver" (as comunidades, a recusa do trabalho assalariado e dos objectos de consumo de massa, as várias "marginalidades", etc.), nem a intrusão do imaginário no mundo da "razão", nem a reconquista da natureza ao mundo da produtividade e da poluição.

Uma vez mais nos iludimos. Não subemos/quiessemos distinguir o que, em todos estes movimentos, ideias e comportamentos, é apenas sinal de uma "cultura de crise" — crise da própria sociedade — do que é sinal de emancipação, selemente de subversão e de futuro outro. Em todos os períodos de crise das sociedades multiplicam-se as teorias e as práticas de "fuga" ao real, resuscitam os misticismos e as utopias, entra-se na vertigem do antes-do-Dilúvio. Uns se então numa aparente subversão os mais radicais e os mais conservadores, e o desespero (se não o pânico) o grande unificador, o imaginário (ou o "irracional") a grande bôia de salvação. Houve candidatos a ditadores que sobre isso construíram o seu poder e o seu fascínio. Também eles falavam do fim das ideologias. E por de mais conhecido.

A busca do subversivo-em-si é mais uma perigosa comodidade: fuga a que nos entregamos. Porque o facto é que só pode haver subversivo-em-

s-si. Duas escarpas no fundo das quais corre um rio representam um imenso potencial de energia; resta que alguém decida lá por uma barragem. De contrário, elas poderão servir como local de turismo, atrair alpinistas ou suicidas. O desejo, o imaginário, podem de igual modo ser subversivo ou refúgio. Só o comportamento global de cada um nos dará a chave.

Um poema em que a palavra "corpo" me surge linha sin linha não pode apenas denunciar-me os problemas que o poeta tem por resolver com o seu próprio corpo. O êxtase erótico de um, dois ou mais que dele participam, do mesmo sexo ou de sexos diferentes, pode esgotar-se no orgasmo solitário ou colectivo, pode ser apenas uma embriaguez de fuga a um quotidiano convencional, mesquinho, a um quotidiano em que porventura imperam sórdidas relações de poder e de opressão entre os próprios que assim se comprazem. Como também um convívio combatente anti-nuclear poderá ter o imaginário por visões líricas de uma ruralidade feita de alegres desfolhadas e porres-do-sol sobre searas douradas.

Por uma esquerda não sofredora

Que esquerda é direita, face à(s) crise(s) — a deles e a nossa, como diz F. Belo —, se põem a colher nos mesmos terrenos, é um facto. Por isso mesmo (se mais não houvesse), tenhamos ou não "medo das ideias totalizantes" (E. P. Coelho), a esquerda, uma nova esquerda, só se pode identificar se procurar integrar numa visão emancipadora global os seus combates e as suas "subversões" — sem excluir o político, isto é, sem se reduzir ao "campo cultural" (como parece sugerir N. T. Neves), onde mais propícias serão as solidariedades e as diluições abusivas. A compartimentação do real e do "saber" foi o que os nossos misturam e com que nos queremos domesticar.

Fazer uma "metáfora da cabeça para o corpo" (F. Belo) será começarmos a "totalizar-nos" a nós próprios — dito por palavras menos controversas, fazermos com que se encontrem as nossas cabeças e corpos. E ao encontrarmos, se temos dado o imenso passo, subversivo esse, de nos "sentirmos na posse pele". Porque suspeito que se, apesar de tudo, há algo que esta sociedade tolera mal, é o não-sofrimento. Somos talvez mais filhos da Igreja do que do capitalismo. E a esquerda, de certo não só por isso, tem sofrido demasiadamente. Ele não sacrificados militantes, ele são lutadores tristonhos, guerrilheiros desesperados, revoluções sem alegria. Corpos e cabeças desentendidos — como também convém a uma "disciplina revolucionária" de autômatos e, sobretudo, de devotos.

A esquerda tem-se limitado a resistir, sofrendo. Trata-se de descobrir a alegria e o entusiasmo de re-existir.

GAZETA DO MÊS

A AD E NÓS

[*Gazeta do Mês*, Maio 1980]⁵²

Se nos colocarmos na óptica corrente da chamada “análise política”, toda a acção do governo AD tem de ser interpretada tendo presentes os dois grandes objectivos que visa. Um objectivo estratégico, de fundo, que consiste em inventar uma “classe empresarial” vigorosa, se possível de grandes empresários modernos e dinâmicos (sempre “cai melhor” na Europa do que as “grandes múmias” do passado – mas o certo é que não haverá muito por onde escolher...), única base de apoio sólido para se deter o domínio político e social num sistema de mercado. O outro objectivo, esse de curto prazo, decorre do facto evidente de que não é viável cumprir o anterior num horizonte de seis meses: trata-se, então, de ganhar as eleições custe o que custar. Os dois objectivos estão rigorosamente articulados.

Com efeito, por um lado, uma pequena/média burguesia não hegemónizada é eleitoralmente uma autêntica caixa de surpresas, para não dizer um incontrollável catavento – há, pois, que aliciá-la, confundi-la, atemorizá-la. Por outro, a “solução final” do problema da hegemonia a prazo envolve uma duríssima batalha constitucional, já que não se vê – nem a AD vê, ela que tanto se desdobra em elogios e incitamentos a uma “iniciativa privada” abúlica, se não inexistente – meio de atingir o objectivo estratégico *sem desnacionalizar*. Só assim se reconstituirá uma cúpula hegemónica no sistema, sem a qual ele não passa de um corpo desconjuntado. E mais, essa batalha constitucional, jurídica e politicamente impossível de ganhar, impõe (para além da vitória nas legislativas) a existência de um Presidente da República que cubra certos golpes indispensáveis – o do referendo, entre outros. Por isso a AD acabou por optar por um militar, que deverá comprometer-se a que a hierarquia das FA “estará por tudo”. Por isso também vive a AD a imaginar truques diversos visando associar estreitamente os dois processos eleitorais, tendo mesmo encarado a hipótese de antecipar as eleições presidenciais – como acabamos de ver as decisivas.

Isto que se disse em tão poucas palavras é *tudo* o que a AD tem na cabeça, e é bem mais, e bem mais ameaçador do que possa parecer. Porque não estamos diante de um simples grupo de políticos ambiciosos, enfatuados, quando não patentemente medíocres (e se são tudo isso, quase todos!): trata-se de uma classe dominante em gestação, uma classe

⁵² *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 3.

dominante *por inteiro*, entenda-se. A arrogância e os ares de autoridade a que diariamente assistimos não são mais do que a máscara que afivela uma burguesia frágil e insegura, porque amputada de algo que funde o seu poder: uma base económica financeira consistente. Por isso ela se comporta com a agressividade do corredor franzino e sem princípios que, vendo-se próximo da meta, não hesita perante a necessidade de uma rasteira, ou de um toque *in extremis* na coxa do adversário. Ora justamente a AD *não pode ter princípios*: ela não tem sequer uma ideologia coerente (disso mesmo se queixam alguns dos seus), tem apenas uma estratégia, ou talvez melhor uma *ideia fixa*. E tudo leva a crer que esta só é realizável com bastantes “toques na coxa da democracia”. Assim se compreende a sobrevalorização, a autêntica obsessão do *político*, do *institucional*. É que, por detrás do aguerrido discurso anti-estatal (a “esquerda” é constantemente acusada de tudo ter “estatizado”, de tudo ter “centralizado”...) perfila-se o facto irrecusável de que só o poder de Estado e o controlo total das instituições (incluindo a repressão, a censura) poderá permitir à AD cumprir o seu projecto, isto é, lançar as bases do seu poder enquanto classe!

COMO PÔDE SURGIR ESTA VELHA DIREITA?

É tempo de reconhecer que a AD tinha o terreno bem preparado por uma “certa esquerda”. É tempo de a esquerda (sem aspás), cuja natureza é agir com paixão (ou não esteja na raiz das suas posições de algum modo uma *revolta* moral) raciocinar desapaixonadamente e *sem hipocrisia*. Se não vejamos: este governo desatou, contra tudo o que anunciara, a efectuar saneamentos políticos selvagens, de que o caso mais espectacular foi o do “rebanho de gestores” da comunicação social, na feliz expressão de uma das vítimas? Ora, saneamentos políticos, à direita e à esquerda, porventura não tão selvagens, é o que não tem faltado entre nós nos últimos anos, não é propriamente uma novidade introduzida pelo governo AD. O governo aumentou os preços e tem colocado todos os obstáculos possíveis aos aumentos salariais, bloqueando convenções colectivas, declarando empresas em situação económica difícil, e por outras diversas vias? Mas todos os últimos governos o fizeram também, e não são de hoje os famosos “tectos salariais” de má memória. Este governo tem uma política externa radicalmente pró-ocidental, é entusiasta convicto da integração europeia, não se empenha a fundo numa política de relações normalizadas com as ex-colónias? Tirando o tom provocatório e subserviente da primeira, tudo isto se poderia dizer dos anteriores governos, sem esquecer o escandalosamente tardio reconhecimento do governo da R.P. de Angola, cujos responsáveis são conhecidos.

Este governo propõe-se uma “abertura ao sector privado” na indústria, exhibe uma despudorada agressividade nas entregas de reservas e desocupação da Reforma Agrária? Convirá então recordar que, no campo industrial, todas as desintervenções estavam concluídas antes de tomar posse o governo AD e que a Lei Barreto foi aprovada em 1977, ou seja, este governo excede-se em zelo, por um lado, e por outro, dá obviamente novos passos no mesmo sentido. Este governo mostra uma descabelada sofreguidão pela entrada de capitais estrangeiros? Lembremos que a actual versão, bastante mais “liberal” que a anterior, do Código do Investimento Estrangeiro é de 1977, e que os grandes projectos de multinacionais (Renault, Ford, Upjohn) vêm muito de trás, não se falando por agora em mais nenhuma iniciativa “de peso” neste domínio. Este governo não combate, ou alimenta mesmo, a especulação, a corrupção, o clima de “vale tudo” em que se vive? Nada disto tem 4 meses de existência, muita da inflação que vem desde 1976 tem as suas raízes nesse mesmo “clima”. E não vale a pena alongarmo-nos mais.

Pois bem. Muitas destas coisas, vindas da “esquerda”, nos revoltaram porque uma esquerda nunca as faria: elas são incompatíveis com pontos essenciais do seu projecto. Muitas outras nos revoltaram porque foram feitas sem princípios, sem ideologia, sem estratégia, isto é, sem que se visse com transparência a sua *necessidade política*, sem que se chamasse as coisas pelo seu nome. Hoje, revoltam-nos todas, porque são feitas em nome de uma *estratégia de direita*, porque semelhantes na aparência, contêm inequivocamente um voluntarismo de ruptura. Porque a AD já não é apenas a não-esquerda de que falou, pouco depois das eleições, Eduardo Lourenço. E tão pouco é uma “nova direita” de tipo europeu, como alguns dos seus a quiseram pintar. Não. A AD, e em particular o seu sector politicamente dominante – o AD, os “duros” do PSD, o ideólogo Cunha Rego e quejandos –, são de facto os representantes da mais tradicional das direitas, da mais reaccionária das burguesias: o aparecerem envolvidos num mesmo “caso” os nomes de Strauss, de Kaúlza e de Lucas Pires é apenas um indício, mas muito significativo.

A LÓGICA DO GOLPISMO

A grande diferença entre esta direita e as suas congéneres europeias é que estas já de longa data configuraram elas próprias, os sistemas políticos dos respectivos países à sua imagem e semelhança e, mais importante ainda, conseguiram a astúcia maior, em alguns deles, de aceitar um bipartidarismo de tal sorte concebido que, mesmo quando a oposição chega ao poder, isso apenas significa uma gestão diferente do mesmo sistema – em benefício, aliás, da sua estabilidade. Ora acontece que a “nossa” direita, a “nossa”

burguesia *ainda tem isso por fazer*: o sistema constitucional em que é obrigada a exercer o poder, construído num período em que ela andou a “fingir de esquerda”, impede-lhe de se instituir enquanto classe dominante hegemónica, de forma duradoura. É por isso mesmo que ela só pode ser *golpista* por natureza. Não é concebível uma continuidade democrática entre o sistema actual e o sistema que servirá aqueles propósitos. Note-se, e nisso diferimos de certos observadores mais precipitados, que este segundo poderá ser formalmente, e no *plano político*, tão “democrático” quanto o anterior. Não é daí que advêm os grandes perigos para a democracia, é sim da *necessidade* de uma ruptura entre ambos (é aliás a expressão mesma de Cunha Rego na sua entrevista ao AD). Daqui decorre em boa parte o afrontamento Eanes- AD: não por Eanes “fazer o jogo da esquerda” ou mesmo, como chegam a sugerir alguns exaltados, por ele ser “cripto-comunista” ou estar nas mãos do PC. É que ao “levar a sério” o seu compromisso constitucional, ao recusar-se a apadrinhar a ruptura, Eanes obsta à autoperpetuação da AD no poder (aqui a expressão é do reformador Sousa Tavares, nos seus artigos de “demarcação” da estratégia presidencial da AD). Com efeito, o quadro actual permite governar “mais à esquerda” ou “mais à direita”. O quadro projectado pela AD destina-se a limitar o campo de opções, e nesse sentido, sim, será *menos democrático*. Mas a diferença de fundo estará, naturalmente, no chamado “sistema económico”. E é bom que se compreenda que isso nada tem a ver com a incompatibilidade do actual “sistema económico” constitucional com as exigências da integração europeia. Até já especialistas da CEE reconheceram que isso não é verdade. Ele é incompatível, isso sim, com o projecto estratégico da própria AD, como temos vindo a demonstrar.

Nesta perspectiva, não se torna difícil apreender o sentido do que a AD vem fazendo (ou tentando fazer): *tudo* tem, de algum modo, como objectivo comum, as eleições (ambas). Alguns exemplos elucidativos: abertura de sectores nacionalizados à iniciativa privada (efeito de “demonstração” sobre a média burguesia industrial, sem excluir um efeito directo, mas talvez não a curto prazo, no lançamento de uma banca privada), reduções de impostos (atingindo largas massas de trabalhadores por conta de outrem), distribuição de *algumas* terras a pequenos/médios agricultores (efeito de “demonstração” junto de uma importante fracção camponesa que a “esquerda” ignorou, ao mesmo tempo que se vão reconstituindo efectivamente latifúndios privados), revalorização do escudo e das reservas de ouro do Banco de Portugal (efeito psicológico sobre “classes médias” de patrioteirismo fácil e escasso entendimento financeiro), “anestesia” evidente dos grandes meios de comunicação de massas

(notórios, para já, os casos do DN e da TV, onde campeiam uma aparente “desdramatização”, uma autêntica “frivolidade informativa”, maravilhosamente servidas pela mediocridade de uns e pela “sabedoria” de outros – isto visando todos aqueles que se supõe “estarem fartos de política”) e, em contrapartida, agressividade crescente dos órgãos de informação privados, neste caso visando as “elites de direita” ou a pequena burguesia “activista”, etc., etc. Isto para não falar na prevista revisão das leis do recenseamento eleitoral, essa directamente dirigida para a vitória nas eleições por via administrativa. Como aqueles jogos de futebol cujo resultado é decidido nos gabinetes da Federação ou por despacho ministerial..

A AD É A MORTE (NÃO SÓ DO 25 DE ABRIL)

Isto quanto à “análise política” mais ou menos clássica. Ora nós não estamos aqui só para isso, nem mesmo sobretudo para isso. É indispensável que se compreenda o que está por detrás dos actos do poder. Sem dúvida. Como também o é compreender que se a actual “oposição de esquerda” pode evitar que a direita cumpra a sua estratégia de ruptura – e é vital que o saiba fazer – já não poderá, ela, na sua actual configuração, oferecer alternativa sólida e duradoura. Mas importa, para além disso, e *mais importante* do que isso, tentar recompor o complexo *puzzle* que resultou do estilhaçamento, em 75, da *ideia de esquerda*, enquanto ideia de esperança, de libertação e de emancipação colectivas, enquanto ideia de criatividade e de iniciativa populares, enquanto ideia de inserção fundamental do quotidiano no projecto político, na intervenção política. E isto pode começar a ser feito hoje mesmo, se percebermos com nitidez por que, independentemente do que faça ou não a AD, ela nos *repugna*. Não é obviamente apenas por todos os truques que utiliza, por todos os golpes que possa inventar: está no seu papel (que já vimos qual é), como nós estaremos no nosso ao denunciá-los e combatê-los. A AD repugna-nos porque é o retorno mal disfarçado à “velha ordem”, ao velho puritanismo beato e hipócrita, à velha hierarquia do poder económico e financeiro (em potência, por enquanto), às velhas obras de caridade de “virtuosas senhoras” entre dois chás-canasta, à mediocridade instituída e provocatória, à vida airada dos meninos dos iates e dos “Porsche”, ao desprezo infinito por tudo o que cheire a “povo” (hoje reforçado por um pânico intestinal), a imaginação, a iniciativa menos-respeitadora-dos-valores-tradicionais, a liberdade, a vida. A AD não é apenas a morte do 25 de Abril. A AD, na verdade, é a morte.

O MILITANTISMO E OS MOVIMENTOS COLECTIVOS

[*Gazeta do Mês*, Maio 1980]⁵³

A explosão popular “libertária” que em Portugal se deu nos anos 74/75 ainda hoje deixa muitos pelo menos tão perplexos quanto a mim me surpreende o silêncio tumular que sobre ela têm feito os intelectuais portugueses (os de esquerda, bem entendido). Porque se é certo que, enquanto intelectuais, eles não terão ilusões de que nada poderiam ter mudado, é da sua função (e terão outra?) forjar, a partir da “experimentação social” que é por excelência um processo revolucionário, novos instrumentos de análise e novas propostas teóricas. Assim se enriquecerá o processo colectivo de “acumulação cultural” e se irá contribuindo para dar corpo a um projecto de transformação social cada vez mais consistente e adequado às condições reais da sociedade.

É bem conhecido que em todos os processos revolucionários a “revolta popular” se pôde exprimir em múltiplas iniciativas que, num dado momento, deram ao político o seu mais alto significado, na medida em que a vida quotidiana de cada um era uma integração permanente da festa e da luta, da aprendizagem e da criação, da solidariedade e do conflito, uma confrontação constante entre o real e o imaginário, uma contínua interrogação (implícita) sobre si próprio e os outros, em que o cultural, o económico, o político (no sentido restrito), o social inextricavelmente se articulam a nível mais ou menos consciente. Todos sabemos também que tal movimento sempre terminou às mãos do velho poder ou do novo poder. Porque pensar então que o caso português poderá ser teoricamente mais fecundo do que os precedentes?

Por duas razões pelo menos. Por um lado porque é a primeira vez que tal sucede no contexto “europeu”, num país que, embora dependente e não altamente industrializado, já apresenta muitos dos elementos e relações caracterizadoras da estrutura complexa dos países mais desenvolvidos. Por outro, porque ele se veio a produzir num momento em que o debate teórico se defrontava, na esteira de 68, com novas e importantes questões. À proposição poder = propriedade (dos meios de produção), outrora de fácil apreensão, veio juntar-se (sem a substituir) uma nova proposição poder/saber, mais esquemática ainda, mas sobretudo portadora, ao mesmo tempo, de confusão e de esperança. Portadora de confusão já que se torna particularmente difícil apercebermo-

⁵³ *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 14-15. Versão modificada de um texto publicado, com o título “Le militantisme et les mouvements collectifs”, na revista *Esprit*, nº 1 (Janeiro 1979), p. 44-48. Esta versão foi republicada em Mozzicafreddo, Juan (ed. lit.). *Os caminhos da liberdade: da idade da razão à idade da revolta*. Lisboa: Espaço Tempo, p. 65-69.

nos da efectiva articulação entre os três elementos (poder, propriedade, saber), tantas mediações se escondem por detrás das falsas evidências. Portadora de esperança no sentido em que parecerá mais fácil a cada um o acesso ao saber (qual?) do que a uma propriedade cada vez mais concentrada e “anónima”, se não mesmo transnacional. E não nos confortará para além disso o facto de que, finalmente, cada um de nós sabe alguma coisa: não estará aí, desde logo, uma parcela, ínfima que seja, de poder? Os Estados modernos souberam tirar partido destas ambiguidades, e puderam alimentar e canalizar tais esperanças adoptando formas astuciosas de descentralização administrativa (“poderes locais”) e aceitando/absorvendo no seu acervo cultural aqueles “germes libertários” que, por subversivos que se afirmem (sejam?), não ameaçam a prazo previsível o poder de Estado, pois nem sequer visam disputá-lo.

Este é um ângulo que nos parece interessante para analisar a questão do militantismo no Portugal pós Abril.

QUE MILITANTES? QUE SABER?

Qual o papel exacto do militante no movimento social vigoroso que entre nós se verificou neste período?

No seio de um movimento espontâneo (uma ocupação de casas ou de terras, a criação de um grupo de teatro, de uma creche, de uma clínica popular, etc., etc.) o militante é, de algum modo, aquele que sabe. E a este nível não é difícil de compreender a ambiguidade desta expressão. Com efeito, o que sabe o militante? De onde lhe vem esse saber (poder)? Estamos a excluir, obviamente, os militantes “passivos”, os que apenas obedecem ou “cumprem tarefas”, mesmo quando desenvolvem grande actividade. Na realidade eles não são elementos determinantes da acção, ainda que nenhuma acção seja possível sem eles.

Para responder às duas questões anteriores há que introduzir aqui uma distinção fundamental. Numa acção colectiva do tipo das que em Portugal se multiplicaram em 74-75, podem geralmente observar-se duas formas de militantismo, às quais correspondem formas diferenciadas de saber. De um lado, os que “conhecem a teoria” ou, pelo menos, conhecem as instruções que lhes são transmitidas por dirigentes políticos que se admite saberem traduzir a teoria em prática: são os militantes políticos, de um modo genérico os que pertencem a organizações políticas. Eles são os mediadores encartados entre a teoria e a prática, os portadores daquela para o local onde esta se exerce. Do outro lado, temos os militantes que “pensam a acção em si”, não conhecem nem teoria nem as orientações (muitas vezes tácticas) que dela decorrem, e por isso só sabem o que fazer

em cada momento em função dos dados fornecidos pela própria acção (apoiando-se, bem entendido, em critérios provenientes do seu conhecimento vivido do contexto político-cultural em que a acção se desenvolve).

Para os primeiros, tal acção específica não é mais do que uma parte da luta “mais geral” pelo poder (político de Estado). Para os segundos, a acção em que estão empenhados representa toda a acção, é a luta por um poder (localizado): só a sua exemplaridade a projecta para fora de si própria, e não qualquer articulação “racionalizada” por agentes exteriores.

O militante de uma comissão de moradores que encoraja e auxilia uma família a ocupar uma casa vaga ao lado do bairro de lata onde vive, está a “transmitir-lhe” um poder, ao demonstrar-lhe (ao dar-lhe a saber), sem necessidade de referências teóricas, que se trata de um direito que lhe assiste em absoluto, e que seria aberrante não fazer uso dele. O outro militante (político) que, no último momento, vem lembrar a essa família que a casa em questão pertence a um emigrante e que a sua ocupação faz correr o risco, só por si, de “voltar os emigrantes contra a revolução”, este militante dá-lhe a saber “outras coisas”, fala-lhe de outras razões, as do poder (a conquistar).

De igual modo, quando um grupo de militantes de bairro ou de aldeia toma a iniciativa de criar um pequeno grupo teatral local, o militante político virá a dada altura sugerir um certo reportório ou então moderar certas passagens da peça em ensaios “a fim de não chocar os católicos” ou, muito simplesmente, em função da linha a seguir.

REVOLTA E REVOLUÇÃO

Tudo isto se viu em Portugal naquele período. Também não é segredo para ninguém que entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro (e mais particularmente depois do 11 de Março) se assistiu a um controlo gradualmente crescente por parte dos militantes políticos sobre as acções colectivas que, nos primeiros tempos, se multiplicaram por iniciativa espontânea de militantes saídos das massas populares, a nível local/habitacional e a nível das empresas (comissões de trabalhadores).

Daí que muitos ainda hoje atribuam o fracasso final do processo revolucionário a esta “apropriação” pelas organizações políticas das iniciativas e acções populares ou, por outras palavras, à crescente preponderância da questão do poder sobre a dos poderes. Penso tratar-se de análise demasiado simplista, ainda que seja ponto a merecer discussão desapaixonada. De facto, face ao que em Portugal se passou, julgo que numa sociedade deste tipo (e com a maioria de razão nas sociedades mais “industrializadas”) a questão do poder não pode ser ignorada ou menosprezada. As acções colectivas pontuais

certamente decisivas e de qualquer modo inerentes a um processo revolucionário, nunca chegarão só por si para abater um poder económico/político concentrado e tentacular, muito estruturado e dispondo de meios repressivos eficazes, se não se encontrar forma de as integrar num movimento poderoso visando esse poder. Mesmo em situações de “duplo poder”, em que o poder de Estado se encontra debilitado e hesitante, se diz “revolucionário” ainda que paralisado por insolúveis contradições, mesmo em tais casos a máquina capitalista (nacional e internacional) e a acção das centrais estrangeiras da contra-revolução serão quase sempre suficientes para triunfar dos dois poderes: isso viu-se entre nós e não é, longe disso, o primeiro caso.

O problema subsiste, pois, intacto. Como lançar uma ponte sólida entre o saber muito localizado mas muito profundo (porque fortemente radicado nas motivações colectivas da acção) do militante popular e o saber globalizante mas “estranho” do militante político?

Como transformar a revolta em revolução? De acordo com a experiência portuguesa, que neste ponto não se distingue de outras, é-se tentado a admitir que em qualquer situação revolucionária estes dois tipos de militantes estarão sempre presentes e que ambos desempenham funções essenciais. A chave poderá estar no tipo de organização política (na sua estruturação e inteligência) que visa o poder; os seus militantes não poderão ser simples agentes de transmissão de instruções vindas “de cima”, isto é, de um saber imutável traduzido para efeitos da acção em “palavras de ordem”.

UM IMENSO SABER

As acções espontâneas, nascidas no seio mesmo das massas em movimento, não podem ser olhadas como qualquer coisa que se tem de “fazer entrar” na teoria. Pelo contrário, se tais acções seguramente constituem outros tantos momentos de “experimentação social” a teoria deve submeter-se através delas a um teste, da qual pode sair modificada e por certo enriquecida. Os militantes políticos ditos “revolucionários”, atafalhados de ortodoxias diversas, mas tendo quase todos como ponto de partida uma visão muito grosseira da luta de classes, sentem a maior dificuldade quando inseridos em acções que, com toda a evidência, não relevam de forma imediata do afrontamento proletariado-burguesia. E, no entanto, é nestes termos primários que eles intervêm e que, no fim de contas, se desacreditam. Daí que não sejam concebíveis revoluções em sociedade capitalistas avançadas sem que surjam movimentos políticos organizados de um novo tipo, cujos militantes serão autênticos nós de articulação entre os poderes e o poder (uns e outros a conquistar), entre a vida e as instituições, entre a sociedade civil e o Estado. Os

“novos militantes” deverão dispor do poder de reformular constantemente o seu saber (teórico) em função dos saberes que adquirem no decurso da acção em que estão empenhados. E inversamente para os militantes que surgem da própria acção. No limite, os dois tipos de militantismo deveriam confundir-se: condição indispensável para a existência de um movimento de massas em que a democracia tenha um novo sentido. A fórmula clássica da “aliança de classes” perderá muito do seu sentido habitual (aliás quase sempre demasiado abstracto): ela far-se-á no próprio interior de uma organização muito aberta, em que a informação circulará vigorosamente em todos os sentidos.

É certo que em Portugal foi o contrário disto que se passou. Que no momento actual praticamente não subsistem acções colectivas que não sejam lançadas ou apadrinhadas por organizações políticas ou sindicais, nas suas formas institucionais tradicionais. Que dirigentes e militantes políticos continuam a agir de forma imutável, prontos a cometer os mesmos erros. No entanto, é indispensável ter presente que durante o processo decorrente do 25 de Abril um imenso saber se acumulou nos “interstícios” da sociedade, ainda que por vezes “amargo”. A melhor forma que porventura nos ocorre de comemorar o 25 de Abril é trabalhar para que esse saber volte à superfície. Se, numa perspectiva revolucionária, a questão do poder se não coloca num horizonte de curto prazo, já a questão dos poderes/saberes tem de ser objecto de uma grande mobilização de energias, pois é no plano do quotidiano individual e colectivo que se tem de caldear a “alternativa” do futuro. A simples “recordação” (ou “restituição”) da festa que vivemos continua – tem de continuar – a representar um potencial de acção capaz de ultrapassar os desencantos ou as tentações de renúncia. O tempo não está para avestruzes.

RESISTIR OU RE-EXISTIR

[*Gazeta do Mês*, Jun. 1980]⁵⁴

“O que eu chamo metamorfose é da cabeça para o corpo, é combate à ideologia que nos pariu, é mudar as perspectivas não ao nível das ideias, mas do imaginário, do desejo, da acção.”

Fernando Belo,

G. do M., nº 1

“(…) há que, julgo eu, aceitar uma certa perda, um certo fracasso, no espaço político e pôr o problema, para além da rotura, no campo cultural, como campo, mais que autónomo, independente – embora interligado, porque tudo se interliga (…)”

Nuno Teixeira Neves,

JN, 11 de Maio

“(…) medo que todos sentimos de toda a ideia totalizante, de toda a solução global que possa sugerir de perto ou de longe uma solução totalitária.”

Eduardo Prado Coelho,

citado por N.T. Neves no texto anterior

Sou homem numa sociedade machista. Os problemas que isso me põe, as escolhas que isso me impõe, são meus/minhas. Nenhuma mulher conhece essa *situação*, ou essa *condição*. Poderá porventura apreender através dos meus actos e do meu discurso *implícito* (muito mais do que explícito), em que medida o homem concreto que me vou *construindo* se distancia ou não do homem-macho genérico que foi, desde enroscado feto, a minha hipótese mais provável. Essa condição reivindico-a e assumo-a. Sem complexos, antes de mais sem o complexo de “não ser mulher”. E porque haveria de tê-lo se é coisa que me está vedada, que não posso, essa, escolher?

A condição feminina é-me exterior, como o é, num outro plano, a condição operária, a mim, intelectual de extracção burguesa. Libertar-me do complexo de “não ser operário” não é distanciar-me do problema da exploração. É justamente escolher colocar-me, em

⁵⁴ *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 11.

relação a ele, na única posição que, *de boa-fé*, me é possível assumir: a da apreensão intelectual, a da “teoria”, a de uma prática *solidária*, que não a de uma prática vivida (impossível) ou a de uma prática imitada (falsa). Levantemos de uma vez certas ambiguidades persistentes: não posso *fazer minha* a luta pela emancipação feminina, como não posso *fazer minha* a luta proletária. Estou com elas. E ao estar com elas, isso *determina-me* nas lutas que me pertence, *a mim*, travar.

A analogia proletária não foi chamada aqui por acaso. Ela ainda nos condiciona e nos confunde. É que, durante demasiado tempo, uma leitura a meu ver restritiva de Marx fez-nos identificar *proletariado* com *emancipação*. Cometemos o erro de conferir ao *proletariado-em-si*, entidade que mitificámos, o papel de portador exclusivo de todos os “valores de emancipação”, ao ponto de admitirmos (*acreditarmos*) que a emancipação do proletariado era condição necessária e *suficiente* para a emancipação geral, de toda a sociedade. A “velha esquerda” continua a achar isso mesmo, e a secundarizar todas as lutas parcelares (incluindo a “feminista”), à espera que a “conquista do poder pelo partido do proletariado” – abusivamente entendida como a “emancipação dos trabalhadores” – venha enfim trazer consigo, necessariamente, o triunfo de todas elas. O que está longe de ter sucedido nos exemplos históricos conhecidos, e nos recorda um desencantado poema em que se diz: “Tão ocupado andei a lutar/com o meu inimigo principal/que acabei esmagado/pelos meus inimigos secundários”

OS NOVOS POPULISMOS

Mas a tal leitura de Marx conduziu-nos a outro erro, esse talvez mais grave, veremos porquê. Chamar-lhe-ei o “erro estatístico”, por ser semelhante ao do indivíduo que, ao saber que a “esperança de vida” no seu país é de 65 anos, “conclui” que viverá até essa idade – e logo a seguir morre atropelado com o anuário estatístico debaixo do braço. Idêntico raciocínio nos levou a considerar que, se o proletariado é portador de emancipação geral, então cada operário individualmente é, *ele-próprio*, portador da *sua* e da *minha/nossa* emancipação. Mais um passo, e o “operário tem sempre razão”. Mais outro, e aí estou eu a “mimar o operário”. Houve mesmo quem quisesse *ser operário*, e se tenha empregado em fábricas, onde obviamente apenas *fez de* operário. A maioria não quis, mas fartou-se (*farta-se*) de sofrer com o complexo de não (poder) ser operário.

Ultrapassando o primeiro erro (melhor: deixado à “velha esquerda”), este último continua a produzir os seus efeitos. Dele tinham, como vimos, decorrido todos os obreirismos, populismos e paternalismos de tanto “intelectual progressista”. Hoje, esse mesmo tipo de mentalidade complexada incita muitos de nós a uma fácil transposição. Se

deixou de haver um portador único de todas as emancipações e consideramos existirem diversificados portadores de “emancipações” que *achamos justas*, segue-se que: “a mulher tem sempre razão”, “o homossexual tem sempre razão”, “o jovem tem sempre razão”, “o africano, ou o árabe, ou o vietnamita tem sempre razão”, e por aí adiante. Estamos num labirinto – a que se tem chamado crise.

O SUBVERSIVO-EM-SI

Na realidade, boa parte da crise vem da nossa relação com aquilo a que chamarei o subversivo-em-si. Assistimos, de longe (que isto por cá nem mexia), à gradual domesticação das classes operárias, à canalização das suas energias para a luta institucional (a oeste) ou para o cumprimento do Plano (a leste). Daí os primeiros abalos na convicção, que ainda mantivemos muitos anos (e que o Abril português nos reavivou), quanto à subversão radical que continha *em-si* a acção proletária. Maio de 68 e tudo o que se lhe seguiu trouxe-nos novas pistas, onde a cada passo buscávamos identificar novos “campos de subversão”: ideias, comportamentos, actos que a sociedade não poderia suportar, que a minavam por dentro pelo que continham de subversivo-em-si. A sociedade de consumo, a sociedade tecnocrática, a sociedade falocrática, a sociedade assente nos valores da família e da hierarquia social – tal sociedade não poderia suportar a reivindicação/afirmação do desejo, da emancipação dos corpos, nem a dos “novos modos de viver” (as comunidades, a recusa do trabalho assalariado e dos objectos de consumo de massa, as várias “marginalidades”, etc.), nem a intrusão do imaginário no mundo da “razão”, nem a reconquista da natureza ao mundo da produtividade e da poluição.

Uma vez mais nos iludimos. Não soubemos/quisemos distinguir o que, em todos estes movimentos, ideias e comportamentos, é apenas sinal de uma “cultura de crise” – crise da própria sociedade –, do que é *sinal* de emancipação, semente de subversão e de futuro outro. Em todos os períodos de crise das sociedades multiplicam-se as teorias e as práticas de “fuga” ao real, ressuscitam os misticismos e as utopias, entra-se na vertigem do antes-do-Dilúvio. Unem-se então numa aparente subversão os mais radicais e os mais conservadores, é o desespero (se não o pânico) o grande unificador, o imaginário (ou o “irracional”) a grande bóia de salvação. Houve candidatos a ditador que sobre isso construíram o seu poder e o seu fascínio. Também eles falavam do fim das ideologias. É por demais conhecido.

A busca do subversivo-em-si é mais uma perigosa comodidade/fuga a que nos entregamos. Porque o facto é que só pode haver subversivo-em-nós. Duas escarpas no

fundo das quais corre um rio representam um imenso potencial de energia: resta que alguém decida lá pôr uma barragem. De contrário, elas poderão servir como local de turismo, atrair alpinistas ou suicidas. O desejo, o imaginário, podem de igual modo ser subversão ou refúgio. Só o comportamento global de cada um nos dará a chave.

Um poema em que a palavra “corpo” me surge linha sim linha não *pode* apenas denunciar-me os problemas que o poeta tem por resolver com o seu próprio corpo. O êxtase erótico de um, dois ou mais que dele participam, do mesmo sexo ou de sexos diferentes, *pode* esgotar-se no orgasmo solitário ou colectivo, *pode* ser apenas uma embriaguez de fuga a um quotidiano convencional, mesquinho, a um quotidiano em que porventura imperam sórdidas relações de poder e de opressão entre os próprios que assim se comprazem. Como também um convicto combatente anti-nuclear *poderá* ter o imaginário povoado de visões idílicas de uma ruralidade feita de alegres desfolhadas e pores-do-sol sobre searas douradas.

POR UMA ESQUERDA NÃO SOFREDORA

Que esquerda e direita, face à(s) crise(s) – a *deles* e a *nossa*, como diz F. Belo – , se põem a colher nos mesmos terrenos, é um facto. Por isso mesmo, (se mais não houvesse), tenhamos ou não “medo das ideias totalizantes” (E.P. Coelho), a esquerda, uma *nova esquerda*, só se pode identificar se procurar integrar numa *visão emancipadora global* os seus combates e as suas “subversões” – sem excluir o *político*, isto é, sem se reduzir ao “campo cultural” (como parece sugerir N.T. Neves), onde mais propícias serão as solidariedades suspeitas e as diluições abusivas. A compartimentação do real e do “saber” foi o que nos ensinaram e com que nos quiseram domesticar.

Fazer uma “metamorfose da cabeça para o corpo” (F. Belo) será começarmos a “totalizar-nos” a nós próprios – dito por palavras menos controversas, fazermos com que se encontrem as nossas cabeças e os corpos. E ao encontrarem-se, teremos dado o imenso passo *subversivo* esse, de nos “sentirmos na nossa pele”. Porque suspeito que se, apesar de tudo, há algo que esta sociedade tolera mal, é o *não-sofrimento*. Somos talvez mais filhos da Igreja do que do capitalismo. E a esquerda, de certo não só por isso, tem sofrido demasiadamente. Eles são sacrificados militantes, eles são lutadores tristonhos, guerrilheiros desesperados, revoluções, sem alegria. Corpos e cabeças desencontrados – como também convém a uma “disciplina revolucionária” de autómatos e, sobretudo, de devotos.

A esquerda tem-se limitado a resistir, sofredoramente. Trata-se de descobrir a alegria e o entusiasmo de re-existir.

A ECONOMIA DE QUE NÃO SE FALA MAS TODOS CONHECEM

[*Gazeta do Mês*, Jun. 1980]⁵⁵

Aqui há uns meses, numa curta reportagem de televisão no Mercado da Ribeira, um comerciante informou o repórter, com a naturalidade das coisas evidentes, e perante a absoluta passividade do segundo, haver produtos que, desde que chegam ao mercado “alta madrugada”, até que saem para serem vendidos ao consumidor, “passam cinco a seis vezes de mão”. Gostaria de pensar, mas não penso, que tal informação terá deixado boquiabertos e revoltados os certamente muitos milhares de consumidores que a ouviram/viram. O próprio silêncio do repórter os terá convidado a achar a coisa naturalíssima, quando muito a reconfortarem-se com um “não devo ter percebido bem” e passar adiante.

Aqui há uns anos, antes do 25 de Abril, lembro-me de me contarem que os apartamentos de um arranha-céus lisboeta, quando ficaram concluídos e foram ocupados, já tinham, durante os anos de construção, “passado cinco e seis vezes de mão”. Era a fase da grande especulação imobiliária, da vertigem das acções da Bolsa, etc., etc...

MÁQUINAS DE FAZER DINHEIRO

Num caso peixe, frutas ou legumes, noutra apartamentos e acções: o mecanismo subjacente, a “atitude social” patente são os mesmos. São épocas de “dinheiro fácil” (os simples assalariados, os reformados e muitos outros que me desculpem a expressão), de fuga perante a inflação pela via que melhor a alimenta. São os períodos de ouro do negócio expedito, do comércio marginal, do contrabando, da corrupção, do tráfico de influências, de tudo o que “rende muito” a curto prazo (ou “fique a render” a longo prazo, sem que ninguém lhe toque).

E se não quisermos virar a cara às realidades, teremos de constatar que, num *aspecto*, o que se passa actualmente é socialmente mais gravoso que o que ocorreu em 72-73. Com efeito, se é certo que a distribuição da “riqueza” artificialmente gerada naquele período era *muito mais desigual* do que hoje, e eram os grandes potentados financeiros os que mais dela aproveitavam (basta lembrar os milhões de contos que passavam pela Banca com as emissões e o negócio das acções), também é verdade, que apesar de tudo, apareciam prédios e apartamentos, e sempre se iam fazendo investimentos produtivos –

⁵⁵ *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 24.

tudo, é claro, em ínfima proporção em relação ao “dinheiro” que circulava e que era, em grande parte, dinheiro “psicológico”. Em contrapartida, o processo hoje encontra-se totalmente desligado do circuito produtivo, desenvolve-se em “vazio”, ou seja, à custa por inteiro dos que trabalham e produzem por um salário cada vez mais impotente face à escalada dos preços.

Para além do exemplo inicial, em que um pacífico molho de brócolos, quieto na sua banca do mercado, vê o preço subir vertiginosamente a cada transacção que sobre ele é feita entre dois copos de tinto, muitos outros se podem citar. Ele é o negociante de peças “não legítimas” de motoretas e automóveis, quantas vezes provenientes de roubos. Ele é o “especialista” de jóias, pratas, antiguidades, etc., para o que nunca houve tanto comprador. Ele é o agente bancário que, à custa de uns favores, vai completando saborosamente o orçamento (a escalada de processos disciplinares na Banca é disso um indício). Ele é o artista, esse sem culpa nenhuma, que vê estupefacto escoarem-se sem dificuldade as suas obras como se fossem fardos de bacalhau. Ele é o jovem desenrascado que se mete “nos electrodomésticos”, seguindo as pisadas seguras dos menos jovens, e que em poucos meses faz centenas de contos. Ele são as mil maneiras de fuga ao imposto de transacções (por todos, menos pelo consumidor). Ele é o negócio da prostituição, cuja incidência juvenil foi cruamente focada num impressionante documentário dado na TV e que, curiosamente, passou despercebido. Eles são as redes de tráfico de droga, que se estendem, ao que tem sido noticiado, até dentro da Polícia Judiciária. Isso já sem falar desse outro belo negócio, muito legal por sinal, que é o de empresas que só admitem pessoal com contratos a prazo, desde serventes a técnicos qualificados, comodidade suprema quer no ajustamento às flutuações de mercado quer na desmobilização reivindicativa que provoca: ainda há bem pouco tempo o gerente de uma empresa especializada neste “método” a designava como “uma máquina de fazer dinheiro”.

Como abordar politicamente esta questão? Porque não se fala dela? Uma certa esquerda teme falar dela por duas razões. Por um lado, porque fechou pudicamente os olhos ao problema (é o menos que se pode dizer) enquanto foi poder. Por outro, porque “presente” que só um governo forte, paladino da *ordem* e da *moral pública*, numa palavra um governo “musculado” de direita, poderá neste domínio fazer um brilharete pela via repressiva – o que se receia seja popular, desculpando a repressão que se venha a exercer noutros domínios.

Dramático erro de visão. Senão, vejamos. Já se ouviu algum economista ou dirigente político de direita, em tantos discursos, em tantas conferências sobre a economia portuguesa, em tantas discussões sobre orçamentos e planos, denunciar abertamente o problema, propor-se, ao menos em palavras, combatê-lo firmemente? O único caso que me ocorre é o do impagável Basílio Horta, quando na foga arrancada do governo PS-CDS, ao anunciar com grande pompa uma espectacular operação de fiscalização... com uma semana de antecedência! Os especuladores, é claro, não ignoraram o aviso, e receberam os fiscais como pombas das mais inocentes. Quanto aos economistas vindos de Harvard ou do MIT, que pululam no Banco de Portugal e na Universidade Católica, esses só pensam em modelos e em mercados perfeitos – não lhes ensinaram a lidar com estas “porcarias”. Outros ainda, muito cartesianamente, raciocinam: tais fenómenos (a maioria) não podem ser registados na contabilidade nacional, logo não existem!

“FALAR DISTO”

E os políticos, esses percebem que estes mecanismos amortecem um problema de desemprego que, de outro modo, poderia ser explosivo, ao mesmo tempo que iludem numa vertigem monetária uma degradação *real* do nível de vida dos que trabalham. Entretanto, vão-se aproveitando como podem do “clima” existente, eles que são hoje os “gestores das influências”, com tudo – e não é pouco – o que isso acarreta.

É ver bem mal as coisas pensar que falar disto é fazer a cama a um poder autoritário. De facto, lembremo-nos que este “modelo”, largamente aperfeiçoado, é justamente o que prospera nas mais repressivas e reaccionárias ditaduras militares latino-americanas. Um regime forte entre nós apenas iria tornar *mais desigual* (como nessas repúblicas de opereta) a repartição dos “benefícios” do sistema. De facto, a sua eliminação, sobretudo quando já se atingiu o ponto em que estamos, passa pela noção (pela disseminação) de “consciência social” – e isso é o domínio da esquerda, não da direita, cujas “ordem e moral” sabemos o que valem. Consciência social implica, entre outras coisas, uma profunda compreensão, uma grande transparência dos mecanismos e processos económico-sociais. Ou seja, é preciso justamente *falar* abertamente do assunto, discuti-lo, explicá-lo. E o combate a efectuar terá de ser *colectivo, quotidiano*. Até porque só uma atitude colectiva informada, intransigente e responsável poderá constituir o *suporte social* de uma acção fiscalizadora incorrupta e eficaz. Nada disto está ao alcance de uma direita para quem os beneficiários do sistema são, na sua generalidade, parte da sua óbvia clientela eleitoral.

ACTUAL

João Martins Pereira

SARTRE, a minha jangada

EU FIZ 20 anos em 1952. Não-crente já então, se é que o fui alguma vez, eu era a ignorância do mundo, das coisas, das pessoas. Estudava engenharia, afincadamente. Mas desencantadamente. Punham-se-me as questões metafísicas (e físicas) da idade, e outras menos próprias. No meio disto, apenas duas armas, que já deviam vir, como hoje se diz, no meu "código genético": uma enorme curiosidade, uma visceral propensão para o "não-alinhamento". Debicava sem nexos, como qualquer galináceo, nos grãos que, ao acaso das circunstâncias, me vinham cair no minúsculo pedaço em que me movia: livros, filmes (cine-clubes), associação de estudantes, pouco mais. E sem nexos contínuos, anos fora, até que, já nem sei como, dei comigo embrenhado no "mundo sartriano".

Mas por formação avesso às altas especulações filosóficas, para mim o mundo sartriano não foi, longe disso, o "L'Être et le Néant", e só mesmo bastante, mais tarde, foi a "Náusea". Foi o Sartre do "Humanisme" das grandes

polémicas, dos grandes "prefácios" (Nizan, Genet), do "teatro de situação" (sabia quase de cor o "Huis Clos" e a "P... Respectueuse"), do "Mur", de "L'Enfance d'un chef", dos "Chemins de la liberté"; foi a Beauvoir dos romances, da "Sagesse des Nations", e sobretudo da "Morale de l'ambiguïté" e do "Pyrrhus et Cinéas"; foi também via Sartre, o Nizan do "Aden-Arabie" e dos "Chiens de Garde". Daí me veio uma resposta decisiva: "não procures sem nexos nenhum, não há nexos pré-determinados, tens de ser tu a construir peça a peça o teu nexos". Cada um existe pelo que faz, pelas suas escolhas: é isso que dá um "nexos" ao seu comportamento, que o constitui enquanto ser, enquanto homem. Aquilo que para uns poder ter sido o desespero face ao "absurdo" da ausência de normas, à contingência de um mundo sem referências sólidas, foi para mim a jangada em que até hoje me mantive à tona. O saber que a aparente segurança com que outros decidiam e agiam em nome de "morais", de "princípios", de "normas", era uma mera ficção en-

cobridora de "má-fé" fundamental, de interesses de classe, de "fraquezas feitas forças" ou de demissões inconscientes, o saber que o importante eram as decisões ou acções em si e não a sua justificação — o saber isso deu-me, a mim, enfim a segurança de quem tem de "se construir" a pulso, sem transigências, sem subterfúgios. Altruismo ou heroísmo, arrependimentos, relações afectivas, empenhamento político — tudo de algum modo se reduzia a escolhas, assumidas ou não como tal, de que cada um é totalmente responsável, de que não tem de dar justificações, mas através das quais se expõe e se define perante os "outros".

Sartre poupou-me o psicanalista e a militância partidária. Enfim três citações, das muitas que "abalarão o (meu) mundo":

"(Durante a guerra) um dos meus alunos veio procurar-me: o pai rompera com a mãe, e de resto tendia a colaborar (com os alemães), o irmão mais velho fora morto na ofensiva alemã de 1940, e este jovem, com sentimentos um pouco

primitivos mas generosos, desejava vingar-se. A mãe vivia só com ele, muito amargurada pela semitraição do marido e pela morte do filho, e só nele achava consolação. Nesse momento, aquele jovem tinha à escolha partir para Inglaterra e alistar-se nas Forças Francesas Livres — isto é, abandonar a mãe — ou ficar junto da mãe e ajudá-la a viver. (...) Por consequência, encontrava-se face a dois tipos de acções muito distintas: uma concreta, imediata, mas dirigida a um só indivíduo; outra dirigida a um conjunto muito mais vasto, mas por isso mesmo ambígua, e que se arriscava a ser interrompida a meio. E ao mesmo tempo hesitava entre dois tipos de moral. Por um lado uma moral da simpatia da dedicação individual, e por outro uma moral mais larga, mas duma eficácia mais contestável. Quem o podia ajudar a decidir? (...) (p. ex.) eu só posso dizer "gostei o bastante para ficar junto dela", se fiquei junto dela. Não posso determinar o valor desse afecto a não ser que, precisamente, tenha praticado um acto que o confirme e o defina. Ora, como



Sartre poupou-me o psicanalista e a militância partidária.

peço a esse afecto que justifique o meu acto, sou arrastado num círculo vicioso. (...) Não posso buscar em mim o estado autêntico que me levará a agir, nem pedir a uma moral os conceitos que me permitam agir. De qualquer modo, dir-me-ão, ele foi ver um professor para lhe pedir conselho (...). [Mas] escolher um conselheiro, já é "empenharmo-nos" nós-mesmos. (...) Vindo procurar-me, ele sabia a resposta que eu lhe ia dar, e eu não tinha outra: você é livre, escolha, isto é, invente".

(Sartre, in "L'existencialisme est un humanisme"). "Conheci uma criança que chorava porque o filho da sua porteira tinha morrido; os pais deixaram-no chorar, até que se agastaram. "Apesar de tudo, esse miúdo não era teu irmão". A criança limpou as lágrimas.

Mas aquele era um perigoso ensinamento. Inútil chorar por um miúdo estranho: seja. Mas porque chorar pelo seu irmão? (...) "Esse miúdo não é meu irmão". Mas se eu choro por ele, é porque não me é estranho. São as minhas lágrimas que decidem. Nada está decidido antes de mim".

(Simone de Beauvoir, in "Pyrrhus et Cinéas"). Por último esta outra, que me restitui ao início deste texto (e que toda uma geração aprendeu de cor):

"Eu tinha vinte anos. Não deixarei ninguém dizer que é a idade mais bela da vida.

"Tudo ameaça de ruína um jovem: o amor, as ideais, a perda da família, a entrada no mundo dos grandes. É duro aprender a nossa parte no mundo".

(Paul Nizan, in "Aden-Arabie") J.M.P.

PUBLICAÇÕES NACIONAIS DIVERSAS

54 DIAS DEPOIS: “ACERTAR O PASSO”?

[*Expresso*, 20 Jul. 1974]⁵⁶

No momento em que se está atingindo o desfecho da primeira “crise” importante ao nível das instituições políticas saídas do 25 de Abril, e dada a extrema superficialidade, as meias-palavras tácticas, com que os órgãos de informação e as próprias organizações políticas comentaram o caso, julgo que não será inútil tentar ir um pouco mais longe. Começarei por uma apreciação descritiva e “super-estrutural” do processo, para posteriormente analisar algumas das suas implicações mais profundas.

Tudo parte – embora isso seja apenas o pano de fundo, importante aliás – da interpretação a dar *na prática* ao programa do MFA. Trata-se, sem dúvida, de um documento de compromisso, mas que, claramente, demarca sérios limites “à direita”: o exercício das liberdades democráticas, a destruição dos aparelhos fascistas, a referência a uma estratégia “antimonopolista”, a imposição de uma política social que favoreça “as classes trabalhadoras”, a exigência de que sejam dados os passos necessários para chegar à paz no que toca à questão colonial, etc., são apenas alguns exemplos desses mesmos limites. E “à esquerda”, que limites comporta? De uma simples leitura do texto ressalta que tais limites não estão explicitamente fixados. Que quer isto dizer? Muito simplesmente, que esses limites são *os que impõe a própria realidade social* (sem falar em factores de ordem internacional). Isto é, em termos de “governo”, é esta, e não mais, a margem de manobra que existe. É dentro dela que as várias forças que constituem “o poder” têm que avaliar o “possível”, avançar ou ceder segundo as circunstâncias.

Não é por acaso que a situação aqueceu a partir do momento em que se aproximava a decisão sobre um conjunto de medidas legislativas abrangendo os mais variados campos (económico e social, em particular). O espantinho do caos económico e da desordem social, cuidadosamente cultivado e propagandeado (e não só pelos sectores mais “à direita” do governo), serviu naturalmente para defender e impor um programa de medidas que, ao que se sabe, eram de tal forma “moderadas” que, em certos aspectos importantes, pouco além iriam (se é que iam) do que se teria podido esperar de um governo do “antes do 25 de Abril”. A questão colonial, essa, marcava passo. Tão patente era isto, bem como o facto de que cada dia que passava no immobilismo e na passividade só podiam acentuar aquelas tendências – e, portanto, “fazer o jogo da reacção”, em linguagem estereotipada –, que o MFA decidiu intervir *politicamente*. O primeiro

⁵⁶ *Expresso*, 20 Jul. 1974, p. 10. Artigo redigido na semana anterior a 13 de Julho.

confronto, que os jornais anunciaram sem o menor comentário que desse sequer a entender tratar-se disso, deu-se numa prolongada reunião, na segunda semana de Junho, em que, além do Presidente da República, estiveram presentes os dois ministros mais “assustadiços” (Sá Carneiro e Vieira de Almeida) mas que, pelos vistos, não conseguiram assustar os oficiais do MFA. Estes pareciam ter ganho o ascendente necessário para que aquela margem de manobra não fosse totalmente desaproveitada. Era de esperar que as organizações políticas de “esquerda” presentes no governo tivessem então tirado as suas conclusões e, mesmo sem sair do “realismo” que as caracteriza, exercido um mínimo de pressão naquele sentido. Provavelmente por razões táticas não foi essa a actuação que adoptaram e daí resultou que os sectores mais “à direita” tenham feito aprovar uma série de diplomas (e a própria nomeação do ex-ministro Veiga Simão para embaixador junto da ONU), em que a intervenção do Conselho de Ministros, quando existiu, se julga ter sido quase invariavelmente num sentido “direitista”, o que provocava depois – por estranho que pareça – inflamadas críticas dos próprios partidos no governo... Daí a chegar à “prova de força”, foi um passo: a proposta de alteração constitucional revela que, a nível dos poderes institucionalizados (de que excluimos, obviamente, o MFA – poder apenas “de facto”), as relações de força se apresentavam aparentemente favoráveis aos seus autores ou apadrinhadores. É certo que estes poderão ter jogado com a “chantagem” da crise governamental, mas não cremos que isto fosse, por si só, suficiente. Uma vez mais coube ao MFA o papel de se opor a essa manobra, e não vemos que aqueles que constantemente falam de reforço da “união do povo e das Forças Armadas” tenham querido meter o “povo” nisto. No meio de todo este processo, o “povo” só apareceu, na pessoa dos trabalhadores do Estado, para exigir a revisão do diploma que lhes dizia respeito, *aprovado em Conselho de Ministros ao que consta sem oposição*: e para isso não contou com o apoio (a não ser *a posteriori*...) de quaisquer organizações partidárias ou sindicais, fê-lo espontaneamente.

Resultados? A curto prazo:

- Reforço da posição do MFA, cujo programa se mantém intacto, e que terá, para além disso, imposto uma decidida aceleração no processo de descolonização.
- Manutenção de um equilíbrio das mesmas forças políticas dentro do governo, sendo de prever um maior dinamismo de decisões (em que sentido?) pela presença de maior número de militares, e de um primeiro-ministro também militar, saído do MFA.

-Impulso ao reagrupamento extra-governamental de forças de direita, que poderão vir a constituir um partido com aspirações a participação no governo, na primeira oportunidade, e a contar, por certo, com o apoio (mais ou menos discreto) da Presidência da República.

Entretanto, e começando já a situar a análise noutro campo, é importante referir a declaração feita, em plena crise, à Imprensa pela recém-criada Confederação da Indústria Portuguesa. Contrariamente ao que se poderia esperar, é essencialmente uma afirmação de confiança. Dir-se-ia que o capital (sobretudo o grande capital), terá enfim compreendido as “novas realidades” e o partido que delas pode tirar. Face ao silêncio, à paralisia e às hesitações governamentais, anuncia iniciativas, enuncia propostas, declara-se disposto a “jogar o jogo democrático”.

Como se conjuga isto com a nova “configuração governamental” (aliás posterior àquela declaração)? Segundo cremos, parece estar precisamente a encontrar-se uma “lógica” de evolução que julgamos ser a que corresponde à fase actual do desenvolvimento capitalista entre nós. Vejamos: a presença de militares no governo vai permitir desbloquear o impasse em que se estava: *só por si* (isto é, independentemente das medidas que sejam tomadas, e que não esqueçamos, têm de cair dentro daquela margem que inicialmente apontámos) dá confiança ao capital que, acima de tudo (embora não exclusivamente), pretende que lhe assegurem ordem e lhe “identifiquem” sem ambiguidades a sede do poder; mas, por isso mesmo, vai dar possibilidade ao governo de adoptar medidas mais “populares”, sem temer a cada momento todos os caos deste mundo – o que não exclui que, em nome da ordem, não venha a intervir mais decididamente em matéria “repressiva”... Entretanto, o capital jogará politicamente a fundo no “grande partido (ou coligação de partidos) de direita/centro-direita”, com que buscará congregar as “classes médias”, acenando, primeiro discretamente, mais tarde abertamente (à medida que se aproximarem as eleições), ao reflexo anti-comunista. O “projecto” tecnocrático começa, enfim, a ganhar forma. Queremos contudo sublinhar que estas considerações não devem ser entendidas como “previsões”: elas apontam uma tendência, que poderá vir a ser contrariada por factores de vária ordem.

Do ponto de vista das “forças de esquerda”, mais concretamente, das classes trabalhadoras enquanto agentes do processo histórico-político, que quer isto dizer? Que nada há a esperar deste, ou de outro, governo “democrático”? Que, em última análise, não sendo *dos trabalhadores* (e não há condições concretas para que o seja), o governo é

do *capital*, e portanto, também em última análise, é a ele que aproveitará a sua acção (estejam lá os partidos que estiverem)? Não sejamos demasiado simplistas, não respondamos com uma lacónica afirmativa a esta interrogação. É evidente que serão os trabalhadores as grandes vítimas de todo o processo de reestruturação que se inicia: por cada pequeno ou médio burguês que decida “acabar com o negócio” são dezenas ou centenas de trabalhadores que ficam sem emprego... É igualmente evidente que o essencial das conquistas das classes trabalhadoras se terá de efectuar através das lutas concretas que desenvolvam nos locais de trabalho, mas também *a todos os outros níveis do quotidiano*. É isso que contribuirá para reforçar a sua consciência política e manter constantemente uma atitude crítica que lhes permita definir as formas e conteúdos mais correctos das lutas a travar, face ao esquematismo dogmático de “palavras de ordem” que não deixarão de lhes ser sopradas pelos aparelhos que buscam “controlá-las”. Mas nem por isso lhes poderá ser indiferente a natureza mais ou menos “progressista” de certas medidas que o governo venha a decidir, procurando explorar ao máximo o campo de acção que lhes abram as primeiras, e manifestando frontalmente a oposição no caso das segundas (o exemplo dos funcionários públicos é frisante). Nessa medida, uma actuação persistente, pelos mais variados canais, junto daqueles que podem pesar nessas decisões, está longe de constituir um “compromisso”, daqueles que tão verberados são por todos os “esquerdismos”. É, de resto, na articulação das lutas de base com todas as outras formas de intervenção (junto das/ou nas administrações locais, nos sindicatos, nas escolas, a diversos níveis do aparelho de Estado) que reside o essencial das tarefas que se impõem a todos os que visam a concretização a prazo de um projecto socialista consequente. Isto é, não é ao nível de governo que aquela margem de manobra que referimos poderá ser *alargada*: só as classes trabalhadoras o poderão conseguir.

SARTRE, A MINHA JANGADA

[*Expresso*, 19 Abr. 1980]⁵⁷

Eu fiz 20 anos em 1952. Não-crente já então, se é que o fui alguma vez, eu era a ignorância do mundo, das coisas, das pessoas. Estudava engenharia, afincadamente. Mas desencantadamente. Punham-se-me as questões metafísicas (e físicas) do costume, as ditas “próprias da idade”, e outras menos próprias. No meio disto, apenas duas armas, que já deviam vir, como hoje se diz, no meu “código genético”: uma enorme curiosidade, uma visceral propensão para o “não-alinhamento”. Debicava sem nexos, como qualquer galináceo, nos grãos que, ao acaso das circunstâncias, me vinham cair no minúsculo pedaço em que me movia: livros, filmes (cine-clubes), associação de estudantes, pouco mais. E sem nexos continuei, anos fora, até que, já nem sei como, dei comigo embrenhado no “mundo sartriano”.

Mas por formação avesso às altas especulações filosóficas, para mim, o mundo sartriano não foi, longe disso, o *L'Être et le Néant*, e só mesmo bastante mais tarde foi a *Náusea*. Foi o Sartre do *Humanisme*, das grandes polémicas, dos grandes “prefácios” (Nizan, Genet). Do “teatro de situação” (sabia quase de cor o *Huis Clos* e a *P... Respectueuse*), do *Mur*, de *L'enfance d'un chef*, dos *Chemins de la Liberté*; foi a Beauvoir dos romances, da *Sagesse des Nations*, e sobretudo da *Morale de l'Ambiguïté* e do *Pyrrhus et Cinéas*; foi também via Sartre, o Nizan do *Aden-Arabie* e dos *Chiens de Garde*. Daí me veio uma resposta decisiva: “Não procures sem nexos nenhum, não há nexos pré-determinados, tens de ser tu a construir peça a peça o teu nexos”. Cada um existe pelo que faz, pelas suas escolhas: é isso que dá um “nexos” ao seu comportamento, que o constitui enquanto ser, enquanto homem. Aquilo que para uns poderá ser sido o desespero face ao “absurdo” da ausência de normas, à contingência de um mundo sem referências sólidas, foi para mim a jangada em que até hoje me mantive à tona. O saber que a aparente segurança com que outros decidiam e agiam em nome de “morais”, de “princípios”, de “normas”, era “uma mera ficção” encobridora de “má-fé” fundamental, de interesses de classe, de “fraquezas feitas forças” ou de demissões inconfessadas se não inconscientes, o saber que o importante eram as decisões ou acções em si e não a sua justificação – o saber isso deu-me, a mim, enfim a segurança de quem tem de “se construir” a pulso, sem transigências, sem subterfúgios. Altruísmo ou heroísmo, arrependimentos, relações afectivas, empenhamento político – tudo de algum modo se reduzia a escolhas, assumidas ou não

⁵⁷ *Expresso*, 19 Abr. 1980, p. 14-R.

como tal, de que cada um é totalmente responsável, de que não tem de dar justificações, mas através das quais se expõe e se define perante os “outros”.

Sartre poupou-me o psicanalista e a militância partidária.

Enfim três citações, das muitas que “abalaram o (meu) mundo”:

“(Durante a guerra) um dos meus alunos veio procurar-me: o pai rompera com a mãe, e de resto tendia a colaborar (com os alemães), o irmão mais velho fora morto na ofensiva alemã de 1940, e este jovem, com sentimentos um pouco primitivos mas generosos, desejava vingar-se. A mãe vivia só com ele, muito amargurada pela semi-traição do marido e pela morte do filho, e só nele achava consolação. Nesse momento, aquele jovem tinha à escolha partir para Inglaterra e alistar-se nas Forças Francesas Livres – isto é, abandonar a mãe – ou ficar junto da mãe e ajudá-la a viver . (...) Por consequência, encontrava-se face a dois tipos de acções muito distintas: uma concreta, imediata, mas dirigida a um só indivíduo; outra dirigida a um conjunto muito mais vasto, uma colectividade nacional, mas por isso mesmo ambígua, e que se arriscava a ser interrompida a meio. E ao mesmo tempo hesitava entre dois tipos de moral. Por um lado uma moral da simpatia de dedicação individual, e por outro uma moral mais larga, mas duma eficácia mais contestável” . Quem o poderia ajudar a decidir? (...) (p.ex.) eu só posso dizer “gosto o bastante para ficar junto dela”, se fiquei junto dela. Não posso determinar o valor desse afecto a não ser que, precisamente, tenha praticado um acto que o confirme e o defina. Ora, como peço a esse afecto que justifique o meu acto, sou arrastado num círculo vicioso. (...) Não posso buscar em mim o estado autêntico que me levará a agir, nem pedir a uma moral os conceitos que me permitam agir. De qualquer modo, dir-me-ão, ele foi ver um professor para lhe pedir conselho (...) [Mas] escolher um conselheiro, já é “empenharmo-nos” nós-mesmos. (...) Vindo procurar-me, ele sabia a resposta que eu lhe ia dar, e eu não tinha outra: você é livre, escolha, isto é, invente”.

(Sartre, in *L’existencialisme est un humanisme*).

“Conheci uma criança que chorava porque o filho da sua porteira tinha morrido; os pais deixaram-no chorar, até que se agastaram. ‘Apesar de tudo, esse miúdo não era teu irmão’. A criança limpou as lágrimas. Mas aquele era um perigoso ensinamento. Inútil chorar por um miúdo estranho: seja. Mas porque chorar pelo seu irmão? (...) ‘Esse miúdo não é meu irmão’. Mas se eu choro por ele, é porque não me é estranho. São as minhas lágrimas que decidem. Nada está decidido antes de mim”.

(Simone de Beauvoir, in *Pyrrhus et Cinéas*).

Por último esta outra, que me restitui ao início deste texto (e que toda uma geração aprendeu de cor):

“Eu tinha vinte anos. Não deixarei ninguém dizer que é a idade mais bela da vida.

Tudo ameaça de ruína um jovem: o amor, as ideias, a perda da família, a entrada no mundo dos grandes. É duro aprender a nossa parte no mundo”

(Paul Nizan, in *Aden-Arabie*)

PORTUGAL: TRANSIÇÃO PARA QUÊ?

O PREÇO DO FUTURO

[*Extra*, 30 Mar. 1978]⁵⁸

O debate prossegue. O leque de posições expressas alarga-se. A participação é de João Martins Pereira. Uma obra com as marcas da originalidade, um constante empenhamento político e cultural. Engenheiro, trabalhou em diversas fábricas em Portugal e no estrangeiro (RFA, Áustria e Venezuela).

A partir de 1963 seguiu um curso de Economia e Sociologia do Trabalho na Universidade de Paris.

Em 1967/8 pertenceu ao corpo redactorial da *Seara Nova* e no ano seguinte ao grupo que lançou a segunda série de *O Tempo e o Modo*.

Mais recentemente foi director interino da *Gazeta da Semana*. Fez parte da equipa colectiva que sob o nome de Álvaro Neto publicou, em 1969, o livro *Alguns Aspectos do III Plano de Fomento*. Em 1971 escreveu *Pensar Portugal Hoje*, em 1974 *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, no ano seguinte *Portugal 75 – Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*. Em finais de 76 foi lançado o livro *O Socialismo, a Transição e o Caso Português* que aborda a problemática deste debate. Podemos mesmo considerar esta sua contribuição como a actualização (e não só, supomos) das posições aí defendidas.

Politicamente a sua acção teve como marcos fundamentais a participação na campanha da CDE de Lisboa, nas eleições de 1969, a presença como secretário de Estado da Indústria no IV Governo Provisório e o apoio dado à campanha presidencial de Otelo em 1976.

F.V.

Se é certo que a questão do poder político é decisiva numa fase de transição para o socialismo; se é certo que esse poder tem de ser uma emanação muito directa e profundamente democrática do empenhamento de grandes massas trabalhadoras na sua própria libertação da exploração em todos os campos (e não apenas no imediatamente económico); se é certo que decorrente de uma mobilização geral de vontades e energias em torno de um projecto de vida e de sociedade radicalmente diferentes, a acção desse poder (não dizemos desse “governo”, pois se trata também de um poder “novo”,

⁵⁸ *Extra*. Economia, 30 Mar. 1978, p. 9.

exercido articuladamente a muitos níveis sociais) *não pode deixar de ser* um combate contínuo pelo reforço das relações socialistas emergentes em detrimento das relações capitalistas que inevitavelmente subsistirão durante um período mais ou menos longo – se tudo isto é certo, como penso, quase não seria necessário alongar-me mais ao tentar demonstrar que Portugal *não está obviamente em transição para o socialismo*. Com efeito, quem reconhecerá no actual poder político o mínimo dos elementos que acima enunciei como definidores de um “poder de transição”? E, o que é também importante em termos tendenciais, esse poder político tem vindo, se assim se pode dizer, cada vez mais a afastar-se de tais características: basta ver os três sucessivos governos de hegemonia PS, desde o VI Provisório até ao de hoje, em que essa hegemonia começa mesmo a ser discutível. Sem falar das formas de poder social não institucionais, hoje reduzidas à ínfima expressão.

No entanto, perante a evidente impotência de um poder que, dispondo de todos os meios e “legitimidades” que os regimes parlamentares (ou semi-presidenciais) facultam – as maiorias parlamentares, de ocasião ou permanentes; a confiança do Presidente da República; o apoio ou a “neutralidade” das Forças Armadas; os aparelhos de “manutenção da ordem pública”; o controle dos meios privilegiados de informação, etc., etc. – não consegue “vencer a crise” e, pelo contrário, a tem vindo constantemente a agravar, é natural que muitos se interroguem se tal impasse não encontra explicação precisamente no facto de se manterem reunidas as condições de transição. Isto é, se a existência de um forte contrapoder social (e alguns mesmo dirão também: económico) por parte dos trabalhadores não será a garantia de que atravessamos apenas um fase de refluxo na marcha para o socialismo

UM IMPASSE DE ADAPTAÇÃO

É claro que, se postularmos que a marcha para o socialismo é historicamente inelutável, tal perspectiva poderá ter algum sentido. Mas, quando se pretende analisar uma situação concreta temporalmente circunscrita, essa óptica é-nos de pouco auxílio. É mais fecundo, ainda que mais doloroso, admitir que, sendo embora um dado *essencial* a existência desse contrapoder, a burguesia portuguesa, viciada por décadas de exploração sem freio, ainda não encontrou uma fórmula de adaptação às novas condições criadas pelas profundas alterações de 74-75. Trata-se de uma situação que não é nova na História, situação particularmente perigosa e instável: a grande burguesia portuguesa não reconhece obviamente o pequeno burguês convicto Soares e o seu caricato séquito como seus representantes, nem espera das suas indemnizações, desintervenções e outras

“correções” a reconstituição do seu poder económico. Mas reconhece-lhes, isso sim, uma função histórica que só eles poderiam desempenhar. Vai-os deixando atolar-se na incompetência, na inoperância, na mendicidade externa, nos pequenos prazeres de arrivistas políticos, numa palavra, na famosa “crise”, pacientemente à espera do dia em que, de braço dado com os generosos credores europeus e americanos, julgar chegado o momento de reconquistar o poder político – e com ele todo o poder económico que hoje lhe está mais intimamente do que nunca associado.

Entretanto, e aí tocamos outro ponto fulcral, os mecanismos próprios do sistema capitalista irão desgastando e corroendo tudo o que se lhe tenha procurado escapar. É nesta óptica que a expressão “recuperação capitalista” adquire todo o sentido e revela todas as suas ameaças: trata-se da *preparação* da reconquista do poder político pela grande burguesia portuguesa. E daí que a utilização dessa expressão como sumário slogan antigovernamental não só seja insuficiente, como possa ser mistificadora, sobretudo se associada à ideia de que existem na formação social portuguesa sectores não-capitalistas, cuja manutenção, em equilíbrio com os sectores capitalistas, poderá ser “negociada”, ou “decretada” pelo governo.

Julgamos preferível enfrentar a realidade, e daí tirar as consequências. E a realidade é que não tem sentido falar de relações de produção a nível de uma empresa ou de um sector sem atentar nas relações de produção socialmente dominantes, ou seja, aquelas que, no contexto em análise, se tendem a reproduzir e alargar. A realidade é que não se pode desconhecer o carácter *social* da exploração capitalista: o mais bem intencionado dos patrões pode não fazer um tostão de lucro, pagar melhor aos seus operários e dar-lhes excelentes condições de trabalho, que *nem por isso* eles deixam de produzir mais-valia, eles deixam de ser explorados e a dita mais-valia canalizada para o sistema. No limite, se tal patrão insistir nesse comportamento benemérito, a empresa falirá e os trabalhadores ficarão no desemprego, regressando automaticamente ao *mercado* de trabalho. O capital é uma relação social, é o que isto quer dizer.

Aplicado à situação portuguesa, temos que, por diferente que seja o modo de funcionamento interno de unidades colectivas ou empresas auto-geridas, elas estão à *mercê* das relações capitalistas dominantes, e só o não estariam se pudessem viver em “circuito fechado”, sem relações de mercado com os sectores que funcionam segundo a lógica capitalista. Por via dos preços e por via do crédito, meios estritamente económicos, elas podem ser asfixiadas de um momento para o outro – a menos que se comportem como empresas capitalistas. As pressões fortíssimas provindas do FMI e do

Mercado Comum para que em Portugal plenamente se restabeleçam as regras de uma economia de mercado têm por fim, entre outras coisas, eliminar *pela via económica* estas “aberrações” – e outras ainda, como por exemplo, poder o sector nacionalizado não obedecer à lógica do lucro, e poder esse facto ter um sentido anti-capitalista (o que é, de resto, difícil, dada a natureza do sector e o contexto em que se insere).

“TRANSIÇÃO PARA O PLENO CAPITALISMO”

Conclui-se então que, no plano económico, e acima de tudo devido à dependência financeira externa a que o poder político nos conduziu, a tendência é no sentido de uma “transição para o pleno capitalismo”, sendo certo que, de qualquer modo, o modo de produção capitalista se mantém indiscutivelmente dominante. Por outro lado, no plano político, a tendência é no sentido de uma “transição para o poder da grande burguesia”, não sendo muito tranquilizante as perspectivas quanto à forma política que se proporá adoptar, e sem esquecer que uma primeira “cunha” no poder de Estado já foi introduzida com a inclusão do CDS na maioria governamental.

Isto dá a medida da instabilidade que caracteriza a situação portuguesa. Como a dá também da fragilidade em que assenta a proposta de que se mantenha, por acordo tácito ou por determinação legal, a “estabilidade” da demarcação das muito impropriamente chamadas “formações económicas” existentes. Voltando ao início, se só o poder político e social pode assegurar a transição para o socialismo e a reprodução de relações sociais de produção socialistas, parece claro que a luta a travar é eminentemente *política*: só uma autêntica *inversão* das relações de forças políticas e sociais se pode opor aquela dupla transição, e às suas provavelmente dramáticas consequências. Como também convém ter presente que só a existência de uma determinada relação de forças explica que ainda hoje se mantenham muitas posições adquiridas – contra a evidente “vontade” dos mais aguerridos governantes.

Mas para que essa inversão se possa dar é, mais do que nunca, indispensável que as explicações sejam muito claras, que os riscos sejam expostos, com completo desassombro, que as soluções propostas não sejam mitificadas – que cada um conheça, sem margem para dúvidas, o *preço do futuro* e esteja plenamente disposto a assumi-lo.

POLÍTICA CULTURAL

[*Intervenção*, Nov. 1978]⁵⁹

Este texto insere-se, de algum modo, como charneira entre dois trabalhos publicados no último número de *Intervenção* – o de Manuela Silva e o de Luís Martins.

No primeiro deles, as noções de cultura e ideologia aparecem confundidas, ao ponto de não se ter julgado necessário enunciar as próprias palavras “ideologia” ou “ideológico”, se bem que, por vezes, se esteja a falar de coisas que têm muito a ver com o que por isso, correntemente, se entende. O segundo, ocupa-se explicitamente da “ideologia fascista”, mas associa sempre “cultura e ideologia”, embora o seu ponto de partida seja o reconhecimento de que convém, na prática, fazer uma certa distinção.

É certo que, em trabalhos teóricos, esta identificação é corrente com o conceito alargado de cultura de raiz antropológica. Cremos, no entanto, que quando se abordam questões próximas de uma prática de “acção cultural” é bom não ficarmos por aqui. Porque, se se entende que cultura e ideologia são rigorosamente o mesmo, por que não seriam sinónimos “acção cultural” e “acção ideológica”? Ora, muitos hesitarão em aceitar a identidade destas expressões. Mais facilmente a aceitaremos nós, e vamos ver porquê.

Do ponto de vista de uma *intervenção*, parece-nos útil postular que as “manifestações culturais” – no sentido lato: música, artes dramáticas, dança, poesia, escultura, etc., etc., mas *também* costumes, comportamentos, culinária, etc. – são expressão de um conjunto de noções básicas e de valores de uma concepção do “modo de viver em sociedade” que podemos designar como uma “ideologia”.

Sucedem que, em meios rurais pouco alfabetizados (mas também, com frequência, em meios rurais com nível educacional aceitável e mesmo, mais do que se pensa, nos meios urbanos e industriais) essa ideologia não é conscientemente formulada: ela só é detectável indirectamente, através das referidas manifestações culturais.

É aqui que surge a grande dificuldade da “acção cultural”. Com efeito, o animador cultural, ele, é quase sempre portador de uma ideologia consciente, que é capaz de formular e lhe determina a acção, para além de dispor (ou julgar que dispõe) geralmente da capacidade de identificar os suportes ideológicos do comportamento daqueles a quem essa acção se dirige. O encontro do animador com as populações situa-se ao nível das “manifestações culturais”, mas a assimetria ao nível da “ideologia” – consciente e actuante, num caso, inconsciente, no outro – pode criar graves problemas de

⁵⁹ *Intervenção: acção cultural e ideológica*, nº 9 (Nov. 1978), p. 16-17.

relacionamento e de diálogo. Nos referidos artigos, os seus autores mostram conhecer esta questão (mais explicitamente o segundo), mas a não distinção daqueles dois níveis e da decorrente assimetria torna difícil o seu aprofundamento.

Tentando ir um pouco mais longe, na mesma direcção, vejamos um exemplo concreto.

O animador cultural estando consciente (ou julgando estar) de um conjunto de conceitos e de ideias, no quadro das quais irá situar a sua acção, tende normalmente a privilegiar o “conteúdo” relativamente à “forma”: por um lado, dirige preferencialmente essa acção para actividades “com conteúdo” – muitas vezes confundido com “texto” – como sejam o teatro ou o canto coral, p. ex, com menosprezo daquelas em que, no seu entender, predomina a “forma”: a dança, a música, a escultura/cerâmica, a tecelagem, as mais diversas expressões do que é comum designar por artesanato; por outro, e naturalmente, no campo das primeiras, tende a ser muito mais exigente no “conteúdo” do discurso que na “forma”, por que se organiza e se exprime. Em contrapartida, as populações a quem se destina a acção do animador, menos capazes de uma articulação imediata entre um discurso e a sua própria “concepção de vida”, preocupam-se, geralmente, menos com o “conteúdo” e privilegiam as “formas” de expressão.

O que pode resultar daqui? Por exemplo: que, na melhor das intenções, um animador promova a representação de uma peça de teatro cujo conteúdo considera altamente progressista, mas cuja forma por que foi realizada, terá sido extremamente “reaccionária”. Expliquemo-nos: uma população que tem muito radicados valores de “hierarquia social”, de “autoridade”, de respeito pelos que “sabem mais”, etc., e que não se preocupa em avaliar se um texto que lhe é proposto é ou não coerente com valores que não sabe formular, não verá inconveniente em representar/assistir a um espectáculo teatral de “conteúdo” eventualmente contraditório com esses valores, enquanto que os recém-actores acharão naturalíssimo que seja o animador-letrado a dizer o que cada um *tem de fazer*, e *como o tem de fazer*, coisa a que sempre foram habituados. Em tal caso, a actuação do animador terá sido simplesmente nula, no sentido em que não contribuiu minimamente para qualquer “alteração do *statu quo*”. Na realidade o conteúdo eventualmente progressista não exerce nenhum efeito, dado que não é a esse nível que nesse meio o essencial das “mensagens” são recebidas. Em contrapartida, ao nível a que situa a sensibilidade social, o do “modo” de fazer, em que se poderia tirar partido do sentido colectivo, que é frequente em tais grupos sociais, de forma a despertar uma libertação da criatividade – essa *sempre* progressista, qualquer que seja o “conteúdo” – a

esse nível manteve-se a distribuição tradicional dos papéis: a *autoridade* e os que obedecem sem discutir.

Outro aspecto relacionado com a questão da ideologia é o que se refere ao *tempo*.

Consciente das “ideias justas”, o animador tenderá a ser voluntarista, a pretender ser rápido na sua acção. Mas confronta-se com um meio cuja ideologia, latente, se foi elaborando/transformando ao longo de um tempo histórico indeterminado, meio que resiste (salvo em situações excepcionais) às mudanças bruscas. Isto, sem falar na confrontação das noções de tempo que derivam do próprio “processo de trabalho”, isto, em particular, quando a “acção cultural” se desenvolve em meio rural: é o ritmo urbano/industrial que faz parte (talvez inconscientemente neste caso) da ideologia do animador-citadino que se opõe ao ritmo do processo de trabalho do campo, o ritmo do “sol e das estações que impregna os comportamentos rurais”. O animador só vencerá este obstáculo se for capaz de uma visão estratégica, a prazo, se a sua unidade de tempo se aproximar mais de “geração” do que do “mês”.

É altura de voltar ao princípio. Dir-me-ão que ao preocupar-me com a *eficácia* da “acção cultural” tendo em vista o objectivo – porque é esse o objectivo – de transformar a ideologia subjacente às “manifestações culturais”, sou eu que estou a propor que a “acção cultural” seja de facto “acção ideológica”, ou seja, em última análise, que sou eu que estou a identificar cultura e ideologia.

Ora, é justamente isso. Não há acção cultural que não seja ideológica, logo, política também. O que eu pretendia dizer no princípio deste artigo é que há que estar consciente disso e não ter receio das palavras. Falar da “acção cultural” evitando cuidadosamente falar de “ideologia”, ou falar de “cultura e ideologia” mantendo incólume a expressão “acção cultural” – é isso que me parece ser uma certa fuga ao facto de que a cultura e ideologia estão, na realidade, intimamente associadas e que não tem sentido admitir a possibilidade de uma “acção cultural ideologicamente neutra”. A distinção que fizemos entre o nível (cultural) das “manifestações” e o nível (ideológico) das ideias fundamentais foi apenas uma “simplificação didáctica” que serviu para pôr em evidência a assimetria de situações entre animador e populações, e bem assim, as consequências daí decorrentes.

Dito isto, é possível que alguns observem que, mesmo assim, não fui suficientemente longe. Que falei de “ideologia”, mas não de “ideologias”, de classes. É óbvio que não se deverá interpretar o que ficou escrito como havendo a *ideologia* dos animadores face à *ideologia* das populações no seio das quais trabalham. Limitei-me ao “caso típico”, por

isso mesmo redutor, do animador “progressista” no seio de uma população impregnada de ideologia “conservadora”. Mas não ignoro que, no limite, até se possa verificar a situação inversa. Sobretudo não ignoro que a “efectivação” das ideologias é uma simplificação por vezes perigosa de uma questão muito mais complexa, que tem naturalmente a ver com as classes e com as relações classes/ideologias, bem mais intrincadas do que por vezes se supõe. Só que isto seria matéria para outro artigo.

Apenas uma última nota, a propósito das fases excepcionais da receptividade ideológica/cultural. Também isto daria pano para mangas, pelo que me limito a assinalar o facto de que determinados períodos históricos, a *prática* colectiva proporciona uma excepcional abertura à evolução acelerada de ideologias aparentemente “petrificadas”. O facto em si, parece-me incontroverso. Sucede, porém, que as *regras* do “confronto” a que acima nos referimos, essas permanecem as mesmas.

Em Portugal, muitos não o terão compreendido, e daí que, num período particularmente estimulante e com um imenso potencial de transformação social, esse confronto, inevitável, tenha, na realidade, sido “agressão”.

EUROPA-PORTUGAL: SEGUNDA INVESTIDA

[*República*, 10 Out. 1975]⁶⁰

A discussão sobre se Portugal é essencialmente um “país atlântico” ou um “país europeu” alimentou certas querelas ao tempo do marcelismo: os interesses capitalistas divergiam então em função das suas fontes e da sua estratégia de acumulação, na prioridade a atribuir ao “reforço dos laços coloniais”, ou ao “reforço dos laços europeus”. Os partidários deste último surgiam como “liberais”, como a “brecha da democracia” no seio das instituições fascistas. Derrotados então, reconquistado Marcelo para as posições ultra que bem melhor, de resto, se lhe adequavam, viram esses interesses no 25 de Abril um momento privilegiado para relançarem o seu projecto “europeu” (e, complementarmente, neocolonialista) transmutando-se de “esquerda da direita” em “direita da esquerda”.

Spínola jogou a fundo essa carta: Sá Carneiro e Champalimaud eram os seus homens (entre outros) para esta impossível contenção do processo revolucionário. E que era impossível, viu-se. A vigorosa pressão das massas trabalhadoras impediu a concretização desse programa, remeteu ao exílio ou ao silêncio muitos dos seus progenitores e defensores. O seu último alento, nesta fase, manifestou-se com o “Programa de Política Económica e Social” de Fevereiro de 1975, logo arquivado em Março, depois do histórico 11. Mas as forças revolucionárias, embriagadas por triunfos relativamente – ou aparentemente – fáceis, acentuaram um voluntarismo e uma escalada “verbal”, que afinal dissimulavam fraquezas muito evidentes. E a menos evidente não era, por certo, o facto de se manter intacta a “questão do poder”: confiou-se em que a conquista “por dentro” dos aparelhos de poder, seria suficiente para tornar o poder revolucionário, para resolver a questão do poder. Ilusão reformista. Com efeito, não só não há revolução sem poder revolucionário (logo não-burguês), como – e isso é fundamental – é necessário ter presente que uma revolução não se anuncia nem se ameaça: faz-se (se as condições são propícias) ou prepara-se (se o não são). Agitar a revolução como uma “ameaça”, em lugar de lhe criar as condições, como uma “necessidade”, exige menos esforço, contenta-se com quadros políticos menos numerosos e menos esclarecidos, dispensa um trabalho de massas aprofundado: mas o que prepara, em última análise, é a contra-revolução. Não

⁶⁰ *República*, 10 Out. 1975, p. 1 e 16. Texto não assinado.

é, pois, por acaso que, ao fim de muitos meses de esquecimento, voltam agora à superfície os Sá-Carneiros e os aprendizes de Spínola. Que os dirigentes do PS aparecem enfim sem disfarces revolucionários. Mantidos os mecanismos capitalistas, mantido um poder hesitante, e comprometido (e como não seria, se não era um poder revolucionário?), o tempo – traduzido em agravamento e impossibilidade de solução dos problemas económicos, em desgastantes crises políticas – jogava a seu favor. Só que já lhes não é possível, agora, aparecer como a “direita da esquerda”, mas isso é o menos.

Não é também por acaso que se volta a pôr a questão do “reforço dos laços europeus”, que se assiste a uma nova investida junto do capital monopolista europeu. Agora, porém, é outra a alternativa que se lhe opõe: o “reforço da independência nacional”. E isto que quer dizer? Até aqui pouco menos tem sido do que um slogan, uma expressão utilizada por todo o gato sapato, em nome da qual todos dizem agir. Poderia, então, parecer que é um objecto de consenso generalizado: na realidade não é mais do que um verbalismo demagógico sem qualquer conteúdo, e por isso mesmo qualquer consenso à sua volta só poderia ser falso e mistificador. Ora é claro que a independência nacional “só pode” constituir objectivo e tarefa de um poder revolucionário. E inversamente o poder só será revolucionário se formular com precisão, e aplicar com firmeza, uma política de independência nacional. As forças revolucionárias ainda não formularam tal política, quando é certo que preparar a revolução não é só intensificar as lutas sociais e populares; é sobretudo enunciar os pontos concretos de uma “política revolucionária”, e, permanentemente, confrontá-los – como alternativa a ser seguida. E discuti-los com as massas, levá-las a compreender por que são incompatíveis tais alternativas, traduzir essa política numa estratégia nas quais aquelas lutas se integrem.

Um dos pontos que tem de fazer parte de uma política de efectiva independência nacional é precisamente a questão, muito concreta, das nossas ligações económicas – até hoje preponderantes – com a Europa. Para essa questão é urgente definir um alternativa revolucionária, enquadrada numa política “interna” e “externa” que, por se apoiar nas massas, encontre nelas a força para enfrentar os sacrifícios inevitáveis que uma Revolução comporta. Só definida essa alternativa será possível demonstrar com a clareza indispensável por que a “entrega” que se prepara actualmente ao Mercado Comum não é mais do que uma resposta – a do capital – a um problema para o qual existe “outra” resposta – a dos trabalhadores. Ou seja, porquê essa resposta irá reforçar a dependência nacional e só poderá, portanto, agravar, em lugar de destruir, a exploração dos trabalhadores portugueses.

ESPAÑA

AS LÁGRIMAS QUE NOS PROMETEM

[*República*, 30 Set. 1975]⁶¹

O eco dos disparos que fizeram cair cinco revolucionários espanhóis atinge-nos, deste lado da fronteira, com ressonâncias que a outros passarão despercebidas. É que o fascismo que apontou essas armas, a violência que é diariamente – e não apenas quando chega a tais extremos – o fascismo, é algo que bem conhecemos, quantos de nós desde que nasceram.

Melhor que ninguém estamos colocados para apreciar a imensa hipocrisia que representa a “revolta moral” que por essa Europa vai nestes dias: Franco despedaça momentaneamente os corações de tantos que o têm ajudado a sobreviver, de tantos sem os quais há muito teria deixado de cometer tais crimes. Rir-nos-íamos, se não fosse nojento, da firmeza com que a Alemanha Federal chama rapidamente o seu embaixador em Madrid, ainda há bem poucos meses o seu ministro dos negócios estrangeiros – um tal Genscher, cujo nome é bom fixar, parece que amigo pessoal do dr. Mário Soares – passou uns excelentes dias precisamente em Madrid a congeminar a eventual substituição de um Portugal “socializante” por uma Espanha segura e bem fascista na NATO! Convém ter presente, hoje mais do que nunca, que se a Espanha franquista sobreviveu após 1945 foi porque os Estados Unidos, empenhados na guerra fria, lhe deram uma mão forte (a troco da instalação de bases militares e nucleares) e, depois deles, a mesma Europa que reserva os seus esporádicos sobressaltos para os momentos em que Franco, impassível, decide abater Grimau, e mais tarde Puig Antich, e hoje mais estes cinco revolucionários. Os próprios países ditos socialistas, pragmáticos e respeitadores dos acordos de partilhas entre blocos, acabaram por normalizar as suas relações com Franco e têm vindo, ano a ano, a desenvolver trocas e a firmar acordos (e é bom que se saiba, que se do mesmo escapámos ao tempo de Marcelo terá sido em boa parte por pressão dos movimentos de libertação das colónias).

Mas a Europa esquece aqueles sobressaltos em poucas horas. E ao mesmo tempo que deita umas lágrimas passageiras nestas ocasiões, vai preparando para Portugal (que cometeu o gravíssimo crime de esmagar o fascismo) dias talvez bem mais sangrentos. Os governos europeus empenharam-se decididamente em impor a Portugal o regime político que melhor lhes convenha (e, sobretudo, aos Estados Unidos), nem que volte a

⁶¹ *República*, 30 Set. 1975, p. 8-R.

ser um regime fascista: ainda tem lágrimas de reserva para verter pelos crimes que tal regime, em nome da *pax americana*, venha a cometer. Pois não é certo que, com ou sem execuções, os investidores e negociantes estrangeiros, as multinacionais e quejandos, se sentem bem mais seguros na Espanha fascista (por quanto tempo ainda?) do que no Portugal pós-25 de Abril? Será a Espanha que as ITT e as General Motors ameaçam abandonar? Serão os movimentos antifascistas espanhóis ou é Spínola quem tem apoio e acesso directo aos mais altos funcionários da Presidência da República Francesa? É sobre a Espanha que Ford e Kissinger têm ultimamente multiplicado as declarações de “inquietação” e os propósitos mal-disfarçados de intervenção? É com o fascismo espanhol que se preocupa o Mercado Comum (alguns membros tanto têm pugnado pela entrada de Espanha!) ou, pelo contrário, uma simples ameaça da direita em Portugal é logo saudada por Bruxelas com um “sinal positivo”?

O sistema capitalista tem leis inelutáveis a que mesmo as mais generosas almas de empresários se têm de submeter. Essas leis impelem-nos para aqueles países onde os lucros se afiguram mais prometedores e os seus bens mais protegidos: onde a “ordem social” lhes permita a mais tranquila exploração do “bom povo” que os acolhe. Tudo isto nos é familiar. Já nos era antes e, mais do que nunca, o é desde o 25 de Abril.

Mas hoje há outra coisa que nos é bem clara, e essa evidência devemo-la aos cinco patriotas espanhóis assassinados: um governo que, a propósito de tal crime, emite um comunicado como aquele que ontem concebeu o VI Governo Provisório é um governo pronto a vender Portugal por um prato de lentilhas.

A Europa tem-nos, pois, lágrimas abundantes prometidas para quando tiver conseguido que Portugal volte à “ordem fascista”. Lágrimas e dólares por certo. *Durante tempo demais* evitámos à Europa as lágrimas que já devia ter chorado pela vitória da revolução em Portugal. Oxalá ainda tenhamos forças para, juntamente com os revolucionários espanhóis, a fazer chorar essas, que não estão no seu programa.

Il y a enfin quelque chose de nouveau et, on peut l'admettre sans difficulté, d'irréversible dans la situation politique au Portugal: on constate avec stupeur que l'armée est profondément divisée. Et cette division ne se fonde pas sur des querelles internes ou des revendications purement matérielles de jeunes officiers (de dont on parle depuis quelque temps) mais sur des options politiques. Pour que cela vienne à la surface il a suffi de deux facteurs récents qui, de toute évidence, n'ont servi de détonateur. Le premier, en Novembre 1973, a été le choc entre civils et militaires à Beira, deuxième ville de Moçambique. Les blancs, inspirés, semble-t-il, ^{par} M. Jorge Jardim, (une sorte de Ian Smith, directeur d'un influent quotidien, très lié à d'importants intérêts économiques et aussi aux milieux proches de M. Banda, du Malawi), ont provoqué des incidents graves, en accusant l'armée de passivité, de rester aux casernes et de ne pas assurer la protection nécessaire aux colons blancs. Cela a provoqué une extrême agitation dans l'armée et surtout au sein des officiers de grade moyen qui, ces dernières années, ont accumulé des commissions ^{de service} successives de deux ans chacune dans les différentes "Provinces" et qui ont le sentiment que, justement, sans eux, ces blancs n'auraient pas pu poursuivre leurs belles affaires.

Fin Décembre le gouvernement a créé le poste ^{de} chef d'Etat-Major adjoint des Forces Armées, nommé pour ce poste (le second dans la hiérarchie des F.A.), le général António de Spínola, ex-gouverneur de "Guinée Portugaise" (Guinée-Bissau), et tout de suite après c'est le chef d'Etat-Major lui-même qui a dû se déplacer au Mozambique pour essayer de guérir les plaies ouvertes. La nomination du général Spínola faisait croire à un certain compromis ~~politique~~ politique, puisque son chef, le général Costa Gomes, était connu par ses excellents rapports avec le chef du gouvernement, M. Caetano, alors que Spínola, d'après de nombreuses déclarations surtout au cours de sa dernière année à Bissau, serait partisan de solutions moins rigides pour les "Provinces d'Outre-Mer".

Le 22 Février intervient le deuxième facteur, celui décisif: la publication du livre "Le Portugal et l'avenir", signé par Spínola, où l'éventualité d'une victoire militaire est exclue, le rôle de l'armée étant présenté ^{celui} comme de "créer les conditions pour une solution politique". Et l'auteur ne s'arrête pas là: il propose la création d'une Fédération d'Etats dont la "métropole" ne serait que l'un d'eux, en parfait pied d'égalité. Il décrit en détail toute la procédure pour

TEXTOS “INÉDITOS”

NO REINO DOS FALSOS AVESTRUZES

[19 Jul. 1977]⁶²

Diz-se de quem não quer ver o que se passa à sua volta, para não ter, por hipótese, de lhe suportar os incómodos, que faz como o avestruz que, como rezam os papiros, tem por ancestral hábito enfiar a cabeça na areia. Sempre houve em Portugal muito quem o fizesse, sobretudo aqueles que podiam permitir-se esse luxo: deixar correr o marfim, certos de que o “marfim” lhes ia de feição.

Mas o que ultimamente tem proliferado nas hostes da esquerda portuguesa (e não me detenho a precisar o que isto seja, que só por si daria pano para mangas) é uma espécie bem mais retorcida e original: o falso avestruz. Isto é, aquele que sabe muito bem o que se está a passar, vive mesmo na preocupação (se não na profissão) de saber o mais possível mas, por razões tácticas, faz que não sabe, que não viu, faz como se tivesse a cabeça metida na areia, onde só chegassem as informações que menos o perturbem. E a partir dessa amputada informação se tecem conjecturas, se formulam análises, se pronunciam discursos que, passando naturalmente à margem da realidade, nem por isso deixam os seus autores menos tranquilos, haja o que houver, do que ninguém os poderá acusar é de desestabilização. Bem nos compadeceríamos desses falsos avestruzes, não fossem tão nefastas e perniciosas as consequências de tal atitude. E se não vejamos. Estive há dias num conciliábulo bastante concorrido onde cabeças da mais variada esquerda eram mais que muitas, e onde se discutiam as “grandes opções do plano 77-80”. Ouvi uma brilhante exposição, que me pareceu merecer um generalizado consenso, aliás, ao que suponho, já gerado ao longo de debates que há várias horas se vinham processando. Os pontos centrais da análise eram os seguintes: a) que as grandes linhas daquele documento apontavam para soluções de esquerda para a “crise económica” portuguesa; b) que tal solução implicava que o governo (leia-se PS) renunciasse a “procurar o empresário perdido” (leia-se: a privilegiar alianças de direita) e se decidisse enfim, como “partido de esquerda”, a utilizar as alavancas fundamentais do sector público e a seguir à risca o “modelo constitucional”; c) que toda a esquerda deste país deveria apoiar o governo desde que ele se empenhasse nesse meritório esforço; d) que, a não ser assim, não tardaria que os homens do Fundo Monetário Internacional por aí aparecessem com mais um dos seus “planos de estabilização” tipo impresso-que-basta-

⁶² Enviado ao *Diário Popular* em 19 de Julho de 1977 e recusado. Publicado em 1983 em *No reino dos falsos avestruzes: um olhar sobre a política*. Lisboa: 1983, A Regra do Jogo.p. 139-144.

assinar, do género do que nos últimos meses foram impostos ao Egipto e ao Peru (seguidos de repressão, mortos, feridos, etc.), sem falar na Inglaterra e Itália.

Ora sucede que o orador sabe tão bem como nós que as chamadas “grandes opções do plano”, não interessa se mais ou menos de esquerda, se mais ou menos consistentes, não passam de um papel que pouco vale face às condições políticas concretas. E essas dizem-nos que o PS não é, nem é presumível que a curto prazo se possa tornar, o “partido de esquerda” que os falsos avestruzes fazem de conta que é. O Partido Socialista, em particular o seu aparelho, é antes, todos sabemos, o partido do carreirismo, do oportunismo, do “tacho”; um Partido para o qual a Constituição (quanto mais o Plano!) é um papel de valor muito relativo; um partido de surpreendente vocação totalitária, e se não veja-se a vergonha da informação oficiosa, do preenchimento de lugares de influência e poder; e sobretudo é, neste momento, o “partido do estrangeiro”, como tão bem o definia Gramsci: “Quanto mais a vida económica duma nação está subordinada às relações internacionais, mais um partido particular virá a representar esta situação e a explorá-la, com o objectivo de impedir que outros partidos rivais o ultrapassem (...) (esse partido), na realidade representa não tanto as forças vitais do seu próprio país mas a subordinação deste e a sua escravatura económica às nações hegemónicas ou a algumas delas”. É, enfim, um partido *vazio* (de projecto, de imaginação, de convicção, de base social – de socialismo) e, por muito que isto nos preocupe, condenado.

Isto significa, entre outras coisas, que para o Governo é muito mais importante e urgente a negociação (?) dos não sei quantos milhões de dólares com o FMI, que condicionam o “grande empréstimo” salvador (do governo...) do que o respeito pelo que possa estar escrito nas “grandes opções” – que, de resto, os peritos do Fundo nem se darão ao trabalho de ler. Em resumo: muito antes de estar elaborado o Plano propriamente dito, já tudo terá sido posto em causa por esta via pouco exaltante. Aliás, a recente reviravolta do PS na Assembleia faz crer que nem as “opções” se salvarão... E o primeiro destacamento de homens do Fundo já por cá anda.

A questão não é, pois, “que fazer para evitar que o PS se alie à direita, para que se assuma de vez como partido de esquerda?”, mas outra: “que fazer face ao *facto* muito concreto que é o PS não ser aquilo que eventualmente gostaríamos que fosse?” Por mais que se procure esconder esse *facto* e evitar excessos de linguagem que “empurrem o PS para a direita” ou que dêem origem a uma “divisão no PS, tão perigosa para a democracia” (o que é verdade), isso não evita que esses riscos cada vez mais se

concretizem, ante o falso espanto e culposa impotência dos que acharam melhor “fazer de conta que”, em lugar de enfrentar a desagradável verdade da nossa situação política. Outra vocação dos falsos avestruzes é a de fecharem os olhos às questões militares e, acima de tudo, não tocar no Presidente da República nem com uma flor. De facto, sabendo eles o que sabem do PS e do Governo, há que preservar uma figura e uma instituição que se supõe poderem, em dado momento, “aguentar” ao menos “uma certa vida democrática”. Louvável atitude essa se, uma vez mais, não significasse uma fuga às realidades. Os escândalos da justiça militar, com a vida airada de pides e bombistas por esse país fora (quando não se raspam, muito simplesmente, como aqueles senhores que foram avisados pelos meios de comunicação social que lhes ia ser passado um mandato de captura!) e com a inacreditável contrapartida do “caso Rui Gomes”, já seriam suficientes para suspeitar de que nem tudo vai muito tranquilizador pelas paragens militares.

Mas a autêntica “caça às bruxas” verbal (por agora) desencadeada pelo caso “Guerra Santa” deixa-nos estarecidos. O sr. EMGFA reagiu como se fosse directamente visado, o que é altamente inquietante. Um general afirmou que “os valores morais e tradicionais das Forças Armadas são intocáveis”, o que tem ressonâncias de ultra-conservadorismo bem pouco democrático. O mesmo general sugere que os que morreram na guerra colonial o fizeram para o “engrandecimento de Portugal” (o que, sendo espantoso, não impede que muitos, que respeitamos, estivessem convencidos disso), declaração que só por si nega a essência descolonizadora do 25 de Abril. Enfim, para além de várias outras afirmações de outros generais, é o próprio Presidente da República que, no dia seguinte a ter considerado Camilo de Mendonça “um grande homem” – coisa de fazer calafrios –, trata de ignorantes os que pensem que se pode chegar a general sem uma carreira exemplar passando, nomeadamente, pela “ida ao mato” (outra expressão arrepiante). Face a estes sinais, que não surgem por acaso, e que só por si mostram em que medida aos mais altos níveis da instituição militar já se reage de forma semelhante e até com idênticas expressões (veja-se a célebre “nota oficiosa”) às que se verificaram à data em que a peça foi escrita, seria de esperar de homens de esquerda não só uma tomada de posição muito vigorosa mas, em particular, mas uma interrogação pública sobre “o que fizeram os homens do 25 de Novembro das Forças Armadas que fizeram o 25 de Abril”. Nada disso. Tirando poucas excepções, incluindo as salutares, se bem que brandas, palavras do autor da peça, que têm ao menos o mérito de introduzir o humor na questão e tratá-la pelo lado do ridículo (embora só em relação à TV), a reacção generalizada é de

espanto: “Como podem as FA do 25 de Abril tomar para si o que foi para “outras” FA?” Todos fingem ignorar que, se as FA actuais *ainda* não são as que conduziram a guerra colonial, também *já* não são as que fizeram o 25 de Abril – e tirar daí as necessárias consequências. Políticas.

E se *ainda* não são o que eram antes, é porque a luta de classes as penetrou profundamente. E ainda bem. No dia em que as FA voltem a ser um corpo monolítico, rigorosamente hierarquizado (incluindo os espíritos), supostamente neutras e exigindo que se veja nelas o modelo mesmo das virtudes pátrias – nesse dia terá acabado de vez o 25 de Abril. Por mais que os falsos avestruzes jurem que nas FA vai tudo como Deus com os anjos, que é inatacável o apego à democracia de todos os chefes militares, que dizer o contrário é fazer o jogo da direita, por sugerir divisões inexistentes.

Resumindo e concluindo: aos falsos avestruzes poderá estar reservado o inglório destino dos avestruzes “autênticos”. Só que não terão desculpa e a dar-se isso um dia, serão arrastados com eles todos os outros pássaros que nós somos. Ou seja, as tácticas suicidas acabam sendo criminosas.

L'EXPERIENCE PORTUGAISE AU BORD D'UN TOURNANT DECISIF

[Inédito, 26 Fev. 1975]⁶³

Au moment où j'écris un débat politique essentiel est en cours au Portugal. Et ce n'est pas par hasard si ce débat a lieu dans les instances militaires. Il s'agit du problème de l'institutionnalisation du Mouvement des Forces Armées. Qu'est-ce que ça veut dire? Le 25 avril 1974, au moment de renverser le pouvoir fasciste, le MFA avait présenté au peuple portugais une sorte de "charte", le programme du MFA, où l'engagement était pris de confier le pouvoir à un gouvernement civil provisoire, qui préparerait les élections pour une Assemblée Constituante dans le délai d'un an. La constitution qui en sortirait mise en application, cela mènerait à l'élection, vers la fin 75, d'une Assemblée Législative et d'un Président de la République. A ce moment-là le rôle politique des FA s'effacerait en définitif: "L'action des forces armées sera restreinte à leur mission spécifique de défense de la souveraineté nationale", selon les mots exactes du programme du MFA. Il arrive pourtant que, depuis le 25 avril, à la faveur de crises politiques graves (surtout celles de juillet et du 28 septembre), où chaque fois la menace d'un retour en arrière dans le processus "révolutionnaire" a été matée grâce à la fermeté et à la décision des secteurs du MFA plus attentifs à la dynamique sociale déclenchée par le coup d'avril, à la faveur de tels événements, donc, le pouvoir réel du MFA n'a cessé d'augmenter. Notamment après le 28 septembre un certain nombre d'organes ont été créés au sein des Forces Armées qui jouent depuis lors le rôle d'un authentique pouvoir parallèle, sinon "le pouvoir en dernière instance". On l'a vu clairement ces derniers temps, au moment des débats sur le "Plan Economique d'Emergence" et sur la loi syndicale, où le poids de la position publique du conseil supérieur du MFA, préalable au débat en conseil de ministres, a été décisif.

On pourra dire que cette poussée en avant du MFA a été fortement appuyée par un Parti communiste dont les derniers sondages effectués semblent prononcer un très bas pourcentage électoral. Le PC et son proche allié, le MDP/CDE, ont été en effet les grands champions, depuis quelques mois, de l'institutionnalisation du MFA, c'est-à-dire, de la constitution du MFA en organe politique ayant légalement une fonction de vrai "conducteur politique" du pays, par dessus les Assemblées à élire et au-delà du délai initialement prévu pour la présence des Forces Armées dans la vie politique portugaise.

⁶³ Enviado ao *Libération* em 26 de Fevereiro de 1975. Não publicado.

Ces deux partis ont même à un moment paru favorables à la non réalisation des élections, mais ont fait marche-arrière sous la pression très forte du Parti socialiste et des secteurs “modérés” du MFA même.

En réalité, une telle analyse, en terme d’influences et contre-influences des partis, est de toute évidence très insuffisante. Ce qui est vraiment important est le fait que le MFA, au-delà des manoeuvres et pressions des partis pour “s’approprier” idéologiquement le plus possible d’officiers ayant un droit de vote aux assemblées et conseils du MFA, est encore et surtout ce qu’on pourrait appeler un miroir, soit-il grossier ou déformant, de la dynamique sociale, des luttes de classes au Portugal. Les officiers qui siègent aux organes actuels du MFA font un grand effort, d’autant plus grand qu’ils étaient pour la plupart politiquement vierges au 25 avril, pour interpréter et s’apercevoir de l’évolution des rapports sociaux, de la situation économique, enfin des rapports de force politiques et pour traduire cela dans leurs débats et leurs résolutions. Le “point d’honneur” qui est le maintien de la réalisation d’élections, dont beaucoup d’hommes du MFA ont la conscience des considérables risques, a, en contrepartie, favorisé la question de l’institutionnalisation: le MFA entend ne plus permettre que le résultat des élections soit une régression dans le processus qu’on appelle toujours “révolutionnaire”. Evidemment cela ne va pas sans des affrontements très durs entre les tendances au sein du MFA même. On croit même savoir que la “polarisation” est de plus en plus nette, et que cela exige toujours des compromis difficiles. Mais on peut penser aussi que la tendance de “gauche” gagne du terrain bien qu’assez lentement.

En toile de fond, mais pourtant décisive à terme, se profile la situation économique et sociale. Quels en sont les traits essentiels? Un fléchissement considérable de la production, et surtout de l’investissement, par manque de confiance des capitalistes, sans parler du sabotage caractérisé; un chômage en croissance, qui atteint déjà, selon les estimations, 5 ou 6% de la population active; une inflation autour des 30% pour l’année 74; une intervention de plus en plus forte du gouvernement dans les entreprises en difficulté, pour soutenir l’emploi (la dernière en date étant celle que publie le grande quotidien de Lisbonne *O Século*); une intensification très nette depuis janvier des luttes de travailleurs agricoles (avec occupations de terres) et dans les entreprises industrielles et de services, souvent aussi avec occupation et interdiction d’entrée aux membres de l’administration; une administration publique très paralysée, exigeant de plus en plus un “assainissement” des fonctionnaires “collaborateurs” du régime fasciste. En liaison avec ce dernier point il faut dire d’ailleurs qu’une des caractéristiques très particulières du processus portugais a

été, dès le début, un sentiment anti-autoritaire, anti-chef, très marqué, qu'on peut sommairement expliquer comme réaction au couple autorité-oppression qui, après 48 ans de fascisme, est ressenti aujourd'hui comme quelque chose d'insupportable. Et contre cela, les appels à l'ordre, au travail, à la production, du PC risquent sérieusement de ne pas être entendus.

On dirait, d'après le tableau ci-dessus, qu'on vit aujourd'hui au Portugal dans l'anarchie et le chaos. Ce n'est pourtant pas vrai. La généralité des portugais, sauf les chômeurs, vit aujourd'hui aussi bien ou même mieux qu'avant le 25 avril. Les augmentations de salaires, dans bien des cas plus élevés que le taux d'inflation, le recours à l'épargne accumulée par les catégories de salaire plus élevés et par la bourgeoisie capitaliste et les professions libérales, l'injection de monnaie par la Banque du Portugal, les énormes importations pour compenser le manque de production ont fait que la plupart des portugais n'aient pratiquement pas souffert dans leur "train de vie" à cause du processus "révolutionnaire". Et c'est même cela peut-être ce qui montre bien que les guillemets sont bien placés: jusqu'à ce moment on peut difficilement parler d'une révolution sociale véritable. Elle viendra peut-être si, la situation se dégradant encore plus, les luttes se développent et s'intensifient à un point tel que le MFA, pour ne pas être dépassé, vient à se rendre compte que pour le Portugal il n'y a pas de solution de moyen-terme. Parce que c'est là que réside le drame et l'espoir portugais: la dynamique du mouvement social ne permet plus de penser à un tranquille régime social-démocrate à l'européenne, avec des institutions parlementaires classiques. Il est inimaginable que les capitalistes se remettent à investir sous la houlette d'un MFA dont le "gauchisme" les effraie, et moins encore que les démocraties occidentales "aident" massivement un gouvernement supposé "dominé par les communistes". Mais il est tout aussi inimaginable que les travailleurs se remettent joyeusement au travail sans qu'une vraie rupture sociale soit claire. Ce n'est donc pas à croire que le programme de Politique Économique et Sociale hier publié, d'un ton très technocratique et social-démocrate, soit suffisant pour mobiliser les uns ou les autres.

Une chose, une seule, semble certaine et résume l'originalité de l'expérience historique portugaise: s'il faut vraiment une avant-garde révolutionnaire pour faire une révolution, c'est dans le MFA qu'un jour elle viendra à se trouver, encore qu'en liaison étroite avec des avant-gardes politiques qui naîtront bien plus probablement des luttes des masses, à tous les niveaux, que des partis politiques existants. Mais, en revanche, c'est aussi aux Forces Armées (même si ce n'est pas au MFA) qu'un jour pourra la droite s'adresser pour trouver un nouveau dictateur. Et, enfin, ce n'est pas non plus exclu que, faute de

conditions vraiment révolutionnaires, le MFA puisse être tenté par une sorte de nassérisme ou de junte péruvienne, c'est-à-dire une sorte de "dictature de gauche", solution qui ne serait pas pour déplaire à certains partis.

C'est dire, l'importance du rôle du couple MFA-dynamique sociale, de l'adéquation qui entre les deux s'avèrera possible. Dans ce sens, les campagnes de "dynamisation" qui, par tout le pays, mettent en contact officiers et soldats avec le "vrai" peuple et ses problèmes, peuvent être d'une décisive importance.

IL Y A ENFIN QUELQUE CHOSE DE NOUVEAU

[Inédito sem título, 20 Mar. 1974]⁶⁴

Il y a enfin quelque chose de nouveau et, on peut l'admettre sans difficulté, d'irréversible dans la situation politique au Portugal: on constate avec stupeur que l'armée est profondément divisée. Et cette division ne se fonde pas sur des querelles internes ou des revendications purement matérielles de jeunes officiers (ce dont on parlait depuis quelque temps) mais sur des options *politiques*. Pour que cela vienne à la surface il a suffi de deux facteurs récents qui, de toute évidence, n'ont servi que de détonateur. Le premier, en novembre 1973, a été le choc entre civils et militaires à Beira, deuxième ville de Mozambique. Les blancs, inspirés, semble-t-il, par M. Jorge Jardim (une sorte de Ian Smith, directeur d'un influent quotidien, très lié à d'importants intérêts économiques et aussi aux milieux proches de M. Banda, du Malawi), ont provoqué des incidents graves, en accusant l'armée de passivité, de rester aux casernes et de ne pas assurer la protection nécessaire aux colons blancs. Cela a provoqué une extrême agitation dans l'armée et surtout au sein des officiers de grade moyen qui, ces dernières années, ont accumulé des commissions de service successives de deux ans chacune dans les différentes "Provinces" et qui ont le sentiment que, justement, sans eux, ces blancs n'auraient pas pu poursuivre leurs belles affaires.

Fin décembre le gouvernement a créé le poste de chef d'Etat-Major adjoint des Forces armées, nommé pour ce poste (le second dans la hiérarchie des FA) le général António de Spínola, ex-gouverneur de "Guinée Portugaise" (Guiné-Bissau), et tout de suite après c'est le chef d'Etat-Major lui-même qui a dû se déplacer au Mozambique pour essayer de guérir les plaies ouvertes. La nomination du général Spínola faisait croire à un certain compromis politique, puisque son chef, le général Costa Gomes, était connu par ses excellents rapports avec le chef du gouvernement, M. Caetano, alors que Spínola, d'après de nombreuses déclarations surtout au cours de sa dernière année à Bissau, serait partisan de solutions moins rigides pour les "Provinces d'Outre-Mer".

Le 22 février intervient le deuxième facteur, celui décisif: la publication du livre *Le Portugal et l'avenir*, signé par Spínola, où l'éventualité d'une victoire militaire est exclue, le rôle de l'armée étant présenté comme celui de "créer les conditions pour une solution politique". Et l'auteur ne s'arrête pas là: il propose la création d'une Fédération d'Etats dont la "métropole" ne serait que l'un d'eux, en parfait pied d'égalité. Il décrit en détail

⁶⁴ Enviado ao *Nouvel Observateur* em 26 de Março de 1974. Não publicado.

toute la procédure pour y arriver, appelle à une participation politique accrue, au recours au référendum, à l'intervention indispensable de la population africaine dans le gouvernement des nouveaux états. Il précise que les risques sont considérables, mais *qu'il n'y a pas de choix*.

Bien que le passé de militaire très dur de M. Spínola soit connu et que ce soit une philosophie de droite le support de tout son texte, ce livre a connu un succès sans précédent: il s'est épuisé en deux jours. Beaucoup de questions restaient immédiatement posées, entre autres: étant militaire, le général ne pouvait pas publier son livre, essentiellement politique, sans autorisation – qui l'avait autorisé? Connaissant très bien les milieux militaires et politiques, le général ne pouvait pas se douter des réactions très fortes qu'il provoquerait dans les secteurs d'extrême-droite, qui ont pu, jusqu'ici, faire prévaloir leurs thèses – sur quelles forces comptait-il (ou *savait-il*) s'appuyer? Quelle allait être la réaction du gouvernement, qui ne pouvait pas rester muet?

Une dizaine de jours après, c'était la réponse: M. Caetano s'est adressé personnellement à l'Assemblée Nationale dans un long discours télévisé, réaffirmant point par point la politique africaine suivie jusqu'ici, avec des références à peine voilées au livre hérétique. La faiblesse, évidente, de la position de M. Caetano se cachait sous une apparence juridique impeccable: le chef du gouvernement s'adresse aux élus du peuple et leur demande s'ils maintiennent toujours leur confiance dans sa politique. Bien que le gouvernement, d'après la Constitution, ne soit pas responsable devant l'Assemblée, M. Caetano déclare qu'il tirera les conséquences nécessaires d'un éventuel vote défavorable. Or, ce qui arrive c'est que, d'un côté, les "élus du peuple" ne sont nullement les élus du peuple (on connaît bien les comédies électorales portugaises), de l'autre, tout était clairement orchestré pour conduire à un vote de confiance unanime, une motion dans ce sens ayant été déposée immédiatement après le discours de M. Caetano.

Ce discours n'a eu pour effet qu'irriter encore plus des centaines d'officiers qui se trouvaient face à des positions opposées, l'une du gouvernement, l'autre de leur chef d'Etat-Major adjoint: la volonté de se battre et de mourir, même en héros, quelque part dans la brousse, ne pouvait pas ne pas se trouver sérieusement ébranlée.

Le rapprochement, qui semble alors se produire, entre le général Gomes (qui n'a jamais pris de position politique nette) et son adjoint, ne fait que consolider le mouvement des capitaines et majeurs, une bonne partie d'entre eux étant surtout liés au premier et craignant quelque peu la fougue du second.

L'agitation a gagné fiévreusement les casernes, les jeunes officiers décident enfin d'envoyer une députation au ministre de l'armée. Celui-ci a fait arrêter sur place les quatre capitaines qui étaient les porte-paroles de leurs collègues, et l'ordre d'état d'alerte a été donné (9 mars) à toutes les forces armées, afin, on suppose, d'éviter de nouvelles réunions.

Enfin le 14, on ignore encore si volontairement ou si par ordre du ministre de la défense, les officiers généraux des trois armes se sont présentés au palais du gouvernement, et ont assuré à M. Caetano leur fidélité. On sait seulement que les généraux Gomes et Spínola étaient absents et que, le soir même, était communiqué aux organes d'information leur éviction des postes respectifs et la nomination à la tête des Forces armées d'un général réputé d'extrême-droite, M. Luz Cunha.

Cette mesure a précipité les choses: la nuit du vendredi au samedi une réunion d'officiers à l'Académie militaire, à Lisbonne, a été dissoute par la Garde Nationale Républicaine (force de confiance du gouvernement) et un lieutenant-colonel, M. [Almeida] Bruno, ami de M. Spínola, arrêté; au même moment, quelques dizaines de capitaines (on a même parlé d'environ deux centaines) se sont concentrés dans une caserne à quelques cent km au nord de Lisbonne, ont arrêté le commandant, et marché sur Lisbonne. L'après-midi cette aventure était terminée avec un nombre élevé d'arrestations, mais le rôle joué par les troupes chargées de contenir la colonne aux portes de Lisbonne semble peu clair, puisqu'elles ont laissé repartir tranquillement les rebelles, qui n'ont été arrêtés que beaucoup plus tard, de retour à la caserne de Caldas.

On est là, pour le moment, mais les bruits les plus variés circulent à Lisbonne. Une chose est certaine: beaucoup de choses se passeront encore jusqu'à ce qu'on arrive à une issue définitive.

C'était en quelque sorte la chronologie des événements. Il reste à faire quelques commentaires politiques qui pourront aider à comprendre une évolution qui n'est pas facilement prévisible.

Tout d'abord, il semble que le plus grand perdant de tout cela soit M. Caetano. Un des hommes de confiance de l'ancien dictateur Salazar, il avait peut-être compris qu'une libération était inévitable, mais il n'a pas eu l'imagination ni la force pour imposer des formules qui, évidemment, devaient affronter de solides résistances dans les secteurs d'extrême-droite. Le problème africain allait le maintenir lié à ces secteurs, qui étaient d'ailleurs ses appuis naturels, mais le simple fait qu'il ait pris quelques timides mesures de décentralisation et qu'il ait parlé d'une autonomie progressive des Provinces d'Outre-Mer

a fait qu'il se soit rendu suspect de manque de fermeté. L'ambiguïté de sa figure politique a permis que se réclament de lui aussi bien des hommes d'extrême-droite que de jeunes technocrates qui s'appellent eux-mêmes de "libéraux".

En réalité, M. Caetano incarne historiquement une phase de transition dans le capitalisme portugais, qui n'est plus dominé par les gros propriétaires fonciers et par les intérêts de groupes très liés à l'exploitation coloniale, mais qui ne l'est pas encore suffisamment par les groupes industriels et financiers solides et internationalisés. Il a dû s'appuyer sur tout le monde, les uns tournés vers le passé, les autres craignant encore l'avenir, mais ce jeu ne pouvait pas s'éterniser. Ce n'est pas par hasard qu'il y a dans le livre de Spínola beaucoup de passages qui ont de quoi plaire aux jeunes technocrates en réserve, qui seront le fer de lance de ces groupes industriels et financiers dans leur conquête d'une position digne d'un capitalisme moderne et européen (aussi bien que néo-colonialiste). Pris dans un tel affrontement, Caetano se voit réduit à l'impuissance: c'est le grotesque amiral Tomás, le président de la République, qui joue maintenant les hommes forts du régime et qui mènera les troupes de l'extrême-droite dans une bataille qui sera peut-être la dernière.

Une deuxième observation semble de toute logique : une politique colonialiste outrancière comme celle qui était jusqu'ici appliquée, est inconcevable avec une armée divisée. En fait, quel peut être le comportement des unités qui combattent les mouvements de libération, quand c'est l'un d'eux, Spínola, qui affirme qu'il s'agit d'une guerre sans fin et qu'on ne peut pas continuer à "mourir pour que d'autres viennent mourir après"? On peut bien admettre que celui-ci est l'aspect décisif de la crise actuelle et là, plus que jamais, les mouvements de libération ont un mot essentiel à dire.

Enfin, la gauche portugaise. On aimerait bien pouvoir exprimer les sentiments profonds des travailleurs et des soldats portugais, mais, hélas, la parole ne leur a jamais été donnée. Les travailleurs (qui sont, en fin de compte, aussi les soldats) mènent toujours une lutte difficile, à travers des syndicats très contrôlés ou par des grèves illégales, qui se manifeste surtout sur le plan des revendications économiques ou concernant les conditions de travail. Une lutte des classes à caractère nettement politique a été jusqu'ici étouffée, mais on peut penser, soit par le nombre élevé de désertions de l'armée, soit par l'adhésion populaire à des thèmes de lutte anti-coloniale en des périodes d'une certaine mobilisation politique, que les travailleurs gagnent progressivement une conscience de leur rôle déterminant dans l'avenir politique de ce pays (qui passe nécessairement par une liquidation de l'hypothèque coloniale).

En ce qui concerne les secteurs, plus ou moins caractérisés, d'opposition, on peut seulement relever, pour le moment, les positions exprimées par certains organes de presse. Les plus significatifs sont, sans doute, les points de vue du quotidien *República* et de l'hebdomadaire *Expresso*.

Le premier, qui est dans une certaine mesure le porte-parole de l'"opposition démocratique" (sorte de l'"Union de gauche" en France), le poids des positions du "parti socialiste" étant apparemment le plus important, venait, depuis longtemps, à produire périodiquement des commentaires assez favorables sur les discours et les déclarations du général Spínola. Le jour même de la parution du livre, il en faisait quelques extraits où la sympathie était évidente. Depuis lors, dans des éditoriaux, lettres ouvertes, articles (notamment une large information sur l'expérience péruvienne...), etc., le quotidien manifeste un intérêt très particulier pour la personne et ses idées, bien que ménageant certaines distances. L'"opposition démocratique" dont la thèse prioritaire depuis des décennies est celle des "libertés démocratiques" mise, de toute évidence, bien que sur la défensive, sur les professions de foi en faveur du pluralisme politique contenues dans le livre-choc.

Quant à l'*Expresso*, qui exprime les points de vue de secteurs de centre-gauche, dont le noyau est constitué par les députés "libéraux" de la législature 69-73, agglutinent aussi les jeunes économistes et techniciens qui ont collaboré dans les premières équipes gouvernementales de Caetano, aussi bien que d'autres hommes à idéologie "technocratique" venant pour la plupart de milieux catholiques progressistes, l'enthousiasme pour Spínola ne se cache pas. Le lendemain de la parution du livre, c'est l'*Expresso* qui en a diffusé de très longs extraits et assuré aux idées de l'auteur une expansion que l'épuisement rapide de l'édition n'aurait pas permise autrement. Dans les numéros suivants, avec l'habileté dont les journalistes portugais sont maîtres face aux rigueurs de la censure, le journal a fait ce qu'il a pu pour supporter le général et pour informer le public sur l'évolution de la situation pas toujours très claire, d'ailleurs.

Quoiqu'il en soit, on peut conclure que, étant donné l'aspect irréversible de la crise, le Portugal n'est pas loin du jour où un Spínola ou quelqu'un de la sorte viendra à prendre la relève d'un "fascisme" qui avait, d'une façon ou d'une autre, les jours comptés. Mais on peut bien admettre aussi que tout ne sera pas des roses pour la gauche portugaise (soit-elle plus ou moins radicale) et, surtout, pour les travailleurs, à qui on voudra, dans la meilleure hypothèse, faire avaler un "gaullisme" à la portugaise: on entre dans une nouvelle phase de l'accumulation monopoliste accélérée où les exigences de la

productivité feront la loi. Une mobilisation du “peuple” autour d’un nouveau chef charismatique, garant de l’ordre et de la discipline, pourra répondre à cet objectif.

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

(de acordo com a estrutura de JMP)

ENTREVISTAS

Dinamizar o sector industrial e controlar a produção e o mercado. *Diário de Notícias*, 17 Jun. 1975, p. 1-2.
Para onde vai o capitalismo português? *Vida Mundial*, nº 1831 (17 Out. 1974), p. 25-35.
Portugal – uma economia em ponto de viragem. *Voz do Povo*, 31 Ago. 1979 (p.13) e 7 Set. 1979 (p. 9).

PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS

Le militantisme et les mouvements collectifs. *Esprit*, nº 1 (janvier 1979), p. 44-48. (tradução em anexo)
Um ano de revolução. *Litoral*, nº 53-58 (1975-1976), p. 103-116.
Portugal: le 25 avril 3 ans après. *Libération*, 25 avril 1977, p. 1 e 9. (tradução em anexo)
Les mythologies portugaises. *Libération*, 25 avril 1979, p. 13-14. (tradução em anexo)
“La transition socialiste et la question du pouvoir”. In Kolm (ed. lit.). 1978, p. 249-269. (tradução em anexo)

CARTAS ABERTAS

Carta aberta a Melo Antunes. *Vida Mundial*, nº 1851 (6 Mar. 1975), p. 41-45.
João Martins Pereira escreve a Oteló. *O Jornal*, 30 Dez. 1975, p. 4.

VIDA MUNDIAL

Reflexões sobre o antimonopolismo. *Vida Mundial*, nº 1833 (31 Out. 1974), p. 41-42.
A nova corrida ao ouro: o dinheiro dos emigrantes. *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 41-42.
Enquanto se aguarda o plano siderúrgico nacional... *Vida Mundial*, nº 1838 (5 Dez. 1974), p. 42-44.
Intervenção do estado no sector privado. *Vida Mundial*, nº 1839 (12 Dez. 1974), p. 41.

Ligação para os restantes artigos da VM:

Portugal depende de quem? *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 28-34.
Alternativas de desenvolvimento: algumas questões básicas. *Vida Mundial*, nº 1840 (19 Dez. 1974), p. 41-43.
1975: “crise” mundial? *Vida Mundial*, nº 1841 (26 Dez. 1974), p. 41-47.
Plano. Antimonopolismo, Sabotagem económica. *Vida Mundial*, nº 1843 (9 Jan. 1975), p. 41-43.
Disciplina e hierarquia na empresa. *Vida Mundial*, nº 1845 (23 Jan. 1975), p. 38-39.
Uma economia de guerra em tempo de paz. *Vida Mundial*, nº 1847 (6 Fev. 1975), p. 42-45.
Problemas de planeamento: a cidade e os campos. *Vida Mundial*, nº 1849 (20 Fev. 1975), p. 41-42.
Importações: as pequenas coisas e as grandes coisas (I). *Vida Mundial*, nº 1853 (20 Mar. 1975), p. 41-43.
Importações: as pequenas coisas e as grandes coisas (II). *Vida Mundial*, nº 1855 (3 Abr. 1975), p. 46-47.

GAZETA DA SEMANA

- O “auxílio americano”. *Gazeta da Semana*, nº 1 (1 Abr. 1976), p. 6.
- Moçambique em revolução: a segunda luta da FRELIMO [1]. *Gazeta da Semana*, nº1 (1 Abr. 1976), p. 14.
- Moçambique em revolução: desafio dos grupos dinamizadores. *Gazeta da Semana*, nº 2 (8 Abr. 1976), p. 14.
- De como um senhor chamado Adolfo Hitler foi preso por ter assaltado uma velhinha. *Gazeta da Semana*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 4.
- Moçambique em revolução: desagradar ao inimigo... [conclusão]. *Gazeta da Semana*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 14.
- 25 de Abril: do povo unido ao povo agredido. *Gazeta da Semana*, nº 4 (22 Abr. 1976), p. 3.
- Votos contados, forças por contar. *Gazeta da Semana*, nº 5 (29 Abr. 1976), p. 3.
- A pequena burguesia de que nos esquecemos. *Gazeta da Semana*, nº 6 (6 Maio 1976), p. 13.
- Capitalismo e socialismo nas decisões económicas. *Gazeta da Semana*, nº 8 (20 Maio 1976), p. 4.
- Eanes ou o sexo dos anjos. *Gazeta da Semana*, nº 9 (27 Maio 1976), p. 3.
- Socialismo e independência nacional. *Gazeta da Semana*, nº 10 (3 Jun. 1976), p. 3.
- O que Ramalho Eanes não disse. *Gazeta da Semana*, nº 12 (16 Jun. 1976), p. 5.
- O triste fim do 6º. Governo: a economia que Zenha deixa a Soares. *Gazeta da Semana*, nº 15 (8 Jul. 1976), p. 3.
- Saiba o PS que se o governo durar pouco... *Gazeta da Semana*, nº 17 (22 Jul. 1976), p. 3.
- A (in)dependência nacional e a geopolítica do sr. ministro. *Gazeta da Semana*, nº 18 (29 Jul. 1976), p. 3.
- PS ouviu a Assembleia: faltou-lhe ouvir o povo. *Gazeta da Semana*, nº 20 (12 Ago. 1976), p. 3.
- Verão morno que promete aquecer: enquanto se arrasta a questão das bombas Soares faz o discurso da crise... do Poder. *Gazeta da Semana*, nº 21 (23 Set. 1976), p. 7-8.
- Chegou a hora do assalto à Constituição. *Gazeta da Semana*, nº 24 (14 Out. 1976), p. 3.
- Conferência sobre economia portuguesa: americanos passam rasteira ao PS (ajudados por “velhos conhecidos” do 24 de Abril). *Gazeta da Semana*, nº 25 (21 Out. 1976), p. 7.
- Conferência sobre economia portuguesa (1): Conselhos de amigo - americanos: não à constituição! - alemães: não ao mercado comum! *Gazeta da Semana*, nº 26 (28 Out. 1976), p. 8.
- Congresso do PS: erguer o punho esquerdo... e agir com o direito. *Gazeta da Semana*, nº 27 (4 Nov. 1976), p. 3-4.
- Em vésperas do VIII Congresso: a autocrítica que o PC não fez. *Gazeta da Semana*, nº 28 (11 Nov. 1976), p. 5.
- Governo PS: Não é cedência. É cumplicidade. *Gazeta da Semana*, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 3.
- PCP: as inovações teóricas de Álvaro Cunhal. *Gazeta da Semana*, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 4.
- O Governo PS a contas com a história. *Gazeta da Semana*, nº 32 (15 Jan. 1977), p. 5.

GAZETA DO MÊS

- A AD e nós. *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 3.
- O militantismo e os movimentos colectivos. *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 14-15. Versão do texto originalmente publicado, com o título “Le militantisme et les mouvements collectifs”, na revista *Esprit*, nº 1 (janvier 1979), p. 44-48.
- Resistir ou re-existir. *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 11.

A economia de que não se fala mas todos conhecem. *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 24.

PUBLICAÇÕES NACIONAIS DIVERSAS

54 dias depois: “acertar o passo”? *Expresso*, 20 Jul. 1974, p. 10.

Sartre, a minha jangada. *Expresso*, 19 Abr. 1980, p. 14-R.

Portugal: transição para quê? O preço do futuro. *Extra*, 30 Mar.1978, p. 9.

Política cultural. *Intervenção: acção cultural e ideológica*, nº 9 (Nov. 1978), p. 16-17.

Europa-Portugal: segunda investida. *República*, 10 Out. 1975, p. 1 e 16.

Espanha: as lágrimas que nos prometem. *República*, 30 Set. 1975, p. 8-R.

TEXTOS “INÉDITOS”

No reino dos falsos avestruzes. Enviado ao *Diário Popular* em 19 de Julho de 1977, recusado. Publicado em 1983 em *No reino dos falsos avestruzes*, p. 139-144.

L’expérience portugaise au bord d’un tournant décisif. Enviado ao *Libération*, em 26 de Fevereiro de 1975, não publicado. (tradução em anexo)

Il y a enfin quelque chose de nouveau. Enviado ao *Nouvel Observateur*, em 20 de Março de 1974, não publicado. (tradução em anexo)

INDICE DOS TÍTULOS DOS ARTIGOS

A AD e nós. *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 3.

A economia de que não se fala mas todos conhecem. *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 24.

A (in)dependência nacional e a geopolítica do sr. ministro. *Gazeta da Semana*, nº 18 (29 Jul. 1976), p. 3.

A nova corrida ao ouro: o dinheiro dos emigrantes. *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 41-42.

A pequena burguesia de que nos esquecemos. *Gazeta da Semana*, nº 6 (6 Maio 1976), p. 13.

Alternativas de desenvolvimento: algumas questões básicas. *Vida Mundial*, nº 1840 (19 Dez. 1974), p. 41-43.

Capitalismo e socialismo nas decisões económicas. *Gazeta da Semana*, nº 8 (20 Maio 1976), p. 4.

Carta aberta a Melo Antunes. *Vida Mundial*, nº 1851 (6 Mar. 1975), p. 41-45.

Chegou a hora do assalto à Constituição. *Gazeta da Semana*, nº 24 (14 Out. 1976), p. 3.

54 dias depois: “acertar o passo”? *Expresso*, 20 Jul. 1974, p. 10.

Conferência sobre economia portuguesa: americanos passam rasteira ao PS (ajudados por “velhos conhecidos” do 24 de Abril). *Gazeta da Semana*, nº 25 (21 Out. 1976), p. 7.

Conferência sobre economia portuguesa (1): Conselhos de amigo - americanos: não à constituição! - alemães: não ao mercado comum!. *Gazeta da Semana*, nº 26 (28 Out. 1976), p. 8.

Congresso do PS: erguer o punho esquerdo... e agir com o direito. *Gazeta da Semana*, nº 27 (4 Nov. 1976), p. 3-4.

De como um senhor chamado Adolfo Hitler foi preso por ter assaltado uma velhinha. *Gazeta da Semana*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 4.

Dinamizar o sector industrial e controlar a produção e o mercado. *Diário de Notícias*, 17 Jun.1975, p. 1-2.

Disciplina e hierarquia na empresa. *Vida Mundial*, nº 1845 (23 Jan. 1975), p. 38-39.

Eanes ou o sexo dos anjos. *Gazeta da Semana*, nº 9 (27 Maio 1976), p. 3.

Em vésperas do VIII Congresso: a autocrítica que o PC não fez. *Gazeta da Semana*, nº 28 (11 Nov.1976), p. 5.

Enquanto se aguarda o plano siderúrgico nacional... *Vida Mundial*, nº 1838 (5 Dez. 1974), p. 42-44

Espanha: as lágrimas que nos prometem. *República*, 30 Set. 1975, p. 8-R.

Europa-Portugal: segunda investida. *República*, 10 Out. 1975, p. 1 e 16.

Governo PS: Não é cedência. É cumplicidade. *Gazeta da Semana*, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 3.

Il y a enfin quelque chose de nouveau. Enviado ao *Nouvel Observateur*, a 20 de Março de 1974, não publicado.

Importações: as pequenas coisas e as grandes coisas (I). *Vida Mundial*, nº 1853 (20 Mar. 1975), p. 41-43.

Importações: as pequenas coisas e as grandes coisas (II). *Vida Mundial*, nº 1855 (3 Abr. 1975), p. 46-47.

Intervenção do estado no sector privado. *Vida Mundial*, nº 1839 (12 Dez. 74), p. 41.

João Martins Pereira escreve a Otelo. *O Jornal*, 30 Dez. 1975, p. 4.

L'expérience portugaise au bord d'un tournant décisif. Enviado ao *Libération*, em 26 de Fevereiro de 1975, não publicado.

“La transition socialiste et la question du pouvoir”. In Kolm (ed. lit.). 1978, p. 249-269.

Le militantisme et les mouvements collectifs. *Esprit*, nº 1 (janvier 1979), p. 44-48.

Les mythologies portugaises. *Libération*, 25 avril 1979, p. 13-14.

1975: “crise” mundial? *Vida Mundial*, nº 1841 (26 Dez. 1974), p. 41-47.

Moçambique em revolução: a segunda luta da FRELIMO [1]. *Gazeta da Semana*, nº 1 (1 Abr. 1976), p. 14.

Moçambique em revolução: o desafio dos grupos dinamizadores. *Gazeta da Semana*, nº 2 (8 Abr. 1976), p. 14.

Moçambique em revolução: desagradar ao inimigo... [conclusão]. *Gazeta da Semana*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 14.

No reino dos falsos avestruzes. Enviado ao *Diário Popular* em 19 de Julho de 1977, recusado.

O “auxílio americano”. *Gazeta da Semana*, nº 1 (1 Abr. 1976), p. 6.

O Governo PS a contas com a história. *Gazeta da Semana*, nº 32 (15 Jan. 1977), p. 5.

O militantismo e os movimentos colectivos. *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 14-15.

O que Ramalho Eanes não disse. *Gazeta da Semana*, nº 12 (16 Jun. 1976), p. 5.

O triste fim do 6º. Governo: a economia que Zenha deixa a Soares. *Gazeta da Semana*, nº 15 (8 Jul. 1976), p. 3.

Para onde vai o capitalismo português? *Vida Mundial*, nº 1831 (17 Out. 1974), p. 25-35.

PCP: as inovações teóricas de Álvaro Cunhal. *Gazeta da Semana*, nº 30 (25 Nov.1976), p. 4.

Plano. Antimonopolismo. Sabotagem económica. *Vida Mundial*, nº 1843 (9 Jan. 1975), p. 41-43.

Política cultural. *Intervenção: acção cultural e ideológica*, nº 9 (Nov. 1978), p. 16-17.

Portugal depende de quem? *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 28-34.

Portugal – uma economia em ponto de viragem. *Voz do Povo*, 31 Ago. 1979 (p.13) e 7 Set. 1979 (p. 9).

Portugal: le 25 avril 3 ans après. *Libération*, 25 avril 1977, p. 1 e 9.

Portugal: transição para quê? O preço do futuro. *Extra*, 30 Mar. 1978, p. 9.

Problemas de planeamento: a cidade e os campos. *Vida Mundial*, nº 1849 (20 Fev. 1975), p. 41-42.

PS ouviu a Assembleia: faltou-lhe ouvir o povo. *Gazeta da Semana*, nº 20 (12 Ago. 1976), p. 3.

Reflexões sobre o antimonopolismo. *Vida Mundial*, nº 1833 (31 Out. 1974), p. 41-42.

Resistir ou re-existir. *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 11.

Saiba o PS que se o governo durar pouco... *Gazeta da Semana*, nº 17 (22 Jul. 1976), p. 3.

Sartre, a minha jangada. *Expresso*, 19 Abr. 1980, p. 14-R.

Socialismo e independência nacional. *Gazeta da Semana*, nº 10 (3 Jun. 1976), p. 3.

Um ano de revolução. *Litoral*, nº 53-58 (1975-1976), p. 103-116.

Uma economia de guerra em tempo de paz. *Vida Mundial*, nº 1847 (6 Fev. 1975), p. 42-45.

Verão morno que promete aquecer: enquanto se arrasta a questão das bombas Soares faz o discurso da crise... do poder. *Gazeta da Semana*, nº 21 (23 Set. 1976), p. 7-8.

25 de Abril: do povo unido ao povo agredido. *Gazeta da Semana*, nº 4 (22 Abr. 1976), p. 3.

Votos contados, forças por contar. *Gazeta da Semana*, nº 5 (29 Abr. 1976), p. 3.

ÍNDICE DOS ARTIGOS POR DATA

1974

Il y a enfin quelque chose de nouveau. Enviado ao *Nouvel Observateur*, a 20 de Março de 1974, não publicado.

54 dias depois: “acertar o passo”? *Expresso*, 20 Jul.1974, p. 10.

Para onde vai o capitalismo português? *Vida Mundial*, nº 1831 (17 Out. 1974), p. 25-35.

Reflexões sobre o antimonopolismo. *Vida Mundial*, nº 1833 (31 Out. 1974), p. 41-42.

Portugal depende de quem? *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 28-34.

A nova corrida ao ouro: o dinheiro dos emigrantes. *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 41-42.

Enquanto se aguarda o plano siderúrgico nacional... *Vida Mundial*, nº 1838 (5 Dez. 1974), p. 42-44.

Intervenção do estado no sector privado. *Vida Mundial*, nº 1839 (12 Dez. 74), p. 41.

Alternativas de desenvolvimento: algumas questões básicas. *Vida Mundial*, nº 1840 (19 Dez. 1974), p. 41-43.

1975: “Crise” mundial? *Vida Mundial*, nº 1841 (26 Dez. 1974), p. 41-47.

1975

Plano. Antimonopolismo. Sabotagem económica. *Vida Mundial*, nº 1843 (9 Jan. 1975) , p. 41-43.

Disciplina e hierarquia na empresa. *Vida Mundial*, nº 1845 (23 Jan. 1975) p. 38-39.

Uma economia de guerra em tempo de paz. *Vida Mundial*, nº 1847 (6 Fev. 1975), p. 42-45.

Problemas de planeamento: a cidade e os campos. *Vida Mundial*, nº 1849 (20 Fev. 1975), p. 41-42.

L’expérience portugaise au bord d’un tournant décisif. Enviado ao *Libération* em 26 de Fevereiro de 1975, não publicado.

Carta aberta a Melo Antunes. *Vida Mundial*, nº 1851 (6 Mar. 1975), p. 41-45.

Importações: as pequenas coisas e as grandes coisas (I). *Vida Mundial*, nº 1853 (20 Mar. 1975), p. 41-43.

Importações: as pequenas coisas e as grandes coisas (II). *Vida Mundial*, nº 1855 (3 Abr. 1975), p. 46-47.

Dinamizar o sector industrial e controlar a produção e o mercado. *Diário de Notícias*, 17 Jun. 1975, p. 1-2.

Espanha: as lágrimas que nos prometem. *República*, 30 Set. 1975, p. 8.

Europa-Portugal: segunda investida. *República*, 10 Out.1975, p. 1 e 16.

João Martins Pereira escreve a Otelo. *O Jornal*, 30 Dez.1975, p. 4.

1976

O “auxílio americano”. *Gazeta da Semana*, nº 1 (1 Abr. 1976), p. 6.

Moçambique em revolução: a segunda luta da FRELIMO [1]. *Gazeta da Semana*, nº 1 (1 Abr. 1976), p. 14.

Moçambique em revolução: o desafio dos grupos dinamizadores. *Gazeta da Semana*, nº 2 (8 Abr. 1976), p. 14.

De como um senhor chamado Adolfo Hitler foi preso por ter assaltado uma velhinha. *Gazeta da Semana*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 4.

Moçambique em revolução: desagradar ao inimigo... [conclusão]. *Gazeta da Semana*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 14.

25 de Abril: do povo unido ao povo agredido. *Gazeta da Semana*, nº 4 (22 Abr. 1976), p. 3.

Votos contados, forças por contar. *Gazeta da Semana*, nº 5 (29 Abr. 1976), p. 3.

A pequena burguesia de que nos esquecemos. *Gazeta da Semana*, nº 6 (6 Maio 1976), p. 13.

Capitalismo e socialismo nas decisões económicas. *Gazeta da Semana*, nº 8 (20 Maio 1976), p. 4.

Eanes ou o sexo dos anjos. *Gazeta da Semana*, nº 9 (27 Maio 1976), p. 3.

Socialismo e independência nacional. *Gazeta da Semana*, nº 10 (3 Jun. 1976), p. 3.

O que Ramalho Eanes não disse. *Gazeta da Semana*, nº 12 (16 Jun. 1976), p. 5.

O triste fim do 6º. Governo: a economia que Zenha deixa a Soares. *Gazeta da Semana*, nº 15 (8 Jul. 1976), p. 3.

Saiba o PS que se o governo durar pouco... *Gazeta da Semana*, nº 17 (22 Jul. 1976), p. 3.

A (in)dependência nacional e a geopolítica do sr. ministro. *Gazeta da Semana*, nº 18 (29 Jul. 1976), p. 3.

PS ouviu a Assembleia: faltou-lhe ouvir o povo. *Gazeta da Semana*, nº 20 (12 Ago. 1976), p. 3.

Verão morno que promete aquecer: enquanto se arrasta a questão das bombas Soares faz o discurso da crise... do poder. *Gazeta da Semana*, nº 21 (23 Set. 1976), p. 7-8.

Chegou a hora do assalto à Constituição. *Gazeta da Semana*, nº 24 (14 Out. 1976), p. 3.

Conferência sobre economia portuguesa: americanos passam rasteira ao PS (ajudados por “velhos conhecidos” do 24 de Abril). *Gazeta da Semana*, nº 25 (21 Out. 1976), p. 7.

Conferência sobre economia portuguesa (1): Conselhos de amigo - americanos: não à constituição! - alemães: não ao mercado comum!. *Gazeta da Semana*, nº 26 (28 Out. 1976), p. 8.

Congresso do PS: erguer o punho esquerdo... e agir com o direito. *Gazeta da Semana*, nº 27 (4 Nov. 1976), p. 3-4.

Em vésperas do VIII Congresso: a autocrítica que o PC não fez. *Gazeta da Semana*, nº 28 (11 Nov. 1976), p. 5.

Governo PS: Não é cedência. É cumplicidade. *Gazeta da Semana*, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 3.

PCP: as inovações teóricas de Álvaro Cunhal. *Gazeta da Semana*, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 4.

Um ano de revolução. *Litoral*, nº 53-58 (1975-1976), p. 103-116.

1977

O Governo PS a contas com a história. *Gazeta da Semana*, nº 32 (15 Jan. 1977), p. 5.

Portugal: le 25 avril 3 ans après. *Libération*, 25 avril 1977, p. 1 e 9.

No reino dos falsos avestruzes. Enviado ao *Diário Popular* em 19 de Julho de 1977, recusado.

1978

“La transition socialiste et la question du pouvoir”. In Kolm (ed. lit.), 1978, p. 249-269.

Portugal: transição para quê? O preço do futuro. *Extra*, 30 Mar. 1978, p. 9.

Política cultural. *Intervenções: acção cultural e ideológica*, nº 9 (Nov. 1978), p. 16-17.

1979

Le militantisme et les mouvements collectifs. *Esprit*, nº 1 (janvier 1979), p. 44-48.

Les mythologies portugaises. *Libération*, 25 avril 1979, p. 13-14.

Portugal – uma economia em ponto de viragem. *Voz do Povo*, 31 Ago. 1979 (p.13) e 7 Set. 1979 (p. 9).

1980

Sartre, a minha jangada. *Expresso*, 19 Abr. 1980, p. 14-R.

A AD e nós. *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 3.

O militantismo e os movimentos colectivos. *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 14-15.

Resistir ou re-existir. *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 11.

A economia de que não se fala mas todos conhecem. *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 24.

ÍNDICE POR TÍTULOS DE JORNAIS, REVISTAS E OBRAS COLECTIVAS

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Dinamizar o sector industrial e controlar a produção e o mercado. *Diário de Notícias*, 17 Jun. 1975, p. 1-2.

DIÁRIO POPULAR

No reino dos falsos avestruzes. Enviado ao *Diário Popular* em 19 de Julho de 1977, recusado.

ESPRIT

Le militantisme et les mouvements collectifs. *Esprit*, nº 1 (janvier 1979), p. 44-48.

EXPRESSO

54 dias depois: “acertar o passo”? *Expresso*, 20 Jul.1974, p. 10.
Sartre, a minha jangada. *Expresso*, 19 Abr. 1980, p. 14-R

EXTRA

Portugal: transição para quê? O preço do futuro. *Extra*, 30 Mar. 1978, p. 9.

GAZETA DA SEMANA

O “auxílio” americano. *Gazeta da Semana*, nº 1 (1 Abr. 1976), p. 6.
Moçambique em revolução: a segunda luta da FRELIMO [1]. *Gazeta da Semana*, nº 1 (1 Abr. 1976), p. 14.
Moçambique em revolução: o desafio dos grupos dinamizadores. *Gazeta da Semana*, nº 2 (8 Abr. 1976), p. 14.
De como um senhor chamado Adolfo Hitler foi preso por ter assaltado uma velhinha. *Gazeta da Semana*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 4.
Moçambique em revolução: desagradar ao inimigo... [conclusão]. *Gazeta da Semana*, nº 3 (15 Abr. 1976), p. 14.
25 de Abril: do povo unido ao povo agredido. *Gazeta da Semana*, nº 4 (22 Abr. 1976), p. 3.
Votos contados, forças por contar. *Gazeta da Semana*, nº 5 (29 Abr. 1976), p. 3.
A pequena burguesia de que nos esquecemos. *Gazeta da Semana*, nº 6 (6 Maio 1976), p. 13.
Capitalismo e socialismo nas decisões económicas. *Gazeta da Semana*, nº 8 (20 Maio 1976), p. 4.
Eanes ou o sexo dos anjos. *Gazeta da Semana*, nº 9 (27 Maio 1976), p. 3.
Socialismo e independência nacional. *Gazeta da Semana*, nº 10 (3 Jun. 1976), p. 3.
O que Ramalho Eanes não disse. *Gazeta da Semana*, nº 12 (16 Jun. 1976), p. 5.
O triste fim do 6º. Governo: a economia que Zenha deixa a Soares. *Gazeta da Semana*, nº 15 (8 Jul. 1976), p. 3.
Saiba o PS que se o governo durar pouco... *Gazeta da Semana*, nº 17 (22 Jul. 1976), p. 3.
A (in)dependência nacional e a geopolítica do sr. ministro. *Gazeta da Semana*, nº 18 (29 Jul. 1976), p. 3.

PS ouviu a Assembleia: faltou-lhe ouvir o povo. *Gazeta da Semana*, nº 20 (12 Ago. 1976), p. 3.

Verão morno que promete aquecer: enquanto se arrasta a questão das bombas Soares faz o discurso da crise... do poder. *Gazeta da Semana*, nº 21 (23 Set. 1976), p. 7-8.

Chegou a hora do assalto à Constituição. *Gazeta da Semana*, nº 24 (14 Out. 1976), p. 3.

Conferência sobre economia portuguesa: americanos passam rasteira ao PS (ajudados por “velhos conhecidos” do 24 de Abril). *Gazeta da Semana*, nº 25 (21 Out. 1976), p. 7.

Conferência sobre economia portuguesa (1): Conselhos de amigo - americanos: não à constituição! - alemães: não ao mercado comum!. *Gazeta da Semana*, nº 26 (28 Out. 1976), p. 8.

Congresso do PS: erguer o punho esquerdo... e agir com o direito. *Gazeta da Semana*, nº 27 (4 Nov. 1976), p. 3-4.

Em vésperas do VIII Congresso: a autocrítica que o PC não fez. *Gazeta da Semana*, nº 28 (11 Nov. 1976), p. 5.

Governo PS: Não é cedência. É cumplicidade. *Gazeta da Semana*, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 3.

PCP: as inovações teóricas de Álvaro Cunhal. *Gazeta da Semana*, nº 30 (25 Nov. 1976), p. 4.

O Governo PS a contas com a história. *Gazeta da Semana*, nº 32 (15 Jan. 1977), p. 5.

GAZETA DO MÊS

A AD e nós. *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 3.

O militantismo e os movimentos colectivos. *Gazeta do Mês*, nº 1 (Maio 1980), p. 14-15.

Resistir ou re-existir. *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 11.

A economia de que não se fala mas todos conhecem. *Gazeta do Mês*, nº 2 (Jun. 1980), p. 24.

INTERVENÇÃO

Política cultural. *Intervenção: acção cultural e ideológica*, nº 9 (Nov. 1978), p. 16-17

O JORNAL

João Martins Pereira escreve a Otelo. *O Jornal*, 30 Dez. 1975, p. 4

LIBÉRATION

L'expérience portugaise au bord d'un tournant décisif. Enviado ao *Libération*, em 26 de Fevereiro de 1975, não publicado.

Portugal: le 25 avril 3 ans après. *Libération*, 25 avril 1977, p. 1 e 9

Les mythologies portugaises. *Libération*, 25 avril 1979, p. 13-14

LITORAL

Um ano de revolução. *Litoral*, nº 53-58 (1975-1976), p. 103-116

NOUVEL OBSERVATEUR

Il y a enfin quelque chose de nouveau. Enviado ao *Nouvel Observateur*, em 20 de Março de 1974, não publicado.

REPÚBLICA

Europa-Portugal: segunda investida. *República*, 10 Out.1975 (texto não assinado), p. 1 e 16
Espanha: as lágrimas que nos prometem. *República*, 30 Set. 1975, p. 8-R

SOLUTIONS SOCIALISTES

“La transition socialiste et la question du pouvoir”. In Kolm (ed. lit.), 1978, p. 249-269

VIDA MUNDIAL

Para onde vai o capitalismo português? *Vida Mundial*, nº 1831 (17 Out. 1974), p. 25-35
Reflexões sobre o antimonopolismo. *Vida Mundial*, nº 1833 (31 Out. 1974), p. 41-42
Portugal depende de quem? *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 28-34.
A nova corrida ao ouro: o dinheiro dos emigrantes. *Vida Mundial*, nº 1837 (28 Nov. 1974), p. 41-42
Enquanto se aguarda o plano siderúrgico nacional... *Vida Mundial*, nº 1838 (5 Dez. 1974), p. 42-44
Intervenção do estado no sector privado. *Vida Mundial*, nº 1839 (12 Dez. 74), p. 41
Alternativas de desenvolvimento: algumas questões básicas. *Vida Mundial*, nº 1840 (19 Dez. 1974), p. 41-43.
1975: “crise” mundial? *Vida Mundial*, nº 1841 (26 Dez. 1974), p. 41-47.
Plano. Antimonopolismo. Sabotagem económica. *Vida Mundial*, nº 1843 (9 Jan. 1975), p. 41-43.
Disciplina e hierarquia na empresa. *Vida Mundial*, nº 1845 (23 Jan. 1975), p. 38-39.
Uma economia de guerra em tempo de paz. *Vida Mundial*, nº 1847 (6 Fev. 1975), p. 42-45.
Problemas de planeamento: a cidade e os campos. *Vida Mundial*, nº 1849 (20 Fev. 1975), p. 41-42.
Carta aberta a Melo Antunes. *Vida Mundial*, nº 1851 (6 Mar. 1975), p. 41-45
Importações: as pequenas coisas e as grandes coisas (I). *Vida Mundial*, nº 1853 (20 Mar. 1975), p. 41-43.
Importações: as pequenas coisas e as grandes coisas (II). *Vida Mundial*, nº 1855 (3 Abr. 1975), p. 46-47.

VOZ DO POVO

Portugal – uma economia em ponto de viragem. *Voz do Povo*, 31 Ago. 1979 (p.13) e 7 Set. 1979 (p. 9)

ÍNDICE DE PESSOAS CITADAS

A

Alegre, Manuel (1936-)
Allende, Salvador (1908-1973)
Almeida, Vasco Vieira de (1932-)
Amin, Samir (1931-)
Andrade, M.
André, João Luís da Costa
Antich, Salvador Puig (1948-1974)
Antunes, Ernesto de Melo (1933-1999)
Arriaga, Kaúlza de (1915-2004)
Azevedo, Pinheiro de (1917-1983)

B

Bacelar, Armando (1918-1998)
Balassa, Béla (1928-1991)
Balsemão, Francisco Pinto (1937)
Banda, Hastings Kamuzu (1898-1997)
Barreiros, Acácio (1948-2004)
Barroso, José Manuel
Basso, Lelio (1903-1978)
Beauvoir, Simone de (1908-1986)
Belo, Fernando (1933-)
Berlinguer, Enrico (1922-1984)
Bettelheim, Charles (1913-2006)
Brandt, Willy (1913-1992)
Bruno, João Almeida (1935-)

C

Caetano, Marcelo (1906-1980)
Cardia, Mário Sottomayor (1941-2006)
Cardoso, António Lopes (1933-2000)
Carlos, Adelino Palma (1905-1992)
Carlucci, Frank (1930-)
Carneiro, Francisco Sá (1934-1980)
Carvalho, Daniel Proença de (1941-)
Carvalho, Otelo Saraiva de (1926-)
Castro, Fidel de (1926-)
Castro, José Bernardo do Canto e
Champalimaud, António (1918-2004)
Chonchol, Jacques (1926-)
Coelho, Eduardo Prado (1944-2007)
Constâncio, Vítor (1943-)
Cortês, Ulisses (1900-1975)
Costa, Alfredo Nobre da (1923-1996)
Costa, João Bénard da (1935-2009)

Cravinho, João (1936-)
Cunha, Joaquim da Luz (1914-)
Cunha, Paulo Pitta e (1937-)
Cunhal, Álvaro (1913-2005)
Curto, Marcelo (1939-2001)

D

De Gaulle, Charles (1890-1970)
Dias, José Ferreira (1900-1966)
Dimitrov, Geórgi Mikhailov (1882-1949)

E

Eanes, António Ramalho (1935-)
Eckaus, R. S. (1926-)

F

Fabião, Carlos (1930-2006)
Feghline, Arnaud
Ferreira, José Medeiros (1942-2014)
Ford, Jr., Gerald R. (1913-2006)
Franco, António de Sousa (1942-2004)
Franco, Francisco (1892-1975)
Frank, Andreas Gunder (1929-2005)
Frei, Eduardo (1911-1982)
Freitas, Mota
Furtado, Celso (1920-2004)

G

Gama, Jaime (1947-)
Genet, Jean (1910-1986)
Genscher, Hans-Dietrich (1927-)
Goebbels, Paul J. (1897-1945)
Gomes, António Sousa (1936-2015)
Gomes, Francisco da Costa (1914-2001)
Gomes, Rui, 1955-
Gonçalves, Vasco (1922-2005)
Göring, Hermann (1893-1946)
Goodwin, Richard M. (1913-1996)
Gramsci, Antonio (1891-1937)
Grimau, Julián (1911-1963)
Gutelman, Michel

H

Heimpel, Christian (1937-)
Hess, Rudolf (1894-1987)
Himmler, Heinrich (1900-1945)

Hitler, Adolf (1889-1945)
Holland, Stuart (1940-)
Horta, Basílio (1943-)

J

Jardim, Jorge (1919-1982)

K

Kennedy, John F. (1907-1963)
Kissinger, Henry Alfred (1923-)
Kolm, Serge-Cristophe (1932-)

L

Lenine, Vladimir Illitch (1870-1924)
Lopes, José da Silva (1932-2015)
Lourenço, Eduardo (1923-)
Lourenço, Vasco (1942-)
Lucena, Manuel de (1938-2015)
Lundberg, Erik (1907-1987)
Luxemburgo, Rosa (1871-1919)

M

Machel, Samora (1933-1986)
Mandel, Ernest (1923-1995)
Mao Tsé-Tung (1893-1976)
Martins, Luís
Marx, Karl (1818-1883)
Matos, Arnaldo de (1939-)
Melo, Barbosa de (1932-)
Melo, António Vasco de
Mendonça, Camilo de (1921-1984)
Miguel, Firmino (1932-1991)
Monteiro, Cáceres (1948-2006)
Morais, José Eduardo Trigo de
Morais, Manuel Alfredo Tito de (1910-1999)
Moura, Francisco Pereira de (1925-1998)
Mussolini, Benito (1880-1945)

N

Neves, Artur Castro (1944-2014)
Neves, Nuno Teixeira (1922-2007)
Nizan, Paul-Yves (1905-1940)
Novozhilov, Viktor V. (1892-1970)

O

Oliveira, José Gonçalo Correia de (1921-1976)

P

Papadopoulos, Giorgios (1919-1999)
Pato, Octávio (1925-1999)
Pattakos, Stylianos (1912-)
Pinochet, Augusto (1915-2006)
Pintado, Valentim Xavier (1925-?)
Pintasilgo, Maria de Lourdes (1930-2004)
Pinto, Luís Teixeira (1927-2012)
Pires, Francisco Lucas (1944-1998)
Poulantzas, Nicolas (1936-1979)

R

Rákosi, Mátyás (1892-1971)
Rego, Vítor da Cunha (1933-2000)
Reis, António (1948-)
Rosa, Walter (1919-?)

S

Salazar, António de Oliveira (1889-1970)
Salgueiro, João (1934-)
Santos, António de Almeida (1926-)
Sartre, Jean-Paul (1905-1980)
Silva, Manuela
Simão, José Veiga (1929-2014)
Smith, Ian (1919-2007)
Soares, Mário (1924-)
Sousa, Alfredo de (1931-1994)
Spínola, António (1910-1996)
Staline, Joseph (1879-1953)
Strauss, Franz Josef (1915-1988)

T

Tavares, Francisco Sousa (1920-1993)
Taylor, Lance
Tomás, Américo (1894-1987)
Torres, Joaquim Ferreira (1925-1979)

U

Ulbricht, Walter (1893-1973)

V

Veloso, António Pires (1926-2014)

Viale, Guido (1943-)

Z

Zenha, Francisco Salgado (1923-1993)

**Obra publicada a partir de um original manuscrito e respectivos anexos
incluídos no Espólio nº 150 - João Martins Pereira, no CD25A.**

ebook cd25A | número 1

Edição | Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

Fotografias originais e realização do ebook | Susana Paiva

Coimbra | 2015



Centro de Documentação 25 de Abril
Universidade de Coimbra